

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

Obra composta e impressa na Imprensa Nacional
Edição e propriedade do Museu Etnológico Português

10.064

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

COLECCÃO ILUSTRADA DE MATERIAIS E NOTÍCIAS

PUBLICADA PELO

MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS



REDACTOR — J. LEITE DE VASCONCELOS

VOL. XVII

PRESTÓRIA — EPIGRAFIA



NUMISMATICA — ARTE ANTIGA

Veterum volvens monumenta virorum

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1912

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO

MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

VOL. XVII JANEIRO A SETEMBRO DE 1912 N.º 1 A 9

Artes e industrias metallicas em Portugal

Moedeiros

(Continuação d'*O Arch. Port.* xvi, 29)

47—Falcão (Braz).—Ourives do ouro. Tendo fallecido Luís Fernandes foi provido, por alvará de 10 de junho de 1617, no cargo de ensaiador da Casa da Moeda de Lisboa. Por ter muito trabalho com o dito officio e sómente seis mil e cem réis de ordenado, foi-lhe feita tambem mercê do cargo de abridor dos cunhos que vagára pela renúncia de Baltasar do Vale.

«Eu ellRei fasso assaber aos que este aluara virem que avemdo respeito a Bras Falcam, ourives do ouro, por sua soficiemsia, de lhe fazer merce do ofisio de emsaiador da casa da moeda desta sidade de Lixboa, que vagou por fallesimento de Luís Fernandez, e a ter muito trabalho no emsersicio do dito offisio com somente seis mil e ssem rs de ordenado em cada hum anno e ora vagou por Baltezar do Ualle o ofisio de abridor dos cunhos que llargou por sseu asinado pedindome lhe fizesse merce delle ao dito Bras Falcam, que tem os requesitos nessesarios e muita uerdade pera o bem sseruir por continuar com o dito Baltezar do Ualle e o ajudar abrir os ditos cunhos e serem estes ditos ofisios que ssempre andaram reunidos em huma pessoa e a informasão que sobre a materia deu o thesoureiro da dita caza, pras me e ey por bem de fazer merce ao dito Bras Falcam do dito officio de abridor dos cunhos da dita casa da moeda para o sservir juntamente com o de emsaiador do ouro que já tem com corenta mil rs. de ordenado somente llargando os sseis mil e sem rs que tinha

com o de emsaiador, fazendose diso as declarasois nesessarias na prouisam que delle tem e em seus registos pello que mando ao thesoureiro da dita casa da moheda que dê a posse do dito officio de abridor dos cunhos della, ao dito Bras Falcam para o sservir e auer o dito ordenado prois percalços que lhe pertenserem sem a isso sér posta duueda nem embargo algum e na chancelaria lhe sera dado juramento dos Santos auamgelhos que bem e verdadeiramente ho ssirua goardando em tudo meu seruiço e o direito as partes, de que se fara assento nas costas deste que uallera como carta, posto que o efecto aja de durar mais de um anno sem embargo da ordenassam do 2.^º L.^º titollo 40 que dispoiem o contrario e do conteudo nelle sse poram uerbas nos lliuros das mersses no titollo do dito Baltesar do Uale de que o oficial que o pozer passara sua sertidão nas costas deste. Francisco de Abreu o fes em Lixboa a dez de junho de sseis semtos e desasete—Diogo Soares o fes escreuer».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. xxxi, fl. 282).

48—Faleiro (João).— Ourives-moedeiro, filho de Pero Gonçalves, ourives. Em 1524 foi nomeado ensaiador da moeda de Lisboa assim como o fôra seu pae, cujo officio tinha e se finára.

«Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que por parte de Ioham Faleiro mē foi apresentada hūua carta del Rey meu senhor e padre, que samta gloria aja de que o teior tall he: «Dom Manuell per graça de Deus Rei de Purtugall e dos Allguarves daquem e dalem mar em Africa e senhor da Guine e da conquista navegaçam comercio d'Etiopia, Arabia, Persya e da India, a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que confiando nos da bomdade e discriçam de Joham Faleiro, filho de Pero Gllz, ouryvez, que neste nos seruira bem e fiellmente e como a noso seruiço com pre, e querem dolhe fazer graça e merce, temos por bem e o damos daquy em diante por ēsaiador da nosa moeda desta cidade, asy e pola maneyra que ho ele deue ser e ho ate quy foi Pero Gomçalluez, seu pay, que ho dito officio tynha e se finou, com o quall officio queremos e nos praz que ele aja o mantymento, proes e percallecos ao dito officio direitamente ordenados per noso Regimento. E porem mādamos ao noso thesoureiro e escpriões e mestres da balança da dita moeda e a quais quer outros nosos oficiaes e pesoas, a que esta nosa carta for mostrada e o conhecimēto dela pertencer que hajā daquy em diante por emsaiador da dita moeda e o metam em pose do dito officio e lho leixem seruir e husar dele e aver ho mantymento, proes

e percallços como dito he sem duuida nem embarguo allgum, que lhe a elo seja posto, por que asy he nosa merce, o quall jurou em a nosa chancelaria aos samtos avamgelhos que bem e verdadeiramente syrua e huse do dito oficio, guardamdo a nos noso seruiço e as partes seu direito e pagou seis mill rs dordenado do dito oficio. Dada em a nosa cydade de Lixboa a xxbij dias do mes de feuereiro. Gomes Pereira a fez anno de noso Senhor Ihū xpo de mill b^c xxj e o alluara que tinha, por onde lhe fizemos merce do dito oficio foi roto ao asynar desta». Pedindome por merce que lhe confirmase a dita carta, e visto por mim seu requerymento, querendolhe fazer graça e merce, prazme de lha confirmar e ey por confirmada asy e da maneira que nela he contheudo. E porem mando que hasy se cumpra e guarde. Dada em Hevora a xbij dias dagosto.—Gaspar Mendez a fez → de mil b^c xxiiij».

«Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que por parte de Joham Faleiro, ourivez, morador na minha cydade de Lixboa, me foi apresētada huua carta delRei meu senhor e padre que samta gloria aja de que o teior tall he: «Dom Manuell per graça de Deus Rei de Portugall e dos Allguarves daquem e dalem mar em Africa e senhor de Guine e da conquista, navegaçam, comercyo dEtiopia, Arabia, Persya e da Imdia, a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que comfiamdo nos de Joham Faleiro, ourivez, morador em esta nosa cydade de Lixboa, que ho fara como compre a seruiço de Deus e noso e a bem do pouo pertemce o damos ora daquy em diamte por hūu dos tres salluadores que sam ordenados a nosa moeda desta cidade asy e como ho ele deue ser e ho ate quy foy seu pay P^o Gllz, que ho dito oficio tynha e em p^a o renuciou em nosas mãos pera o darmos a quem nosa merce fose, com o quall oficio avera o selayro que por noso Regimento he horednado a cada hum dos ditos *salluadores* da dita moeda segumdo nele he contheudo e nenhūa outra cousa mais. E porem mamdamos ao noso contador mor da dita cidade e ao tysoureiro e escprião e a todolos ofyciais da dita moeda a que pertencer que metam em pose do dito oficio e lho leixem seruir e husar e aver o dito solairo na maneira que dito he, sem duuida que lhe a elo ponhā. O quall João Faleiro jurou em a nosa chancelaria aos samtos avamgelhos que bem e verdadeiramente syrua e huse do dito oficio, guardamdo a nos noso seruiço e ao pouo seu direito. Dada em a dita cydade aos xij dias de maio. Dioguo Vaaz a fez de mill b^c xiiij. Pedindo me o dito Joham Faleiro por merce que lhe confirmase a dita carta, e uisto por mym seu requerimento, queremadolhe

fazer graça e merce tenho por bem e lha comfirmo e ei por comfirmada e mādo que em todo se cumpra e guarde como nela he contheudo. Dada em a minha cydade d'Evora aos xxij dias do mes de agosto. Amtonio Sanhudo a fez ano de mil b^e xxiiij».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. viii, fl. 52 v, e 53).

Esta ultima carta de D. Manuel com data de 12 de maio, está registada na Chancellaria deste rei, liv. xv, fl. 128 v.

«Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que por parte de Joham Faleiro me foi apresētada hūua carta del Rei meu senhor e padre, que Samta gloria aja, de que o teior tall he: «Dom Manuell per graça de D^s Rei de Purtugal e dos Alguarves daquem e dalem mar em Africa e senhor da Guine e da conquista navegaçam comercio d'Etiopia Arabia Persya e da Imdia A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que por parte de Joham Faleiro nos foi apresētado hūu noso alluara escprito em purgaminho de que o teior tall he: «Nos el Rei fazemos saber a vos noso tisoureiro e escprivão e mestre da balança e a quaes quer outros oficiaes da casa da moeda desta nosa cidade de Lixboa que Pero Gllž, ourivez em ela morador se comcertou comnosquo e se obrigou em sua vida fumdir todalas cizalhas que saiem do ouro fino que se laura em cruzados ate deradeyra em que ha nom posa aver todo (?) imteiro e dar as ditas cizalhas fumdididas polo proprio peso e ley de que os receber sem falecer cousa allgña comtamto que lhe mādasemos dar por seu trabalho quatro mill rs de mamtimento com o dito carreguo em cada hum ano e hūa casa na dita moeda fechada dé sua chave omde [quer] que ele quisesse, em que aja de fazer a dita fumdiçam e asy hum dos fornaceiros da dita moeda quall ele quisesse escolher e de que mais confiar. E porque nos prouve delo, semtimdo asy por noso seruiço e bem do pouo, mādamos a vos dito tesoureiro que loguo lhe ordenes na dita moeda casa apartada pera fazer a dita fumdiçam fechada de sua chave omde outrem nom emtrara senão ele e quem [elle] mais quiser e asy lhe des quall quer fornaceiro que pera elo escolher, e os ditos quatro mill rs em cada hūu ano de mantimento e ele sera obriguado em sua vyda, como dito he, dar fumdididas as ditas cizalhas pelo peso e lei de que arecebeo sem falecer cousa allgña pera que as partes ajam imteiramente o seu sem nenhūa quebra como no Regimento da dita moeda he contheudo, e lhe emtregares daquy em diante os ditos cruzados pera se comprir o que aquy mādamos sem duuida nem embarguo que ha elo ponhaes. Feito em Lixboa a xb dias de

março—Johā de Fereira o fez ano de mil iiii^e lRbijj». Pedimdonos o dito Joham Faleiro que lhe mamdasemos fazer carta do dito oficio por quanto por hūu alluara noso de lembrança nos prouve que por falecimento do dito seu pay lhe fiqase e visto por nos seu requerimento e asy por confiarmos dele que nisto nos seruira bem e fiellmente como a noso seruiço compre, temos por bem e o damos ora daquy em diamte por oficial do dito oficio como ho era o dito seu pai e com o dito mantimento. E porem mamdamos... Dada em a nosa cidade de Lixboa a xxbijj dias de feuereiro. Gomez Pereira a fez ano de noso Senhor Jhesū xpo de mill b^e xxx. Pedymdome o dito João Faleiro por merce que lhe confirmase a dita carta e visto por mym seu requerimento, querendo-lhe fazer graça e merce, tenho por bem e lha comfirmo e ei por comfirmada e mamdo que em todo se cumpra e guarde como nela he contheudo. Dada em a minha cidade d'Evora aos bijj dias de setembro. Amtonio Sanhudo a fez ano de mil b^e xxvij.

(Torre do Tombo—Chancelleria de D. João III, Doações, liv. viii, fl. 53).

As tres cartas de D. Manuel acham-se registadas na sua Chancelleria, liv. 39, fls. 16 v, 17, 17 v.

49—Faque (Belhamym).—Ourives, judeu, morador em Lisboa. Em carta de 8 de agosto de 1464 foi nomeado fundidor da moeda.

«Dom Afonso, etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que querendo nos fazer graça e merce a Belhamym Faque, judeu, ouruez, morador em a cidade de Lixboa, conhecendo delle seer tall pessoa que segundo compre a nosso seruiço nos seruira bem em o que o encarregarmos, teemos por bem e damollo por fundidor da nosa moeda da dita cidade, assy e pella guisa que ho era Abraão Bichacho judeu, morador em a dita cidade, e lho ora tiramos por algñus malificios que nelle fez. E porem mandamos... Dada em Penella a bijj dias dagosto—ElRey o mādou per dom Fernando de Castro do seu conselho e veedor da sua fazenda—Aluaro Vaaz a fez ano de nosso Senhor Jhūu xpo de mill e iiii^e lx iiii».

(Torre do Tombo—Chancelleria de D. Afonso V, liv. viii, fl. 90).

50—Fernandes (Antam).—Moedeiro residente em Lisboa. Carta de aposentadoria de 15 de fevereiro de 1515, confirmada por outra de 18 de julho de 1524.

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que por parte de Amtam Fernandez, morador em a minha cidade de Lixboa me foy apresemtada huua carta delRey meu senhor e

padre que samta gloria aja de que o teor tall he: «Dom Manuell per graça de D.^o Rey de Portugall e dos Alguarues daquem e dalem mar em Africa senhor da Guine e da conquista navegaçā comercio dethiopia Arabya Persya e da India a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que querendo nos fazer graça e merce a Amtam Fernandez noso moedeiro, morador em a nosa cidade de Lixboa por o de Cateryna Diaz d'Aguiar que nollo por elle requereo temos por bem e o aposemtamos com sua homrra e com todos os priuilegios e liberdades que elle ateqy semdo moedeiro teue. E mādamos ao Regedor da Casa da Sopriacão e ao gouernador da Casa do Ciuel e vereadores da dita cidade, tesoureyro, alcaide da dita moeda, corre gedores, juizes, officiaes e pesoas a que esta nosa carta for mostrada e o conhecimento della pertemcer que ajam o dito Amtam Fernandez por aposemtado e nom mamdem seruir na dita moeda sem embargo de nom seruir lhe cumpram e guardem e façam cumprir e guardar todos os preuilegios que sam dados e concedidos e outorgados aos nosos moedeiros asy e tam imteyramente como lhe guardauam quamdo elle era moedeiro e seruia por que, posto que nom sirua nos avemos asy por bem sob as penas no pryylegio declarados por que nos asy diso apraz lhe mamdamos diso dar esta carta per nos asynada e asellada com o noso sello pemdemte. Dada em Almeiryam a xb dias de feuereiro. Andre Lopez a fez anno de noso Senhor Jhū xpo de mill b^cxb. Pedimdomo o dito Amtam Fernandez por merce que lhe confirmase a dita carta e visto por mim seu requerymento, querendo-lhe fazer graça e merce tenho por bem de lha confirmar e hey por confirmada, e mando que em todo se cumpra e guarde como nella he comtheudo. Dada em a cidade dEuora a xbijj dias de julho.— Amtonio Sanhudo a fez —anno de mill b^c xxiiijj».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. João III*, liv. iv, fl. 65 v).

51 — Fernandes (Antonio). — Ourives da prata. Carta de 18 de novembro de 1552 nomeando-o salvador da moeda de Lisboa.

«Dom Joam etc. a quantos esta mynha carta virem faço saber que cōfiando eu de Amtonio Fernandez, ourivez de prata, morador nesta cidade de Lixboa, que nisto me seruira bem e fielmente, como cumpre a meu seruýço e a bem das partes pertence, o dou ora daqui em diâte por salvador da moeda da dita cidade asy e na maneira que o ele deue ser, e avera por cada marco douro que laurar na casa da dita moeda o salairo que ao dito oficio he ordenado, e asy gozara de todolos preuylegios e lyberdades cōtheudos no Regimento nouo

que se ora faz, e por tamto mādo ao dito tesoureiro e oficiaes da dita casa que o ajão daqui em diamte por oficial do dito oficio e lhe deyxem aver o dito ordenado como dito he, e ele dito Amtonio Fernandez sera obrygado de cada vez que for chamado per mādado do dito thesoureiro ou per quem seu cargo tiver ir logo na mesma ora a dita casa seruir seu oficio e a se desacupar pera yso de quaes quer outras couzas em que for acupado, e ele jurara na chancelaria que sirua o dito oficio bem e verdadeiramente, goardamdo fiamça e lealldade em todas as couzas do dito oficio que ouuer de fazer e em quaes quer outras que pertemcem a dita moeda, e pagou dordenado dele ao recebedor da dita chancelaria dous mill rs, sobre o quall ficā carregados em receyta, segundo se vyo per seu conhecimento em forma que foy roto ao asynar desta carta, que por firmeza delo lhe mādey pasar per mym asynada e aselada do meu selo pēdemte. Amtonio de Melo a fez em Lixboa a xbijj dias de novembro ano do nacymento de noso Senhor Jhūu xpo de j b^e lij. Amdre Soarez a fez scprever».

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. João III, liv. LVI, fl. 153).

52—Fernandes (Bartolomeu).—Tendo Christovam Fernandes, seu irmão, renunciado nelle o officio de salvador da moeda de Lisboa, foi confirmado no mesmo lugar, em carta regia de 13 de agosto de 1541.

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que comfiamdo eu de Bertolameu Fernandez que nisto me servira bem e fielmente como cumpre a meu seruiço e a bem das partes pertemce, o dou ora daquy em diamte por saluador da moeda desta cidade de Lixboa asy e da maneira que ele deve ser e como ho sam os outros salvadores da dita moeda, o quall Bertollameu Fernandez avera por cada marco de ouro que lavrar o selairo que ao dito officio he ordenado, e asy gozara de todolos preuilegios e liberdades que sam concedidos e outorgados aos oficiais e moedeiros da dita moeda. E por tamto māndo ao thesoureiro, alcaide e sprivães da dita casa que ho ajam daquy em diamte por oficial do dito oficio e lho leixem servir e aver o dyto hordenado como dito he, e ele sera obriguado de cada vez que for chamado por mandado do dito thesoureiro ou per quem seu cargo tiver hir logno na mesma ora a dita casa a servir seu oficio e a se desacupar pera iso de quaes quer outras couzas em que for acupado, do qual oficio eu tinha feito merce a Christovão Fernandez, seu irmão, que lho alargou pollo não poder servir, e pagou dordenado dele ao recebedor da chancelaria dous mill seis cemtos sesenta e seis rs como se vyo per seu

conhecimento em forma, na qual chancelaria jurara aos samtos quatro avamgelhos que syrva bem e verdadeiramente guardando ffiamça e lealldade em todas as couzas do dito oficio que ouver de fazer e em quaes quer outros que pertemcerem a dita moeda. Jeronimo Corea a fez em Lixboa aos XIII dias dagosto do ano do nacemento de noso señor Ihū xp̄o de mill e b^c Rj. O qual oficio o dito Christouão Fernandez renuciou em minhas maños pera eu dele fazer merce ao dito Bertolameu Fernandez, segundo se vyo per hūu estormento de renunciaçō que parecia ser feito e asynado per Martim Fernandez, pubrico tabaliam em esta cidade de Lixboa aos bj dias do dito mes dagosto e ano presente dé b^c Rj; Testemunhas nele nomeadas Gaspar Roiz ouruez douro, morador na dita cidade, e Jorge Mendez, criado do dito Christouão Fernandez, e eu Manuel de Moura a fiz spreuer».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. João III*, liv. xxxi, fl. 105 v.).

53—Fernandes (Christovam).—Era contra-ensaiador da moeda na Casa da Moeda do Porto. Sucedeu-lhe por sua morte, em 1476, Pero Anes.

Vide este nome.

54—Fernandes (Gaspar).—Ourives da prata, tendo sido nomeado salvador da moeda da cidade de Lisboa por carta regia de 13 de julho de 1539.

«Dom J.^o etc. a quātos esta minha carta virem faço saber que comfianto eu de Gaspar Fernandez, ouryuez de prata, morador nesta cidade de Lixboa, que nisto me seruiria bem e fielmente como compre a meu seruço e a bem das partes pertence, o dou ora daqy em diante por saluador da moeda da dita cidade, asy e na maneira que o ele deue ser e como o sam os outros saluadores da dita moeda; o qual Gaspar Fernandez avera por cada marquo douro que laurar na casa da dita moeda o salairo que ao dito oficio he ordenado e asy gozara de todos os priuilegios e liberdades que são concedidas e outorgadas aos oficiaes e moedeiros da dita moeda, e portanto mando ao thesoureiro, alcaide e sprivães de dita casa que o ajam daquy em diamte por oficial do dito oficio e lhe leixem aver o dito ordenado como dito he e ele sera obrigado de cada vez que for chamado por mandado do dito thesoureiro ou per quem seu cargo tiver logo na mesma ora ir a dita casa a seruir seu oficio e a se desacupar pera iso de quaesquer outras couzas em que for acupado e jurara na chancelaria aos santos avangelhos que sirua o dito oficio bem e verdadeiramente

guardando fiamça e lealdade em todas as cousas do dito oficio que ouuer de fazer e em quaes quer outras que pertencem a dita moeda e pagou de ordenado dele ao recebedor da dita chancelaria douz mill rs, sobre o qual foram carregados em recepta segundo se vio per seu conhecimento em forma. Geronimo Corea a fez em Lixboa aos xxij dias de julho do ano do nacymento de noso Senhor Jhesu xº de j^be xxxix e eu Manuel de Moura a fiz sprever».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. xxvi, fl. 216 v).

55 — Fernandes (Giraldo). — Por fallecimento de Alvaro Anes, foi nomeado ensaiador da moeda da cidade do Porto. A respectiva carta é de 21 de janeiro de 1523.

«Dom Joham etc. a quantos esta nosa carta virem fazemos saber que comfyamdo nos de Gyralldo Fernandes, morador em a nosa cydade do Porto, que neste nos seruira bem e como a noso seruço compre ho damos hora daqui em diante por ensaiador da nosa moedaa da dita cydade de Porto como ho ele deve ser e ho ate aqui foy Alluaro Annes, que ho dito hofycio tynha e se finou, com o quall ele avera de mantymento avera o mantymento a ele hordenado (*sic*) asy hos proes e percallços hordenados em nošo Regymento e como ho ate qui ouveram seus amtecesores, e porem mamdamos ao noso tysoureiro e hoffyciaes da dita moedaa que ho metam loguo em pose do dito hofycio e lho leixem seruir e husar e aver o dito mantymento, proes e percalços como dito he, e ele jurou em nosa chancelaria aos samtos avamgelhos que bem e como deva obre e huse, e paguou dor denado quinhentos rs. Dada em Lyxboa a xxj dias do mes de janeiro.

Andre Diz ha fez de j e b^c xxij E eu Dimiam Diaz a fis espreuer».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. João III*, liv. iii, fl. 14 v).

56 — Fernandes (João). — Era fundidor e latoeiro.

«Estes são os apomtamentos de que João Fernandez diz que fará a V. A.

«Diz que fará toda a moeda que V. A. ouuer por seu serviço da collidate que quiser asi de cobre como de prata e ouro com menos custo muito do que se fez até aguora por que fará elle mais do que fazem quatro moedeiros porque fará vimte cimquo marquos em hum dia polla arte de moldar he imprimir he elles nom chegarão a dez marquos e fazendo a moeda polla arte que agora fazem fara hum marquo cada dia mais que ho que mais fizer na cassa.

«It. fazemdo-se a moeda douro e prata e cobre pola arte de moladar he impremir em area se gastara menos meo por meo do carvão e da feramenta que se agora gasta e aproueitar-se-a ho ouro e a prata e cobre porque nom pasa tantas vezes pello foguo e pola fera-menta e mais nom se faz tamtas falhas porque lhe dise Gonçalo Fernamdez tesoureiro da moeda que toda a moeda que se fazia fallava e sahião em Retalhos a terça parte da dita moeda e qua nom saira mais em Retalhos que de uinte hum que hé grande proueito de V. A. alem de ser muito menos trabalho.

«It. Diz que tudo quanto fazem os capatazes e fumdidores e forna-ceiros tudo vai arrado porque nom leuão bom principio nem arte por elles nom serem do oficio pera poderem saber he emuentar o modo e maneira que se ade ter na dita moeda e tirão a terça parte em Retalhos podemdo se fazer tamto Retalho como asima dito tem porque em se tornar a refundir o dito Retalho se perde muito alem do tempo.

«It. diz que de todalas maneiras se fará esta moeda com menos a metade das pessoas que vão trabalhar a dita casa semdo muito bem seruido V. A.

«It. a emformaçao que temos deste homem que hé muito bom ho-ficiall e hé muito bom fundidor de todollos metais asy ouro como prata e cobre e he impremidor e molldador de todalas peças que lhe amostrarem e he homem certo he esprementado e agudo e enge-nhoso nestas artes segumdo a emformaçao que tomamos e ha vinte anos que usa estes oficios he portuges naturall do Laguos da Beira he esteve doze anos em casa de Amtonio Fernandez nesta cidade que hera muito bom oficial e ha oyto que tem temida sobresy e todos ho tem por homem de verdade e comprirá o que diser a V. A. e por iso asinou aquy oje xbijº dias de dezembro de 1548—*Christovam Fernandez*.

No verso: Apomtamentos de João Fernandez fundidor e latoeiro.

(Torre do Tombo — *Corpo Chronologico*, parte I, maço 81, doc. 117).

57 — Fernandes (João). — Ourives-moedeiro..

Vide Alvares (Diogo).

58 — Fernandes (Luis). — Em alvará de 5 de março de 1599 foi nomeado fundidor das cisalhas do ouro quē se lavravam na Casa da Moeda de Lisboa tendo o ordenado annual de dez mil réis, com a declaração que poria o carvão e cadinhos e faria á sua custa as mais despesas.

«Eu elRey faço saber aos que este aluará virem que auendo respeito a informação que se ouue no conselho de minha fazenda pellos officiaes da moeda da cidade de Lixboa de Luis Fernandez, filho de Pero Aluarez, que foy fundydor das sisalhas do ouro que se laura na dita casa da moeda, e ao dito Luis Fernandez aver muitos annos que serue em lugar do dito seu pay, como se contem na reposta dos ditos officiaes atras escrita: ey por bem e me praz que o dito Luis Fernandez sirua daqui em diante de fundidor das sisalhas do ouro que sé laura na dita casa da moeda e aja em cada huum anno dez mil rs de ordenado com declaração que porá o carvão e cadinhos e fará as mais despesas das ditas sisalhas a sua custa, como ate gora fez: pello que mando aos officiaes da dita casa da moeda que lhe deixem seruir o dito cargo e aver os ditos dez mil rs de ordenado em cada hum anno, os quais começará a vencer do primeiro de ja-neiro do anno passado de noventa e oyto, em que começou a seruir. E mando ao tesoureiro da dita moeda que lhos pague em cada huu anno do dito tempo em diante e pello traslado deste, que sera regis-tado no livro de sua despesa pello escriuão de seu cargo lhe será levado em conta o que lhe assi pagar, e o dito Luis Fernandez jurará em minha chancelaria aos samtos evangelhos que sirua bem e verdadeiramente, e este ey por bem que valha etc. Belchior dazeuedo o fez em Belem a cinco de março de mil b^olRix. Janaluëz Soarez o fez escreuer».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. viii, fl. 210).

Por seu falecimento, sucedeu-lhe Braz Falcão, nomeado a 10 de junho de 1617.

59—Fernandes (Miguel).—Ensaíador da moeda da cidade de Lisboa. Era juiz dos cambos, sendo substituído por Gonçalo Pires, ou-rides do príncipe D. João.

Vide a carta de Gonçalo Pires na Chancellaria de D. Afonso V, liv. xxxiii, fl. 143 v.

60—Fernandes (Sebastião).—Fundidor da moeda em Gôa.

Vide Aragão, *Descripção das moedas*, vol. III, pag. 585.

61—Fernandes de Moura (Luís).—Por morte de seu pae, Pedro Alves, foi nomeado para lhe succeder no cargo de fundidor do ouro e prata da Casa da Moeda de Lisboa, em carta de 2 de março de 1602.

«Dom Felippe, etc. faço saber Aos que esta minha carta virem que per parte de Luis Fernandez de Moura me foi apresentado hum alvará de lembrança assinado per El-Rei meu senhor que deus tem de que o treslado he o seguinte: «Eu El-Rei faço saber Aos que este alvará virem que avemdo respeito aver vinte e sete annos que Pedralvez serve o officio de fundidor do ouro e prata da casa da moeda desta cidade e a imformação que tive de seu serviço ey por bem e me praz de lhe fazer mercê que por seu falecimento fique o dito officio a Luis Fernandez seu filho avemdo outrossi respeito aver muitos annos que o ajuda nelle e a imformação que tive de ser auto para o servir e para minha lembrança e guarda do dito Pedralvez lhe mão-dei dar este alvará que se comprira imteiramente como se nelle comtem. João de Torres o fes em Lisboa a vimte oito de julho de mil quinhentos oitenta e sete e eu Diogo Velho o fiz escrever». Pedimdo me o dito Luis Fernandez de Moura que porquanto o dito Pedralvez era fallecido e a elle pertencia o dito officio conforme ao dito alvara assima tresladado e certidão de justificação do doutor Amtonio Denis do conselho de minha fazenda juis das justificações della que offereceo lhe mǎodasse passar carta em forma do dito officio e visto seu requerimento e o dito alvara e certidão de justificação e querendo lhe fazer mercê ey por bem e me pras de lha fazer do dito officio de fumridor do ouro e prata da casa da moeda desta dita cidade de Lisboa assi e da maneira que o elle deve ser e o foi o dito seu pai com o qual avera de ordenado em cada um anno douis mil quinhentos e catorze reis que he outro tanto como tinha o dito seu pai e todos os prois e percallços que lhe direitamente pertemcerem o qual ordenado assi avera quando quer que ouver prata minha para fumdir ou não ouuer comtratador della na dita casa da moeda pollo que mando a Francisco de Almeida de Vasconcellos fidalgo de minha casa thesoureiro da dita casa da moeda que lhe de a posse do dito officio e lho deixe servir, e delle usar e aver o dito ordenado proes e percalços que lhe pertemcerem como dito tem sem lhe a isso ser posto duvida nem embargo algum é pollo treslado desta Carta que será registada no livro da despesa do thesoureiro da dita moeda por hum dos escrivães della e conhecimento do dito Luis Fernandez mǎodo aos contadores que levem em conta os ditos douis mil quinhentos e catorze reis cada més ao dito thesoureiro que lhos assi pagar e ele jurara em minha Chancellaria aos sãotos evangelhos que bem e uerdadeiramente sirva o dito officio guardamdo em tudo meu serviço e as partes seu direito de que se fara assento nas costas desta Carta que per firmesa de todo lhe mandei passar por mim assi-

nada e sellada de meu sello pendente e o alvara assim incorporado foi roto ao assinar desta e nos Registos delle que estão nos livros da Chancellaria e das mercês se porão verbas do coimteudo nesta Carta. Belchior Pinto a fez em Lisboa a dous de março Anno de Nossa Senhor Jesu Christo de mil e seiscientos e dous. Joam Alvez Soares a fez escrever».

Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Filipe II, Doações*, liv. vi, fl. 312 v.

62—Fortuna (Bento Marques).—Fundidor da Casa da Moeda do Rio de Janeiro.

«D. José etc. faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo consideração a me representar Bento Marques Fortuna haverme servido ha perto de nove annos na officina da fundição da real casa da moeda do Rio de Janeiro, fundindo as tres especies de ouro, de que se compoem o lavor fusco, ligado e sizalhas, não só com promtido, mas com pericia e zello como se deprehende dos acrescemos que sempre ha em beneficio da real fazenda, substituindo o lugar de mestre da mesma officina, não só quando está impedido, mas tambem ajudando-o nas varias occurrencias de ouro naquelle caza, cuja pericia, acerto e capacidade se extendia ao exercicio de fundir prata quando se lavra provincial para o trafico commum daquelle cidade; e condutor de Minas (?); fundindo-a, moldando-a, em cuja practica excede o supplicante a qualquer outro com muito aproveitamento, de forma que sendo preciso antes do supplicante chamar moldador de fora, a quem se pagava, sessara esta diligencia e despesa despois que o supplicante entrara a ser fundidor da mesma casa, como tudo constava dos documentos que oferecia, e porque o dito mestre passava já de setenta annos, padecendo varios achaques, me pedia fosse servido, em atenção ao dito serviço mandarlhe passar provisão de mestre ad honorem da dita officina e que falecendo o proprietario seja o supplicante provido no dito officio sem que no entanto haja de perceber ordenado algum de mestre enquanto não vagar a dita propriedade, á maneira da merce que fui servido fazer ao Mestre da ferraria da mesma caza Antonio Martins Basto, como constava da certidão que juntava: e attendendo ao seu requerimento Hey por bem fazer merce ao dito Bento Marques Fortuna de o nomear (como por este nomeyo) mestre ad honorem da officina da fundição da real caza da moeda do Rio de Janeiro para que vagando o lugar de propriedade, seja o supplicante provido nelle com declaração porem que enquanto não entrar na dita propriedade não vencerá ordenado

algum da minha fazenda, mas gozará etc. Lisboa 14 de janeiro de 1772».

(*Conselho Ultramarino, Ofícios*, liv. xli, fl. 132 v).

63—França (João de).—Residia no Porto e, em carta de 8 de fevereiro de 1466, foi nomeado mestre da fundição da Casa da Moeda da dita cidade, assim como o fôra Vasco Afonso.

Será o João de França pichaleiro?

Vide nos Pichaleiros.

«Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercê a Joham de frança, morador na nosa cidade do porto, teemos por bem e damollo por mestre da fundiçom da nosa moëda da dita cidade, asy e pella guisa que o era Vaasco afonso cadeireiro que o dito oficioo tinha e fogioo destes regnos per morte de hũu homẽ. Porem mandamos a Joham brandam caualeiro de nosa casa e tesoureiro da dita moeda e ao alcaide della e a outros quaesquer oficiaaes e pesoaaas a que esto pertenceer e esta nosa carta for mostrada que ajam daqui em diente o dito Joham de frança por mestre da dita fundiçam como dito he e outro algñu nõ, e lhe leixem husar do dito oficio e auer o mantimento e proes e dyreitos que a elle pertencem, assy e pella guysa como o seruia e auia o dito Vasco Afonso e melhor se o com direito o auer poder sem outra duvida nem embargo que a elle ponhão. O qual Joham de frança jurou em a nossa chancellaria aos santos avangelhos que bem e direitamente e como deue obre e huse do dito oficioo guardando a nos noso seruiço e ao pouoo seu direito. Dante em a dita cidade biij dias do mes de fevereiro ElRey o mandou per lopo dalmeyda do seu conseilho e vedor da sua fazenda. Diogo gonçalluez a fez anno de Nosso Senhor Jhu x.^o de mil iiii^olx bi anos».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Afonso V*, liv. xiv, fl. 19 v).

64—Francisco (Alexandre).—Era mestre da fundição na Casa da Moeda da Bahia, que elle, no anno de 1713, fôra fundar na companhia de Eugenio Freire de Andrade. Havia vinte e tres annos que servia o dito cargo. Ha outro documento relativo ao mesmo de 16 de dezembro de 1732.

Vide liv. xx, folio 207.

(*Conselho Ultramarino*, liv. xxiv, folio 82 v).

65—Franco (Luis).—Ourives do ouro. Por fallecimento de Gaspar Paes, foi nomeado ensaiador da Casa da Moeda de Lisboa. O respectivo alvará é de 7 de junho de 1590.

«Eu elRey faço saber aos que este aluara virem que pella boa imformação que tenho de Luis Franco, ourives douro, que ora serue de emsaiador da casa da moeda desta cidade de Lixboa, ey por bem e me praz de lhe fazer merce do dito officio que vagou por falecimento de Gaspar Paez, o qual seruira ēquanto o eu ouuer por bem e não mādar o contrario, e auera com elle o ordenado, proes e percalços que lhe direitamente pertencerem e como tinha e auia o dito Gaspar Paez, Notefiquo assy a João Gomez da Silua do meu conselho do estado e vedor de minha fazenda e mādo lhè dee a posse do dito officio ao dito Luis Franco e ao thesoureiro e officiaes da dita casa da moeda lho deixém ter e seruir e aver o ordenado, proes e percalços, como dito he, e na chancelaria lhe sera dado juramento dos santos euāgelhos que bem e verdadeiramente o sirua, de que se fara assento nas costas deste, que quero que valha como carta sem embarguo da ordenação em contrario. Manuel Marquez o fez em Lixboa a sete de junho de quinhentos e nouēta. Pero de Paiva o fez esprever».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Filipe I, Doações*, liv. xvii, fl. 442 v).

66 — Freire (João). — Ourives, morador no Porto. Em carta de 18 de maio de 1538 foi nomeado contra-ensaiador da casa da moeda da dita cidade, assim como o fôra Diogo Alexandre, cujo officio renunciara.

«Dom Joam, etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que cōfiamdo eu de João Freire, ourivez, morador na cidade do Porto, que o fara bem e fielmente e como a meu seruço compre, querem-dolhe fazer graça e merce, tenho por bem e o dou ora daqui em diâte por contra emsayador do ouro e prata da minha moeda da dita cidade do Porto, asy e da maneira que o ele deue ser e como o ate qui foy Diogo Alexandre, que o dito officio tinha e o renunciou, segundo se vio per hum pubrico estormento de renunciaçō que parecia ser feito e asynado per Antonio Francisco pubrico tabeliam na dita cidade do Porto aos bj dias do mes doutubro do ano passado de b^e xxxbij, com o qual officio o dito Joam Freire avera de mātymemento ordenado em cada hum ano mil rs, que he outro tamto como avia o dito Diogo Alexandre, pagos no thesoureiro da dita moeda, e porem mando ao vedor da minha fazenda na dita cydade e ao thesoureiro e ao contador da dita moeda e a quaes quer outros officiaes e pesoas, a que o conhecimento desto pertencer que o metam em pose do dito officio e lho leixem seruir e dele vsar e aver o dito mātimento, proes e percalços a ele direitamente ordenados sem niso lhe ser posto du-

uida nem ébarguo algúu, por que asy he minha merce, o qual João Freire jurara na minha chancelaria aos santos evanghelhos que bem e verdadeiramente e como deue syrua o dito oficio, guardando em todo meu seruiço e as partes seu direito, e pagou dordenado dele na dita chancelaria dozemtos sesemta seis rs, que foram caregados em recepta sobre o recebedor della. Dada em a cidade de Lixboa aos xbijj dias do mes de mayo—Fernão da Costa a fez—ano do nacemento de noso Senhor Jhūs xº de mil bº xxxbjj anos».

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. XLIX, fl. 105 v).

67—Freire de Andrade (Eugenio).

Veja-se *Francisco* (Alexândre).

68—Gil (Alvaro).—Ensaiador da moeda.

Vide G. Eanes de Azurara—Chronica de Guiné, pag. 185.

69—Gil (Lopo).—Moedeiro. Tinha um filho, Estevam Lopes, tanoero, que fez serviços na tomada de Tanger e Arzila. Atendendo aos seus serviços e aos do pae no dito officio de moedeiro e por este ser já velho, foi-lhe dada carta de aposentamento a 5 de outubro de 1471.

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. Afonso V*, liv. XXII, fl. 36).

70—Gomes (Antão).—Abridor de cunhos no Porto.

«Dom Joan etc. mando a vos meu thesoureiro da moeda da minha cidade do Porto que deis ao abridor dos cunhos da dita moeda quatro mil reaes que lhe mando dar e o dito ano de mim hadaver de seu mantimento e vestir dos quaes lhe vos fazey bom paguamento e per este com seu conhecimento mando que vos sejam levados em conta. Dada em Tomar a xxij dias dagosto. ElRey o mandou por Nuno da Cunha do seu conselho e vedor da sua fazemda. Amtonio Coelho o fez de bºxxb.—*Nuno da Cunha—J. de Faria*—iiij mil reaes no thesoureiro da moeda do porto ao abridor dos cunhos della de seu mantimento e uestyr deste amo por Antam Jorge. Registada *F. dalcaçova*.

«É verdade que eu Amtam Gomez abridor e guarda dos crunhos desta moeda do Porto Receby de Manuel dabreu thesoureiro da dita moeda estes quatro mil reaes contheudos nesta carta deste meu mantimento e porque he verdade mandey ser feysto este por mim asinado oje ij dias de oytubro de mil bºxxb anos. Antonio Gomez».

(Torre do Tombo—*Corpo Chronologico*, parte II, maço 127, doc. 143).

71—Gomes (Antonio).—Ourives-moedeiro. Por alvará, com força de carta, de 12 de junho de 1556 foi nomeado fundidor do ouro e prata da Casa da Moeda de Lisboa, officio que vagará por morte de João Lopes.

«Eu elRey faço saber a quantos este meu alluara virem que por cōfiar de Amtonio Guomez, ourives de prata, morador nesta cidade de Lixboa que no carguo de fumdidor do ouro e prata da casa da moeda desta dita cidade, que ora estaa vaguo per falecimento de Joham Lopez, me seruira bem e fielmente como a meu seruço compre, ey por bem e me praz, por lhe fazer merce que elle sirua o dito carguo em quanto eu ouuer por bem e nā mādar o contrario, com ho qual avera o ordenado contheudo no regimento, e por tanto o nētificoo asy ao comde da Castanheyra, vedor de minha fazenda e mādolhe que meta ao dito Amtonio Guomez em pose do dito carguo, damadolhe primeyro juramento que bem e verdadeyramente o syrua, do qual se fara declaração nas costas deste, e mamdo ao tesoureiro e oficiaes da dita casa da moeda, que leyxem ao dito Amtonio Guomez seruir o dito carguo e aver o dito ordenado como dito he e os proees e percalços que lhe direitamente pertencerem, e quero e me praz que este valha, tenha força e vyguor como se fosse carta começada em meu nome sem embarguo da hordenação em contrario. Alluaro Fernandez o fez em Lixboa a xij de junho b^olbj. Andre Soarez o fez esprever».

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. João III, liv. LIV, fl. 86).

72—Gomes (Soeiro).—Fundidor da moeda na cidade do Porto. Sucedeu-lhe por sua morte Braz Afonso.

Vide este nome.

73—Gonçalves (Afonso).—Por carta de 15 de março de 1522 foram aforadas umas casas na rua das Congostas, no Porto, a Braz Afonso e sua mulher Beatriz de Aguiar. Braz Afonso era filho de Afonso Gonçalves, official que foi da Casa da Moeda da dita cidade.

O contracto realizou-se no couto de Sam Joam da Foz *onde hora esta a casa dos contos pelo empeditamento que ouve na dita cidade.*

(Torre do Tombo — Chancellaria de D. João III, Doações, liv. LI, fl. 86 v).

74—Gonçalves (Afonso).—Ourives-moedeiro. Em carta de 13 de julho de 1539 foi nomeado salvador da moeda de Lisboa.

«Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que comfiamdo eu de Afomso Glž, ouruez de prata, que nisto me

seruira bem e fiellmente como compre a meu seruiço e a bem das partes pertemce, ho dou ora daquy em diamte por saluador da moeda desta cidade de Lixboa, asy e na maneira que ho elle deue ser e como ho são hos outros salluadores da dita moeda, o qual Afonso Guõçaluez averá por cada marco douro que laurar na casa da dita moeda o salayro que ao dito oficio he ordenado e asy gozara de todollos preuilegios e liberdades que sam concedidos e outorguados aos officiaes e moedeyros da dita moeda, e por tamto mādo ao tisoureyro, alcaide e spriuães da dita casa que ho ajam daquy em diamte por oficial do dito oficio e lhe leyxem aver o dito ordenado como dito he, e elle sera obriguado de cada vez que for chamado por mādado do dito tisoureyro ou per quem seu cargo tyver hyr loguo na mesma ora ha dita casa a seruir seu oficio e a se desacupar pera iso de quaes quer outras couças em que for acupado e jurara na chancelaria aos santos avamgelhos que syrua o dito oficio bem e verdadeiramente guardamdo fiança e lealldade em todas has couças do dito oficio que houuer de fazer e em quaes quer outros que pertemcem ha dita moeda. E pagou dordenado delle ao recebedor da dita chancellaria douz mill rs sobre o qual forão carregados em receyta segumdo se vyo per seu conhecimento em forma. Jeronimo Corea a fez em Lixboa aos treze dias de julho do anno do nacimiento de noso Senhor Jhūu xpo de mill e b.^e xxxix. E eu Manuel de Moura a fyz spreuer».

(Torre do Tombo—*Chancellaria de D. João III, Doações*, liv. **xxvi**, fl. 208).

75.—Gonçalves (Antonio).—Pela renuncia de Manuel Pires foi provido no officio de salvador da moeda do Porto por carta de 7 de agosto de 1536, e por outra de 21 de junho de 1550 lhe foi permitido, durante a sua ausencia, deixar pessoa competente que suprisse o seu cargo.

«Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que comfiamdo eu de Amtonio Gonçaluez, ourivez, morador na cydade do Porto, que neste seruira bem e fiellmente como a meu seruiço compre, tenho por bem e lhe faço merce do oficio de salluador da moeda da dita cidade do Porto, asy e da maneira que ho elle deue ser e como o the qui foy Manuel Pirez, que ho dito oficio tinha e o renūciou em minhas māaos, segundo foy certo per hūu publico estortamento de renunciaçā, que parecia ser feyto e asynado per João Camorano publico tabeliam e notairo geraal em minha corte aos dezanove dias do mes de julho deste anno presemente de b^e xxx bj. E porem mamdo ao thesoureiro da dita moeda e aos outros officiaes della que metam ao dito Amtonio Gonçaluez em pose do dito officio

e lho leixem seruir e vsar e aver os proes e percalços a elle dereitamente ordenados per meu regimento sem niso lhe porem duvida nem outro nenhū ēbarguo por que hasy ho ey por bem, o qual Amtonio Gonçalvez jurara na mynha chancelaria aos samtos avamgelhos que bem e verdadeiramente e como deue syrva e vse do dito oficio, goardando em todo meu seruiço e as partes seu direito, e pagou dordenado na dita chamcelaria quinhentos rs segundo se vyo per conhecimento do recebedor della. Dada em a cidade dEuora aos sete dias do mes dagosto — Fernā da Costa a fez anno de noso Senhor Jhūu x.^o de jb^c xxxbj annos».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. João III*, liv. xxI, fl. 159).

«Eu elRey faço saber a vos tesoureiro, veador e oficiaes da moeda da cidade do Porto, que eu ey por bem e me praz que quādo quer que Amtonio Gonçalvez, emsayador da dita moeda, for ausemta da dita cidade ou ēpedido pera não poder seruir o dito oficio, que o afinador do ouro ou abrydor dos cunhos da dita moeda, qual delles o dito Amtonio Gonçalvez apresentar; syrua o dito oficio de emsayador, duramdo sua ausemcia ou ēpedimento, e isto sendo elles autos pera iso: noteficouolo asy e māo que apresemtando uos o dito Amtonio Gonçalvez cada hūa das ditas pesoas, e sendo autos, lhe deis juramento dos samtos evamgelhos que bem e verdadeiramente syrua o dito oficio duramdo sua ausemcia ou ēpedimento, como dito he, e em todo cumprais este alluara como se nelle cōtem, o qual quero que valha e tenha força e vigor como se fose carta feita em meu nome por mim asynada e pasada pela chancelaria sem embarguo da ordenação do 2.^o L.^o, que diz que as couosas cujo efeito ouuer de durar mais de hum ano pasem por cartas. Fernão da Costa o fez em Lixboa aos xxj dias de junho de jb^c l^a. (1550)».

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. João III*, liv. LXIV, fl. 86, v).

76 — Gonçalves (Bernaldo). — Em carta de 10 de julho de 1548 foi nomeado afinador do ouro que se houvesse de lavrar na Casa da Moeda do Porto, assim como o fôra João Aleixo.

«Dom Johão etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que comfiamdo de Bernaldo Glž, oruez, morador na cidade do Porto, que nisto seruira bem e fielmemte, como a meu seruiço compre, por lhe fazer merce, tenho por bem e o dou ora daquy em diamte por afinador do ouro que se ouuer de laurar na moeda da dita cidade, asy e da maneira que o ele deue ser e como o foy João Aleixo, que o dito oficio tinha e se finou, per cujo falecimento me prouue fazer

dele merce ao dito Bernaldo Glz. E māo a João Brādāo, fidalguo da minha casa e comtador do almoxarifado da dita cidade do Porto, que o meta em pose do dito oficio e dahi em diamte lho deyxer seruir e vsar e aver os proes e percalços a ele direitamente ordenados sem duuida nem ēbarguo algum que lhe a ele seja posto, e asy māo a Dioguo Leite, thesoureiro da dita moeda, que ho aja daquy em diamte por afinador do ouro dela e em todo lhe cumpra e guarde esta carta como se nela comtem, o qual Bernaldo Gonçaluez jurara em minha chamcelaria aos santos avangelhos, que bem e verdadeiramente e como deue syrua e vse do dito oficio, guardamdo em todo meu seruiço e as partes seu direito, e pagou dordenado ao recebedor dela iij^c rs como se vio per seu conhecimento em forma, que foy roto ao asynar desta que pera firmeza de todo lhe mādey dar per mim asynada e aselada do meu selo pemdemte. Dada na cidade (sic) a 10 dias de julho—Pero Cubas a fez—ano do nacemento de noso Senhor Jhū xpo de j b^c Rbiij. E eu Amtam da Fomseca a soscrapvy».

Torre do Tombo — *Chancellaria de D. João III*, liv. LXX, fl. 83).

77—Gonçalves (João). — Era moedeiro na cidade de Lisboa e por alvará, com força de carta, de 21 de agosto de 1554, lhe fôram mandados pagar dois mil réis por cada fornaça da moeda de cobre de 10 e 3 reais, que então se fazia e em quanto durasse essa fundição.

«Eu elRey faço saber a vos Grauiel dAlmeida, thesoureiro da casa da moeda desta cidade de Lisboa, que avemdo eu respeito ao trabalho e despesa que Joam Gonçaluez fereiro da dita casa, them por razam das moedas de cobre que se ora laurā na dita casa, ey por bem e me praz que ele tenha e aja dous mill rs por cada fornaça das em que se laurā as moedas de cobre de dez rs e de tres rs, e esto alem dos quymze mill rs. que tem dordenado cadano por fazer os trouxes pera o lauramento da dita moeda, os quaes ij rs asy avera por cada fornaça como dito he em quanto a dita moeda de cobre se laurar do tempo em que se começou a laurar em diamte, e por tamto vos mamdo que lhe pagues o que lhe asy mōtar aver, e pelo trelado deste aluara que sera registado no liuro de vosa despesa per hūu dos spriuaēs de voso cargo e conhecimento do dito Joam Gonçalvez e com certidões do dito sprivā e do mestre da balança da dita casa de como se laurā as ditas moedas de cobre de dez rs e de tres, como dito he, mamdo aos comtadores que vos leuem em conta o dinheiro que lhe asy pagardes e montar aver a rezā dos ditos ij rs por cada fornaça pella maneira sobre dita, e quero e me praz que este valha, tenha força e vigor como se fosse carta que começase em meu nome

e aselada do meu selo pemdemte sem embargo da ordenaçā do segundo liuro titolo **xx** que despoem o contrairo. Adryam Lucio o fez em Líxboa a xxj dagosto de j^o b^c liij. Amdre Soárez o fez scprever.

(Torre do Tombo — *Chancellaria de D. João III*, liv. LXIII, fl. 181).

78 — Gonçalves (João). — Afinador do ouro na Casa da Moeda da cidade do Porto. Sucedeu-lhe por sua morte João Aleixo.

Vide este nome.

79 — Gonçalves (Pero). — Era afinador da Casa da Moeda de Lisboa.

«Graça Moniz. Nós el-Rey vos enviamos muito saudar avemos por bem que se page a Pedro Gomçalvez afinador desa nosa moeda de Lisboa seis mill reaes cadano pera aluger de hūas casas e esto do dia em que nós entramos na dicta cidade com a Rainha minha sobre todas muyto amada e prezada molher e lhe foram tomadas as em que estava apousentado na dicta moeda pera o laranjall em diamte porem vos mandamos que lhos façaes asy pagar porque asy o ave- mos por bem. Scripta em Euora a XXIIIJ.^o dias do mes de Janeiro. Diogo Figueira a fez anno de mill e quinhentos e xij. Em quanto lhe nom derem outras na dicta moeda e elle teuer o dicto trato— Rey.:—*De Castel Branco*.

Per que V. A. ha por bem que do dia que foram tomadas a Pero Gonçalluez estas casas em que estaua apousemtado na moeda em diamte aja cadano pera aluger doutras bj mil reaes as quaes lhe foram tomadas pera o laranjall».

Registada no livro da moeda.

No dorso: «Aluará delrey nosso senhor em que manda a Garcya Moniz que me page os bj mil reaes daluger das casas em que ujuo».

(Torre do Tombo — *Corpo Chronologico*, parte I, maço 12, doc. 64).

«Senhor—Recebemos hūua carta de vosalteza per que manda que dos ij mil cruzados que tem mandado que semtreguem a Joham Aluarez almoxarife do almazem se lhe dem logo iij^c mil reaes pera aviamento de cousas da armada. E asy b^c mil e tamtos reaes pera pagamento dos vinhos e esto de qualquer dinheiro que hy aja e se o nam ouuer se peça a Andre Rodriguez emprestado. Vosa alteza saberá que na casa nam ha dinheiro nenhum laurado. E o ouro destas tres caruelas derradeiras por que Pero Gonçaluez afinador andou la muito e nam se fazia ca nada sem elle tardou tee gora que nam se pode mais cedo afinar pera se laurar que começaram nyso

segumda feira que seram xix dias deste mes. dhi por diamte lhe acudira loguo o thesoureiro co o primeiro dinheiro que se fezer, e pera se lhe dar o dito dinheiro do ouro das barras tambem se nam pode fazer porque a moeda andou acupada os dias pasados no lauramento dos xij mil cruzados que vosalteza a gram pressa mandou que se laurasem das ditas barras pera os lugares dallem e compra de pam. E quanto a André Rodriguez emprestar dinheiro diz que ho nam tem e o que veem dalgūas vidas hahy logo pera elle outros pagamentos e despesas muito necessarias e que se nam podem escusar em nenhūa maneira, sobresto mande ver vosalteza o que há por seu serviço. Scripta em Lixbooa a xbij dias dagosto de 520. E ao dito Joam Alvarez se deram já da ordenança de hūua destas iij contos b^el mil reaes que se pidiram emprestados — *Esteuam Vaaz — Ruy Gomez — Joam da Ferreira.*

Sobrescrito: A ElRey nosso senhor».

(Torre do Tombo, Gaveta 20, maço 5, n.º 43).

80 — Gonçalves (Pero). — Ourives-moedeiro.

Vide Faleiro (João) seu filho.

81 — Gonçalves (Vasco). — Abridor de cunhos da moeda de Lisboa.
Era tambem ourives da casa de D. Afonso V.

Vide nos Ourives.

82 — Jorge (Domingos). — Cunhador da moeda de Gôa por morte de Martins Gonçalves em 1660.

(*Conselho Ultramarino*, liv. iv, fl. 130 v).

(Continua).

SOUZA VITERBO.

Subsídios para o estudo do paleolítico português

**I.—Uma série de pontas das estações do Casal do Monte
e da A da Maia**

No capítulo V, que neste estudo consagro às estações dos arredores da A da Maia¹, dizemos que elas, pela comparação dos seus instrumentos com os da do Casal do Monte, parecem ser contemporâneas desta.

¹ Página 30.

Também num modesto trabalho intitulado *Contribution à l'étude de la période paléolithique en Portugal*, enviado ao *Congrès Préhistorique de France*, realizado em 1911 em Nimes, fizemos igual afirmativa.

As pontas, que são o objecto desta notícia, confirmam por sua vez o que escrevemos então.

Efectivamente a analogia entre algumas delas (figs. 1, 2 e 3) é tam grande que parecem ter sido talhadas pela mesma mão, apesar de aparecerem em estações diferentes.

O mesmo cuidado em tornar, quase pelo mesmo lascado, o instrumento mais ponteagudo, e a mesma secção (côncavas dum lado e convexas do outro) se observa e mostra perfeitamente pertencerem ao mesmo tipo.

A secção côncavo-convexa não é accidental, como poderia parecer, mas intencional, pois uma das pontas da A da Maja (fig. 3) e outra do Casal do Monte (fig. 4) foram trabalhadas do lado oposto ao representado nas figuras para obter a concavidade.

Algumas destas pontas (figs. 1, 2, 3 e 4) são muito preênsveis, para o que concorre a secção côncavo-convexa, e até mesmo poderiam ter sido encabadas.

Comparando os instrumentos das figs. 1, 2, 3 e 4 com o da fig. 5 vê-se a identidade de formas continuar, mas neste último esboça-se um punho, que se desenha por fim nitidamente na ponta da fig. 6.

Estes instrumentos parecem marcar pois a transição das rudes pontas da época de Moustier para as esplêndidas *pointes à cran* da época de Solutré.

Passamos agora a descrever sumariamente estas peças.



Fig. 1

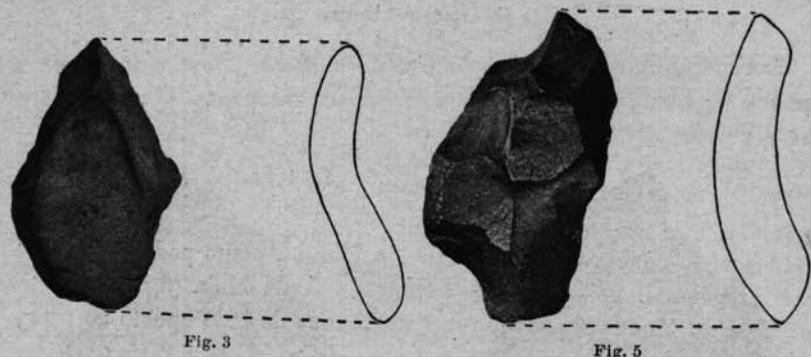


Fig. 2



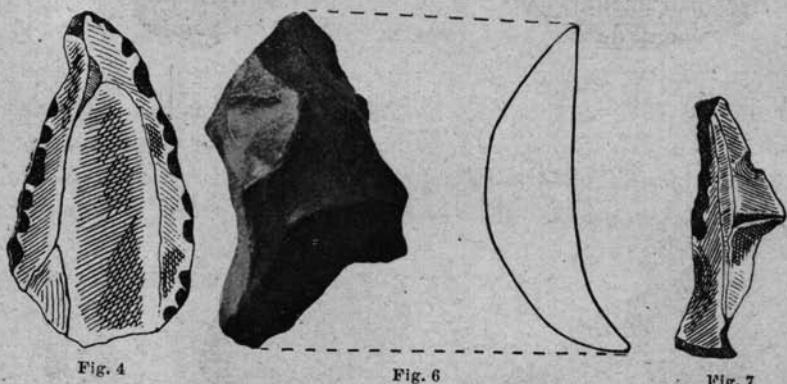
A da fig. 1, do Casal do Monte, é uma lasca de quartzite, em que a parte superior foi cuidadosamente talhada de maneira que se aperfeiçoou a ponta. É a mais tóscia desta série. A secção é, como se disse, côncavo-convexa.

A da fig. 2, também de quartite, diferença-se da antecedente por não partir o talhe da parte inferior duma linha mediana, pois foi substituída por uma faceta. O mesmo cuidado houve em aperfeiçoar a parte superior para a tornar mais ponteaguda. A secção é a comum. É da A da Maia.



Este instrumento (fig. 3) é já bastante aperfeiçoado. De silex, é trifacetado dos dois lados, e é este o único carácter por que se afasta das duas peças antecedentes. Foi colhido na A da Maia.

Na fig. 4 representa-se uma esplêndida ponta de silex da A da Maia. O tipo e a secção são os comuns, e só tem em especial retoques nos bordos.



A ponta de silex (fig. 5) do Casal do Monte é bastante perfeita, e ainda que o instrumento seja do mesmo tipo dos antecedentes vê-se no entanto, na parte inferior, esboçar-se um punho, obtido por profundos e sucessivos retoques.

Na fig. 6 o punho aparece nítidamente. Tem o talhe perfeito e é de silex. É do Casal do Monte.

O instrumento da fig. 7, do Casal do Monte, é de silex acinzentado e pequeno. Na nossa colecção há mais instrumentos do Casal do Monte análogos a êste.

II.—«Coups-de-poing» usados como furadores da estação paleolítica do Casal do Monte

Encontraram-se até agora no Casal do Monte cinco *coups-de-poing* em que se torna notável o aperfeiçoamento da ponta, o que faz crer que serviram de furadores.



Fig. 8



Fig. 10

O da fig. 1 é um grande *rognon* de silex acastanhado, talhado cuidadosamente por sucessivos e profundos golpes numa das extremidades para obter uma ponta bastante afilada. É o mais grossoiro desta série. A face figurada é, como se vê, a superfície natural do *rognon*;



Fig. 9



Fig. 11

a outra foi adaptada a tornar o instrumento achatado. Mede 0^m,1 de comprimento, 0^m,055 de largura e 0^m,02 de espessura.

Na fig. 9 representa-se um *coup-de-poing* feito duma lasca de silex amarelo-claro. Como na peça antecedente, a base está por trabalhar. A ponta, cuidadosamente retocada, inclina-se um pouco para a esquerda, como a da fig. 8. Uma das faces (a da figura) apresenta só trabalho na parte superior para obter a ponta; a outra é plana e com um bolbo de percussão. Tem 0^m,065 de comprimento, 0^m,05 de largura e 0^m,015 de espessura.

O mais perfeito instrumento dêste tipo é o da fig. 10. De silex amarelo, é de talhe muito cuidado. Com a base por lascar, tem no

entanto a ponta (nesta peça inclinada para a direita) muito bem talhada e com esplêndidos retoques. A face oposta à da figura foi trabalhada de maneira que o instrumento ficou pouco espesso. Mede 0^m,1 de comprimento, 0^m,07 de largura e 0^m,03 de espessura.

A peça da fig. 11 é de silex amarelo-acastanhado e está bastante corroída pela água. É pequena, pois tem 0^m,05 de comprimento, 0^m,045 de largura e 0^m,02 de espessura; e neste exemplar a ponta muito aguçada é direita e obtida por profundos golpes de ambos os lados. A base está por lascar.

O último instrumento dêste tipo que se passa a descrever (fig. 12) é de quartzite, e muito análogo ao da fig. 11. É uma lasca dum *rognon*, como se vê pela base arredondada, e com ambas as faces planas. A ponta é direita, retocada e obtida do mesmo modo que as das peças atrás descritas. Tem 0^m,06 de comprimento, 0^m,05 de largura e 0^m,02 de espessura. Foi colhido logo numa das primeiras excursões realizadas ao Casal do Monte.

*

Estes instrumentos, como talvez todos os *coups-de-poing*, não deviam ser encabados, mas usados à mão.

Parece-nos que o seu melhor meio de prehensão era o seguinte: o corpo destas peças ficava na chave da mão; pelas duas chanfraduras laterais, junto à ponta, passavam os dedos indicador dum lado e médio do outro.

É assim que estes instrumentos são mais preênsiveis.

III.—Vários «coups-de-poing» do tipo de St.-Acheul do Casal do Monte

Entre os muitos *coups-de-poing*¹ colhidos nesta estação avultam pelo aperfeiçoamento do seu talhe os que servem de objecto a esta notícia.

A alguns dêles já se fizeram referências nouros estudos, mas achamos útil, para melhor conhecimento do paleolítico português, publicá-los.

É isso que se passa a fazer.

O instrumento da fig. 13 é de quartzite acinzentada. Trabalhado, com esmôro, tem na base uma parte por talhar (*talon*). Não é ponteagudo (como o são a maior parte dos *coups-de-poing* do Casal do Monte e das estações dos arredores da A da Maia), nem tem a secção amigdóide; os bordos são cortantes. Tem 0^m,09 de comprimento, 0^m,055 de largura e 0^m,035 de espessura.



Fig. 13



Fig. 16



Fig. 14

O *coup-de-poing* da fig. 14 é uma esplêndida peça de silex amarelado. Talhado com amplos golpes, tem os bordos cortantes e retocados, e a ponta bastante afilada. A base é por talhar (*talon*) e plana. Tem 0^m,1 de comprimento, 0^m,06 de largura e 0^m,04 de espessura.

Na fig. 15 representa-se um *coup-de-poing* de silex amarelado. De esplêndido talhe, tem infelizmente a ponta partida. É arredondado e a base está por trabalhar, como nas duas peças anteriormente descritas. Os bordos retocados e em miúdo zig-zag, são no entanto pouco cortantes. Teria talvez 0^m,1 de comprimento. A largura é 0^m,05 e a espessura 0^m,03.

¹ São 88 os *coups-de-poing* que temos até agora do Casal do Monte.

O instrumento da fig. 16 é um dos mais perfeitos que se tem encontrado no Casal do Monte. Pequeno, pois mede 0^m,04 de comprimento, 0^m,03 de largura e 0^m,01 de espessura, é de silex e trabalhado em toda a superficie. No artigo «Indústrias paleolíticas do Casal do Monte»¹, dizemos a p. 41 «... é um *coup-de-poing* pequeno muito bem trabalhado e apresenta uma particularidade interessante. A. de Mortillet² diz que o lado dos instrumentos cheleanos é em zig-zag e o dos acheuleanos em linha recta ou torcido. Pois êste nosso exemplar apresenta ao mesmo tempo duas destas características». No Museu Etnológico Português há um instrumento idêntico, do Casal do Monte, encontrado pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos.



Fig. 15



Fig. 17

Na fig. 17 está representado um *coup-de-poing* a que já tambem fizemos referência no citado estudo³. É arredondado, não tendo sido talhado num dos bordos.

IV.—Nota sobre dois «coups-de-poing» triangulares do Casal do Monte

No capitulo sobre a «évolution du coup-de-poing»⁴ e no parágrafo referente às «modifications et determination de l'âge»⁵ do livro *La Préhistoire*, A. de Mortillet diz, referindo-se aos *coups-de-poing* triangulares, que «... la forme plate, triangulaire, ne se rencontre que parmi les coups-de-poing les plus récents»⁶.

¹ In Revista *Materiais*, vol. 1, n.º 2.

² G. et A. de Mortillet, *La Préhistoire*, p. 154, figs. 27 e 28.

³ P. 41.

⁴ P. 152.

⁵ P. 154.

⁶ P. 155.

No *Musée préhistorique*¹, est. x, fig. 70, vem figurado um instrumento dêste tipo e na legenda vê-se «...Les instruments triangulaires, presque inconnus dans les alluvions, sont très rares partout».

Na estampa estão representados «coups-de-poing de la surface du sol» e com a classificação de *Acheuléens*.

Estas indicações, que dão particular importância aos instrumentos dêste tipo, levaram-nos à descrição sumária de duas peças triangulares colhidas na estação paleolítica do Casal do Monte.

A um dos instrumentos já se fez leve referência no opúsculo *Estação paleolítica do Casal do Monte*, a p. 7; êles marcam um novo tipo no paleolítico português.

No capítulo sobre as estações dos arredores da A da Maia² descrevem-se alguns *coups-de-poing* triangulares, mas nenhum dêles tem os caracteres típicos, «la forme platte, triangulaire...»³, enquanto os que servem de objecto a este capítulo são formas perfeitas.



Fig. 18



Fig. 19

O da fig. 18, colhido logo numa das primeiras excursões ao Casal do Monte, e a que já nos referimos noutro lugar⁴, é triangular e de silex amarelo-claro. O seu talhe é bastante perfeito (a pequenos golpes), e está retocado nos bordos, que são cortantes e em miúdo zig-zag. Em ambas as faces se deixou na parte média uma porção por talhar, e a base é também a superfície natural do *rognon*, o que facilita muito a sua preensão. É interessante notar que um dos lados, o mais cortante, é um pouco convexo o que dá ao instrumento a aparência um pouco inclinada.

¹ 2.ª edição.

² Vid. supra, p. 30 sgs.

³ *La Préhistoire*, p. 155.

⁴ J. Fontes, *Estação paleolítica do Casal do Monte*.

Mede 0^m,06 de comprimento, 0^m,05 na sua maior largura, e 0^m,02 de espessura.

Na fig. 19 representa-se o outro *coup-de-poing*. Triangular, é de silex negro. Também de talhe esmerado, tendo os bordos cortantes, retocados em miúdo zig-zag, como se observou na peça antecedentemente descrita. Um dos lados, também o mais cortante, é um pouco convexo. A parte média de ambas as faces e a base estão por talhar. Mede 0^m,06 de comprimento, 0^m,05 de largura e 0^m,015 de espessura.

*

São estes instrumentos muito curiosos.

O talhe idêntico, o retoque análogo, a mesma inclinação duma linha baixada do vértice sobre a base, inclinação devida à convexidade dum dos bordos, o que olha o lado esquerdo, que é o mais cortante, a falta de talhe de ambas as faces na sua parte média e na base, e quase as mesmas dimensões, são caracteres de ambos os *coups-de-poing*.

V. — Estações paleolíticas dos arredores da A da Maia

O descobrimento da estação paleolítica do Casal do Monte¹ com a sua enorme abundância de instrumentos, tendo sido alguns deles apresentados à Sociedade de Ciências Naturais pelo nosso querido mestre e amigo Sr. Dr. António Aurélio da Costa Ferreira, fez-nos prever a existência doutras nos arredores de Lisboa nas mesmas circunstâncias. Tratámos pois, de percorrer sistemáticamente estas regiões.

Efectivamente vários vestígios do período paleolítico (e neolítico) temos encontrado. Vamos falar dalguns, e a seu tempo falaremos doutros.

Num desses passeios, em 22 de Setembro de 1910, descobrimos as estações², que são objecto desta despretensiosa e rápida notícia.

Não se tem a pretensão com êste curto estudo senão marcar os lugares onde até agora temos encontrado instrumentos característicos, para que outros de maior competência possam estudá-los como o devem ser. Tanto mais que a falta de tempo não tem permitido proceder ao estudo minucioso destas estações.

¹ Vide: *Estação paleolítica do Casal do Monte, e Indústrias paleolíticas do Casal do Monte* (separata do n.º 2, vol. 1, ano 1, da revista *Materiais*).

² Fui acompanhado nesta excursão por meu tio Sr. José Fontes.

Ainda que não tam ricas como a do Casal do Monte, deram porém algumas dezenas de instrumentos.

São quatro as estações a que nos referimos: a do Casal das Osgas; a dos Salrêgos (junto à quinta do mesmo nome); a da Quinta de Alfragide de Baixo, ao pé dum tanque onde o gado vai beber; e, finalmente, a última à beira da estrada que vai de Ajuda a Queluz por debaixo do Casal das Osgas.

Visitámos nessa ocasião a da A da Maia, que fôra descoberta dois ou três dias antes pelo Sr. Vergílio Correia, e que, sem ainda o sabermos, percorremos também; das outras damos nós pela primeira vez notícia.

Em mais outros sítios, nesta mesma área, aparecem avulsamente vários silices e quartzites lascados, como no cabeço da Mama-Sul, um pouco ao sul de Salrêgos, e nos moinhos da Barrunchada.

Numa superfície de 4 quilómetros quadrados se encontram estas estações.

É uma verdadeira região prehistórica.

Não são vestígios duma grande estação, mas caracterizadas estações com instrumentos típicos. São efectivamente pouco afastadas umas das outras, mas isso, como à primeira vista pareceria, não implica que formem uma única.

Se assim fôsse, não se compreenderia o encontrarem-se, por exemplo, instrumentos em abundância na A da Maia, e nenhuns no espaço que medeia entre esta e a do Casal das Osgas. Mas, a par desta falta de probabilidade, há um facto que prova de maneira evidente esta afirmativa. Comparando os materiais de que são feitos os instrumentos nas diversas estações, vê-se que há diferenças importantes para este caso. Assim na da A da Maia a matéria prima é a quartzite de côr amarela muito clara e acinzentada, e o silex de côr amarela clara e às vezes um pouco avermelhada. Na do Casal das Osgas os instrumentos são feitos de silex branco, e só temos três instrumentos, dois de quartzite amarela escura, e outro de quartzite acinzentada. Na de Salrêgos a quartzite é avermelhada e o silex branco avermelhado, isto é, um leve tom côr de tejolo. Na da Quinta de Alfragide de Baixo (ao pé do tanque mencionado) a quartzite é de côr amarelo-alaranjada e o silex também é da mesma côr. Na que fica ao pé da estrada de Ajuda a Queluz os instrumentos são quase todos de silex branco, levemente acinzentado, e o único instrumento de quartzite desta estação, um lindo *coup-de-poing*, é amarelo-avermelhado e de grão grosso. Quer dizer: à parte algumas diferenças de materiais, há diferença de pátina.

Parece pois que a afirmativa formulada acima é perfeitamente justa.

Note-se também que, sendo estas estações umas em cumes de oueiros, outras nas faldas, se acham separadas entre si por acidentes geográficos.

É importantíssima esta região, e para ela ousamos chamar a atenção dos estudiosos.

Nelas, bem como na do Casal do Monte¹, os objectos encontram-se à superfície do terreno misturados uns com os outros, de maneira que nenhuma delas pode servir de tipo para uma futura classificação, a não ser que escavações venham provar o contrário.

Para descrever os objectos ali encontrados, como já fizemos com relação ao Casal do Monte², seguiremos a classificação de G. de Mortillet³, não porque estejamos convencidos que ela se aplique integralmente a Portugal, mas para fixar ideias.

Cada país terá, sem dúvida, um carácter especial na sua arqueologia, mas parece-nos impossível adoptar por enquanto uma classificação para o nosso paleolítico, pois não há até agora uma estação típica.

A do Casal do Monte é importantíssima pela abundância de instrumentos⁴, e será sem dúvida uma das mais notáveis do nosso país; as restantes também tem grande importância pelo seu conjunto, pois pertencem, como se disse, a uma região única; mas tanto uma como as outras nada dizem sobre a evolução da indústria da pedra lascada em Portugal.

1. Estação de A da Maia

Não nos compete descrever esta estação, mas ao Sr. Vergílio Correia, pois foi este Senhor quem a descobriu; e, senão pertencesse à região de que falamos, não tratariamo de dela.

Das cinco percorridas é esta a mais rica. Há daqui instrumentos dos tipos de Chelles, de St.-Acheul, de Moustier, e de Madeleine. São cinco os *coups-de-poing* do tipo de Chelles, quatro de quartzite e um de silex. Estes, de talhe muito rudimentar, apresentam (fig. 20) uma das faces não trabalhada bem como a base (*talon*). Também no Casal do Monte se encontram alguns instrumentos d'este tipo, ainda inéditos. O outro é um instrumento (fig. 21) de bordo cortante como o da fig. 12, p. 23, da Guia do *British Museum*. — *The stone age.*

¹ Joaquim Fontes, *Indústrias paleolíticas do Casal do Monte*, in *Materiais*, vol. I, p. 39.

² Id., *ibid.*

³ G. et A. Mortillet, *La Préhistoire*, p. 240.

⁴ Só na nossa colecção temos mais de 500.

Dos do tipo de St.-Acheul faremos sobressair o da fig. 22. Apanhado numa posterior excursão pelo nosso amigo Sr. José Santa Rita, é de quartzite, com diminuta parte por talhar, e vê-se que nele se atendeu só à ponta. É análogo ao da fig. 5, p. 17, da Guia do *British Museum*, já citada. Aqui se encontrou outro dêste tipo, mas mais tóscamente talhado.

Temos desta estação mais dois *coups-de-poing* triangulares, com a base plana e por talhar, podendo equilibrarem-se sobre ela, e com a ponta cuidadosamente trabalhada (fig. 23).

Também existem várias lascas, análogas a umas do Casal do Monte¹, que parecem pertencer a esta época.

Da época de que é protótipo a estação de Moustier deu esta estação várias pontas e raspadores.

Umas são talhadas dum lado em três faces, e retocadas (fig. 24); outras talhadas dum lado em duas faces, e o lado liso plano (fig. 25); outras talhadas dum lado em duas faces, e o lado liso convexo (fig. 26); e também há lascas em forma de ponta (fig. 27).

Os raspadores são de bordo circular (fig. 28); de bordo côncavo (fig. 29), e lascas trifacetadas dum lado e do outro lisas (fig. 30)².

Encontrou-se também uma lâmina cortante e retocada (faca) análoga à da fig. 99, est. XIII, do *Musée préhistorique*, 2.^a edição, de G. et A. Mortillet.

Correspondente à época da estação francesa de Madeleine possuímos dois *becs de perroquet*: um publicado no *Compte-Rendu du Congrès Préhistorique de France, session de Nîmes (1911)*; o outro³ é o da fig. 31. Desta época achou-se aqui uma lâmina de *tranchant abattu* (fig. 32).

2. Estação do Casal das Osgas

Fica por cima da A da Maia, para o sul, no cume dum outeiro. Existe água por ali perto em abundância. É um monte dominante (só excedido pelo de Alfragide, que é ponto trigonométrico), em cuja encosta fica um casal com aquele nome.

Esta estação, sem ser muito abundante de indústria paleolítica, é a mais importante das que descobrimos nos arredores da A da Maia,

¹ *Indústrias paleolíticas do Casal do Monte*, in revista *Materiais*, vol. I, ano I, p. 41.

² Tanto os raspadores como as pontas descritos pertencem a tipos já conhecidos na estação do Casal do Monte. Vid. o já citado artigo *Indústrias paleolíticas do Casal do Monte*, in *Materiais*, p. 41.

³ É semelhante ao da fig. 46, p. 185, de *La Préhistoire*, de G. e A. Mortillet.

pela perfeição do talhe dos instrumentos. Nas outras deparam-se-nos juntamente rebotalhos de silex e quartzite; nesta encontram-se muito poucas lascas.

Todos os objectos desta estação são típicos.

Acharam-se ali instrumentos dos tipos de Chelles, de St.-Acheul, do Moustier, do Solutré, do Madeleine e neolíticos. Da época de Chelles existem três *coups-de-poing* de quartzite. Dois, análogos ao que está figurado a p. 62, fig. 70, da Guia do *British Museum, The stone age*, são arredondados, com a parte inferior por talhar, sem bordos cortantes e só com ponta, que devia ser bastante afilada, pois ambas as peças tem-na partida (fig. 33). O terceiro *coup-de-poing*, análogo a um inédito do Casal do Monte, é triangular, com a base e um dos lados sem talhe (fig. 34).

Todos estes instrumentos, apesar da sua rudeza, são mais perfeitos do que os da A da Maia.

São cinco os *coups-de-poing*, do tipo St.-Acheul, desta estação até agora conhecidos.

O mais perfeito é o da fig. 35. É de quartzite, de talhe muito cuidado, e quase que simétrico em relação ao seu eixo. Uma das faces é esplêndidamente trabalhada e a outra um pouco mais tóscas. A base, como se vê na figura, foi respeitada (*talon*).

Outro é bastante curioso, e desse tipo existem semelhantes do Casal do Monte¹ e da quinta da Boticária, em S. Bartolomeu da Charneca: arredondado, com um dos lados por talhar, e um pouco achatado, e o outro com a linha de corte característica, em zig-zag. De silex (fig. 36)².

Os restantes *coups-de-poing* são muito bem trabalhados, de forma um pouco triangular, com retoques nos bordos, e estabelecem transição dos do tipo de St.-Acheul para as pontas do tipo de Moustier.

Estas são talhadas dum lado em três faces e retocadas (fig. 37); talhadas dum lado em três faces e o lado liso convexo (fig. 38); talhadas dum lado em duas faces e o lado liso plano (fig. 39), e lascas em forma de ponta (fig. 40).

Os raspadores são de bordo circular (fig. 41); de bordo côncavo (fig. 42), e lasca trifacetada dum lado e do outro lisa (fig. 43)³.

¹ *Indústrias paleolíticas do Casal do Monte*, in *Materiais*, ano 1, p. 41.

² O instrumento desta estação foi publicado no Congresso Prehistórico de França, sessão de Angoulême. O que aqui se figura é da Boticária, o que fazemos para esclarecimento do texto.

³ Cfr., como já fizemos para a estação da A da Maia, com as pontas e raspadores do Casal do Monte. *Indústrias paleolíticas*, p. 41.

Como pertencentes ainda a esta época citaremos dois discos, ou *armas de arremesso*¹, cuidadosamente trabalhados.

Da época da estação de Solutré podemos mencionar alguns raspadores característicos. São estes, lascas trifacetadas, finas, com a parte superior recta e delicadamente retocada.

Um pequeno *bec de perroquet* (fig. 45) é o único vestígio da época *magdalénienne*.

Pertencem também a esta estação dois percurtores neolíticos, um pedaço de mó, e vários cacos do mesmo período.

3. Estação ao pé da estrada

Numa linha entre o Casal das Osgas e o monte de Mama-Sul (ponto trigonométrico e de enfiamento dos navios à barra do Tejo) fica, ao lado da estrada da Ajuda a Queluz, outra estação num pouco elevado cabeço.

O silex e a quartzite encontram-se aí em abundância, e o sítio é fértil em água.

Aparecem aqui instrumentos dos tipos de Chelles, St.-Acheul, Moustier e neolíticos.

São dois os *coups-de-poing* do tipo de Chelles.

Arredondados, sem ponta, de silex, com *talon*, com o bordo em zig-zag, são de rudeza de talhe bastante grande (fig. 46). Na Guia do British Museum, *The stone age*, a p. 23, fig. 12, vem um *coup-de-poing* desse tipo, e já da estação da A da Maia se descreveu nesta notícia um análogo.

Contrastando com estes estão os do tipo de St.-Acheul, que são de talhe bastante esmerado.

O da fig. 47 é de quartzite amarela avermelhada, lascado em toda a sua superfície. Com a ponta bastante perfeita, de bordos cortantes e em zig-zag, é bastante espesso no meio. É este um dos instrumentos mais belos que se conhecem no paleolítico português.

Outro *coup-de-poing*, tipo de St.-Acheul, daqui, é de silex, deselegante, grosso, arredondado, com os bordos retocados e a base por talhar. É, por assim dizer, um aperfeiçoamento dos *coups-de-poing* do tipo de Chelles desta estação.

Encontraram-se mais dois instrumentos desta época: um é de quartzite, pequeno, elegante, bifacetado dum lado e com retoques; o outro é ponteagudo, bastante talhado, mas com os golpes como que indecisos

¹ G. et A. Mortillet, *La Préhistoire*, p. 161, fig. 30.

(fig. 48). A p. 591 (fig. 113) de *La Préhistoire*, vem figurado um *coup-de-poing* do mesmo tipo dêste.

Como transição para a época de Moustier há uma série de pontas lascadas dum lado, com retoques, e do outro lisas.

Das pontas dos tipos de Moustier, umas são talhadas dum lado em duas faces e do lado liso côncavas (fig. 49), outras talhadas dum lado em duas faces e do lado liso convexas (fig. 50).

Poucos raspadores típicos foram encontrados aqui, predominando entre êsses exemplares os de bordo circular (fig. 51).

Talvez já da época de Solutré¹, mas de grande rudeza de talhe, veio desta estação um furador de silex e um percurtor de quartzo, que pode também ser neolítico.

Do mesmo período se encontrou uma faca, pedaços doutras e um percurtor.

4. Estação da quinta de Alfragide de Baixo

Junto a um tanque onde o gado bebe água, que lhe vem das muitas nascentes que por ali há, apareceram também vários silices e quartzites lascados das épocas de Chelles, St.-Acheul e Moustier.

São três os *coups-de-poing*, do tipo de Chelles, desta estação. Tôscamente talhados, muito mais grosseiros do que os da estação ao pé da estrada, são dois de quartzite e um de silex.

Um é triangular com uma parte por lascar de cada face (fig. 52), mas em lados opostos, bem como a base.

O segundo é do mesmo tipo dos da estação ao pé da estrada, não termina em ponta, mas numa linha em zig-zag. Foi só a parte superior que recebeu talhe. É de silex.

O último é um pouco côncavo numa das faces, em virtude do tôsco lascado. Tem *talon*, sem bordos, e termina em ponta levemente aguçada.

São dois os únicos *coups-de-poing* do tipo de St.-Acheul desta estação.

Ambos perfeitos no talhe, tem a base por lascar. Só se atendeu nos dois à ponta, que é mais aguda e fina num dêles (fig. 53), tendo servido naturalmente como furador; o outro é triangular.

¹ Numa excursão realizada a estas estações, já depois de redigida esta notícia, encontrámos nesta uma ponta que lembra as (fig. 44) do tipo de Solutré. No *Manuel d'Archéologie préhistorique, celtique et gallo-romaine*, de Déchelette, vol I, p. 139, fig. 49, 5.^a, vem uma ponta parecida com esta.

Notaremos o pedúnculo que se observa em ambas as pontas. É uma lasca sómente retocada nos bordos. No *Musée Préhistorique*, de G. et A. Mortillet, est. XVIII, figs. 131 e 132, vem uma lasca talhada em forma de ponta.

Pontas, com uma face lisa e a outra lascada, indicam, como na última estação descrita, a transição para a época do Moustier.

Desta só possuímos uma ponta de silex, bifacetada dum lado, retocada, e com uns entalhes na base (fig. 54). No *Musée Préhistorique*, est. xv, figs. 109 e 110, vem um instrumento análogo.

5. Estação dos Salrégos

Fica esta estação ao pé da quinta do mesmo nome, no sopé do monte de Mama-Sul.

É a que tem menos importância das cinco percorridas e das quatro já descritas.

Apareceram aqui instrumentos do tipo de Chelles e de Moustier, e neolíticos.

O único *coup-de-poing* do tipo de Chelles é triangular tendo sido respeitada a base (*talon*), sendo um dos bordos cortantes e o outro plano. O bordo cortante é retocado (fig. 55).

Vários raspadores de bordo arredondado designam a época de Moustier desta estação (fig. 56).

Do período neolítico apareceu um triturador, análogo a alguns da estação neolítica de Liceia, assim como uma pontinha de seta.

*

Não tem grande importância arqueológica os poucos sílices e quartzites encontrados noutros locais, e até talvez sejam rebotalhos para lá levados ou indícios doutras estações. Novas explorações resolvem o problema.

Conclusões. — Da rápida notícia que acabamos de fazer deduz-se quanto aquela região é rica em estações paleolíticas. Raro será o cabeço nesta área em que, ou não haja uma estação, ou não se descubram vestígios de talhe intencional em quartzites e sílices.

Comparando os instrumentos destas estações com os do Casal do Monte observam-se os mesmos tipos, a mesma rudeza de talhe, o «*talon*», a mesma pequenez e maior número de instrumentos ponteadugados do que de bordo cortante.

Seriam pois naturalmente estações contemporâneas umas das outras.

A exploração que motivou o descobrimento destas estações começou da Ajuda para o norte. Quando chegámos à quinta de Salrégos íamos bastante fatigados. Tencionávamos descansar aqui e depois

ir contornando a margem do Tejo. Pedindo água a uma mulherzinha que morava na dita quinta disse-nos ela: «talvez os senhores queiram ir beber à fonte dos Mouros». Ao ouvirmos esta mágica palavra «Mouros», que tam ligada anda sempre com antigualhas, mudámos imediatamente de opinião com respeito ao itinerário que devíamos seguir, e pensámos logo em percorrer os arredores. Saímos da quinta, e subimos a encosta dum monte, em direcção à serra do Monsanto: começaram logo a aparecer alguns instrumentos.

Daqui se vê mais uma vez quanta importância tem o onomástico nas pesquisas arqueológicas. E mal imaginava a mulherzinha que, ao dar-nos um conselho para matarmos a sede em modesta fonte rústica, nos punha à beira dum manancial arqueológico¹!

VI.—Três «coups-de-poing» de tamanho excepcional da estação paleolítica do Casal do Monte

«Temos tirado várias conclusões do exame dos instrumentos do Casal do Monte. Aqui daremos apenas uma. Impressionou-nos bastante a pequenez de todas as peças desta estação, pois tem pelo menos metade do tamanho dos objectos similares estrangeiros. Não se poderá ver neste facto um carácter especial de raça, isto é, seriam os habitantes do Casal do Monte homens de pequena estatura?»

Era isto o que escrevíamos no estudo *Indústrias paleolíticas do Casal do Monte*².

Bastantes excursões temos feito, depois que publicámos aquela notícia, a esta estação e a pequenez dos instrumentos continua a manifestar-se.

As freqüentes visitas e as abundantes colheitas, algumas delas para o Museu Etnológico Português, tem-nos habituado a reconhecer aqui entre as outras pedras as que foram trabalhadas ou por causa da cõr ou qualidade, ou do tamanho, etc.

¹ Já depois da excursão a que se aludiu na nota referente à estação da estrada de Ajuda-Queluz, descobrimos nova estação paleolítica, também junto à estrada da Ajuda a Queluz e distante da acima descrita (também junto à estrada) um quilómetro e meio aproximadamente.

Est'outra chama-se *estaçao do Casal da Serra*, visto ficar próxima dum casal com êste nome.

Fica entre o moinho da Atalaia e o dito casal.

Não é pouco abundante em instrumentos, pois já possuímos dali 50 peças (e todas bastante perfeitas), apesar de a termos percorrido só num dia.

² In revista *Materiais*, p. 39, vol. I.

Encontrámos porém três *coups-de-poing* que pelo tamanho se afastam completamente dos muitos achados nesta estação¹.

O da fig. 57, colhido logo numa das primeiras excursões ao Casal do Monte, é um grande instrumento de grés, talhado com amplos golpes. Os bordos são de zig-zag e o talhe parte duma linha mediana. A face representada na figura é bastante elevada em relação a um plano que passe pelos bordos e ponta; a outra é menos saliente. A base é arredondada, e a ponta está um pouco partida. Tem 0^m,155 de comprimento; 0^m,06 de espessura e 0^m,09 de largura. Está muito corroído pela água. É de talhe muito grosseiro, sem retoques, e portanto do tipo de Chelles.



Fig. 57



Fig. 58

A bela peça da fig. 58 é de quartzite acastanhada com laivos vermelhos muito vivos. Foi feita dum grande *rognon* do qual resta parte (*talon*) na base e na face figurada. É muito preênsil e tem 0^m,14 de comprimento; 0^m,085 de largura e 0^m,065 de espessura. Belamente talhada, tem cortantes um dos bordos que é muito retocado e em miúdo zig-zag. A face não visível na figura é talhada a amplos golpes. Foi colhida em Março de 1912 por meu pai, o Sr. António F. Fontes.

¹ São já 110 os que actualmente temos do Casal do Monte.

Numa excursão realizada no mês de Fevereiro de 1911 foi encontrado um enorme *coup-de-poing* de silex amarelo-claro. É o maior dos três aqui estudados, e pertence já à série dos «grands échantillons» (fig. 59)¹.

Pode-se calcular o seu comprimento aproximadamente em 0^m.178 (visto ter uma pequena fractura na ponta). Tem 0^m.101 de largura,

0^m.055 de espessura e pesa 930 gramas. Este instrumento está bastante gasto pela água e coberto de riscos de ferrugem devidos sem dúvida à charrua. Excepto a leve fractura que mostra na ponta, está perfeito, e é para admirar o achar-se tão belo instrumento quase completo apesar das injúrias dos séculos. Foi encontrado num rέgo de água que desce do Casal do Monte e se vai perder num riacho ao pé da Ponte de Frielas. Este instrumento é ponteagudo e muito preensil. A face representada na gravura é bastante saliente em relação a um plano de simetria que passasse pelo eixo e bordos do instrumento; a sua maior espessura é atingida a $\frac{2}{3}$ da base e dai para a ponta; nesta face o talhe dá-se dum lado e doutro duma linha que divide simétricamente o instrumento. Um dos bordos é cortante

e bastante retocado, o outro é de trabalho muito tóscio. A outra face é menos accidentada, mas apesar de estar bastante corroída pela água, vê-se ter sido talhada menos cuidadosamente. A base está em parte por talhar (*talon*) e é um pouco arredondada.



Fig. 59

*

O tamanho digno de registo destas três peças contrasta com o de todas do Casal do Monte e não combate a resposta, talvez um pouco

¹ *La Préhistoire*, P. & A. de Mortillet, p. 133.

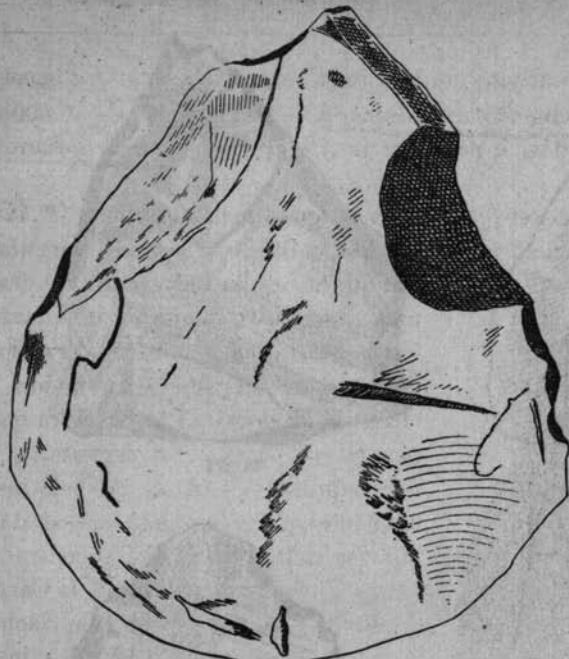


Fig. 20



Fig. 35



Fig. 31

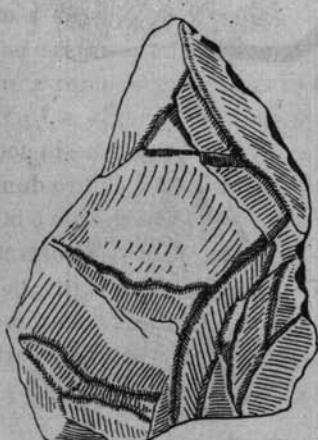


Fig. 21



Fig. 32



Fig. 22



Fig. 54

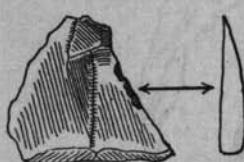


Fig. 39



Fig. 56



Fig. 23

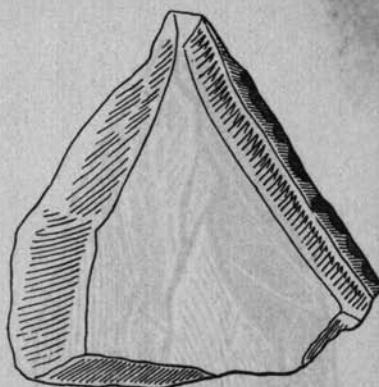


Fig. 24



Fig. 25

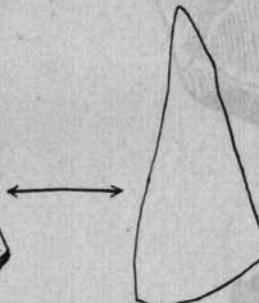


Fig. 45

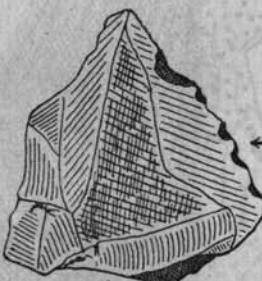


Fig. 26



Fig. 49

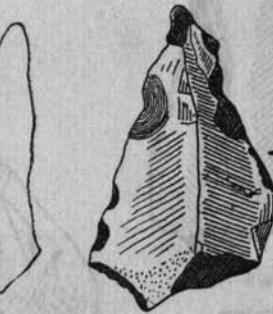


Fig. 29



Fig. 28



Fig. 34

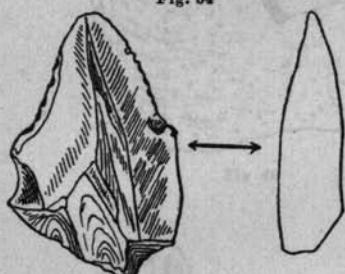


Fig. 38

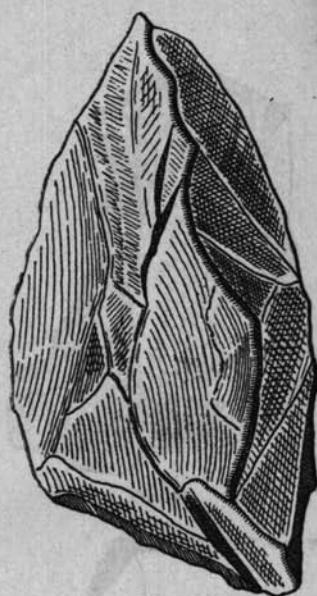


Fig. 36



Fig. 33



Fig. 30



Fig. 41

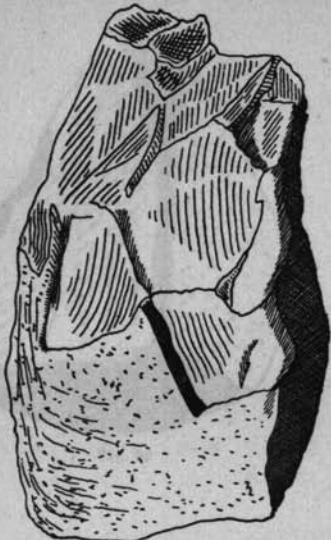


Fig. 46



Fig. 42



Fig. 37

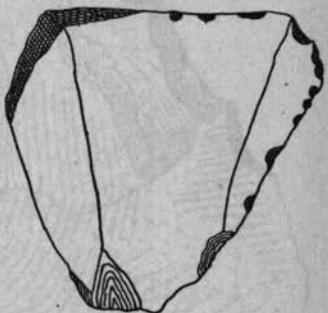


Fig. 43

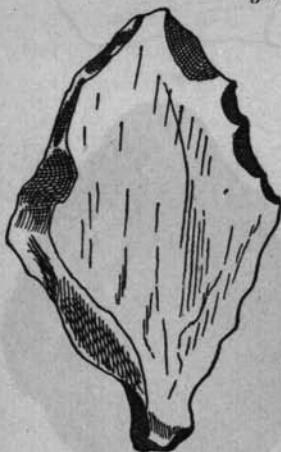


Fig. 44

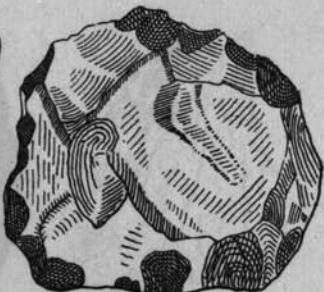


Fig. 51

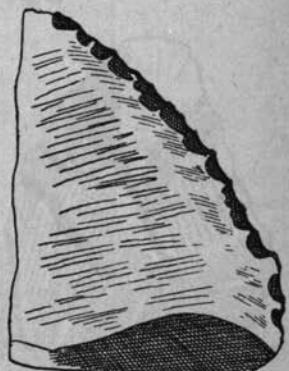


Fig. 40

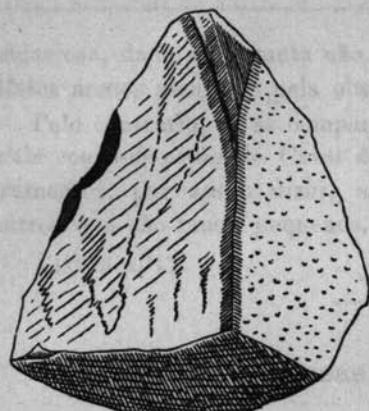


Fig. 52

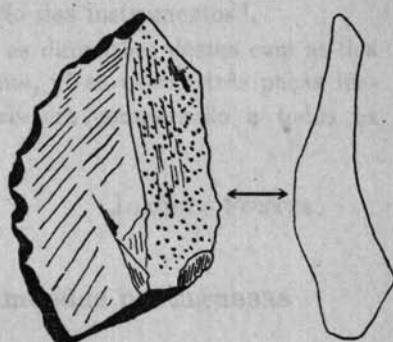


Fig. 50

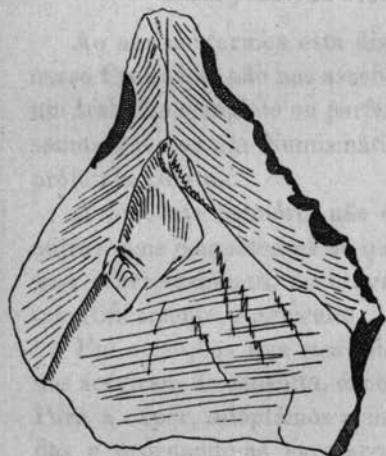


Fig. 53

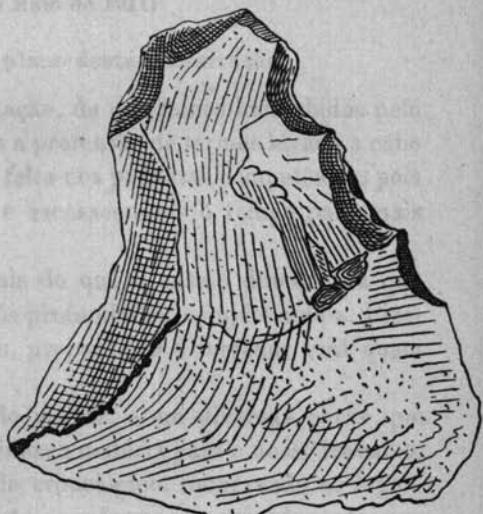


Fig. 55



Fig. 47



Fig. 27



Fig. 48

audaciosa, dada à pergunta não menos audaciosa acerca da pequenez dêstes nossos avoengos pela observação dos instrumentos¹.

Pelo contrário, se se compararem as dimensões dêstes com as dos mais *coups-de-poing* do Casal do Monte, vê-se nestas três peças instrumentos, por assim dizer, anormais em comparação a todos os outros que são muito pequenos.

Lisboa 1912.

JOAQUIM FONTES.

Legendas religiosas das moedas portuguesas

(Dissertação apresentada na cadeira de Numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa em Maio de 1911)

Duas palavras sobre o plano desta dissertação

Ao apresentarmos esta dissertação, de que fomos incumbidos pelo nosso Professor, não nos assoberba a pretensão de termos levado a cabo um trabalho completo ou perfeito; falta-nos para isso competência, pois somos novatos em Numismática, e escasseou-nos o tempo para mais profunda labuta.

A presente memória não é mais do que o ensaio dum obra que outros mais competentes do que nós profundarão, completando-a. Fizemos o arroteamento, desbravámos, preparámos o terreno; virá quem scientificamente o agriculte.

Em colecções que nos foi dado visitar, e em diversas obras que nos serviram de consulta, encontrámos a matéria para o nosso trabalho. Para a expor, adoptámos o método cronológico, numerando as legendas e ordenando-as sucessivamente; conforme os reinados em que primeiro surgiram. Indicamos depois as fontes donde emanam, e a sua tradução. Em seguida apresentamos algumas breves considerações que o seu contexto nos sugeriu e, finalmente, fazemos uma rápida citação das moedas em que essas legendas se encontram, indicando para cada moeda uma obra, pelo menos, onde ela venha mencionada, servindo-nos na maioria dos casos de Aragão², não que lhe demos preferência a qualquer outro trabalho da especialidade, mas por ser aquele que mais facilmente se encontrará à mão dos curiosos.

¹ *Indústrias paleolíticas do Casal do Monte*, na revista *Materiais*, vol. I, p. 42.

² *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, por A. Teixeira de Aragão, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874.

As colecções de moedas portuguesas que visitámos foram as seguintes:

a da Biblioteca Nacional de Lisboa;

a do Museu Etnológico Português—Belém¹;

e, na Junqueira, a do nosso amigo Dr. Artur Lamas, que obsequiosamente no-la franqueou.

As diversas obras que nos serviram de consulta vem mencionadas na bibliografia apensa.

As legendas de que tratamos são todas escritas em latim e encontram-se, em geral, no reverso das moedas. As de texto muito extenso ocupam às vezes dois círculos concêntricos na orla e corpo das moedas; outras vezes vem truncadas, incompletas; muitas se encontram com grandes variantes nas truncaturas e na grafia, o que por vezes se torna incompreensível. É evidente que neste trabalho não podemos citar todas essas alterações, pois que, sendo numerosíssimas em cada uma das legendas, o mencioná-las tornaria a nossa dissertação mais curiosa, por certo, mas demasiado extensa.

As legendas são na maior parte extraídas dos textos sagrados, muitas delas dos psalmos²; de outras de carácter indubitavelmente litúrgico não conseguimos descobrir as fontes³. Há-as também compostas de títulos honoríficos⁴, divisas⁵, etc.⁶, que em seu lugar mencionamos. Todas traduzem o espírito religioso daquelas épocas, desde o nosso surgir até a culminância da nossa grandeza.

Para a versão dos textos sagrados servimo-nos das formas que encontrámos na Biblia⁷, tradução em português por António Pereira de Figueiredo, obra aprovada pelo Ex.^{mo} Cardeal Patriarca de Lisboa e examinada pelo erudito cônego Sena Freitas; para as restantes versões lançámos mão das nossas reminiscências de humanidades, e sem dó e com justiça atribuí, leitores, à nossa ignorância os erros que vos pareçam filhos de enganos.

Não reproduziremos aqui as considerações que apresentamos nos capítulos que sucessivamente se referem a cada uma das legendas.

¹ As moedas existentes neste Museu foram, até a quarta dinastia, por nós inventariadas, catalogadas e arrumadas, por encargo que nos deu o Director do mesmo.

² Vide legendas n.^{os} 2, 3, 4, 7, 8, 9, 11, 12, 13.

³ Vide legendas n.^{os} 5, 6, 10, 14, 17.

⁴ Vide legenda n.^o 16.

⁵ Vide legenda n.^o 15.

⁶ Vide legendas n.^{os} 1, 7, 18.

⁷ Vide *Bibliografia* apensa.

Diremos porém que nas moedas espanholas, onde a variedade de legendas religiosas é maior do que entre nós¹, algumas se encontram iguais às nossas, e são coetaneamente:

a legenda n.^o 1 nos reinados de Afonso IX e Fernando II, reis de Leão;

a legenda n.^o 3 nos reinados de Pedro I, Henrique II e Henrique III, reis de Castela;

a legenda n.^o 10 no reinado de Henrique IV², rei de Castela.

A legenda n.^o 8, que se encontra nas nossas moedas do reinado de El-Rei D. Fernando (1367-1383), é, séculos depois, empregada por Filipe V de Espanha (1700-1746) nas moedas que mandou cunhar.

Terminada esta pequena introdução, avisaremos que as abreviaturas convencionais com que citamos as diversas obras a que nos referimos se explicam na *Bibliografia* apensa.

1.^a legenda

In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Amen.

Em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo. Assim seja.

Era costume entre os cristãos, desde os primeiros tempos do cristianismo, encetar todos os actos e documentos por meio duma invocação religiosa. Sendo o dogma da Trindade, até o sec. VII, objecto de inúmeras discussões, essa invocação passou a ser de preferência uma profissão de fé na «SS. Trindade» e geralmente sob a forma «In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Amen». Desde essas épocas, é esta a invocação de que se servem os católicos quando se benzem ou quando abençoam. Ainda em nossos dias não são raros os fiéis cujo testamento começa por essas palavras, que constituiam o «incipit» de numerosos documentos medievais; dá-se a coincidência de ser com elas que encontrámos também o nosso trabalho, pois que, segundo o método cronológico que adoptámos, compõem a legenda religiosa mais antiga, a primeira de que temos conhecimento, nas moedas de Portugal.

Encontra-se esta legenda no reinado de:

D. Sancho I: in morabitino de ouro.

¹ Vide *Moedas hispano-cristianas*, de Heiss.

² «... se grave, nas moedas a legenda *Christus vincit, Christus regnat, Christus imperat* ou o que dela se extraia» (ordenamento de D. Henrique IV de Castela, feito em Segóvia em 18-V-1471): — Heiss, p. 83.

Variantes de que tivemos conhecimento:

† IN NE PTRIS I FILII SPS SCIA (A. 1.— Santos-Schulman 3).

† IN NE PTRIS'N FILIA SPS SCI (Meili-Schulman 4).

† IN NE PTRIS'I FILN SPS SCI (Meili-Schulman 3).

2.º legenda

Adjutorium nostrum in nomine Domini, qui fecit coelum et terram.

Psalmo cxxiii, v. 8.

Nosso socorro está no nome do Senhor que fez o céo e a terra.

(Trad. de Figueiredo).

Encontra-se esta legenda nos reinados de:

D. Dinis: in *tornês* de prata. O psalmo, escrito por extenso, ocupa dois círculos concêntricos (A. 1). Contudo notarei que há dúvidas a respeito da autenticidade ou da atribuição desta moeda.

D. João I: in *rial* de prata e de bilhão. Aparece o psalmo, nunca por extenso, ora incompleto, truncado, ocupando um ou dois círculos concêntricos (*passim*), ora apenas lembrado por uma única palavra, como por exemplo AD-IVT-ORI-VN (A 32) ou TER-AN (Santos-Schulman 163). A parte do psalmo «in nomine Domini» só vem gravada, nas moedas dêste reinado, num *rial* de bilhão.

D. Duarte: in *rial branco* de bilhão (A 4, Meili-Schulman 141), *rial grosso* (A 6, Meili-Schulman 146), *meio rial grosso* ou *chinfram* de prata (A 9, Meili-Schulman 148), *espádim* (A 14), *cotrim* de bilhão (A 17), *ceitil* (A 25-30), *rial preto* de cobre (A 31, 32, 33). Aparece o psalmo, nunca por extenso, mas sim incompleto, acabando às vezes em uma palavra truncada, e outras vezes, nos espadins e cotrins, completamente estropiado com falta e troca de letras; por exemplo, entre outros:

+ VIVTORIVA : NON : DIFECIT (A 13).

+ AIVTO : RES : NOS : CVI FECI (A 14).

3.º legenda

In te Domine speravi...

Em ti senhor esperei...

Ps. xxx, r. 2.

(Trad. de Figueiredo).

Encontra-se esta legenda no reinado de:

D. Afonso IV: in ensaio de cobre de uma moeda de ouro (Meili-Schulman 511).

4.º legenda

Dominus mihi adjutor et ego despiciam inimicos meos.

Ps. C. XVIII, v. 7.

O Senhor é o meu amparo: e eu desprezarei aos meus inimigos.

(Trad. de Figueiredo).

... e havia letras em de redor em latim que em lingoagem diziam: «Deus ajuday-me e fazey-me excellente vencedor sobre meus inimigos».

(Crónica de D. Pedro I, Fernão Lopes, ed. de Pereira Bayam, cap. XIII, p. 68).

Dios ayudad-me, i hazedme vencedor excelente sobre mis contrarios.

(Manuel de Faria e Sousa, Europa Portuguesa, cap. XI, tomo III, parte IV).

Encontra-se esta legenda nos reinados de:

D. Pedro I: in *dobra* de ouro (Crónica de D. Pedro, ed. de Bayam, p. 68) e *tornês* de prata. O psalmo escrito por extenso em dois círculos concéntricos (A, t. I, p. 175; Heiss, p. 61).

D. Fernando: in *tornês* e *barbudas* de bilhão. Ora por extenso (in *tornês*, A 10) às vezes reduzida e modificada. Ora incompleta e truncada (in *barbuda*, A 18), ora acresentada (in *tornês*, A 41, onde se lê **† DOMINUS : MICHI : AIVTOR : ET : EGO : DESPIC : — IAM : INIMICOS : MEOS : BONVS :** em dois círculos concéntricos. Começa a legenda no círculo exterior, e em seguida a uma cruz, pela palavra «Dominus», e até «despic» ocupa esse círculo todo; continua no interior por «iam», e termina em «bonus». — Curiosa fantasia! Esta legenda aparece também modificada da seguinte maneira:

† DOMINVS * REX * AIVTOR * ET (in *meio tornês* de bilhão A 49).

D. Filipe II: in *rial* de ouro cunhado pelo ducado de Brabante (Meili-Schulman 525).

Ainda se encontra mais esta legenda na moeda de:

D. Beatriz: infanta de Portugal, rainha de Castela, filha de el-rei D. Fernando de Portugal e esposa de D. João I, rei de Castela, in *moeda* de prata. Em dois círculos concéntricos se acha escrito:— **DOMINVS : MICHI : ADIVTOR : ED : EGO : DISPICIAM : INIMICVS : DOMINVS : MI.** — Esta «reprise» do *Dominus mihi* parece ter sido feita para ocupar

o resto do círculo interior, abonando esta suposição o estar o pronome aqui escrito MI, ao passo que no comêço está escrito MICHI (A, tomo I, p. 195).

5.^a legenda

Per crucem tuam salva nos, Chris- te Redemptor.

Pela tua cruz salva-nos, oh Cristo Redemptor.

Encontra-se esta legenda no reinado de:

D. Pedro I: in *dobra* de ouro (*Not. de Portugal*, disc. IV, § 25; Aragão diz ser provavelmente «contrefacção» o ensaio de cobre que existe em Copenhague (tomo I, p. 175)). A legenda está assim escrita: ♫ PER CRVCEM • TVAM • SALVA • NOS × RE • REDEMT.

6.^a legenda

a) Christe, salva nos per crucem. *Cristo salva-nos pela cruz.*

Encontra-se esta legenda no reinado de:

D. Duarte: in *rial* de prata (Meili-Schulman, 134). A legenda está assim escrita: + CRISTES • SALVA NOS + CRUΣ.

b) Jesu Christe, salva nos per cru- cem. *Jesus Cristo, salva-nos pela cruz.*

Encontra-se esta legenda no reinado de:

D. Duarte: in *escudo* de ouro (A 1). A legenda está assim escrita: ♫ JESUS ☩ CRISTE ☩ SALVA ☩ NOS ☩ CRUS.

7.^a legenda

Dominus mihi adjutor: non timebo quid faciat mihi homo.

Ps. cxvii, v. 6.
Hebr. xiii, a 6.

O senhor é que me ajuda: não temerei o que me possa fazer o homem.

(Trad. de Figueiredo).

O senhor é o meu amparo: não temerei o que me possa fazer o homem.

(Trad. de Figueiredo).

Encontra-se esta legenda no reinado de:

D. Fernando: in *rial* de prata. Às vezes o psalmo, escrito por extenso em dois círculos concéntricos, começa pela conjunção SI e ter-

mina pela letra E, cujo significado ignoramos (A 5); outras vezes o psalmo está por extenso, e termina com as letras ER (Meili-Schulman 34) in *barbuda*, $\frac{1}{2}$ *barbuda*, *grave*, *pilarte* e *tornês* de bilhão: o psalmo, incompleto, começa ou não pela conjunção SI, e termina às vezes em palavras truncadas (A., *passim*).

8.º legenda

Auxilium meum a Domino qui fecit cælum et terram. *O meu socorro vem do Senhor que fez o céu e a terra.*

Ps. cxx, v 2.

(Trad. de Figueiredo).

Encontra-se esta legenda no reinado de:

D. Fernando: in *rial* de prata, por extenso em dois círculos concêntricos (A 6), in *meio rial* (A 9) e no *meio tornês* (A 50) truncada.

9.º legenda

Adjutor et protector meus Deus. *Deus é a minha ajuda e o meu protector.*

Esta legenda é evidentemente extraída de qualquer dos textos que passamos a indicar.

a) Deus meus adjutor meus et sperabo in eum protector meus. *Éle é meu Deus, meu favorecedor e nele esperarei, meu protector.*

Ps. xvii, v. 3.

(Trad. de Figueiredo).

b) Dominus adjutor meus et protector meus... *O Senhor é a minha ajuda e o meu protector...*

Ps. xxvii, v. 7.

(Trad. de Figueiredo).

c) Adjutor meus et protector meus tu es: Deus meus n tardaveris. *Favorecedor meu e protector meu tu és: Deus meu, não tardes.*

Ps. xxxix, v. 18.

(Trad. de Figueiredo).

Encontra-se esta legenda no reinado de:

D. Afonso V: in *escudo* de ouro, escrita com aquele rigor grammatical já nosso conhecido: ADIVTOR ET PROTECTOR MEO DEUM (A 9), in *ensaio de cobre* (Meili-Schulman 514 e A 1).

10.º legenda

Christus regnat, Christus imperat. *Cristo reina, Cristo governa.*

Encontra-se esta legenda no reinado de:

D. Afonso V: in *rial* de prata ou *leal* (A 5). A legenda está assim

escrita: **XPS** : . . . NCIT : XPS : INPERA. — Na invocação dos documentos da idade média é vulgar encontrar-se o nome de Cristo escrito em grego e muitas vezes escrito com a abreviatura XPS (Giry, *Manuel diplomatique*, p. 502).

11.^a legenda

Avertantur retrorsum et confundantur cogitantes mihi mala.

Ps. xxxiv, v. 4.

Voltem atrás e sejam confundidos os que meditam contra mim.

(Trad. de Figueiredo).

Encontra-se esta legenda no reinado de:

D. Afonso V: in *rial branco*; a legenda escrita em dois círculos concêntricos (Santos-Schulman 592).

12.^a legenda

Justus ut palma florebit . . .

Ps. xcii, v. 8.

O justo como palma florescerá . . .

(Trad. de Figueiredo).

Encontra-se esta legenda no reinado de:

D. João II: in *justo* de ouro (A 3 e 4).

13.^a legenda

Dominus protector vitae meae, a quo trepidabo?

Ps. xxvi, v. 1.

O Senhor é o defensor da minha vida: de que tremerei?

(Trad. de Figueiredo).

Encontra-se esta legenda no reinado de:

D. João II: in *espadim* de ouro (Garcia de Resende, *Vida e feitos de D. João II*, cap. LVI).

14.^a legenda

a) In Christo crucifixo nostra salus.

Em Cristo crucificado está a nossa salvação.

Encontra-se esta legenda no reinado de:

D. Manuel I: in *português* de ouro, de que existe um modelo, de chumbo, na Biblioteca Nacional de Lisboa (A 1).

- b) In Christo crucifixo pendet De Cristo crucificado pende a nos-
salus nostra. sa salvação.

Encontra-se esta legenda no reinado de:

D. João III: in *portugalöser* da cidade de Hamburgo, peso e título do português de ouro de D. João III. A legenda acha-se assim escrita: IN XPO CRVCIFIXO PENDET SALUS NRA (Meili-Schulman, 522).

15.^a Legenda

In hoc signo vinces.

Com este sinal vencerás.

Diz a lenda, e firma-o Eusébio de Cesréa, escritor coevo, na 2.^a parte da sua *Crónica*, que ao imperador Constantino, o Grande, quando ia travar batalha contra Maxêncio, apareceu no Céu, como bom preságio, uma cruz luminosa sob a qual se liam as palavras: «In hoc signo vinces». Em nenhum outro monumento do tempo encontramos êsse facto memorado, mas sabemos que Constantino mandou colocar esta inscrição sob a cruz no lábaro ou estandarte imperial, quando o Cristianismo foi declarado definitivamente religião oficial do Império. É o aparecimento dessa cruz luminosa ao Imperador, momentos antes da batalha, o assunto de uma bela pintura de Júlio Romano, o discípulo dilecto de Rafael, na sala de Constantino, no Vaticano. Foi depois esta a divisa da Inquisição¹, e o nosso rei D. João III a adoptou como empresa².

Desde o reinado de D. Manuel I até o de D. Maria II, inclusive, pode-se dizer de modo quâsi geral que se encontra esta legenda no reverso das moedas cujo campo seja ocupado pela cruz.—No reinado de D. João V cunharam-se com esta legenda moedas de ouro em que o campo era ocupado pelas armas do reino; depois, em 1723, houve ordem para nas cunhagens futuras se suprimir a legenda, por imprópria, sempre que o campo da moeda não fôsse ocupado pela cruz³.—No reinado de D. Carlos I reaparece a legenda, como evocação histórica, nas moedas de 1\$000 réis, 500 réis, e 200 réis de prata, comemorativas do 4.^º centenário do descobrimento do caminho marítimo das Índias.

¹ Aragão, tomo I, p. 260.

² D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica*, tomo III, p. 542.

³ Aragão, tomo II, p. 83.

Especializando, diremos que se encontra esta legenda nos reinados de:

D. Manuel: in *português* (A 2), $\frac{1}{2}$ *português* (A 3), *cruzado* (A 4), e *meio cruzado* de ouro (A 5), in *tostão* de prata (A *passim*).

D. João III: in *português* (A 1), *cruzado* (A 4), *cruzado calvário* de ouro (A 6), *tostão* (A *passim*), $\frac{1}{2}$ *tostão* (A 43), e *rial* de prata (A *passim*).

D. Sebastião: in *moeda de 500 riais* (A 7), *engenhoso* de ouro (A 9), *tostão* (A *passim*), $\frac{1}{2}$ *tostão* (A *passim*), *rial português dobrado* de prata (A 21).

D. Henrique: in *todas* as moedas, *menos* nas de cobre, pelos motivos explicados.

D. António, prior do Crato, in *todas* as moedas de ouro e prata, *menos* no vintém de prata (A 4); e, nas de cobre, *apenas* se encontra na de quatro vintêns (A 11), pelos motivos expostos.

D. Filipe I: in *todas* as moedas de ouro e prata, *menos* no vintém de prata (A 10).

D. Filipe II: in *todas* as moedas de ouro e prata, *menos* no vintém de prata (A 11).

D. Filipe III: não se distinguem as moedas dêste reinado das do anterior.

D. João IV: in *todas* as moedas de ouro e prata, *menos* na da Conceição (A 13).

D. Afonso VI: in *todas* as moedas de ouro e prata, havendo porém vintêns e dez réis de prata, uns com esta legenda, e outros não, conforme o campo é ou não ocupado pela cruz.

D. Pedro II: in *todas* as moedas de ouro e prata.

D. João V: in *todas* as moedas de ouro e prata, *excepto* algumas dobras e escudos de ouro, todos os $\frac{1}{2}$ escudos e cruzadinhos de ouro, e os vintêns de prata.

D. José I: in *todas* as moedas de ouro e prata, *menos* em alguns escudos e $\frac{1}{2}$ escudos de ouro, em que o campo é ocupado pelas armas do reino.

D. Maria I: in *cruzado* e *quartinho* de ouro, quando o campo é ocupado pela cruz; in *todas* as moedas de prata.

D. João VI: in *cruzado novo*, e *quartinho* de ouro; in *todas* as de prata, *menos* nos cruzados novos e seis vintêns, pelas razões expostas.

D. Pedro IV: in *todas* as moedas de prata.

D. Miguel: in *todas* as moedas de prata.

D. Maria II: in *cruzado novo* de prata.

D. Carlos I: in moedas de 15000 réis, 500 réis e 200 réis, de prata, comemorativas do 4.^º centenário do descobrimento do caminho marítimo das Índias,—como já fica dito acima.

Também se empregou a mesma legenda em todas as moedas cunhadas pelos *Governadores do Reino* em 1580.

Trabalho meritório, referente à legenda que nos ocupa, seria a relação completa de todas as variantes de grafia com que ela aparece nas moedas dos diferentes reinados. Não dispusemos de tempo para o fazer com grande profundezas, nem tal trabalho é propriamente da índole desta dissertação; entretanto apresentamos algumas das variantes de que tomámos nota. Devemos notar que, desde o comêço do reinado de D. Pedro II, a legenda está sempre escrita sem abreviaturas e sem erros. Citaremos também um tostão dos Filipes¹, em que a legenda vem escrita, contra o usual, da esquerda para a direita, descendo.

Variantes no reinado de:

D. Manuel:

INI—tostão (A 9).

SINO—tostão (A 7), SVIGNO—tostão (A 8).

VENCIEES—tostão (A 8), VENCIEESS (Meili-Schulman 217).

VIENCIEES—tostão (Santos-Schulman, 715), VINCEES—português (A 2).

VINCESS—tostão (Araujo-Schulman, 197).

D. João III:

IN HOCE CIGNO V—cruzado de ouro (Meili-Schulman 275).

ION—cruzado (A 5).

SI NWGO—cruzado (A 4), SINO—rial de prata (A 35).

VENCIIS—meio tostão (Meili-Schulman 285).

VINCE—tostão (A 16).

VINCEES—tostão (A 14).

D. Sebastião:

ICES—engenhoso (A 9), VICES—engenhoso (A 10), VICES—moeda de 500 riais (A 11).

D. Antonio, prior do Crato:

SII ° GN VICES—cruzado (A 6).

INCES— $\frac{1}{2}$ tostão (A 3).

¹ Existe na coleção do Museu Etnológico Português, e tem o n.º 144 do inventário que fizemos.

Filipe I:

HOCC—moeda de 500 riais (A 1).

VINCIES—quatro cruzados (Meili-Schulman 481).

*D. João IV:*VICES— $\frac{1}{2}$ tostão (A 10).*D. Afonso VI:*

IN HO. S... VINCS.

VINGES—vintém (A 23).

16.^a legendaUsque ad mortem zelator fidei. *Defensor da fé até á morte.*

Título usado por el-rei D. João III e que lhe foi dado pelo papa Paulo III, para corresponder ao «zélo» e instância com que êle pediu o estabelecimento do Tribunal da Inquisição para o seu reino⁴.

Como título hereditário usou também dêle D. Sebastião em algumas moedas que mandou lavrar.

Encontra-se esta moeda nos reinados de:

D. João III: in *sanvicente* (A 7), $\frac{1}{2}$ *sanvicente* de ouro (A 8 e 9).

D. Sebastião: in *sanvicente* de ouro (A *passim*).

17.^a legenda

Spero in Deo.

Espero em Deus.

Esta legenda traduz bem o sentir daquele rei patriota e infeliz que, perdida a confiança nos homens, pelo pequeno número dos que o acompanhavam, só de Deus esperava o bom êxito da sua arriscada empresa.

Encontra-se no reverso da moeda de *dois riais*, de cobre, de D. António, prior do Crato. O campo é ocupado pela esfera armilar, estando escrita sobre a faixa zodiacal a palavra SPERO.

A legenda é constituída por IN DEO.

18.^a legendaSit nomen Domini benedictum. *Bemrito seja o nome do Senhor.*

Job 1, v. 21.

Trad. de Figueiredo).

Encontra-se esta legenda numa moeda de prata cunhada em tempo de D. António, prior de Crato, (J. J. Becker, tomo II, p. 62, n.º 1209, e A, tomo I, p. 305).

⁴ Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, disc. iv, § 32.

Tendo cegado com as prolongadas vigílias, consumido a própria vida com o excesso da fadiga, esgotado tudo, menos a paciência,—era de uso o sábio beneditino, ao terminar o grosso *in-fólio*, escrita a palavra *Finis*, acrescentar ainda, como preito de louvor, a jaculatoria: *Laus Deo.. Quis o acaso, que, se êste trabalho, que é puramente histórico, e por isso de carácter inteiramente profano, começou, por causa da cronologia, com uma invocação religiosa, findasse com outra, correspondente no sentido à cláusula do beneditino.*

Apenso

Dei gratia.

Pela graça de Deus.

Hesitámos algum tempo se deveríamos incluir ou não esta fórmula no nosso trabalho, mas antes êle parece por excesso, do que por deficiência. É a fórmula empregada pelos soberanos e pelos príncipes da Igreja para afirmarem que, segundo êles pensam, o seu poder lhes vem de Deus.

Entrê nós aparece, em seguida ao nome do Rei, e portanto em geral no anverso das nossas moedas, em tempo de D. Afonso II, e depois em muitas moedas desde D. Fernando até D. Luís I, com exceção das moedas cunhadas nos reinados de D. Manuel¹, D. João III, D. Pedro V, onde não aparece tal fórmula.

Encontra-se escrita em sigla, por extenso, e das mais variadas formas e abreviaturas,—do que damos uma lista a título de curiosidade, mas de modo nenhum sem a ideia de a apresentarmos completa.

D. G.—na maior parte das moedas desde D. Fernando até D. Luís I (*passim*); nas de D. Luís só aparece em algumas cunhagens de moedas de cobre.

D. GRA—moeda de D. António, prior de Crato (J. J. Becker, tomo II, p. 69, n.º 1209, e A, tomo I, p. 305).

DEI G.—D. Duarte, in rial branco (Carvalho-Schulman 78), moeda da Infanta D. Beatriz, rainha de Castela (A, tomo I, p. 195).

DEI GRA... D. Afonso II, in «double denier, exemplaire unique» (Meili-Schulman 9).—D. Duarte, in ceitil.—D. Fernando, in dobra

¹ Em muitas moedas do reinado de D. Manuel I encontramos as letras D. G., como por exemplo no $\frac{1}{4}$ de cruzado de ouro (A 5), onde se lê: + EMANVEL · P · R · P · ET · A · D · G. — As siglas D. G. não querem porem dizer «Dei gratia», mas sim «Dominus Guinee» = Senhor da Guiné, do que nos podemos certificar comparando, por exemplo, essa legenda, que indicámos, com as doutras moedas do mesmo reinado em que vem o «Dominus Guinee» escrito por extenso, v. g., no tostão de prata: IMANVEL R P ET A DNS GVINNEE (A 8), e no português de D. João III, onde vem os títulos do rei todos por extenso (A 1).

pé de terra (A 1).—D. João I (A, *passim*).—D. Afonso V, in ceitil (A 25).

DEI GRACIA—D. Duarte, in rial branco (Meili-Schulman 136).

DEI GRACIE—D. Affonso V, in cruzado de ouro (A, tomo 1, p. 237).

DEI GRADIA—D. João I, in rial de bilhão (A 14).

DEI GRAT—João II, in cruzado de ouro (A 1).

DEI GRATIA—D. João IV (A, *passim*).—D. Miguel, cinco réis (A 15), dez réis (A 14).—D. Maria II (A, *passim*)—D. Luís, in moedas de cobre.

GRA DEI—D. Duarte, in ceitil (Santos-Schulman 573).

Bibliografia

Biblia sagrada, António Pereira de Figueiredo, Lisboa 1902.—(Abrev. Figueiredo).

Biblia Sacra vulgatae editionis, Antonii Vitic, Antuérpia 1740.

Catalogo Numismatico Holandês, J. J. Becker.—(Abrev. J. J. Becker).

Chronica de el-rei D. Pedro I na forma que a escreveu Fernão Lopes, ed. de José Pereira Bayam, Lisboa 1760.

Collection Alvaro Araujo Ramos da Bahia, vente chez Schulman, à Amsterdam, 1909.—(Abrev. Araujo-Schulman).

Collection Cyro Augusto de Carvalho, vente chez Schulman, à Amsterdam, 1905.—(Abrev. Carvalho-Schulman).

Collection Joaquim José Judice dos Santos, vente chez Schulman, à Amsterdam, 1906.—(Abrev. Santos-Schulman).

Collection Dr. Jules Meili, à Zürich, vente chez Schulman, à Amsterdam, 1910.—(Abrev. Meili-Schulman).

Concordantiae bibliorum, Antuérpia 1567.

Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos Reis Regentes e Governadores de Portugal, A. C. Teixeira de Aragão, Lisboa 1874.—(Abrev. A).

Dizionario dei motti e leggenda delle monete italiane, G. Donati, 1910.

Europa Portuguesa, Manuel de Faria e Sousa, Lisboa 1680.

Historia Genealogica da Casa Rial Portuguesa, D. António Caetano de Sousa, Lisboa 1746.

Manuel diplomatique, Giry.

Memoria das moedas correntes em Portugal desde os tempos dos romanos até 1856, Lopes Fernandes.

Moedas hispano-cristianas, Heiss.—(Abrev. Heiss).

Notícias de Portugal, Severim de Faria.

JOSÉ LUÍS DE SALDANHA OLIVEIRA E SOUSA.

O Paleolítico em Portugal

Estado actual do seu estudo

Não há ainda um século que na Europa se desconhecia por completo nos meios científicos a existência duma época da vida da humanidade em que utensílios e armas haviam sido de pedra, de sílex duro e compacto, dessa pedra que toda se desfazia em faíscas rápido amortecidas, e que fôra a mãe do fogo, a primeira divindade do lar apiedada dos homens.

Perdia-se tam longe na cadeia dos tempos essa época, que maravilha seria que alguém se recordasse de lhe estudar os vestígios, numa era em que a arqueologia histórica enchia o espírito e tomava o tempo de todos os sábios sem exceção. Andavam presentes à memória dalguns, cujo cérebro a educação clássica e humanística do tempo organizara fortemente, uns versos de Lucrécio (*De Nat. Rerum*, v. 1282) que referiam as idades do homem sobre a terra:

Arma antiqua, manus, ungues, dentesque fuerunt,
Et lapides,

! «Mas quem ia tomar estas palavras senão como uma indicação da primitiva rudeza, que tam mal se casava afinal com a idade de ouro cantada doutros poetas?!

Alguns objectos paleolíticos haviam mesmo sido já descobertos no comêço do século passado e anteriormente, mas ficavam ignorados e sem sentido entre os coevos do achado, como cousa que não vinha em seu tempo e cujo valor e natureza não eram compreendidos. Em 1801 John Frere descrevia numa *Memória* vários sílices talhados, encontrados com restos de animais fósseis no condado de Suffolk; desde fins do século XVII existia em Londres, guardado como curiosidade, um belo *coup-de-poing* de sílex (no British Museum) que fôra extraído do subsolo do Gray's Inn Lane, um dos mais afamados bairros da capital da Inglaterra. Ambos estes descobrimentos estiveram esquecidos até ao período de esplendor e vida desafogada do *Paleolítico*, porque se tratava de achados isolados, sem ligação nem semelhança que os notabilizassem.

De há meio século a esta parte, o estudo da idade da pedra lascada, organizado com método e com o desvelado cuidado com que compete tratar-se quem é tam velho no mundo, tem tomado proporções de verdadeira ciéncia, a que nada falta, desde o Congresso Anual

à dúzia de revistas da especialidade, tanto na Europa como na América do Norte.

¡Mas que tempo não custou essa organização, na lenta sucessão dos achados! Apareceram primeiro os rudes *coups-de-poing* cheleanos, pesados e disformes, talhados a golpes brutos; depois os sílices musterianos, mais perfeitos; depois os solutreanos, os aurignaceanos, os madaleneanos, os da Tourasse e os do Mas d'Azil.

A seguir, os ossos trabalhados com desenhos e gravuras que alcançam por vezes a perfeição gráfica; a escultura do marfim com trabalhos de baixos relevos e de *ronde bosse*; e por fim a pintura nas paredes das grutas adornando de figuras vermelhas e negras,— mamutes petrificados de atitudes, bisões que arremetem—a frieza dos grandes salões funerários.

Do fundo das cavernas, dos seus estratos e divisões complicadas, dos simples abrigos encostados às rochas ou sob as suas projecções perigosas, das estações ao ar livre em que o selvagem peludo armou as choças de coiros ou viveu sobre as árvores, e onde agora pacificamente os arados rasgam as linhas rectas das leiras, de todos estes lugares se tem extraído com que reconstituir quase completamente o modo de viver dos primitivos.

E não só os objectos vieram; os próprios homens, conservados quase por milagre nas suas carcassas frágeis, apareceram também. É já uma larga lista dêles: Crô-Magnon, Furfooz, Neanderthal, Spy, Moustier, Hauser, La Chapelle aux Saints, Heidelberg, etc.

O nevoeiro denso que envolveu o homem pre-histórico, começa a desfazer-se; as figuras do lado de lá da névoa vão aparecendo mais nítidas; não tardará que as vejamos completas, forradas de peles ou tauxiadas apenas de enfiadas de conchas raras.

Na brilhante cavalgada da ciência para o abismo do passado, que parte tomou Portugal? Conforme um velho costume, Portugal quedou-se a vê-la transpor o limiar da grande caverna para lá de cujo boqueirão começa a prehistória, e só muito depois tomou o trilho seguido. O que tem sido o estudo do paleolítico em Portugal é o ponto que vou fazer o possível por tratar neste artigo que não poderá ser longo.

*

Há para a arqueologia portuguesa uma data memorável que, marcando para a arqueologia estrangeira apenas um congresso, neste exótico país de Portugal significa para nós mais alguma cousa do que o simples facto da sua realização em Lisboa. A 9.^a sessão do

Congresso de Antropologia e Arqueologia Prehistóricas, que se verificou em a nossa capital por fins de Setembro¹ de 1880, coincide em Portugal com a época de maior esforço, produção e entusiasmo pela arqueologia préhistórica. À volta dessa data, gravitam os grandes trabalhos portugueses, os trabalhos fundamentais sobre que veio a assentar depois toda a construção préhistórica nacional. Devem lembrar-se bem dêle os novos de há 30 anos, porque na ocasião visitaram o país algumas das maiores intelectualidades europeias, e porque as festas organizadas quando das excursões dos congressistas, ficaram por muito tempo na memória dos aldeões cujo sossêgo turvaram, desde os campinos de Santarém às cheias moçoilas de em redor Guimarães.

No Congresso estavam representadas todas as nações cultas da Europa por nomes da mais autêntica valia: Mortillet, o velho, o sábio Vorsaae da fria Dinamarca, Quatrefages, um dos fundadores da paleontologia moderna, Evans, o lord, o douto Virchow, da imperial Alemanha, Lartet, Nadaillac e Rivièrre, da França, e entre os ainda hoje vivos Cartailhac, Capellini, Belluci e Pigorini.

Dentre os portugueses não faltavam nomes que todos conhecemos bem: Carlos Ribeiro, Néri Delgado, Estácio da Veiga, Martins Sarmento, Oliveira Martins, Filipe Simões, Teixeira de Aragão, Consigliero Pedroso, Sousa Viterbo e outros bem vivos ainda, e por muitos anos o desejamos, como Adolfo Coelho, José Caldas, Paul Choffat, Alfredo Bensaude, Júlio Henriques, Gonçalves Viana e Joaquim de Vasconcelos.

Nesta brilhante assemblea falou-se muito em paleolítico; não era porém a primeira vez que isso se fazia em Portugal. Em 1871, Carlos Ribeiro apresentara à Academia de Ciências de Lisboa, juntamente com vários exemplares de sílices e quartzites, uma memória intitulada «Descrição de alguns silex e quartzites lascados encontrados nas camadas do terreno terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado» (Lisboa 1871), em que concluía pela existência do homem terciário. Logo no ano seguinte tornara a apresentar os mesmos objectos à 6.^a sessão do Congresso de Antropologia e Arqueologia Préhistórica², e ainda em 1878 à Exposição Internacional de Paris, na secção de ciências antropológicas. Alguns sábios concordaram

¹ O congresso abriu a 20 e encerrou-se a 29, tendo havido onze sessões e realizando-se excursões a Ota, Mugem, Cascais, Cintra e à Cítrânia de Briteiros.

² Carlos Ribeiro menciona esse facto no «Relatório acerca da 6.^a reunião do Congresso de Antropologia e Arqueologia Préhistórica (Lisboa 1873)».

com a classificação do ilustre geólogo; mas como o número dos crentes fôsse deminuto, e fôsse necessário fazer uma verdadeira cruzada contra os infieis, lá tivemos de novo no congresso de 1880 (2.^a sessão) Carlos Ribeiro falando do homem terciário e defendendo com entusiasmo a existência dêle em Portugal nas encostas de Otta, lá onde tinham sido as margens suaves dum grande lago morto¹. Néri Delgado apresentou (3.^a sessão) a sua descrição da Gruta da Furninha e junto com ela um rude *coup-de-poing* amigdalóide (hoje no Museu da Comissão Geológica) encontrado na camada quaternária da gruta, à mistura com sílices talhados, ossos de animais de espécies desaparecidas e um pequeno maxilar de criança². O engenheiro portuense Frederico de Vasconcelos leu (4.^a sessão) um resumo dum trabalho sobre Depósitos superficiais da bacia do Douro, em que denunciava a presença do homem quaternário em vários pontos da margem esquerda do Douro, frente ao Pôrto, pelas quartzites talhadas que ali encontrara³.

Resta dizer que a comissão encarregada de estudar os sílices da Ota apresentou na 6.^a sessão as suas conclusões, admitindo a probabilidade da existência do homem terciário português — a que Mortillet, um dos seus defensores⁴, classificou como *Antropitecus Ribeiroii* — mas não se decidiu de todo, e a questão ficou pouco mais ou menos como estava; chegou até nós na original pureza, sem que ninguém ousasse tocar-lhe mais.

Sob o aspecto antropológico, apenas Paulo de Oliveira descreveu um crânio aparecido no vale do Arieiro (Vila Nova da Rainha) em terreno considerado quaternário por Carlos Ribeiro.

Foi esta a parte que no Congresso teve a arqueologia paleolítica, e desde então até 1909 pouco mais se fez em Portugal. Ulteriormente Carlos Ribeiro e Cartailhac descobriram alguns instrumentos de pedra lascada, nos arredores de Leiria. Cartailhac descreveu um *coup-de-poing* nos *Agés préhistoriques*, mas Carlos Ribeiro morreu pouco depois sem deixar informações dos seus achados.

Nos primeiros mostradores da esquerda de quem entra na sala de Antropologia da Comissão Geológica, há vários instrumentos pa-

¹ A comunicação ao Congresso teve por título «L'homme terciaire en Portugal», e acha-se no *Compte-Rendu* a pp. 81 e 92.

² No *Compte-Rendu*, pp. 208-278, «La grotte de Furninha à Peniche».

³ *Compte-Rendu*, pp. 155-189: «Résumé d'une étude sur quelques dépôts superficiels du bassin du Douro».

⁴ No Congresso (*Compte-Rendu*, p. 94 sgs.) e no seu livro *La Préhistoire*.

leolíticos de silex e quartzite, provenientes de Santo Antão do Tojal (próximo de Lisboa), da encosta do Corvo, Chãos e igreja dos Milagres (arredores de Leiria), que é provável fôssem ainda recolhidos pelo ilustre geólogo.

Na mesma sala há ainda alguns outros objectos paleolíticos. No primeiro mostrador do centro vêem-se três pedaços de silex — um bloco lascado, uma lasca e um raspador — aparecidos junto com ossos da *Hyena Spelaea* e do *Ursus Arctos*, na gruta das Fontainhas (Serra do Montejunto). Em alguns outros armários, ao lado de despojos neolíticos, encontram-se vários sílices de talhe paleolítico; alguns da Pedreira do Carrascal, Colaride e Casal da Barota (Belas), Torres Vedras e Vimeiro. São porém em pequena quantidade e insuficientes para prova completa.

De Caneças há também alguns sílices de aparência paleolítica, iguais a uns que já lá recolhi também nas proximidades.

Se, porém, estes últimos podem oferecer dúvidas, o mesmo não sucede com os encontrados no depósito quaternário da gruta da Serra dos Molianos (Turquel) e agora recolhidos, juntamente com fauna quaternária e pedaços de calcite, no armário n.º 31 da Sala de Antropologia. Entre os sílices há uma espécie de larga faca com o dorso de três planos e de cér rosada, que é um belo exemplar.

Vem a propósito dizer que as três únicas grutas exploradas em Portugal que deram ou em que se deu pelo paleolítico são as da Furninha, Fontainhas (Montejunto) e Serra dos Molianos, esta última, como a primeira, no distrito de Leiria.

O colector António Mendes, da Comissão dos Trabalhos Geológicos, encontrou um dia na serra de Monsanto, sobre a capela de Sant'Ana, uma bela faca paleolítica que guardou e levou para o seu museu sem ligar maior importância ao achado, nem reincidir na investigação do local, o que deu em resultado ficar então por descobrir uma grande estação prehistórica.

Fora de Lisboa, o Museu Municipal da Figueira da Foz guarda na sua estante 1.^a-B alguns instrumentos de quartzite, provenientes das aluviões quaternárias da Fontela (perto da Figueira). Infelizmente, é minha opinião que só a muita vontade de Santos Rocha foi capaz de descobrir trabalho intencional em semelhantes calhaus. Na mesma estante há também uma série de jaspes (?) lascados, colhidos no Forno Velho ou Forno de Elrei, na Serra do Bouro, que são positivamente talhados, e quaternários. Todos estes objectos vem descritos no *Catálogo geral do Museu* (1905), p. 22, e no aditamento 2.^º (1909), p. 3, do mesmo catálogo.

A páginas 281 do volume VII d-*O Archeologo Português*, nas «Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal», o Sr. Marques da Costa descreve um instrumento paleolítico que encontrou junto a um regato, nos Combros (perto de Setúbal), instrumento que apresenta o tipo vulgar das pontas musterianas.

Em 1892, Fonseca Cardoso recolheu no vale da Alcântara um *coup-de-poing* de quartzite, e outro de calcáreo silicioso, com 0^m.235 de comprimento; o Sr. Paul Choffat inclina-se porém a que este último não seja verdadeiro. Como não sei onde param os dois instrumentos, nada posso acrescentar. A páginas 590 de *La Préhistoire*, Mortillet refere-se aos dois instrumentos e ao seu descobridor.

Finalmente, para o Museu Etnológico de Belém trouxe o seu ilustre director, da Serra do Brunheiro (Chaves)¹, uma ponta grande, de silex, trabalhada com cuidado, a qual é, tanto pela qualidade da pedra como pela técnica da factura, uma das melhores peças arqueológicas do país, embora reduzida a metade.

Da idade da pedra lascada era isto só o que havia em Portugal nos começos de 1909; desde então os descobrimentos tem-se multiplicado de maneira notável.

*

Um francês, o professor Lapierre, que visitou o nosso país com demora, em princípios de 1909, notando que os silices de Sant'Ana (Monsanto) eram intencionalmente talhados, recolheu alguns, e chamou a atenção dos arqueólogos para essa estação, onde o colector Mendes anos atrás descobrira a grande faca, e em frente da qual também, provavelmente na Rabicha, Fonseca Cardoso encontrara os seus *coups-de-poing*.

O professor francês recolheu algumas lascas grandes e pequenas, *lames*, e uma ou outra pedra com vestígios de trabalho, mas não encontrou instrumentos completos. O Museu Etnológico e principalmente o autor deste artigo exploraram depois a estação, recolhendo

¹ Parece que esta serra dá esperanças de vir a ser uma bela estação paleolítica. Pelo que diz um conhecido filho de Chaves, a dita serra está inexplicada não só para a arqueologia como também para a simples cultura; se não, é ver este trecho dumha descrição de Chaves publicada na *Capital* de 17 de Julho pelo Sr. António Granjo, deputado da nação: «Sob a ponte romana, as lavadeiras cantam. Acima dos trigais, em voos concéntricos, as parpalhaças erguem os seus hinos ao sol. E na lombada negra da Serra do Brunheiro, *onde os lobos se acoitam e as víboras medram*, a capelinha do Senhor da Esperança, alva como um pombal, sorri ingenuamente por entre os carvalhos e os penedos».

instrumentos perfeitos e variados de todos os tipos do paleolítico francês, conseguindo formar uma boa colecção de *coups-de-poing*, pontas, facas, raspadores, *grattoirs*, percutores, núcleos, etc. Ainda bem recentemente o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos lá descobriu um esplêndido *coup-de-poing*, de 0^m.20 de comprimento, e o autor destas linhas, outro semelhante, de 0^m.234, instrumentos que são inquestionavelmente, por agora, os melhores do país.

No mesmo ano de 1909, Joaquim Fontes descobriu no Casal do Monte uma bela e riquíssima estação à *coups-de-poing*, onde o silex e os instrumentos apresentam tipos diversos dos de Sant'Ana. Descobriu depois dessa, até hoje, mais as estações do Casal das Osgas e Casal da Serra (Damaia), Salrégos, Penas Alvas, Monte da Bica, Agonia (Loures) e Casal do Barel (Amadora), esta última juntamente com o autor e com o Dr. Leite de Vasconcelos.

Pela sua parte, o autor deste artigo teve também a felicidade de encontrar nos arredores de Lisboa, desde 1909 a 1912, uma série de estações que enumera, e de que já mencionou algumas em nota da página 9 da *Lisboa Præstórica*, II:

Monte da Peça (Belas), Damaia, Casal do Garoto (Damaia), Quinta de Alfragide (Damaia), Casal do Canas (Damaia), Alfragide 1.^º, Monte da Barronchada (Carnaxide), Serra de Carnaxide, Casal dos Gosmos, Amadora, Monte do Penedo, Casal de Vila Chã, Castelo e Moinho da Bôba (Amadora), Queluz de Baixo, Monte Abrão, Quinta do Tôrres (Bemfica), Paço d'Arcos, Moinho das Cruzes (Campolide), Vila Pouca —um pouco acima da estação neolítica do mesmo nome— (Campolide), Quinta dos Alvitos (Odivelas), Famões, Alto do Castelo (Liceia), Ribeichelas (Almornos) e Almargem.

Como se vê, em quatro anos o número de estações conhecidas aumentou consideravelmente. Acresce que as que se tem encontrado agora são estações completas, com todo o vasto e variado material quaternário: *coups-de-poing*, pontas, raspadores, percutores, núcleos, *grattoirs*, *pointes à cran*, pontas solutreanas, *lames*, *poinçons*, *pergoirs*, e todas as mil pequenas variedades de instrumentos de transição que tam enfantante tornam a classificação paleolítica.

Tirando um pequeno grupo formado pelas estações de Sant'Ana (Monsanto), Vila Pouca (Monsanto), Monte da Peça (Belas) e Penas Alvas e Outeiro (Paço d'Arcos), todas as outras enumeradas apresentam o mesmo tipo de instrumentos, fabricados com o mesmo material.

Esse material é o seguinte: silex alvo, nativo dos bancos do calcáreo (cretáceo), no grupo acima citado; silex colorido, de tons amarelos e avermelhados, aparecendo em *rognons*, chamado *asa de gal-*

nha pelos saloios, nas restantes estações. Falo, é claro, da côr que as pedras tomam depois de patinadas.

Podemos agrupar assim, geográficamente, as estações da pedra lascada que existem entre nós: no distrito de Lisboa, 38 estações (Peniche, Setúbal, Ota, arredores de Lisboa); no distrito de Leiria, 5 (Serra do Bouro, Serra dos Molianos, Milagres, Marrazes, Cabaços); no do Porto, 1 (margem esquerda do Douro, frente à cidade); no de Vila Real, 1 (Serra do Brunheiro—Chaves).

Tal é a situação do estudo do Paleolítico em Portugal à data em que escrevo. Não se pode dizer que esse estudo esteja muito adiantado; deve porém notar-se que se está, por assim dizer no começo, e que os investigadores são muito poucos.

Lisboa, Maio de 1912.

VERGÍLIO CORREIA.

Aula de Numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa

(Cf. *O Arch. Port.*, xv, 333)

1. Ano lectivo de 1910-1911

Noções gerais: moedas e medalhas.

Nomenclatura.

Bibliografia. Revistas e livros novos.

1.^a parte do curso:

Medalhas portuguesas dos sec. XIX e XX (continuação do assunto estudado nos precedentes anos lectivos): medalhas camonianas; medalhas de Vasco da Gama, comentadas com trechos dos *Lusíadas*; medalhas várias.

2.^a parte do curso:

Moedas portuguesas da 1.^a dinastia.

Algumas moedas da 2.^a dinastia.

Moedas filipinas.

Como, por eu ter sido nomeado professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, deixei de exercer na Biblioteca Nacional o cargo de 1.^º Bibliotecário, a que andava anexo o de professor da cadeira de Numismática, terminam aqui as minhas lições, que se prolongaram durante vinte e tres anos.

2. **Lista das medalhas portuguesas, ou relacionadas com Portugal, existentes no Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional de Lisboa, e que serviram de objecto às lições de 1906 a 1910¹:**

- N.^º 1.—1630.—Desacato de Santa Engrácia. AE dourado.—Lopes Fernandes, p. 11, n.^º 12.
- N.^º 2.—1646.—Padroeira do reino. Prata.—LF, p. 13–14, n.^º 15.
- N.^º 3 e 4.—1713–1715.—Paz de Utrecht ou *Pax Trajectensis* (porque «Utrecht» diz-se em latim *Traiectum ad Rhenum*).—Vid. o que escrevi no *Arch. Port.*, II; e cf. A. Lamas, *Medalhas da guerra da sucessão*, 1906, pp. 13 e 14.
- N.^º 5.—1720.—Fundação da Academia de História. Prata.—Lamas, *Medalhas da Acad. de Hist. Port.*, 1907, pp. 9 e 10, fig. 1.^a
- N.^º 6.—1755.—Terremoto de Lisboa.—LF, pp. 31, n.^º 39.
- N.^º 7.—1760.—Igreja da Memória. Prata.—LF, p. 32, n.^º 42.
- N.^º 8.—1761.—Alunos do Colégio dos Nobres. Prata dourada; e um exemplar grosseiríssimo de estanho.—LF, p. 34, n.^º 45.
- N.^º 9.—1763.—Guerra da sucessão de Áustria ou dos 7 anos: paz geral. Prata.—LF, p. 34, n.^º 46; e Aragão, II, 95 e nota 2.
- N.^º 10.—1770.—Reconciliação com o Papa. Dois exemplares. Prata. LF, p. 36, n.^º 48; Aragão, II, 95.
- N.^º 11.—1772.—Alunos do Colégio de Mafra.—LF, p. 39, n.^º 51.
- N.^º 12.—1772.—Do Contador Brito em honra do Marquês de Pombal. Quatro exemplares, sendo um de cobre, e os restantes de estanho ou chumbo.—LF, p. 38, n.^º 49.
- N.^º 13.—1773.—Estátua equestre. Nove exemplares (de cobre).—LF, p. 42, n.^º 53.
- N.^º 14.—Sec. XVIII.—Placa de porcelana, de Bartolomeu da Costa, alusiva à estátua equestre de D. José.—LF, p. 42, n.^º 54.
- N.^º 15.—1779.—Convento da Estréla: 1.^º tipo. Um exemplar de cobre, outro de cobre dourado, dois de estanho; todos do mesmo módulo.—LF, p. 44, n.^º 55.

¹ Esta lista é extraída do Catálogo que organizei, e que se conserva manuscrito.

Abreviaturas bibliográficas:

LF = Lopes Fernandes, *Memória das medalhas e condecorações portuguesas*, Lisboa 1861;

Aragão = A. C. Teixeira de Aragão, *Moedas... de Portugal*, 3 volumes, Lisboa 1875–1880;

Leitão = A. J. dos Santos Leitão, *Medalhas e condecorações*, Porto 1897;

Pereira = Manoel Joaquim Pereira, *Medalhas do Museu Municipal do Porto*, Porto 1898.

- N.^o 16.—1779.—Convento da Estréla: 2.^o tipo. Quatro exemplares, sendo um dêles recunhado numa chapa que servira para a medalha do 1.^o tipo (módulo porém do 2.^o tipo).—LF, p. 45, n.^o 56.
- N.^o 17.—1779.—Convento da Estréla: 3.^o tipo. Três exemplares, cada um de seu módulo (de dois metais).—LF, p. 45, n.^o 57.
- N.^o 18.—1783.—Academia das Sciências. Bronze.—A. Lamas, *Medalhas da Academia R. das Sc. de Lisboa*, 1909, fig. 1.^a
- N.^o 19.—1785.—Casamento do príncipe D. João (depois VI).—LF, p. 52, n.^o 63; Aragão, II, 122; A. Lamas, *Medalha do casamento de D. João VI*, fig. 1.^a
- N.^o 20.—1790.—Seminário do Colégio de Santarem.—LF, p. 53, n.^o 64.
- N.^o 21.—1791.—Templo de S. António de Mafra. Bronze.—LF, p. 55, n.^o 67.
- N.^o 22.—Alunos do Seminário do Crato e Sernache do Bomjardim. Estanho.—LF, pp. 55 e 56, n.^o 68.
- N.^o 23.—1799.—Homenagem da cidade do Porto a D. João VI. Prata.—LF, p. 57, n.^o 69.
- N.^o 24 a 29.—Medalhas atinentes à Guerra Peninsular: vid. o que escrevi no *Arch. Port.*, xv, sgs., onde as figurei.
- N.^o 30.—1816.—Casamento da infanta portuguesa D. Maria Isabel com Fernando VII.—LF, pp. 79 e 80¹.
- N.^o 31.—1828.—Homenagem do Conde da Lousã a D. Miguel.—LF, p. 92², n.^o 99; A. Lamas, *Medalhas de D. Miguel*, p. 17.
- N.^o 32.—1829.—Homenagem da Academia das Sciências a D. Miguel.—LF, pp. 93 e 101; A. Lamas, *Medalhas de D. Miguel*, fig. 4.

¹ A propósito do tipo do reverso (armas de Cádis, que representam Hércules com dois liões entre duas colunas) citarei aqui Camões, que nos *Lusíadas*, IV, 9, diz de Cádis:

Trazendo por insignias verdadeiras
As Herculeas colunas nas bandeiras.

Da vinda de Hércules à Península lê-se no mesmo poema, III, 18:

.....o mar Mediterrâneo
Onde o sabido Estreito se ennobrece
Co' extremo trabalho do Thebano.

² A figura que se vê no anverso, no acto de ir coroar o rio Tejo, representado como um velho, é a *Glória*, como se diz na inscrição do reverso: *Gloria laureato Tago obstupente, «laureado pela Glória o Tejo estupefacto».*

- N.^o 33.—1830.—Camões. Gravada por C. A. N. de Almeida¹.—Bronze.—Creio que está inédita, mas cf. Leitão, n.^o 304.
- N.^o 34.—1833.—Estada de D. Maria II em Paris. Dois exemplares de latão, e um de cobre.—LF, p. 95, n.^o 103.
- N.^o 35.—1833.—Restauração.

Anverso: GLORIA, SALUS, PATRIA, LIBERTA
MDCCXXXIII;

Reverso: A DOM PEDRO LIBERTADOR DA LUSITANIA
NA RESTAURAÇÃO DE MDCCXXXIII

- Chumbo.—Creio que está inédita; mas cf. LF, pp. 95 e 96, n.^{os} 103 e 105.
- N.^o 36.—1852.—Medalha de salvação. De prata.—LF, p. 102, n.^o 115; A. Lamas, *Medalhas de salvação*, 1905, p. 14.
- N.^o 37.—1852.—Sociedade humanitária do Porto. Dois exemplares: prata e bronze.—LF, p. 102, n.^o 116.
- N.^o 38.—1852.—Visita da família real ao Porto. De estanho.—Leitão, n.^o 162.
- N.^o 39.—1856.—Inauguração do caminho de ferro de Leste. De bronze.—LF, p. 107, n.^o 123.
- N.^o 40.—1858.—Febre amarela. De prata.—LF, p. 113, n.^o 127. Gravura no *Archivo Pitoresco*, IV, 305.
- N.^o 41.—1858.—Casamento de D. Pedro V. De bronze e de prata dourada.—Leitão, n.^o 189.
- N.^o 42.—1861.—Inauguração do Palácio de Cristal do Porto. De estanho.—Leitão, n.^o 197.
- N.^o 43.—1862.—Casamento de D. Luís. De bronze.—Cf. Leitão, n.^o 199.
- N.^o 44.—1862.—Em honra dos restauradores de 1640. De estanho.—Leitão, n.^o 202.
- N.^o 45.—1864.—Associação da Agricultura Portuguesa. De bronze.—Leitão, n.^o 216.
- N.^o 46.—1865.—Exposição internacional no Palácio de Cristal do Porto. De estanho.—Pereira, n.^o 182; cf. E. C. Xavier, *Medalha comemorativa da 1.^a exposição internacional do Palácio de Cristal do Porto*, Coimbra 1909.
- N.^o 47.—1867.—Exposição de Paris: prémio concedido à Biblioteca Nacional de Lisboa, que concorreu a ela (cf. Aragão, *Description des monnaies et médailles*, Paris 1867, p. 149, onde cita os

¹ Acérca dêste gravador, vid. Aragão, I, 88.

manuscritos enviados pela nossa Biblioteca Nacional). Aqui descrevo a medalha:

Anv.: NAPOLEON EMPEREUR. Cabeça do monarca, laureada, e êste com bigode e pera, voltado para a esquerda do observador.— No exergo: H. PONSCARME F(ecit)¹.

Rev.: EXPOSITION · UNIVERSELLE · DE · MDCCCLXVII · A · PARIS. No campo, sobre um estrado, dois génios alados, e semi-nus, amparam uma tábula rectangular em que se lê em duas linhas: BIBLIOTHÈQUE NATIONALE || DE LISBONNE. Por cima, no campo, uma grinalda de louro; por baixo, pousada num globo, a águia imperial, de asas abertas, e com o bico voltado para a direita do observador. No exergo, em duas linhas: HISTOIRE DU TRAVAIL || POUR SERVICES RENDUS. Entre isto e o estrado: H. PONSCARME.

Bôrdo (letras cavadas): CUIVRE.

- N.^º 48.—1867.—Inauguração do monumento de Camões em Lisboa. De bronze.—Cf. Pereira, n.^º 196: tem F. A. G., mas deve ser F. A. C., iniciais de *Frederico Augusto de Campos*, nome do gravador. No *Archivo Pitoresco*, x, (1867), 225, vem uma gravura da reprodução galvanoplástica que provisoriamente se fez desta medalha por ocasião da inauguração do monumento Camoniano.
- N.^º 49.—1867.—Igreja de Belém. De bronze.—Cf. Leitão, n.^º 234.
- N.^º 50.—1867(?)—Convento da Batalha. De bronze.—Cf. Leitão, n.^º 233.
- N.^º 51.—1870.—Monumento do Rocio. De bronze.—Pereira, n.^º 204.
- N.^º 52.—1872.—Centenário da reforma pombalina da Universidade. De bronze.—Leitão, n.^º 243.
- N.^º 53.—1873.—Monumento do Buçaco.—Vid. *O Arch. Port.*, xvi, 146, onde a descrevo e a figuro.
- N.^º 54 a 68.—1880.—Medalhas do 3.^º centenário de Camões:
 N.^º 54 (bronze). Leitão, n.^º 309;
 N.^º 55 (bronze). Leitão, n.^º 517;
 N.^º 56 (prata). Leitão, n.^º 322;
 N.^º 57 (bronze, com a insígnia da Sociedade de Geografia). Cf. Leitão, n.^º 314;
 N.^º 58 (dois exemplares). Pereira, n.^º 234;
 N.^º 59 (um exemplar de bronze e outro de prata).—Cf. Leitão, n.^º 327;
 N.^º 60 (chumbo).—Leitão, n.^º 306;

¹ Acérea do gravador Ponscarme, vid. Forrer, *Biographical Dictionary of medallists*, iv, p. 654.

- N.º 61 (bronze, com uma argola em cima, e esta com outra). Cf. Leitão, n.º 310;
- N.º 62 (bronze). Cf. Pereira, n.º 235, e Leitão, n.º 313;
- N.º 63 (bronze). Cf. Leitão, n.º 323;
- N.º 64 (chumbo). Leitão, n.º 319;
- N.º 65 Cf. Leitão, n.º 310;
- N.º 66 Leitão, n.º 326;
- N.º 67 (dois exemplares que diferem um tanto entre si). Cf. Leitão, n.º 325;
- N.º 68 Leitão, n.º 321.
- N.º 69 a 71.—1881.—Inauguração do monumento de Caimões em Coimbra (vid. *O Conimbricense*, de 8 de Maio de 1881, p. 3). De prata.—Leitão, n.ºs 329, 330 e 332.
- N.º 72.—1882.—Centenário do Marquês de Pombal. De prata.—Leitão, n.º 340.
- N.º 73.—1884.—Centenário do Bom Jesus de Braga. De bronze.—Leitão, n.º 351.
- N.º 74.—1885.—Em honra de Capelo e Ivens. De bronze.—Leitão, n.º 353¹.
- N.º 75.—1886.—Casamento de D. Carlos. De chumbo.—Leitão, n.º 355.
- N.º 76.—1887.—Inauguração do caminho de ferro do Douro. Vid. Dr. Luciano de Carvalho, *Os caminhos de ferro de Portugal*, Lisboa 1906, p. 20.
- N.º 77.—1887.—Melhoramentos do pôrto de Lisboa (com figuras que fazem parte do emblema da Associação Comercial de Lisboa). Bronze.—A. Lamas, *Catálogo das medalhas .. do Museu Ethnologico*, Lisboa 1909, n.º 151.
- N.º 78. (1889).—Medalha de porcelana, comemorativa da inauguração da estátua de José Estêvão em Aveiro em 1889, estátua que está num terreiro diante do liceu. Esta medalha é uniface, e tem uma argola de suspensão².

¹ O anverso não foi feito *ad hoc*, segundo se depreende da descrição de Leitão, mas é constituído pelo emblema do Ateneu Comercial do Porto: vid. o desenho que enfeita os respectivos *Estatutos*, Porto 1907; e cf. estes, p. 21, art. 48.º, onde se diz que «o Ateneu usará de um emblema adequado, e a divisa *Inter folia fructus*».

² É cópia de uma de gesso (JOSÉ ESTEVÃO. Busto do orador voltado para a sua esquerda), feita segundo uma gravura de José de Sousa, gravador de profissão no Porto, natural de Aveiro. Por esta medalha de gesso devia gravar-se uma metálica, comemorativa, que não chegou a gravar-se.

N.^o 79.—1894.—Em honra de Sousa Martins. De bronze.—Lamas, *Catálogo cit.*, n.^o 172¹.

N.^o 80.—1895.—Inauguração do caminho de ferro de Lourenço Marques à fronteira do Transvaal. Aqui a descrevo:

Anv.: OPENING VAN DEN DELAGOABAAL SPOORWEG «abertura do caminho de ferro de Lourenço Marques»; busto de Krugger, barbado e em cabelo, voltado de perfil para a esquerda do observador. No exergo: J. P. M. MENGER. *Fecit.*

Rev.: NEDERLANDSCHE ZULD-AFRIKANSCHE SPOORWEG-MAATSCHAPPIJ «Companhia holandesa dos caminhos de ferro do Sul da África»; emblema constituído por uma roda alada, acompanhada de raios, que partem de entre nuvens, e pousada em um estrado. No campo, em cima, «1895», num nimbo. No exergo J. P. M. Fecit.

Bronze.

N.^o 81 a 89.—1898.—Em honra de Vasco da Gama: 4.^o Centenário do descobrimento do caminho marítimo para a Índia:

N.^o 81 (placá uniface, de barro: dois exemplares, um dourado, outro não);

N.^o 82 (cobre). Lamas, *Catálogo cit.*, n.^o 188. Quanto à missa, cf. *Lusíadas*, IV, 86-87;

N.^o 83 (estanho). Lamas, *ibid.*, n.^o 194. Cf. *Lusíadas*, IV, 88 (despedidas);

N.^o 84 (de prata: dois exemplares, um com argola de suspensão, outro sem argola). A legenda do anverso diz: QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DA INDIA. O retrato é o que vem no *Letreiro de Vasco da Gama*;

N.^o 85 (prata). Três naus de diferente grandeza; a maior é a capitaina. Ao longe o sol oriental. Gravada por A(lves) R(êgo).—Cf. *Lusíadas*, VI, 92;

¹ O letreiro do reverso consta de duas partes: 1) legenda, que diz: *admiratione adficiuntur ii qui anteire ceteros virtute putantur*; 2) inscrição, que diz: *optimo viro doctrina arte medica eloquentia virtute fide praestantissimo dedicatum*. A primeira parte é extraída de Cicero, *De officiis*, cap. x: «*admiratione .. adficiuntur ii qui anteire ceteris virtute putantur*», onde as edições que consultei na Biblioteca Nacional, e as melhores, como as de Döttweiler e Otto Heine, tem *ceteris*, e não *ceteros* (como se lê na medalha). A segunda parte foi de certo composta por quem delineou a medalha, para o que tinha exemplos em frases latinas correntes, como *vir optimus, deus optimus*, e nestas de Cornélio Nepote: *viru usu et sapientia praestantes* (*Themist.*, cap. iii); e *praestantissimi studio atque doctrina* (*Acad.*, cap. iv).

- N.^o 86 (bronze): GLORIAM INCLYTO NAVIGATORI VASCO DA GAMA;
- N.^o 87 (bronze: dois exemplares), com a legenda da moeda de ouro de D. Manuel chamada *português*. Lamas, *Catálogo* cit., n.^o 189;
- N.^o 88 (prata): no reverso brasão como nas moedas de «500 réis» de D. Luís;
- N.^o 89 (alumínio). Lamas, *Catálogo* cit., n.^o 191.
- N.^o 90 a 92. — 1898. — Medalhas monetárias de prata, de «1\$000 réis», «500 réis», «200 réis», do centenário da Índia. — Destas peças também figuram exemplares na coleção das moedas do Gabinete Numismático da Biblioteca.
- N.^o 93. — 1899. — Do CENTENARIO DA SEBENTA. Dois exemplares: um de cobre, outro de prata.
- N.^o 94. — 1899. — Aniversário do nascimento de Garrett. De bronze. — Lamas, *op. cit.*, n.^o 195. Vid. também *Portugal à l'Exposition*, n.^o 20, de 30 de Novembro de 1900, que existe na Biblioteca Nacional de Lisboa (numeração ⁶⁸⁸ azul).
- N.^o 95. — 1900. — Homenagem a Sousa Martins. Bronze. — Lamas, *op. cit.*, n.^o 199.
- N.^o 96 a 98. — 1900. — 4.^o Centenário do descobrimento do Brasil:
- N.^o 96, medalha oferecida ao povo luso-brasileiro por Júlio Meili: figurada no *Arch. Port.*, v. 120.
- N.^o 97, medalha d-a PRIMEIRA MISSA NO BRASIL (Mascote e Batista, Lisboa). Alumínio ¹.
- N.^o 98, medalha do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- N.^o 99. — 1901. — Visita dos reis de Portugal aos Açores. Quatro exemplares de prata, e quatro de alumínio. — Lamas, *Catálogo do Museu Etnológico*, n.^o 202.
- N.^o 100. — 1902. — Insignia da Sociedade Literária de Almeida Garrett. Metal dourado.
- N.^o 101. — 1903. — Visita de D. Afonso XIII de Espanha a Portugal. Vários exemplares. — Lamas, *Catálogo* cit., n.^o 211.
- N.^o 102. — 1903. — O mesmo assunto. Bronze. — As duas figuras de mulher que se vêem no reverso representam a Espanha e a Lusitânia: com esta última compare-se a que vem em LF, n.^o 98, respectiva à outorga da Carta (1826); e vid. *O Arch. Port.*, XI, 323. — Lamas, *Catálogo* cit., n.^o 210.

¹ Cfr. Magalhães Gandavo, *Hist. da prov. de Santa Cruz*, 1576, fls. 6 e 60-v, onde se descreve a chegada dos Portugueses e a primeira missa.

- N.^o 103.—1903.—Comemoração do 3.^o centenário da chegada dos primeiros Portugueses ao Ceará¹. Prata.
- N.^o 104.—1905.—Homenagem a Augusto José da Cunha. Bronze.—Lamas, *op. cit.*, n.^o 215.
- N.^o 105.—1905.—Primeiro centenário da morte de D. Fr. Caetano Brandão, 6.^o bispo do Pará.
- N.^o 106.—1905.—Enterro do grão (estudantes de Coimbra). Alumínio.—Lamas, *op. cit.*, n.^o 216.
- N.^o 107 a 109.—1905.—Visita do Presidente Loubet a Lisboa:
N.^o 107 (latão). Lamas, *Catálogo cit.*, n.^o 221;
N.^o 108 (celulóide), uniface, fixa numa chapa metálica;
N.^o 109 (prata). Lamas, n.^o 219.
- N.^o 110.—1906.—Congresso de Medicina em Lisboa.—Lamas, *Catálogo cit.*, n.^o 224; cf. *O Arch. Port.*, XIII, 339-340; *Boletim das Bibliotecas*, VI, 138; *Gazette Numismatique*, 1905, fasc. 1.^o
- N.^o 111.—1906.—O mesmo assunto. Bronze prateado. Do gravador Tony Szirmaï.
- N.^o 112.—1906.—Homenagem a Miguel Bombarda, como secretário do Congresso de Medicina.
- N.^o 113.—1907.—Congresso da paz, Haia 1907. No campo uma espécie de placa ou bilhete de visita com *Carlos Rangel de Sampaio*, e ZILVER «prata» no bôrdo.—Outro exemplar com a inscrição: *Exemplaire de collection*, e sem letreiro no bôrdo².
- N.^o 114.—1908.—Congresso Telegráfico de Lisboa. Bronze.—Lamas, *Catálogo cit.*, 231.
- N.^o 115.—1910.—Medalha da República Portuguesa:
Anv.: REPUBLICA PORTUGUEZA. Figura de mulher, com barrete frígio, engrinaldada, e voltada para a direita do observador. No exergo: LUCIO GR(avou), e J. ANJOS (nome do ourives que a vende).—O anverso é imitação do do franco.
Rev.: Um ramo de loiro toma o lado esquerdo da medalha (com

¹ Cfr. Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro t. I, p. 402, sgs.

² Esta medalha foi-me enviada com uma carta do Director do Gabinete, Rial das Medalhas de Haia, assim concébida:

«Monsieur et cher Collègue.

»Le gouvernement de S. M. la Reine des Pays-Bas a mis à ma disposition un certain nombre d'exemplaires de la médaille commémorative de la Seconde Conférence de la Paix. Je m'empresse de vous en faire parvenir un exemplaire pour la collection, confiée à vos soins».



N.º 78.—(medalha uniface), José Estêvão



N.º 101 (anverso)
Visita de D. Afonso XIII
a Portugal



N.º 99 (anverso)
Visita dos reis de Portugal
aos Açores



N.º 109.—Visita de Loubet a Lisboa



N.º 115.—República Portuguesa

relação ao observador); à direita, no campo: PROCLAMADA — EM — 5 — DE — OUTUBRO — DE — 1910.

Prata. Três exemplares, sendo um simples, outro dourado, e outro com uma moldura ornamental.

N.º 116.—1911.—Congresso do Turismo (isto é, do «Excursionismo»). Botão emblemático dos congressistas: na frente, IV — C. I. T.¹ — LISBOA — MCMXI (Letras brancas em campo verde); na chapa do pé: Medalhas — e — emblemas — João Anjos — Lisboa — R. (de) S. Roque, 121—123.

Nesta lista foi meu principal intuito dizer apenas o essencial para se poderem reconhecer facilmente as medalhas que os meus alunos estudaram nas aulas, e que existem na Biblioteca.

J. L. DE V.

«Mâmoas» de Albergaria-a-Velha

Um dólmen consta dumha parte arquitectónica (câmara e corredor) e dum atérro (*tumulus*), que em algumas regiões nossas tem o nome de *mâmoa*². Deve entender-se que este nome é antigo, e que se conservou na tradição, em geral sem sentido, e só como designação locativa³.

Junto de Albergaria-a-Velha há dois sítios chamados respectivamente *Mâmoa das Arrotas* e *Mâmoas do Tuco*.

O meu ilustrado amigo o Sr. Patrício Teodoro Álvares Ferreira, notando com razão que tais nomes deviam designar monumentos prehistóricos, verificou que em verdade havia nos sítios uns montículos de terra muito antigos, e convidou-me para lá ir vê-los, o que fiz em começos de Setembro de 1911. Para aqui transcrevo do meu canhenho arqueológico a descrição sumária do que em companhia dele observei.

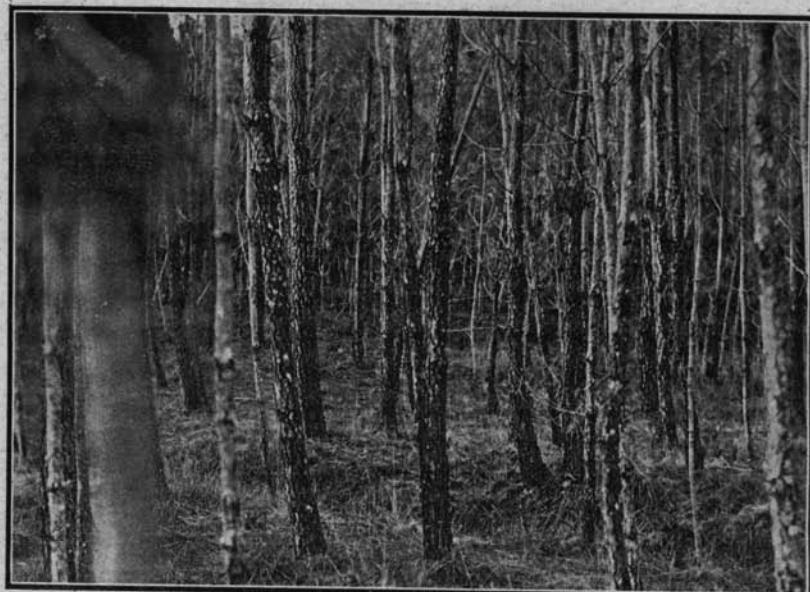
¹ C(ongresso) I(nternacional) (do) T(urismo).

² Palavra esdrúxula. Do latim *mammula*, diminutivo de *mamma*; por ter sido comparado o atérro a uma *mama*. Na topografia há outras palavras com origem em metáforas tiradas do corpo dos animais, v. g. *cabêço*, *cérro*, *costa*: vide sobre o assunto as minhas *Lições de Philologia Portuguesa*, Lisboa 1911, pág. 259 e 470.

³ Vide, sobre o assunto, *Religiões da Lusitânia*, I, 249 sgs.

I. Mâmoa das Arrotas

Fica dentro de um pinhal, ao sul e na freguesia de Albergaria, da qual dista cerca de 1 quilómetro,— à direita da estrada de macadame que vai do Pôrto a Lisboa, nas proximidades da povoação de



Mâmoa das Arrotas

Açores. É pouco elevada, mas de grande diâmetro. No centro há uma excavação pouco profunda, que corresponde ao lugar em que outrora esteve a câmara. Nenhuma pedra resta.

II. Mâmoas do Taco

São em número de três. Ficam na freguesia e ao sul de Albergaria, distantes das últimas casas da vila cerca de 1 quilómetro.

A 1.^a é pouco alta, mas de grande diâmetro. Nenhuma pedra.— Muitas *louras* de coelhos.

A 2.^a dista uns decâmetros desta para Norte. Nas mesmas circunstâncias da anterior.

À mesma distância, *plus minús*, fica a 3.^a, que é como as outras. A circunferência dela orça por uns 110 metros; a altura por uns 3 metros.

Todas estão dentro de um pinhal, que o povo chama «das mâmomas». O sítio é nu de pedras; só por aí se vêem alguns seixos e xisto.

Os esteios dos dólmens ou desapareceram, ou jazem enterrados muito fundo.

Na figura junta dou a gravura de uma delas, segundo a fotografia que o Sr. Patrício Álvares Ferreira me enviou.

*

Apesar da modéstia da presente noticia, ela constitue o mais antigo capítulo da história de Albergaria-a-Velha.

J. L. DE V.

A vila e concelho de Ferreira do Zézere

(Continuação. Vid. *O Arch. Port.*, xvi, 51)

VII

Dornes e o seu termo no século XVII

Num dos capítulos antecedentes vimos como a comenda de Dornes era comenda-mor de Cristo. Mas antes de proseguirmos e entrarmos propriamente no séc. XVII convém deixar consignado um facto curioso.

No Atlas de Abraão Ortélio, publicado em Antuérpia em 1570, contendo, entre outros, um mapa de Portugal feito por Fernando Álvares Séco em 1560, com intervenção do célebre humanista português Aquiles Estácio, encontra-se o Rio Zézere e entre os lugares das suas margens Arega, a que chama *Adrega*, Beco, Dornes e Vila de Rei¹.

Para os nossos leitores não representa o facto a novidade da existência das povoações acima indicadas meado o séc. XVI, pois, como vimos já, são muito anteriores, mas apenas o interesse de saber o Beco e Dornes figurando num atlas daquela época.

A comenda-mor de Dornes foi tombada em 1607 e à sua frente estava então D. Afonso de AlenCASTRE, a quem sucedeu, em 22 de Outubro de 1621, seu filho, do mesmo nome, ao qual El-rei Filipe III concedeu permissão de confirmar nas vilas de Ega e Dornes os juízes e oficiais cada ano², e depois dele, em 15 de Janeiro de 1626, o marquês de Castelo Rodrigo. Em 1631 era a comenda avaliada em 265\$000 réis por ano.

Como se sabe, a revolução de 1 de Dezembro de 1640 veio tirar o nosso país do domínio castelhano, entregando-o à Casa de Bragança que, na pessoa de El-rei D. João IV, lhe sucedeu. Este so-

¹ *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Lial, vol. xii, p. 2185.

² *Chancelaria de D. Filipe III*, liv. xxxviii, fl. 211 v.

berano, por carta de 11 de Agosto de 1654, publicada no apêndice de documentos¹, instituiu a Sereníssima Casa e Estado do Infantado e doou-a a seu filho D. Pedro com o título de Duque de Beja.

Compreendia a cidade de Beja, e todas as vilas, lugares, castelos, padroados, etc., que, por condenação do marquês de Vila Rial e duque de Caminha, lhes tinham sido confiscados para a coroa.

É dois anos depois, em 25 de Maio de 1656, que a comenda de Dornes é anexada à Casa do Infantado. Rendia nesse tempo por ano 512\$500 réis,—quasi o dobro do seu rendimento vinte e cinco anos antes— como se vê da carta de quitação passada em 1661 a Paulo Heitor de Sousa e António Gaspar, rendeiros da comenda, e registrada a fls. 131 v, do liv. I da *Chancelaria da Casa do Infantado*.

Tombada em 1666, foi-o também em 1686 e sucessivamente foi passando pelas mãos dos infantes, sendo, em 6 de Abril de 1686, prolongada por um ano a sua administração à infanta, filha de D. Pedro II, à qual, em 3 de Maio do mesmo ano, foi concedida mercê da mesma comenda².

Em 2 de Março de 1693 passou para as mãos do infante D. Francisco, ao qual El-rei D. João V a confirmou em 27 de Fevereiro de 1736³.

A população do termo de Dornes, cujos limites, como temos dito, coincidiam com os da comenda, em cem anos tinha aumentado de tal maneira que, em 1689, chega-nos notícia de haver, além das povoações referidas nos capítulos anteriores, as seguintes: Na freguesia de Dornes: Casal, Quintas, Rio Fundeiro, Rio Cimeiro e Barra-dá⁴; na freguesia do Beco: Casal do Zote, Vale de Carreira, Casal da Cruz, Telhado, Portela do Brás, Janafonso, Casal da Rica, Souto e Picoinas, falando os assentos paroquiais de 1602 no Casal do Casteiro; na de Paio Mendes: Courelas, Vale de Lameira, Vales, Quinta da Eira, Masnas, Outeiro e Souto da Ereira.

Dornes tinha a rua do fundo, indo da praça para baixo, à mão esquerda; a Rua do Adro, vindo da igreja para a praça, ao lado esquerdo da qual ficavam umas casas tendo na parede esculpida uma comenda em pedra; Rua da Borvinda (?); Rua da Barca. Na praça também havia umas casas em cujo portal estava esculpido o mesmo sinal da comenda, a cruz de Cristo em relevo, segundo supomos.

¹ Doc. XXXVI.

² *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. LXVI, fls. 173 v, e 205.

³ *Id.*, liv. CXCVI, fl. 182 v.

⁴ *Prontuário das terras de Portugal*, fl. 274.

Por carta de 20 de Dezembro de 1639 foi ordenado uma espécie de inquérito das vilas da comarca de Tomar e do seu original, feito em 6 de Fevereiro de 1640¹ e assinado pelo corregedor António Mergulhão Borges, consta que Dornes (vila e termo) tinha 550 vizinhos (fogos), quase o dobro do censo de 1527; é da jurisdição rial, só o comendador mor de Cristo confirma os juízes e oficiais da câmara. Os ofícios, dizia o corregedor, são os seguintes: três escrivães do judicial e notas, rendendo cada um 15\$000 réis; um juiz dos órfãos, 8 cruzados; um escrivão dos órfãos renderá 15 cruzados; um escrivão da câmara, 4\$000 réis; um escrivão das sizas 4\$000 réis; um contador, inquiridor e distribuidor, 5\$000 réis; um escrivão dos direitos riais, 500 réis; um escrivão da almotaçaria renderá 2\$000 réis.

Em que relações viveria esta população com o donatário dizem-no-lo, com toda a autenticidade, os tombos, o primeiro dos quais foi concluído em 15 de Abril de 1609².

Continuava o comendador a poder nomear para lá o *juiz da ordem, direitos riais e almoxarife*, com o seu escrivão privativo; a ele cumpria executar as dívidas ao comendador, em virtude dos direitos da comenda.

Ao lado desta justiça, senhorial, chamemos-lhe assim, havia a popular, na qual também o comendador tinha directa ingerência, pois era ele quem, após uma eleição, escolhia de entre os eleitos os que lhe parecesse.

A eleição procedia-se na primeira oitava do Natal. Constituída a assembléia, sob a presidência do juiz mais velho, o escrivão da câmara tomava os votos e os seis mais votados ficavam por eleitores, e destes, cada grupo de dois fazia uma pauta dando nelas 4 juízes, 6 vereadores e 2 procuradores. Entregavam-nas aos 2 juízes que serviram no ano anterior os quais faziam dois pelouros cada um com 2 juízes, 3 vereadores e 1 procurador apurado entre os mais votados nas pautas. As duas listas, assim formadas, eram enviadas ao comendador para escolha e confirmação e ordenar ao almoxarife que lhes desse juramento.

Tais magistrados, aos quais as Ordenações chamavam juízes ordinários, conheciam de todas as causas crimes e cíveis, dando apelação nas que não fossem da sua alçada.

O alcaide continuava sendo de nomeação do comendador-mor e a necessidade tinha feito criar um lugar de couteiro, cujas atribui-

¹ *Lista das comarcas do Reino*, manuscrito 1:194.

² O n.º 192 da remessa dos Próprios Nacionais.

ções eram a guarda das propriedades da Quinta da Granja, mata, e Cerquito, podendo nelas encoimar as pessoas encontradas em tempo defeso e tendo o térço das coimas e de ordenado trinta alqueires de pão: 10 de trigo, 10 de milho e 10 de centeio. A sua residência era na Quinta da Granja, numa casa em cujo portal lavrado havia uma *comenda* esculpida. Em 1696 cortaram da mata, entre outras árvores, 75 vigas de carvalho para o secretário de Estado¹.

Na vila existiam três tabeliães postos por El-rei, cada um dos quais tinha de pagar 300 réis de pensão, pelo Natal, ao comendador, assim como o tinham também os três tabeliães de Ferreira.

O *almoxarife* e *juiz dos direitos riais* era evidentemente a primeira autoridade do concelho, representante do comendador-mor e, depois, representante do Infante com a criação da Casa do Infantado e da sua confiança. Desde 1656 fazia-se o seu provimento trianual pela *Junta da Sereníssima Casa do Infantado*, sendo seu substituto nato o juiz ordinário mais antigo.

Em 1618 exercia esse lugar Tomás Carvalho², sucedendo nele, segundo parece, a seu pai, Gonçalo Carvalho, e, em meados do séc. XVII, vamos encontrá-lo na família Camelo Gueifão, representada em 1658 e 1660 por Manuel Camelo Gueifão e em 1664 por Luís Camelo Gueifão³.

Dois anos mais tarde, aparece-nos de posse dêle Lucas de Sá e Mendonça⁴ que o exerceu até o S. João de 1682. O lugar era a princípio gratuito, mas em 6 de Abril de 1672, por alvará dessa data, registado no liv. I da *Chancelaria da Casa do Infantado*, fl. 317 v, foi-lhe arbitrado o seguinte ordenado: 10\$000 réis em dinheiro e 2 moios de trigo, assim como 60 almudes de vinho.

Todavia sabemos que, pelo menos duma vez, Lucas de Sá recebeu em lugar dos 2 moios de trigo 24\$000 réis e em vez dos 60 almudes de vinho 16\$000 réis. Nesse ano, entre 1672 e 1682⁵ era escrivão da comenda Veríssimo Camelo, e recebeu 9\$000 réis de ordenado,

¹ Biblioteca Nacional, manuscrito ^B 11, fl. 194.
² Tombo de 1686.

³ *Chancelaria da Casa do Infantado*, liv. I, fl. 278 v.

⁴ *Id.*, *Ibid.*, fl. 305 v.

⁵ Consta dum *Livro da receita e despesa da Casa do Infantado*, que é o n.º 237 da sala J J, 14, 4. Não tem data. Podemos no entanto conjecturar que seria em 1676 porque nesse ano encontrámos notícia de Veríssimo Camelo Gueifão (*Chancelaria da Casa do Infantado*, liv. I, fl. 390 v) e o licenciado Gaspar Heitor de Sousa que desde 1675 (liv. I, fl. 358, *Chancelaria da Casa do Infantado*) exercia o lugar de procurador e advogado da comenda.

equivalentes a 30 alqueires de trigo e 30 de mistura e o licenciado Gaspar Heitor de Sousa 6\$000 réis por 30 alqueires de trigo do seu ordenado de procurador da comenda.

A comenda tinha rendido 1:020\$000 réis, prova clarissima da forma como tinha andado administrada anteriormente se fizermos o cotejo dos números com o rendimento de 1656 e com o de 1631, e dêsse rendimento se deduzia a despesa em que acabámos de falar, além doutras.

De Lucas de Sá de Mendonça passou o lugar de almoxarife e juiz de direitos riais para seu filho Rodrigo de Sá de Mendonça que até 1717 o exerceu.

O almoxarife tinha, segundo parece, dois secretários: o escrivão da comenda ou escrivão da ordem e direitos riais e escrivão do almoxarifado. E, assim como o lugar de almoxarife passou da familia Camelo Gueirão para a família Sá, onde, como veremos, se conservará por largo tempo, também o lugar de escrivão da ordem e direitos riais se encontra na familia Caldeira e depois, por ligações de famílias, nos Camelos Gueirões.

É por isso que, a Afonso Caldeira sucede seu genro Manuel da Fonseca, a este o filho Veríssimo Caldeira em 1668 (*Chancelaria da Casa do Infantado*, liv. I, fl. 263 v) e na sua menoridade Luís Gomes e ao capitão Bernardo Camelo Gueifão é-lhe dado o lugar por ter casado com Veríssima Caldeira, irmã de Veríssimo Caldeira (*Chancelaria da Casa do Infantado*, liv. II, fl. 53) exercendo-o ainda em 1717.

A uma pessoa com o mesmo nome, provavelmente o mesmo Afonso Caldeira, sucede-lhe no lugar de escrivão do almoxarifado, outro seu genro Manuel Mendes (*Chancelaria da Casa do Infantado*, liv. I, fl. 159 v).

A comenda tinha também o seu procurador. Em 1666 foi-o António Carvalho; em 1675 o licenciado Gaspar Heitor de Sousa, cujo ordenado era de trinta alqueires de trigo¹; em 1682 começou a exercê-lo o licenciado Luís Gomes de Carvalho².

Tam longe vai a tendência de certos lugares serem hereditários que, por alvará de 5 de Novembro de 1645, como o juiz dos órfãos João Cotrim tivesse falecido, deixando viúva, Maria Mendes, e duas órfãs, Maria Cotrim, de doze anos e Catarina Cotrim, de nove, em

¹ *Chancelaria da Casa do Infantado*, liv. I, fls. 215, 277 e 358 v.

² *Id.*, liv. II, fl. 71.

precárias circunstâncias, El-Rei D. João IV faz mercê à filha mais velha para a pessoa que com ela casasse, sendo apto, do referido lugar de juiz dos órfãos de Dornes.

Quer dizer, o concurso do pretendente não era ao lugar de juiz dos órfãos de Dornes mas sim aos olhares de Maria Cotrim, o que, se ela fosse exigente, seria um tudo-nada mais difícil!

Em 1575, o lugar de juiz dos órfãos tinha pertencido a German Eanes Cotrim, em 1605 era exercido por Jorge Mendes, passou para Luís Cotrim, foi exercido por João Cotrim durante dois anos até que, em 20 de Novembro de 1645, sendo já falecido, foi o lugar dado a quem casasse com Maria Cotrim, filha mais velha do antigo juiz e de Maria Mendes, sua viúva. Por tal motivo, foi em 20 de Junho de 1654, para ele despachado Belchior Mendes¹, e, em 1679, vamos encontrar exercendo-o José Mendes de Vasconcelos. Belchior Mendes havia falecido em 16 de Agosto de 1657, sendo também escrivão da Câmara. Morava no Beco. Em 22 de Março de 1650, como o proprietário do lugar, Belchior Mendes de Sousa, fosse de menor idade, foi dada a sua serventia a seu cunhado Manuel Carvalho de Sousa².

Mas só a serventia, note-se bem, que hoje traduziríamos pelo exercício do lugar.

Junto ao juiz dos órfãos havia o respectivo escrivão, lugar exercido em 1522 por um Domingos Lobo, até 1611 por Simão Monteiro e em 1612 por Gaspar Mendes; e por cuja morte, sucedida, segundo o respectivo registo, em 1624, como a viúva Inês Monteiro ficasse em precárias circunstâncias, foi o lugar dado a Manuel Monteiro, irmão dela, com a condição porém de lhe dar uma pensão de 16\$000 réis anuais, sendo por isso feita a sua nomeação em 15 de Fevereiro de 1641³. Bastante avançado em anos devia estar Manuel Monteiro porquanto, em 10 de Maio de 1645, consideravam-no incapaz de todo o serviço e era-lhe dada licença para, quando morresse ou ainda em vida, poder nomear o sucessor em filho ou genro⁴. Para ele nomeou com efeito, seu filho também chamado Manuel Monteiro⁵, em 22 de Julho de 1656. Este faleceu sem descendência e por isso o lugar passou, em 4 de Agosto de 1662, para Manuel Carvalho⁶.

¹ *Ordens*, liv. iv, fl. 60.

² *Chancelaria de D. João IV*, liv. xxi, fl. 257.

³ *Ordens*, liv. i, fl. 130 v.

⁴ *Id.*, liv. ii, fl. 147 v.

⁵ *Id.*, liv. v, fl. 64.

⁶ *Id.*, liv. vi, fls. 327 e 332.

Mas, como da seqüência do nosso trabalho já temos visto, havia ainda outros órgãos encarregados da função judiciária. Eram os juízes chamados ordinários de eleição popular e que o infante, depois de ouvida a Junta da Sereníssima Casa do Infantado, escolhia de entre os nomes apontados pelo povo¹. Da mesma forma se procedia com os três vereadores que constituiam a câmara e o procurador do concelho, lugar bem diferente de procurador da comenda.

Não se pode dizer terem sido muito disputados estes lugares e os de vereadores eram-no mesmo tam pouco que o almoxarife Lucas de Sá dizia, em 1681, que um dos nomes da pauta tinha lá sido incluído pelos seus próprios inimigos! Todavia neles se encontram os nomes das pessoas mais ilustres do termo de Dornes, o que nos dá idéia exacta das principais famílias de então.

Apontaremos: Manuel Fernandes, de Dornes e Amador Nunes, do Beco, sendo vereadores António Mendes, do Beco, Francisco Mendes, de Ribeiras, Manuel Fernandes, de Janafonso e procurador do concelho Simão Marques².

Dois anos mais tarde, serviam de juízes Manuel Carvalho e Luís de Alcobia e de vereadores José Fernandes, Manuel Nunes e Manuel Cotrim, sendo procurador Manuel Fernandes.

Em 1657, eram juízes Francisco Dias Pintado e Afonso Caldeira, da Quinta da Eira e vereadores o capitão Belchior Cotrim, Manuel Carvalho, sargento-mor e Marcos Caldeira; em 1658, eram juízes Belchior Dias e o capitão-mor Manuel de Carvalho; em 1659 Manuel Mendes e Luís de Alcobia; em 1660 Luís Camelo Gueifão e Simão Carvalho; em 1661 Manuel de Alcobia e Pedro Heitor de Sousa; em 1662 Manuel Fernandes, de Dornes e Manuel Carvalho da Silva, o novo; em 1663 Afonso Caldeira e Francisco Cotrim; em 1666 Pedro de Sousa e Bartolomeu Carvalho; em 1667 Manuel Dias e Manuel André, do Casal da Mata; em 1668 Pedro Heitor de Sousa e Francisco Carvalho, do Beco; em 1669 Gonçalo Cardoso e Bernardo Camelo; em 1670 Lourenço Dias, de Dornes e Afonso Mendes; em 1671 Francisco Carvalho de Vasconcelos e Baltasar Mendes, da Frazueira; em 1672 Manuel Mendes e Jacinto Carvalho; em 1673 Lucas de Sá de Mendonça e Pedro Heitor de Sousa; em 1674 o licenciado Gaspar Heitor de Sousa e o capitão-mor Manuel Carvalho; em 1675 Lourenço Dias e Manuel Carvalho da Silva; em 1676

¹ O maço 16.^º do *Cartório da extinta Casa do Infantado* contém processos desta natureza, donde extraímos os nomes apontados no texto.

² Maço 2.^º do *Cartório da Extinta Casa do Infantado*.

José Mendes da Silveira e o capitão Pedro Heitor de Sousa; em 1677 Jorge Mendes, do Beco e Manuel Dias, de Dornes; em 1678 José Mendes de Vasconcelos e Vicente Carvalho de Sousa; em 1679 João Nunes, do Beco e Francisco de Sousa, da Rebalia; em 1680 Matias Carvalho, de Dornes e Manuel Caldeira, da Rebalia; em 1681 Domingos Mendes, da Rebalia e João de Sousa, de Dornes; em 1682 Baltasar Cotrim, do Beco e Manuel Heitor de Sousa; em 1683 António de Alcobia, da Rebalia e José Carvalho, da Frazueira; em 1684 Luís Mendes de Vasconcelos, de Dornes e Estêvão Mendes de Vasconcelos, do termo; em 1685 Bartolomeu Carvalho, da quinta da Eira e Tomás Carvalho, da Rebalia; em 1686 Dionísio de Araújo Bravo, do Beco e Manuel Carvalho, da Frazueira; em 1687 Jacinto Carvalho de Sousa e Bartolomeu Carvalho, da quinta da Eira; em 1688 o licenciado Luís Gomes de Carvalho e o licenciado António Frazão Furtado; em 1689 Vicente Carvalho de Sousa e Manuel Alves, da Frazueira; em 1690 Matias Carvalho de Sousa e Manuel Carvalho da Frazueira; em 1691 Paulo da Fonseca da vila e António Saraiva de Matos, de Paio Mendes; em 1694 Francisco Carvalho de Vasconcelos e Luís Cotrim de Vasconcelos, do Beco; em 1695 Rodrigo de Sá e Mendonça e Tomás Carvalho de Sousa; em 1696 Custódio de Sousa Cotrim e Bartolomeu Carvalho, da quinta da Eira; em 1697 o licenciado António Frazão Furtado, da Frazueira e Vicente Carvalho de Sousa, do Beco; em 1698 José Carvalho, da Frazueira e Manuel Carvalho, da quinta da Eira; finalmente em 1699 Manuel Camelo Gueifão, da quinta da Eira e Francisco Carvalho de Vasconcelos.

Seja dito de passagem que em 6 de Fevereiro de 1640, compravam em Dornes as honras de cada um dos juízes ordinários em 4\$000 réis, assim como as de cada um dos vereadores, pagando cada um de *meia nata* um cruzado. O ofício de procurador do concelho era avaliado em nada¹, o que à evidência explica os seus poucos pretendentes.

O lugar de contador, inquiridor e distribuidor de Dornes foi exercido durante mais de 40 anos por Tomás Carvalho, o qual o nomeou no seu filho do 2.º matrimónio António Carvalho, falecido em Oliveira sem estar encartado. Passou por isso o lugar para o irmão d'este, Jacinto Carvalho, nomeado em 4 de Dezembro de 1654².

¹ Manuscrito 1:194 da Livraria: *Lista das comarcas do reino*.

² *Ordens*, liv. iv, fls. 60 e 123 v.

Tomás Carvalho de Sousa, filho d'este Jacinto Carvalho, pretendeu suceder no lugar de seu pai e por isso o requereu ao Desembarço do Paço. A inquirição respectiva efectuou-se em 19 de Abril de 1694¹. Foram preguntados: Manuel Mendes, que vive da sua fazenda, morador no Casal da Rica, de 70 anos; António Mendes, morador na Rebalvia, de 75 anos, e vivendo também da sua fazenda; e Belchior Mendes, morador no Beco, de 64 anos. Apuraram ser o habilitando morador na Rebalvia; que seus pais foram Jacinto Carvalho de Sousa e Inês de Sousa, também moradores na Rebalvia; seus avós paternos, Tomás de Carvalho e Marta Heitor, moradores e naturais do Beco; e os seus avós maternos foram Simão Delgado e sua mulher Inês de Sousa, moradores na Rebalvia.

O lugar de escrivão da almotaçaria de Dornes foi exercido por Baltasar Godinho em 1572 e por Manuel Mendes até que, em 12 de Agosto de 1641, tendo êste falecido e estando sua viúva, Domingas Cintra, em precárias circunstâncias passou o lugar para seu filho Inácio Mendes, nomeado em 1 de Outubro de 1641².

Dos couteiros da mata do Cerquito chega-nos notícia de Belchior Mendes em 1669, com o ordenado de dez alqueires de trigo e vinte de mistura³.

Dos alcaides de Dornes conhecemos: Belchior Mendes em 1673 e Manuel Mendes em 1697 e dos escrivães da câmara: Manuel Mendes em 1646; José Mendes de Vasconcelos em 1687; e António Camelo Gueifão ou António Camelo de Carvalho; por cujo falecimento sucedeu, já em 1717, Rodrigo Sá de Mendonça, cavaleiro da Ordem de Cristo⁴.

Dos procuradores do número sabemos: de Aleixo Ferreira, em 1614 e João Saraiva de Matos em 1637.

Também de bastantes tabeliães nos chegam notícias. Ainda no séc. XVI, além dos já apontados, constam da Chancelaria da Ordem de Cristo: André Dias em 1566; Diogo da Guerra em 1572; António Cotrim em 1590; e Gaspar Nunes em 1598; e do *Tombo das capelas do Beco*: Manuel de Araújo, moço da câmara de El-Rei e tabelião em Dornes em 1589.

Do séc. XVII sabemos que a Gaspar Nunes sucedeu seu genro Jacob Heitor de Sousa, casado com Isabel da Silva, nomeado em

¹ *Leitura de Bacharéis*, m. 3, T. n.º 20.

² *Ordens*, liv. I, fl. 147.

³ *Chancelaria da Casa do Infantado*, liv. I, fl. 277.

⁴ *Id.*, liv. XI, fl. 120 v.

20 de Novembro de 1627¹. Depois de ter desempenhado o lugar durante trinta e sete anos sucedeu-lhe seu filho Gaspar Heitor de Sousa, filho mais velho do primeiro matrimónio, o qual foi mandado examinar em 13 de Maio de 1665², sendo nomeado com efeito em 23 de Setembro de 1665³, com a condição de pagar o custo dum soldado que sirva 6 meses na fronteira.

Vê-se que para com êle desapareceu o rigor com que tinham procedido em 1658, quando requereu para ser admitido a ler no Dezembargo do Paço. Houve testemunhas que vieram depor, declarando tê-lo visto pelo S. Martinho na Golegã a vender panos *com o côvado na mão e tesoura no cinto!* Em contraposição declararam que os pais, já nossos conhecidos, os avós paternos Heitor de Sousa e Maria Mendes e os maternos Gaspar Nunes e Madalena da Silva, todos moradores no Beco, eram pessoas nobres e honradas e *das melhores d'este lugar*. Mas, talvez também porque sua mulher era infamada de cristã nova, não foi admitido, o que como se vê só mais tarde conseguiu⁴.

Os assentos paroquiais dão o licenciado Gaspar Heitor de Sousa falecido em 21 de Abril de 1681.

Em 29 de Janeiro de 1676 foi autorizado a nomear o lugar em uma sua filha, o que efectivamente fez, sucedendo-lhe seu genro Lourenço Dias, nomeado em 25 de Junho de 1676⁵.

Os assentos paroquiais do Beco dizem que, a 17 de Novembro de 1610, morreu o tabelião Manuel de Araújo, com 25 anos de idade.

Como se vê não era pequena a burocracia do termo de Dornes, quer a remunerada pela comenda, cujo rendimento assim se escoava por entre várias mãos, à qual podemos chamar senhorial, quer a remunerada pelo povo.

Além disso ainda havia outras autoridades estipendiadas. Eram os párocos.

Em 1607 era vigário de Dornes, Fr. Luís Mendes, ao qual pagavam de ordenado e mantimento noventa alqueires de trigo, 9\$000 réis em dinheiro, tudo tirado da renda da comenda-mor. Por esse mesmo tempo era pároco de Paio Mendes o P.^e Pero Lopo, apresentado pelos fregueses e confirmado pelo bispo de Coimbra em capelão perpétuo

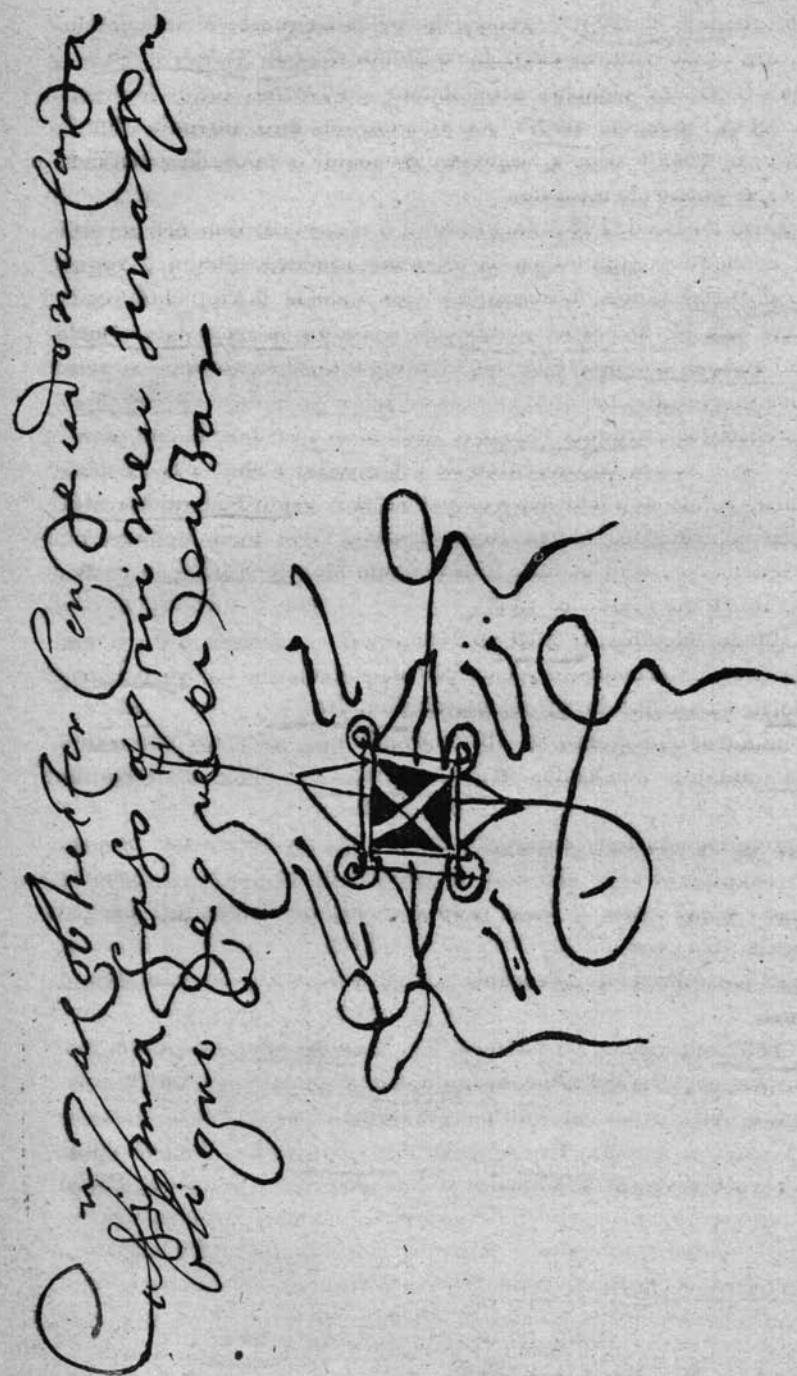
¹ Chancelaria da Ordem de Cristo, liv. XII, fl. 237.

² Id., liv. XVIII, fl. 320.

³ Id., liv. XLV, fl. 7 v, Ordens, liv. VII, fl. 2 v, e liv. V, fl. 384 v.

⁴ Leitura de Bacharéis, M. 1, n.^o 34-G

⁵ Chancelaria da Ordem de Cristo, liv. LIII, fl. 452 v.



Fac-símile da letra e sinal público de Jacob Heitor, tabelião em Dornas

(Eu Jacob hector conteúdo na carta assina falso aqui meu sinal público de que ei de uzar)

com o ordenado de 16\$000 réis, pago pelos fregueses à sua custa e do Beco, era então vigário Fr. André Mendes.

Em 1686 era vigário encomendado de Dornes o P.^o Manuel da Cunha com a côngrua de 29\$000 réis em dinheiro, noventa alqueires de trigo, cincuenta e dois almudes de mosto, 3\$000 réis para cera e 2\$000 réis para ensinar a doutrina às crianças. Por esse mesmo tempo era vigário do Beco, Fr. Manuel Monteiro, cuja côngrua era paga pelo povo, acabando o tombo de 1688 com uma ilegalidade, a requerimento do procurador da comenda, licenciado Luís Gomes de Carvalho. Até aí tinha o pároco do Beco recebido dos frutos da comenda 26\$000 réis, 30 alqueires de trigo, e para a fábrica 3\$000 réis, sem para isso haver título algum jurídico.

Os assentos paroquiais do Beco falam-nos no falecimento dos seguintes padres: em 12 de Março de 1626, o licenciado Fr. Francisco Monteiro, vigário de Dornes; em 1631, Fr. André Mendes, vigário do Beco; em 11 de Novembro de 1652, Fr. Manuel Mendes, também vigário do Beco, sepultado na capela-mor; em 1666, o cura do Beco, P.^o António Álvares Temudo, morador em S. Jordão; em 1669, o P.^o Manuel Mendes, vigário do Beco.

Não nos deteremos na descrição das igrejas do Beco e Dornes já desceritas no capítulo III dêste trabalho. Na de Dornes continuava a sua milagrosa imagem (fig. 13) operando maravilhas, como a de livrar os habitantes de Dornes da grande praga do pulgão e lagarta, que houve em 1697, à qual se refere o *Santuário Mariano*¹.

Só referiremos que, em 1686, tinha a igreja de Dornes os ornamentos seguintes: 1 caixão com 6 gavetas de castanho; 1 crucifixo encarnado com a altura de côvado e meio; 5 vestimentas brancas de brocatel, 3 novas e 2 usadas; 2 dalmáticas de brocatel e damasco, novas; 2 vestimentas, 1 verde e outra vermelha, de damasco de seda, usadas; 2 vestimentas roxas já usadas de damasco; 3 vestimentas roxas já usadas de damasco; 1 pano da estante do altar, roxo e outro branco; 2 mangas brancas da crúz, uma velha e outra nova; 1 manga da cruz roxa em bom uso; 2 capas de asperges de damasco roxo; 1 capa de asperges de damasco branco, velho; 1 capa de asperges verde, nova; 2 dalmáticas de damasco roxo, já usado; 1 frontal de damasco branco, novo; 2 frontais de damasco branco, usados; 1 frontal de damasco, verde; 3 panos de púlpito de damasco, um branco, outro vermelho e outro roxo; 2 frontais de damasco roxo, um velho e outro em bom uso; 4 cortinas do altar-mor, uma ver-

¹ Liv. II, tit. LXVIII, p. 540.

melha, outra verde, outra preta e outra azul; 12 alvas novas e 10 amitos, novos e 8 cordões; 4 alvas velhas; 6 toalhas de altar-mor; 4 missais usados; 1 livrō de cantochão; 1 ritual e um baptistério e manual; 1 caldeirinha de água benta, de cobre; 1 espelho grande com suas molduras pretas, que está na sacristia.



Fig. 13

De prata havia na igreja de Dornes: 3 cálices de prata com suas patenas da mesma, tudo dourado; 1 vaso de comunhão de prata; 2 castiçais de prata de pé grande; 1 turíbulo de prata; 3 lâmpadas de prata da capela-mor; e finalmente a coroa de prata da Senhora do Pranto, dada de esmola pelos fregueses de Puços e S. Pedro-

A naveta de prata tinham-na mandado fazer a Lisboa.

Como pertencentes à igreja do Beco enumera o tombo de 1686 os seguintes ornamentos: 1 caixão de castanho; 1 crucifixo da sacristia; 1 capa de asperges de damasco branco; 1 vestimenta de damasco de seda branca; 1 vestimenta de damasco verde; 1 capa de asperges de damasco verde; e 1 frontal de damasco verde. Os outros ornamentos e pratas eram do povo.

A descrição da igreja de S. Vicente de Paio Mendes é feita no tombo de 1607. Por ele se vê que a sua capela-mor tinha 12 côvados de comprimento e outros 12 de largura, forrada de tábuas de castanho; dela se passava para a sacristia, guarnecidá de armários de castanho; o corpo da igreja tinha de comprimento 36 côvados e de largura 18, era coberta de telha vã e estava por lagear. Na empena da parede da porta principal tinha um campanário com o seu pequeno sino de metal.

Em 2 de Janeiro de 1582, tinha sido passada uma carta aos moradores de Paio Mendes e seus chegados, permitindo-lhes que tivessem carniceiro que matasse pelos preços de Dornes gado miudo e vacum¹.

Ao lado das igrejas, como manifestação religiosa, havia as capelas.

Na freguesia de Dornes, nos fins do séc. XVII, havia já as capelas de Santo António e Santa Catarina na vila, e Nossa Senhora da Purificação na Frazueira, mandada fazer por Francisco Saraiva de Matos cavaleiro professo de Cristo, além daquelas a que aludimos e da de S. Sebastião no Carril, em cujo centro segundo informação do meu amigo Sr. Fernando Caldeira, existe a seguinte inscrição:

*Sépultura de Nuno Rodrigues, um devoto d'este santo,
Que fez esta imagem e aqui a fez pôr
Aqui jaz feito em pó
Rogai por mim pecador.
Faleceu a 18 de Março de 1569. E de sua Mulher Ana Vaz.*

Na freguesia de Paio Mendes existiam as seguintes: de Nossa Senhora da Conceição, no lugar da Ereira, instituída por Manuel Dias e seu filho P.º Luís Dias Ribeiro²; no lugar das Courelas, a de S. Luís, pertencente ao povo; na Quinta da Eira a de Nossa Senhora do Amparo, também pertencente ao povo e no lugar de Paio Mendes a de Santo António igualmente do povo. Isto além da de Santo Antônio a que já fizemos referência.

¹ Privilegios de D. Sebastião, liv. XIII, fl. 174 v.

² Notícias das igrejas do Bispado de Coimbra, Biblioteca Nacional, A. 4, 14.

Na própria igreja, no altar de S. Francisco, há, segundo me informa o actual prior meu amigo, Sr. P.^o António Luis Ferreira, a seguinte inscrição reveladora do nome dum instituidor de capela vinculada:

C.^ª ES.^ª DLD.^º JOSIP COEHO
 DA SLA, E D SA MVLHER MARIA
 MENDES, E D SEVS DSCENDENTES AN
 NO DE 1657.

É da freguesia do Beco que nos chega a mais completa informação das capelas ali eretas e instituídas durante o séc. XVII, pois tivemos presente o respectivo tombo, começado em 16 de Novembro de 1712¹.

Podemos enumerá-las cronologicamente.

1.^a Por testamento datado de 1601, Isabel Pires, viúva de Diogo Luís, morador no Beco, instituiu uma capela da qual faziam parte, entre outros bens, um souto que, em 1725(?), partia com o licenciado Miguel de Sousa, da Rebalvia, com herdeiros do licenciado António Frazão e com o licenciado José Martins, da Carraminheira. Francisco Mendes era quem a administrava em 1725.

2.^a Capela instituída por Bartolomeu da Fonseca, da Martimbraz, a cujo inventário se procedeu em 1610. Administrava-a, em 1716, Álvaro Ferreira de Carvalho, da Rebalvia e a ela pertenciam, entre outros bens: uma sepultura na igreja do Beco, com seu título; uns pardieiros, partindo com herdeiros de Francisco de Basto; um serrado, partindo com Manuel Cotrim, do Outeiro do Marco e com Baltasar Cotrim, do Outeiro ou da Martimbraz; um olival partindo com Manuel Gaspar Pimenta, etc.

Bartolomeu da Fonseca morreu a 20 de Fevereiro de 1610, como diz o respectivo assento paroquial.

3.^a Capela instituída em 1616 por Leonor Mendes, mãe do licenciado Afonso Mendes de Vasconcelos. Era dela administrador em 1717, Manuel de Andrade.

4.^a Por testamento feito em 1631 o licenciado Afonso Mendes de Vasconcelos, provedor de Coimbra e desembargador de El-rei, casado com Ana Carvalho, fez um acrescento à capela instituída pela mãe, determinando que dela fosse primeira administradora sua filha Mariana Mendes de Vasconcelos.

¹ Existe no Arquivo Paroquial do Beco.

Em 4 de Abril de 1724, Pedro de Andrade, morador no Beco, denunciou-a por vaga para a corôa e por isso lhe foi passado alvará de administração da capela, sómente em sua vida¹.

5.^a Capela instituída em 1637 pelo P.^e Sebastião Pimentel de Mesquita, irmão de António Pimentel e morador numas casas da Rua Direita do Beco, pegadas às de D. Brites. Faleceu em 15 de Agosto de 1640. Dela era administradora, em 1716, Maria Cotrim, do Beco.

6.^a Capela instituída por testamento do P.^e Lourenço Monteiro em 1652, administrada em 1713 por Mariana Monteiro, do Beco e João Mendes, da Rebalvia.

7.^a Capela instituída pelo licenciado Manuel de Alvelos Ribeiro, por testamento feito em 1 de Agosto de 1662. Os encargos da capela eram 10 missas anuais na capela de S. Giraldo. Ao vínculo pertenciam os seguintes móveis: um bufete lavrado, com suas molduras, duas gavetas com fechaduras e um contador de nove gavetas, em cada uma delas duas estrélas de branco com suas firmas nos cantos, avaliado em 8\$000 réis; um escritório grande com duas gavetas no fundo e dentro quinze, avaliado em 10\$000 réis; uma arca encoirada, avaliada em 2\$000 réis, etc., assim como trinta e dois volumes, entre os quais as *Ordenações*, avaliadas pelo licenciado Gaspar Heitor de Sousa em 10\$000 réis. De imóveis enumeraremos: uma casa que tinha pertencido a Francisco Dias Manrique, defronte da casa de Luís Mendes de Vasconcelos; um souto de trás das casas de António Camelo, falecido, partindo do norte com o P.^e Pascoal Carvalho, do Beco; um pedaço de sotão partindo com herdeiros do licenciado Tomé Carvalho de Sousa, do Beco; outro partindo com o P.^e António Coelho da Silva; outro partindo com herdeiros do Licenciado José Coelho da Silva; outro partindo com Miguel Cardoso Cotrim, etc.

Desta capela era administradora em 1712 D. Maria Antónia de Alvelos e Sousa, mulher do desembargador Manuel de Álvares Monteiro, neta do instituidor.

8.^a Capela instituída por Joana Baptista, moradora no Beco, por escritura de doação lavrada em 1670 na nota do tabelião António Saraiva de Matos. Foi acrescentada pelo vigário do Beco, Fr. Manuel Monteiro e administrada, em 1713, pelo P.^e Pedro Monteiro. A ela pertenciam, entre outros bens, um prédio pegado a José Mendes da Silva e Manuel Caldeira, da Rebalvia e uma serrada partindo com Manuel Heitor de Sousa, do Beco, etc.

¹ Chancelaria de D. João V, liv. lxvi, fl. 221.

Em época incerta, mas seguramente ainda no século que vimos estudando, foram instituídas as seguintes:

9.^a Capela instituída pelo P.^o Aleixo da Silva, administrada em 1713 pelo P.^o Manuel Soares de Carvalho, morador nas Pias. A ela pertenciam, entre outros prédios um partindo com Bernardo Camelo Gueifão, da Quinta da Eira; um olival, partindo do poente com Vicente Carvalho de Sousa, com a quinta que pertenceu ao P.^o Simão Fernandes Camelo, pertencente em 1713 a Mânuel do Souto, e do norte com D. Maria Antónia de Alvelos.

10.^a Outra capela instituída pelo referido P.^o Aleixo da Silva, administrada, em 1713, pelo P.^o António Camelo Gueifão, morador no Beco. Entre outros pertenciam-lhe os bens seguintes: uma vinha partindo com o sargento-mor Francisco Saraiva de Matos, da Frazueira; um bocado de terra confinando com Leandro Camelo de Carvalho, de Paio Mendes.

11.^a Capela instituída por Paulo Heitor de Sousa, morador no Beco. Pertenciam-lhe entre outros os seguintes bens móveis: uma taça de prata; 4 colheres do mesmo metal, um escritório com todos os livros que nele estão, e de imóveis: alguns no termo de Penela; um prédio no Beco partindo com Gaspar de Magalhães; um souto confinando com Luís Cotrim de Sousa, juiz dos órfãos, morador em Ribelas e com herdeiros de Baltasar Godinho, também de Ribelas.

12.^a Capela instituída por Rodrigo de Carvalho, da Rebavia, administrada em 1713 por Maria Mendes, do Beco. Pertenciam-lhe, entre outros bens: uma vinha confinando com o licenciado Manuel Mendes de Vasconcelos; uma casa-térrea pegada a uma de Manuel Carvalho, da Quinta da Eira; um olival partindo com o capitão Pedro Heitor; uma courela partindo com herdeiros de Luís Mendes de Vasconcelos e um olival junto da propriedade dos herdeiros do licenciado Tomás Carvalho.

13.^a Capela instituída pelo P.^o Vicente Godinho, administrada, em 1718, por Pedro Machado de Brito, de Cintra. Pertenciam-lhe, entre outros bens: uma courela que partia com Manuel Carvalho, da Eira, com o Licenciado António Frazão, da Frazueira; um souto confinando com o licenciado Teotónio Camelo, do Beco; uma courela em Ribelas, defronte da habitação de Manuel Heitor; outra, junto de propriedades do P.^o Manuel Ferreira, da Madroeira; outra pegando com o P.^o Leonardo Camelo de Carvalho, do Beco; um souto partindo com Manuel Cotrim, da Corujeira e uma courela pegada ao licenciado Miguel de Sousa Caldeira e a Álvaro Ferreira de Carvalho, ambos da Rebavia.

14.^a Capela instituída por Baltasar Godinho e sua mulher Ana Vaz, moradores em Ribelas, administrada em 1712 pelo P.^e Leonardo Camelo de Carvalho, à qual pertenciam, entre outros bens: um oliveiral pegoado à propriedade de Paulo Heitor, de Ribelas e outro pegoado a Manuel Heitor de Sousa, do cimo do Beco, etc.

Baltasar Godinho morreu em 25 de Abril de 1607 e deixou, como herdeiros da capela, seus irmãos Belchior Godinho e Manuel Godinho, de Pedrógão Grande.

15.^a Capela instituída pelos irmãos Mendes, de Ribelas, administrada em 1721 por Manuel Mendes, da Madroeira. Compreendia uma cerrada que partia com José Mendes da Silveira, do Beco, etc.

16.^a Capela instituída pelo P.^e Manuel Ferreira, da Madroeira, sobrinho de António Nunes Ferreira, vigário em Vilar Torpim, do qual foi universal herdeiro Manuel Mendes, da Madroeira.

17.^a Capela instituída por Maria Pimentel, administrada em 1721 por Gaspar de Magalhães Perdigão.

18.^a Capela instituída pelo P.^e António Gonçalves, vigário de Maçãs de Caminho, fundador da ermida de N. Senhora da Esperança, no Beco.

Ao lado da instituição de capelas havia as erectas ou fundadas.

No capítulo III referimo-nos à construção da capela de Santo António em Ribelas e de Santa Catarina no Beco, ambas do séc. XVI, e à da Senhora da Orada, muito anterior a essa data.

Mais algumas se edificaram ou restauraram no séc. XVII.

Na sede da freguesia construiu-se a de S. Giraldo, em 1657, como consta da seguinte inscrição: *Bem dito e louvado seja o Santíssimo Sacramento e a Imaculada Conceição da Virgem N. Senhora concebida sem macula de pecado original. Esta capela mandou fazer o licenciado Manuel de Alvelos Ribeiro e sua mulher Isabel Monteira, dêste logar. Anno Domini, 1657¹.* A ela andava ligada a instituição da 7.^a capela atrás referida.

Além da ermida de N. Senhora da Esperança, a que atrás aludimos, havia ainda no Beco a de S. Sebastião, construída à custa do povo, como tantas outras espalhadas pelo país para anteparo dos crentes contra o terrível flagelo da peste.

O tombo de 1686 descreve-nos a ermida de S. Guilherme destelhada e sem madeiramento, as paredes quase por terra, arruinada de maneira que tiveram de levar a imagem para a igreja matriz.

¹ *Notícias das igrejas do bispado de Coimbra*, Biblioteca Nacional, A, 4, 14.

A ermida de S. Francisco, nesse tempo numa eminência perto de Ribelas, já em 1614 tinha o seu ermitão; no Alqueidão instituíram e erigiram José Rodrigues e sua mulher Margarida Rodrigues a ermida de Santo Amaro; na Rebalvia havia a de S. Pedro e, no mesmo lugar um oratório particular, de novo reedificado por Geraldo Carvalho e Vasconcelos, por 1710.

Também, dentro da igreja do Beco, no altar e capela de Santo António, no cimo do arco está a inscrição seguinte: *Esta capela mandaram fazer Bertolameu Dias e Leonor Mendes sua mulher à sua própria custa para êles e seus herdeiros no ano de 1602.* Por 1720 era seu administrador o Dr. Teotónio Camelo de Carvalho, do Beco¹.

Todavia, em 16 de Novembro de 1723, foi passado alvará de administração dessa capela a Domingos Neutel da Silva que, como vaga, a denunciara para a coroa².

O mesmo sucedeu a uma capela, cuja notícia agora nos chega pela primeira vez. É a de Nossa Senhora, sita em Dornes, com obrigação de cincoenta missas e dum hospital com cinco camas para recolhimento de pobres. Fôra seu último administrador Pedro Heitor. Concedido alvará de administração da capela, em 8 de Novembro de 1723, ao advogado José Pinto da Silva, adquiriu este posteriormente a essa data a informação de que a capela andava usurpada e tinha sido instituída por D. Dinis e Santa Isabel, sob a invocação de Santa Susana e depois com o título de N. Senhora da Graça³. Pena é porém não se nos deparar o processo respectivo a fim de averiguarmos a autenticidade desta informação, que aliás colocámos de quarentena até então.

A Inquisição, estendendo-se como um polvo por todo o país, também chegou com os seus tentáculos ao termo de Dornes.

Em 1643 tinha, ao que parece, falecido o único familiar do Santo Ofício existente no termo de Dornes. E por isso António Pereira, mercador no Beco, casado com Catarina Francisco, cuja família era de Lisboa requereu o lugar. Declarou-se filho de Sebastião Dias e de Maria Manuel já defuntos, moradores que foram em Dornes; sendo Sebastião Dias, natural da Certã, e filho de Diogo Dias e de Catarina Álvares. Por parte da mãe era António Pereira neto de Manuel Afonso e de Maria Álvares, também moradores em Dornes. Em 6 de Novembro de 1645, informando sobre o requerimento, dizia o P.^º

¹ *Notícias das igrejas do bispado de Coimbra.*

² *Chancelaria de D. João V*, liv. LXIV, fl. 21.

³ *Id.*, ibid., fl. 164, e liv. LXVI, fl. 156.

Simão Fernandes Carvalho nada constar contra a família do requerente, mas sua mulher *era tida geralmente por cristã nova*. Por tal motivo foi larga a informação mas, ou por o facto não ser bem averiguado, ou por António Pereira dispor de influências, o certo é ter-lhe sido passada carta de familiar em 14 de Janeiro de 1647¹.

De outro familiar temos notícia cujos pais eram do Beco, apesar dele o não ser. Chamava-se André Florim, era cavaleiro da Ordem de Cristo, natural de Tomar e morador em Lisboa, a S. João da Praça. Declarou-se filho de Aleixo Ferreira e de Francisca Correia, naturais do Beco; neto paterno de Manuel Jorge e de Ana Ferreira, também do Beco e materno de Manuel Florim e de Francisca Correia, nascidos e moradores em Tomar. Foi-lhe passada carta de familiar em 9 de Abril de 1674².

Em 1693 requereu Francisco Saraiva de Matos, sargento-mor do terço auxiliar da comarca de Tomar, natural e morador na Frazueira, para ser familiar do Santo Ofício. Dèle adiante nos ocuparemos. Declarou-se filho de Miguel Saraiva de Matos e de Inês Mendes naturais da Frazueira; neto paterno de António Cotrim de Sousa, natural do Souto da Ereira, freguesia de Paio Mendes, e de Maria Camelo, natural de Abrantes; neto materno de Baltasar Mendes e de Beatriz Mendes, naturais da Frazueira.

A inquirição de testemunhas efectuou-se em 1 de Julho de 1694. Uma delas disse que Miguel Saraiva de Matos fôra tabelião e António Cotrim, escrivão. As testemunhas que sabiam escrever eram: Manuel Simões, oficial de sapateiro; Francisco Pereira, do Casal; Vicente Luís, das Courelas e Jacinto Dias, do Outeiro. Foi-lhe passada carta de familiar em 30 de Agosto de 1694³.

Dos perseguidos pelo Santo Ofício pouco sabemos. Chega-nos sómente notícia de ter sido, em 1615, denunciado à Inquisição um homem natural de Paio Mendes o qual, pedindo no bispado da Guarda, para as freiras de Figueiró dos Vinhos, dizia que quem assentasse num livro seu uma esmola, pelo menos de 40 réis, se lhe perdoavam todos os pecados. Era companheiro de Belchior Manso e, sobre o caso, foram inquiridas várias testemunhas do lugar do Seixo Amarelo, entre as quais: o licenciado Cristóvão Teixeira, prior no Seixo, de 52 anos disse que Belchior Manso também era de Paio Mendes onde a

¹ M. 7.^o, dilig. 297-A.

² *Habilitações do Santo Ofício*, M. 15, dilig. 530.

³ *Id.*, M. 24, n.^o 633.

testemunha residira haveria vinte e tantos anos, quando estudante e por isso o conheceu. O caso porém não teve seguimento¹.

Também, em 7 de Agosto de 1691, o comissário e prior de Águas Belas, Manuel da Mota e Silva, comunicou ao Promotor da Inquisição de Coimbra que Manuel Godinho Gonçalves, cavaleiro professor da Ordem de Cristo e capitão-mor da vila das Pias, lhe denunciou, em 5 desse mês, o caso seguinte: ouvira a Estêvão de Araújo, das Pias, em conversa, que no Beco, por ocasião da procissão do Santo Aleixo, em 17 de Junho, indo o Santíssimo pela rua abaixo na custódia, um clérigo, cujo nome não sabia, o incensara de uma janela com uma cabaça, com grande escândalo do povo². Mas também este caso não pôde ter seguimento.

No termo de Dornes continuava-se produzindo bastante vinho e tanto que no sítio das Pontes estava a adega da ordem, com trinta e uma cubas, dois quartos e doze dornas, uma caldeira de cobre para fazer água-ardente e dois pipos que para ela serviam.

O celeiro da Ordem de Cristo era no lugar do Beco, a meio da rua, cobrindo um alpendre a porta de entrada em cujo alto havia esculpida uma comenda. Ao pé desta estava a casa para armazém.

Quanto a instrução, além da religiosa, ministrada pelos sacerdotes, sabemos que na Rebalvia existia, por 1625, um professor de *ler, escrever e latim*.

Tal conhecimento chega-nos porque, em 24 de Outubro do referido ano, em Coimbra, foi chamado à Inquisição José Coelho, estudante canonista, solteiro, de 24 anos, natural do Beco e denunciou que Simão Folgado, morador na Rebalvia e vivendo da sua fazenda, casado com Inês de Sousa, vindo a falar em Simão Lopes, morador na Rebalvia, que ensina meninos a ler, escrever e latim, casado com Inês Cotrim, disse à testemunha que o tal Simão Lopes afirmara não ser pecado jurar falso. A testemunha disse mais: que ouvira ao P.^e Manuel de Oliveira, também morador na Rebalvia, que o Folgado lhe contara o mesmo caso e Simão Lopes se costumava embriagar.

Deve notar-se que a Inquisição não procedeu³.

O regime tributário do termo de Dornes vê-se a toda a evidência do já citado tombo de 1686. De pão, vinho e linho pagava-se à comenda de dez, 2 e 1 décimo e outro de oitavo e das mais novidades de dez, 1, como azeite, castanha, madeira, fruta de qualquer espécie, mel, cera,

¹ Caderno 3.^o n.^o 8 do Promotor da Inquisição de Coimbra, fl. 26.

² Fl. 84 do Caderno do Promotor da Inquisição de Coimbra, n.^o 28.

³ Caderno 3.^o n.^o 8 da Inquisição de Coimbra, fl. 334.



leite, queijos, etc. Na coutada do Zézere, junto da vila, principiando ao carreiro da ordem onde chamam a Garganta para cima até ao vão do Taralhão, quem pescar sem licença do comendador-mor perde as redes e paga 500 réis de multa.

Quanto aos lagares já no capítulo III assinalámos o privilégio da ordem de Cristo. Era ao comendador-mor que competia pôr o lagareiro e ao povo servidores e lenha, dando a todos de comer e pagando de maquia da azeitona de dez, um e do bagaço o têrço.

Isto, não falando nas sisas impostas pelo poder central, uma das quais, o *Cabeção* de 1637, causa próxima da revolução de 1640, fez amotinar o povo de Dornes, assim como o do Beco, segundo informou o respectivo juiz de fora, em 18 de Novembro daquele ano¹.

A defesa nacional é também um dos aspectos curiosos da vida dum colectividade. Para se estudar a organização militar do termo de Dornes indispensável é pois integrá-la na organização militar do território português.

Sabe-se que nos primeiros tempos da monarquia o servir no exército rial era um dos primeiros e indispensáveis deveres dos cidadãos. E, mercê do perigo contínuo em que as lutas com os sarracecos colocavam as povoações, a todos cumpria a resistência aos ataques nos lugares limítrofes.

De dia, nos seus pontos elevados, eram as *atalaias* vigilantes que soltavam o grito de «Mouros na terra!» e de noite as *esculcas*, ao mais ligeiro rumor, chamavam às armas os habitantes que deviam ter bem próximo as suas bestas e as suas lanças.

¿O que era a besta?

«A besta, escreve A. Herculano, era uma arma excessivamente mortifera, à qual se ligava geralmente uma idéia odiosa, sobretudo quando era envenenado o virote que dela se despedia. Entre nós o seu uso foi comum e diurno, apesar de condenado pela igreja, e de ser expressamente proibido pelo 2.º Concílio Geral de Latrão²».

Das Ordenações Afonsinas se vê que na era de 1443 D. João I mandou Pedro Anes, escrivão da chancelaria, registar nos livros dela duas ordenações (leis) uma dos besteiros do conto e outra dos homens da vintena do mar e efectivamente na era de 1448 foi passada carta a Vasco Fernandes de Távora, anadel-mor, e a João de Basto

¹ *Corpo Cronológico*, P. III, m. 32, doc. 27. *Relação dos lugares que se inquietaram nas comarcas do Ribatejo e estão reduzidos*.

² *História de Portugal*, vol. 4.º, p. 318, nota.

seu escrivão e escrivão dos contos, para apurar todos os besteiros do conto do território português, devendo vir perante êles todos os homens *ceeiros de mesteres* (que usam e vivem de artes mecânicas) que houvesse em cada lugar para dêles se escolherem os besteiros do conto. Com este fim lhes foi dado na mesma era de 1448 um regimento para ser executado em todas as cidades, vilas, julgados, coutos, honras, terras das Ordens e *terrás chás*. Com tal fim, os dois comissionados em que falámos, a primeira causa que deviam saber em chegando a algum ponto, era o número de besteiros do costume fazendo-os vir todos perante si e escolhendo os melhores. Com aqueles que requererem *cartas de pousados* (aposentação) se tiverem cinquenta anos, não tendo servido em nenhuma guerra e não podendo já servir o ofício da bestaria, serão substituídos por outros e se tiverem 70 anos, sempre como besteiros, dar-se-lhes há carta de pousado, a fim de gozarem do privilégio de não servir o concelho em ofícios em que seja preciso *servir do corpo*; a estes serão equiparados os que, apesar de não terem 70 anos, se impossibilitarem no serviço rial e aos primeiros quantos se impossibilitarem embora não fôsse no serviço rial. Da mesma forma devem ser dispensados os que forem de pequena estatura, adoentados ou fracos ou tam pobres que não possam manter as bestas.

No caso de ser preciso recrutar (digamos assim porque isto é um verdadeiro recrutamento militar embrionário já se vê) novos besteiros devem ser escolhidos de entre os *mesteirais*, quere dizer, dos sapateiros, alfaiates, ferreiros, carpinteiros, almocreves, tanoeiros, regatães (vendedores ambulantes), contanto que sejam casados e não sejam lavradores, isto é, que continuamente lavrem com junta de bois.

Concluído o apuramento deve êle ser mostrado ao Almoxarife para êste ver se foram feitos alguns besteiros que tivessem de pagar jugada e oitavo para logo *refretarem* (requererem escusa), porque, em virtude de privilégios anteriores, os besteiros do conto eram escusados de pagar jugada, sendo todavia obrigados a pagá-la nos lugares onde não houver tal privilégio. Feito o recenseamento, são os nomes dos besteiros escritos nos livros para isso destinados; as bestas, que todos são obrigados a ter, devem ser fortes e de maneira que não possam armar ao cinto, excepto com *folga e polé*. *O anadal* ou anadel pode comprar bestas com os bens daqueles que as não tiverem.

Eram isentos do serviço de besteiros quantos podiam ter cavalos ou bestas de *garrucha* (polé de dar tratos) e nos lugares em que

houvesse alguma carta, reduzindo o número de besteiros, não se devia fazer caso algum dela, mas fazer o recrutamento conforme o costume antigo¹.

Quando se tratou da execução do regimento em que acabámos de falar, diferentes dúvidas se suscitarão no espírito de Vasco Fernandes e João de Basto, cuja resposta está no tit. LXIX do liv. I das *Ordenações*.

É nesse título, pois, que se encontra o número de besteiros do conto que devia existir nos diferentes lugares, sendo êsse número para Tomar, de 40; parece ser êste número para o ano de 1460, quando o infante D. Pedro estava com a governança do reino.

D. Manuel I, ao que afirmam alguns autores, apesar de nas Ordenações do respectivo monarca nada se encontrar a tal respeito, fez alistar toda a gente capaz de servir na guerra, mas só El-rei D. Sebastião lhes deu um largo Regimento.

(*Dos capitães-mores e mais capitães, e oficiais das companhias, da gente de cavalo e de pé e da ordem que terão em se exercitarem*) que vem publicado no *Sistema dos Regimentos Riais*, t. v, p. 183.

Por êle os alcaides-mores e senhores dos lugares eram os capitães-mores dêles e onde os não houvesse far-se hia a eleição na câmara com o concurso das pessoas costumadas a andarem na governança e com a assistência do corregedor ou Provedor da Comarca. Da mesma forma se fazia a eleição do sargento-mor.

O capitão-mor repartia a gente do seu lugar e termo em companhias de 250 homens e todos os domingos eram obrigados a fazer exercícios, havendo prémios para os mais destros e penas para os que faltassem. À frente de cada companhia estava um capitão cujo substituto era o alferes, dêste o cabo de esquadra, e dêste ainda o cabo da companhia. Todos os anos se faziam duas revistas gerais, uma pela semana da Páscoa e outra pelo S. Miguel, ocasiões em que toda a gente do termo, assim de cavalo como de pé, se reunião na cabeça da capitania, às ordens do capitão-mor e do sargento-mor.

Tais são, resumidamente, as disposições do citado Regimento que tem a data de 10 de Dezembro de 1570.

Quatro anos depois, foi publicada uma provisão, elucidando alguns artigos do Regimento das ordenanças, alterando mesmo algumas disposições, e entre essas a de haver capitão-mor e capitão de companhia onde houvesse só uma.

¹ Tit. LXVIII do liv. I das *Ordenações Afonsinas*.

Aos sargentos-mores das comarcas foi também dado Regimento pouco depois de 1598, donde se vê que êles superintendiam nos capitães-mores, etc.

O lugar de capitão-mor não admira por isso ter sido bastante ambicionado a ponto de, para a sua eleição, se usarem de meios ilícitos. Reflexo de tal é a ordem dada em 28 de Agosto de 1642 ao Provedor de Tomar, António de Faria Machado, para procurar pôr côbro aos subornos que tinha havido, quer na eleição do sargento-mor, quer na de capitão-mor de Dornes¹.

O princípio electivo para os capitães-mores de Dornes não se manteve porém durante muito tempo. No tombo de 1686 encontra-se um título assim concebido: *Declaração da Jurisdição sobre o capitão-mor e nele o comendador-mor arroga a si a apresentação de tal autoridade*.

Em 1658 exercia o lugar Manuel Carvalho, ao qual o infante mandou passar carta-patente em 4 de Abril de 1663.

Em 1686, porém, já o lugar era exercido pelo filho, Bernardo ou Berardo Carvalho. Em 30 de Julho de 1694 foi a êste passado alvará, no qual o intitulam cavaleiro da Ordem de Cristo, e é autorizado a acumular o seu lugar de capitão-mor com o de escrivão dos órrios de Dornes, o que já fizera seu pai².

De capitães de ordenanças conhecemos, em 1676, Pedro Heitor de Sousa e, em 1678, Bernardo Camelo Gueifão, morador no Beco, ao qual foi emprazado o casal da Forrotosa, que pegava com Isabel Caldeira, viúva de Afonso Caldeira, moradora na Quinta da Eira, e com o capitão-mor Manuel Carvalho³.

Em 4 de Outubro de 1666 foi Manuel da Cal Cotrim, natural do Casal da Mata, escusado de servir de soldado pago, continuando como auxiliar⁴.

Quem muito se distinguiu na guerra da Aclamação foi porém Francisco Saraiva de Matos.

Nomeado em 27 de Julho de 1688 capitão da companhia de infantaria do terço auxiliar da comarca de Tomar⁵, foi, em 27 de Novembro de 1690, elevado a sargento-mor do mesmo terço auxiliar⁶.

¹ *Conselho de Guerra*, liv. iv, fl. 4 v.

² *Id.*, liv. XLV, fl. 126 v.

³ O emprazamento foi confirmado em 6 de Março de 1686. *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. LXXVII, fl. 243 v.

⁴ *Conselho de Guerra*, liv. XXX, fl. 140 v.

⁵ *Id.*, liv. XLII, fl. 88.

⁶ *Id.*, liv. XLII, fl. 180.

Nascido na Frazoeira, filho de Miguel Saraiva de Matos, como já vimos, muitos foram os feitos por ele praticados como soldado, cabo de esquadra do terço da armada, capitão e sargento-mor do terço de auxiliares da comarca de Tomar, desde 13 de Maio de 1675 até 2 de Abril de 1693. Embarcou na armada que, em 1675, saiu a correr a costa; em 1676 tornou a embarcar para esperar a frota da Índia; em 1677 foi acompanhar o governador de Mazagão e no regresso entrou numa briga de três horas com os mouros junto a Faro; em 1678 foi às ilhas esperar as frotas, pelejando então com os turcos das 4 da tarde até a noite; em 1679 foi ao Mediterrâneo; em 1680 tornou a sair na armada da Costa; em 1681 foi ao Porto e novamente embarcou em 1682 e 1684.

Não admira por isso que, em 16 de Agosto de 1695, lhe fosse feita mercê duma tença efectiva de 12\$000 réis e que, em 24 de Março de 1696, lhe fosse passada carta do hábito de Cristo¹.

Os assentos paroquiais do Beco falam-nos do falecimento nas fronteiras, em 1645, de Gaspar Cotrim, em 1657, dum soldado, filho de Marcos Caldeira, e, em 1664, dum soldado do Ral, falecido no Alentejo.

A vida íntima do concelho decorria serena, como a de todas as regiões em que o habitante tem a preocupação agrícola constante do sazonamento dos seus frutos e da perdição das suas colheitas. Só de raro em raro as lutas eleitorais se exacerbavam e então tinham de vir presidir às eleições os ouvidores de Ourém ou Chão de Couce, ou o Corregedor de Tomar. Em tal caso a imparcialidade do magistrado punha termo aos pequeninos ódios e rivalidades.

Com o seu professor de latim na Rebalvia, como vimos, relativamente próximos de Coimbra, pois era em tempo das distâncias se avaliarem pelo andamento dos machos dos almocreves, não admira que muitos rapazes das principais famílias do termo de Dornes procurassem na Universidade os diplomas para seguirem a carreira das letras.

Apontaremos aqueles de que temos notícias.

Seja o primeiro o licenciado Afonso Mendes de Vasconcelos, instituidor de uma capela no Beco, como vimos.

Larga foi a sua fôlha de serviços. Seu genro, o Bacharel Tomé Carvalho, enumerava-os assim; em 1642, pretendendo escudar-se neles para ser admitido a ler no Desembargo do Paço². Quando juiz

¹ Chancelaria da Ordem de Cristo, liv. LX, fls. 31 e 128.

² Leitura de Bacharéis, M. 2, T. n.º 8.

de fora em Olivença prendeu muitos delinqüentes, entre os quais um Brás Correia da Silva, *o mais facinoroso e temível ladrão que houve por aqueles sítios*, esquartejado depois em Lisboa. Ainda como juiz de fora de Olivença prendeu o moedeiro falso, Manuel Vaz Abadesso, queimado no Rocio; Brás Fernandes, mulato, como ladrão, indo-se para isso deitar no campo na garganta de um valado, à sua espreita; fez concertar a ponte de Olivença à sua custa. Como provedor de Coimbra mandou a Lisboa o dinheiro dos mantimentos dos soldados da Índia que as comarcas prometeram e o do socorro do Brasil, andando para isso pelas vilas a persuadir os oficiais. Serviu de provedor dos resíduos durante 4 anos, foi juiz dos órfãos e do cível em Lisboa, provedor de Tomar e finalmente foi ao Algarve em comissão. Falecido com 71 anos, foi julgador durante trinta.



Fac-simile do licenciado Afonso Mendes

Com efeito os registos das chancelarias riaias dizem-nos que, em 1 de Julho de 1622, lhe foi passada carta de Provedor da comarca de Tomar por 3 anos, tendo sido antes juiz do cível em Lisboa¹. Em 16 de Setembro de 1627 foi-lhe passado alvará de provedor da comarca de Coimbra, podendo levar o prémio dos selos e chancelaria das cartas que por él passarem, assim como foi nomeado *Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias, albergarias, gafarias, contador das têrcas e resíduos da comarca de Coimbra*².

Deve notar-se que dos referidos diplomas consta ter o provedor o privilégio de lhe serem dadas pousadas, camas e estrebarias de graça, assim como mantimentos, bestas, barcos, guias e tudo o mais necessário para si e seus oficiais, quando fôssem em diligência judicial.

Em 7 de Junho de 1634 foi o nosso licenciado Afonso Mendes nomeado Provedor dos Resíduos de Lisboa, por tempo de 3 anos³.

¹ *Chancelaria de Filipe II*, liv. III, fl. 173 v.

² *Chancelaria de Filipe III*, liv. XXII, fl. 25 e 25 v.

³ *Id.*, liv. XXV, fl. 373.

Vemos pois das nomeações oficiais que, de juiz do cível de Lisboa passou a provedor de Tomar, daí a provedor de Coimbra, lugar que exerceu durante 7 anos, passando depois a provedor dos Resíduos de Lisboa. Bem fortes deviam ser as suas protecções para, durante doze anos, disfrutar das duas comarcas para si mais convenientes.

Só quanto à sua estada em Olivença não encontrámos notícias oficiais.

Da vida particular do ilustre magistrado pouco sabemos. Já o dissemos filho de Leonor Mendes e os assentos paroquiais do Beco dizem-no, em 28 de Abril de 1601, já formado e padrinho de Francisco, filho de Tomás Carvalho e de Ana Cal; em 14 de Março de 1602 padrinho de Gonçalo, filho de Gonçalo Carvalho e de Isabel Antunes, morador na Rebalvia; em 24 de Janeiro de 1607, padrinho de Maria, filha de Tomás Carvalho e de Marta Heitor; em 13 de Setembro de 1609 padrinho de Manuel, filho de António Carvalho, genro de Simão Mendes, do Beco, e de sua mulher Maria Carvalho. Parece que residia accidentalmente no Beco e decerto aqui não faleceu, pois lhe não encontrámos o respectivo assento de óbito. Sabemos que foi casado com Ana Carvalho e teve uma filha única, Mariana Mendes, casada com o Bacharel Tomé Carvalho, a quem já aludimos.

Tomé Carvalho pretendeu ser admitido a ler no Desembargo do Paço. Formado em 1639, tendo em seguida exercido a advocacia e assistido, depois da aclamação na junta das décimas de Dornes, o habilitando apresentou como melhor recomendação os serviços de seu sogro, atrás enumerados¹. A inquirição efectuou-se em 6 de Setembro de 1642, interrogando para isso: Simão Lopes, de 63 anos, natural do Beco; Manuel Fernandes Picado, também morador no Beco, de 63 anos; Simão Rodrigues, morador no Beco, de 56 anos e Jorge Dias, morador no Beco, de 66 anos. Em 22 de Dezembro de 1644 o provedor de Tomar deu-lhe informação favorável, sendo as diligências aprovadas em 27 de Fevereiro de 1645. Esquecia-nos dizer que se tinha declarado filho legítimo de Tomás Carvalho e de Marta Heitor; neto paterno de Gonçalo Carvalho e de Maria de Alcobia; neto materno de Paulo Heitor e de Maria Mendes, todos já defuntos e moradores no Beco. Também alegou que o seu avô paterno tinha sido almoxarife da comenda-mor.

¹ *Leitura de Bacharéis*, maço 2.º, T. n.º 8.

Que nos conste, despacho algum logrou, e, se não há confusão, o respectivo assento di-lo falecido em 1647, acrescentando-lhe o apelido *Sousa*.

Melhor fortuna tinha logrado o licenciado Manuel Mendes de Vasconcelos, porventura primo de Afonso Mendes, morador na sua quinta da Rebavia. Sabêmo-lo filio de Luís Mendes e de Maria Antunes, já residentes na mesma quinta da Rebavia e casado em Coimbra com Luísa Barrosa, a quem alguns documentos, por evidente lapso, chamam Barbosa. Os registos das chancelarias riais dizem-no nomeado, em 7 de Janeiro de 1587, juiz de fora em Elvas¹; em 26 de Agosto de 1590, juiz de fora em Portalegre²; em 12 de Maio de 1600 provedor em Tomar³; em 11 de Março de 1605, desembargador extravagante da Casa do Pôrto⁴; em 10 de Novembro de 1610, ouvidor do crime no Pôrto⁵; em 20 de Julho de 1627, juiz de fora em Abrantes, tendo-o sido antecedentemente em Moncorvo⁶; finalmente, em 26 de Maio de 1645 foi nomeado provedor para Miranda, depois de ter exercido o cargo de juiz de fora em Santarém⁷.

Apesar de tam vagabunda vida judicial o licenciado Manuel Mendes não deixou de fazer a sua assistência pelo Beco. Assim os respectivos registos nos dizem que, em 20 de Agosto de 1605, foi padrinho de Simão, filho de Francisco Cotrim e de Maria Mendes; em 4 de Março de 1607 foi baptizada sua filha Maria, sendo padrinho Manuel Dias e sua filha Ana Dias, da Rebavia; em 9 de Setembro de 1608 foi baptizado seu filho, Estêvão, sendo madrinha sua avó Maria Antunes, da Rebavia; em 1643 morreu-lhe uma escrava; em 1647, sua mulher, Luísa Barrosa; e finalmente, na quaresma de 1656, exalou também ele o último suspiro.

Dois foram os seus filhos formados. Um, que usou o seu mesmo nome e apelidos, pretendeu ser admitido a ler no Desembargo do Paço e por sua causa, em 7 de Junho de 1641, o corregedor de Tomar, Mendo de Foios Pereira, veio ao Beco inquirir as testemunhas seguintes: Simão Rodrigues, morador no Beco, de 50 anos de idade, sabendo escrever; Manuel Fernandes, morador no Beco, de 61 anos;

¹ *Chancelaria de Filipe I*, liv. xv, fl. 345 v.

² *Id.*, liv. xxxi, fl. 70 v.

³ *Chancelaria de Filipe II*, liv. vi, fl. 153.

⁴ *Id.*, liv. xii, fl. 362 v.

⁵ *Id.*, liv. xx, fl. 247.

⁶ *Chancelaria de Filipe III*, liv. xxii, fl. 15.

⁷ *Chancelaria de D. João IV*, liv. xiv, fl. 388 v.

Gonçalo Cardoso Cotrim, morador no Souto da Ereira, de 48 anos; António Mendes, morador no Beco, de 48 anos; e Simão Lopes, também morador no Beco¹. Por causa da ascendência materna do habitando, fez-se em Coimbra uma inquirição, apurando-se que a sua mãe, Luísa Barroso, era filha de António Fernandes Barroso e de Filipa Lopes, moradores em Coimbra à Porta Nova, freguesia do Salvador, e irmã dum agraciado com o hábito de Cristo.

Dos índices das chancelarias de D. João IV e D. Afonso VI nada consta acerca de nomeações que tivesse este licenciado Manuel Mendes.

Outrotanto não sucede porém com o seu irmão Estêvão.

Estêvão Mendes de Vasconcelos foi admitido a ler no Desembargo do Paço, sendo as diligências para tal fim aprovadas em 23 de Novembro de 1644². No Beco foram interrogados entre outros: Manuel Carvalho da Silva e Tomás Carvalho.

A inquirição tirada em Coimbra realizou-se em 8 de Agosto de 1644 e, entre outros, foram inquiridos: João de Valadares, notário apostólico; Diogo Gomes de Loureiro e Lucas de Abreu de Lima.

Da sua vida oficial sabemos que, em 12 de Outubro de 1649, foi nomeado juiz de fora de Arronches³ e, em 9 de Novembro de 1654, passou a exercer o mesmo lugar em Castelo de Vide⁴. Sabemo-lo já falecido em 1661, em Guimarães, onde provavelmente exercia algum lugar judicial. Sobreviveu-lhe sua mulher, D. Brites de Sequeira, falecida no Beco, em 1666.

Outro letrado do termo de Dornes nesta época foi o bacharel Manuel Carvalho da Silva, filho de Pedro Vaz da Silva e de Maria Carvalho; neto paterno de Diogo Gonçalves e de Maria Vaz e neto materno de Gonçalo Carvalho e de Maria de Alcobia, todos naturais e moradores no Beco.

Vê-se portanto que este Manuel Carvalho era primo direito de bacharel Tomé Carvalho, atrás referido.

Em 10 de Dezembro de 1629 foi dada ordem ao corregedor do Tomar para presidir à devida inquirição efectuada em 16 de Janeiro de 1630. Perguntaram as seguintes testemunhas⁵: Brás Mendes Co-

¹ *Leitura de Bacharéis*, maço 2, M, n.º 5.

² *Id.*, M. 1, E. n.º 29.

³ *Chancelaria de D. João IV*, liv. xx, fl. 232 v.

⁴ *Id.*, liv. xxv, fl. 107 v.

⁵ *Leitura de Bacharéis*, M. 15-M, n.º 36. As testemunhas apontadas em todos os processos desta natureza sabiam ler e escrever.

trim, morador no Beco, de 67 anos; Gonçalo Mendes, também morador no Beco, de 60 anos; Francisco Heitor, da Frazoeira, de 70 anos; Cristóvão Luís, de Ventoso, de 100 anos; António Peixoto, morador no Beco, de 66 anos; Luís Mendes de Vasconcelos, morador na Rebavia, de 86 anos. Da sua vida judicial sabemos apenas que, em 15 de Abril de 1633, foi nomeado juiz de fora para Montemor-o-Novo¹; e da vida particular consta-nos que, em 1661 e dois anos anteriores, lhe morreram três filhos e em 1674, sua esposa, D. Mariana.

Da mesma época é o bacharel José Coelho da Silva, a cuja capela e sepultura aludimos já. Requerendo para ser admitido aos lugares de letras, foi a inquirição respectiva efectuada no Beco, a 7 de Março de 1633. Foram preguntados: Tomás Carvalho, o velho, morador no Beco, de 72 anos; Jorge Mendes, da Quinta, de 66 anos; António Manuel da Fonseca, juiz dos orfãos em Dornes, de 52 anos; Manuel Amado, morador na Rebavia, de 72 anos; Inocêncio Mendes, do Beco, de 64 anos; Manuel Antunes Serrano, do Beco, de 56 anos.

O habilitando era filho do licenciado José Coelho, médico em Tomar e de Maria Vaz da Silva; neto paterno de Pedro Luís e de Jerônimo Luís; neto materno de Simão Vaz e de Catarina Vaz, todos naturais do Beco.

Em 19 de Fevereiro de 1642 informou o corregedor de Tomar dizendo que a respeito do avô paterno do Bacharel José Coelho da Silva só constava que tinha ido da Lagarteira casar no Beco, há bons 90 anos, onde falecera haveria 70². Apesar das suas provanças terem sido aprovadas em 25 de Junho de 1642 é certo não nos constar que tivesse algum despacho judicial. Da sua vida particular sabemos que teve dois irmãos, religiosos da Piedade e outro clérigo.

Outro bacharel cuja ascendência paterna pertencia ao termo de Dornes foi Manuel de Alvelos Ribeiro, morador no Beco. Filho de Inocêncio Mendes e de Francisca Ribeiro e neto paterno de Pedro Mendes e de Maria André; formou-se em 1638.

Por sua causa foram inquiridas, em 7 de Junho de 1641, as testemunhas seguintes: Manuel Fernandes, morador no Beco, de 61 anos; Gonçalo Cardoso Cotrim, morador no Souto da Ereira, de 48 anos; Gonçalo Mendes, morador no Beco, de 80 anos; António Mendes, morador no Beco, de 48 anos e Simão Lopes, morador no Beco, de 61 anos³. Não nos consta que exerceesse algum lugar judicial.

¹ Chancelaria de Filipe III, liv. xxix, fl. 122.

² Leitura de Bacharéis, M. 9-J, n.º 18.

³ Id., M. 16-M, n.º 20.

Sabêmo-lo, porém instituidor de uma capela já referida e sabêmo-lo casado com Isabel Monteiro, do Beco. Um filho dêle morreu em 1635 e o licenciado Manuel de Alvelos Ribeiro faleceu a 10 de Novembro de 1662, sendo sepultado na sua capela de S. Giraldo.

O confronto da fortuna na carreira judicial dos vários bacharéis enumerados leva-nos a uma observação interessante: antes de 1640 conseguiram ser despachados e foram-se elevando aos mais altos lugares da magistratura, mas, apóz essa data, foram-se em geral ficando pelo termo de Dornes. ¿Desprendimento do futuro exibido pela palestra nas tardes quentes sob o azereiro, hoje secular, convisinho da igreja do Beco, em que de preferência à discussão dalgum título das *Ordenações*, se falaria nos sucessos vários da guerra com a Hespanha? Decerto que não; as diligências não faltariam, os empenhos haviam de se mecher. Os tempos porém eram outros.

Quem acompanhar a política da época encontrará a explicação do facto. Passando em revista as portarias de mercês posteriores à aclamação de D. João IV, vê-se claramente que a melhor recomendação eram os serviços feitos na guerra, pelo próprio ou por pessoas de família.

Referir-nos hemos finalmente a um Bacharel, cuja ascendência era do termo de Dornes. Baltasar Mendes Bernardes se chamava ele e, em 1691, declarava ser filho do capitão Luís Mendes Cotrim, cavaleiro do hábito de Cristo e de sua mulher D. Mariana de Moraes; neto paterno de Fulgêncio de Simas e de Maria Mendes, naturais do Beco; neto materno de Domingos Leite Pereira, natural de Guimaraes e de D. Maria de Moraes, natural de Lisboa, freguesia de Santos-o-Velho. A inquirição no Beco efectuou-se a 21 de Novembro de 1691, sendo inquiridos: Belchior Mendes, morador no Beco, de 63 anos de idade; Jacinto Carvalho de Sousa, morador na Rebálvia, de 66 anos; Manuel Carvalho da Silva, morador no Beco, de 61 anos; José Silvério, juiz ordinário, de 57 anos; Filipe Mendes, morador em Ribelas, de 73 anos; António Mendes, morador na Rebálvia, de 70 anos¹.

Nos princípios do séc. XVIII era desembargador e tinha a administração da capela de Santa Catarina, instituída como vimos por Afonso Fernandes e Margarida Dias².

¹ *Leitura de Bacharéis*, M. 7-B, n.º 35.

² *Notícias das igrejas do bispado de Coimbra*, manuscrito já citado da Biblioteca Nacional.

Sabêmo-lo morador em Lisboa, na Rua Larga de S. Bento, freguesia de Santos-o-Velho, e sabêmo-lo também juiz de fora em Cinta. Foi então que ele pensou em ser familiar do Santo Ofício, alegando para isso que já um seu tio materno, António Leite Pereira, o fôra da inquisição de Coimbra.

Procedeu à inquirição de testemunhas no Beco o comissário nosso conhecido, Manuel da Mota e Silva, em 5 de Maio de 1694. Dela se apura que o pai do habilitando viera para Lisboa aos doze anos; foi o tio dêste, Pedro Mendes, quem o trouxe para Lisboa para casa do Conde do Prado e alguns dos seus irmãos eram frades. Portanto nem sombra de judaísmo e por isso lhe foi passada carta de familiar em 20 de Novembro de 1694¹.

Quem fôsse o capitão Luís Mendes Cotrim, que assim tam novo tinha abandonado os lares pátrios, diz-no-lo o respectivo alvará do hábito de Cristo, com a promessa de 40\$000 réis de tença².

Muitos foram os seus serviços quando acompanhou o Conde do Prado nas comissões em que foi a Évora e Beja, como governador de Elvas e durante a campanha da Restauração de Môurão. Também praticou serviços como soldado de uma das companhias do têrço do Conde de S. João, assistindo em Elvas desde 26 de Maio de 1658 até 18 de Janeiro de 1659, e depois no Minho como capitão de infantaria, desde 4 de Setembro de 1660 até 14 de Março de 1664, procedendo em tudo com valor, especialmente na facção do forte de Gaião e Castelo de Lapela.

Foi nomeado capitão de infantaria em 13 de Setembro de 1662³.

Além disso, por sentença dos juízes das justificações, ficaram pertencendo ao capitão Luís Mendes Cotrim os serviços do licenciado Diogo do Couto Coelho, embarcado em 1624 na armada da Restauração da Baía. Em 1625 foi este Diogo do Couto de socorro às fronteiras de Ceuta; em 1627 tornou a embarcar nos galeões que fôram à Corunha; em 1628 embarcou numa das caravelas encarregada de desalojar os holandeses da Ilha de Beltiguiche; em 1640 foi na galé que fez render os galeões de Castela surtos no Tejo. Além disso achou-se no cerco da Torre de Belém e S. Julião, acompanhou o jesuíta Inácio de Mascarenhas à Catalunha; achou-se no assalto de Barcelona; em 1643 foi à Holanda como secretário do embaixador Francisco de

¹ *Habilitações do Santo Ofício*, M. 4, n.º 75.

² *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. XLV, fl. 234.

³ *Conselho de Guerra*, liv. XXVI, fl. 112 v.

Sousa Coutinho; achou-se na campanha de 1643 e foi provido no cargo de juiz de fora do Alandroal¹.

Ainda a Luís Mendes Cotrim pertenceram os serviços do pai de Diogo de Couto, Pedro de Guevarra, feitos em Ceuta desde 1599 até 1601; em 1603 embarcou na armada que foi a Vigo.

O alvará ao qual nos temos referido tem a data de 29 de Maio de 1666, mas é certo que ao mesmo se encontra registada, em 3 de Julho de 1665, carta de cavaleiro do hábito de Cristo².

Dissemos que foi um tio de Luís Mendes Cotrim quem o trouxe para Lisboa. Com efeito sabemos que Pedro Mendes da Silveira, natural do Beco e filho de Francisco da Silveira, acompanhou o Conde do Prado, como praça de soldado e alferes por ocasião da aclamação no cerco da fortaleza de S. Julião, ajudando a tomar aí os socorros provenientes de Castela. Tanta confiança merecia ao Conde do Prado que lhe confiou as chaves da pólvora. Depois passou ao Alentejo no terço do mestre de campo D. Francisco de Sousa e com este assistiu em seguida na fronteira de Elvas durante dois anos, cinco meses e três dias como alferes e foi de socorro ao Algarve. Por tudo isso lhe foi feita, em 7 de Outubro de 1655, mercê da promessa de 20\$000 réis de pensão, com o hábito de Avis³.

Deve notar-se que não aparece o respectivo processo de habilitação e sómente se encontra registada a carta respectiva, do hábito de Avis, com a data de 20 de Março de 1656⁴.

Respigando aqui e acolá podemos apontar ainda as pessoas do termo de Dornes que algum modo se notabilizaram no séc. XVII. Sejam os primeiros os possuidores de sepulturas privativas. Começemos pelo nosso já conhecido Paulo Heitor de Sousa, cujos restos tem repousado diante da capela-mor, no cruzeiro da igreja do Beco. Temos à mão uma cópia do seu testamento, feito em 20 de Agosto de 1600. Por ele se vê que o testador dera 14\$000 réis pela sua campa perpétua com as suas molduras e o bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco, lha concedera em Maio de 1600. Conhecida pela

¹ Na *Leitura de Bacharéis*, M. 3-D, n.º 36 encontra-se a habilitação de um licenciado Diogo do Couto Coelho, filho de Miguel do Couto e de Maria Coelho, moradores em Lisboa; seu pai era natural do Couto de Ancede, concelho de Baião e sua mãe natural da Ilha da Madeira. Não sabemos se é o mesmo de que se trata no texto, mas parece-nos que não, por causa da paternidade.

² *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. xviii, fls. 364 e 364 v.

³ *Portarias do Reino*, liv. iii, fl. 187 v.

⁴ *Chancelaria da Ordem de Avis*, liv. xiv, fl. 602 v.

sepultura dos frisos, originou no último quartel do séc. XVIII uma grave contenda a que nos havemos de referir. O seu letreiro era o seguinte: *Sepultura e Memoria de Paulo Heitor de Sousa e de sua mulher Maria Mendes e de sua filha Violante Vaz que faleceo a 18 de setembro de 1596 recebendo-os a terra de que foram tirados porque os possa dar por mandado de Deos resuscitados*¹.

Os herdeiros de Maria Caldeira, viúva de Luís Cotrim de Sousa, a quem já nos referimos e referiremos, que foi juiz e procurador da igreja, tinha também a sua sepultura perpétua, concedida pelo sobre-dito bispo em 1616. Em 1721 era dela possuidor José de Vasconcelos e Sousa Cotrim.

Em 1610 fez compra dum a sepultura, na igreja do Beco, Bartolomeu da Fonseca, da Martim Brás, que foi juiz e procurador da igreja, por 25600 réis e da mesma maneira, em 1627, o P.^e Sebastião Pimentel e Mesquita, falecido em 5 de Agosto de 1640.

Ainda dêste período chegam-nos notícias dos seguintes epitáfios: *Sepultura de Antão Heitor de Sousa e de sua mulher Martha Silveira e de seus filhos, 1600 anos.*; outro: *Sepultura do Dr. Manoel Carvalho da Silva e de sua mulher Luísa de Carvalho de Vasconcelos para filhos e herdeiros, ano de 1630.*

Na igreja de Dornes também nos consta haver os seguintes epitáfios: Na capela-mor: *Sepultura do P.^e Baltazar Cotrim, vigário que foi destu igreja*. E abaixo do cruzeiro: *Sepultura do L.^{do} Manoel Inácio e de seus herdeiros, 18 de Agosto de 1650*. Mais abaixo: *Sepultura de Manuel Vaz e de sua mulher Maria Mendes do Outeiro. Ano de 1650*.

Deixando os que quiseram perpetuar a memória com epitáfios fúnebres referiremos mais que, em 26 de Fevereiro de 1655 foi passado a António da Silva, natural do Beco, filho de Domingos Marques, alvará dos foros de escudeiro-fidalgo e cavaleiro-fidalgo, com 900 réis de moradia por mês e 1 alqueire de cevada por dia, com a condição de ir à Índia, onde será armado cavaleiro².

Por conjectura supomos ser de família do termo de Dornes um Manuel Mendes de Vasconcelos, a quem encontrámos muitas referências.

Assim, sabêmo-lo, em 1606, escrivão da fazenda da capitania de Pernambuco, com 250\$000 réis de ordenado por ano³. Em 25 de

¹ Tombo das capelas, no arquivo paroquial do Beco e Notícias das igrejas do bispado de Coimbra, manuscrito citado.

² Liv. II da Matrícula dos moradores da Casa Rial, fl. 242 v.

³ Chancelaria de Filipe II, liv. xviii, fl. 160.

Maio de 1625 foi o mesmo nomeado provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da mesma capitania¹. Mais tarde, em 13 de Julho de 1638, foi-lhe dada licença para poder renunciar o lugar em seu sobrinho Manuel de Vasconcelos, e, na falta dele, em quem casasse com uma das suas três sobrinhas. Para isso atendeu-se aos serviços por ele praticados em Pernambuco, onde o seu conselho era muito escutado, achando-se na guerra, sendo ferido, e dando exemplo de fidelidade, saindo da capitania de Pernambuco, logo que ela foi ocupada. Pertenciam-lhe também os serviços de seu irmão Gonçalo Mendes de Vasconcelos, que acompanhou El-rei D. Sebastião à África, acompanhou depois os governadores do reino e passou à Índia, onde serviu durante 12 anos, 8 como soldado, 3 como capitão e 1 como capitão-mor, sendo uma vez ferido dum açoite de arcabuz e achando-se na *perdição de Nuno Velho Pereira*. Ainda lhe pertenciam os serviços doutro irmão, Inácio Mendes, que foi clérigo e prestou na Índia serviços eclesiásticos, tendo morrido os dois ao virem da Índia com licença, quando desapareceu a nau *S. Paulo*².

Doutro Manuel Mendes de Vasconcelos temos notícia. Foi mandado examinar em 26 de Agosto de 1625 para suceder no lugar de seu pai, Luís Mendes, já falecido, escrivão do corregedor do cível da Relação do Pôrto. Sua mãe chamava-se Antónia Camelo³.

Finalmente a celebriade de Manuel Amado merece referência especial, mas há-de fazer-lha pena fradesca porque lhe está mais a carácter.

A fac-símile mostra uma assinatura escrita à mão, que parece dizer "Manuel Amado". A assinatura é fluida e cursive, com traços largos e variados.

Fac-símile de Manuel Amado

«... Hum homem, natural do Beco (povoação que dista desta Villa⁴ tres legoas) por nome Manoel Amado, vejo a este convento⁵ a tratar com a Madre Abbadessa, que então era, que recebesse para Noviça huma sua cunhada. E mostrando-se elle sentido de que não

¹ Chancelaria de Filipe III, liv. xv, fl. 27.

² Id., liv. xl, fl. 181 v.

³ Id., liv. xxx, fl. 239 v.

⁴ Figueiró dos Vinhos (Nota minha).

⁵ De N. S. da Consolação em Figueiró dos Vinhos (Nota minha).

houvesse lugar vago para se effeytuar a sua pretenção, o consolou muyto a Serva de Christo, dizendo-lhe: *Va-se vossa mercê, e tenha confiança, porque sua cunhada ha de substituir o meu lugar.* O successo confirmou a verdade da promessa; que ella em breve tempo morreu, e em seu lugar entrou a pretendente. Na mesma occasião, despedindo-se o proprio homem d'esta santa religiosa, vendo que o céo alagava a terra com agoa, lhe disse tambem magoado: *Não sey como será possivel ir eu para caza com tanta chuva!* Ao que ella respondeu: Vá sem temor, porque nós o encommendaremos a Deus. Escreveu elle depois a este convento huma carta devota e agradecida, e nella relatava que por todo o caminho, chovendo junto a si diluvios de agoa, nem huma só lagrima lhe chegára à roupa»¹.

¡O que bem demonstra como as orações fervorosas dos crentes substituiam vantajosamente os impermeáveis modernos!

Indo à mesma fonte recolhemos a memória de dois espíritos do termo de Dornes notáveis pelo seu misticismo.

«Quinze se passarão até o de mil e seiscentos e setenta e nove, em que sucede o transito da Madre Soror Luiza de S. Boaventura.

Todos seriam necessarios para subir de ponto a opinião da sua santidade. Foy esta serva do Senhor natural do Becco, povo apartado d'esta villa (Figueiró dos Vinhos) tres legoas. Teve por Director na escola da virtude o devoto Padre, e fiel amigo de Deos, Fr. Dyonisio de S. Boaventura, cujos passos pretendeu imitar com grande fervor de espirito. E para que nunca se descuidasse de seus exemplos, quis trazer toda a vida em seu nome o de S. Boaventura (que por sua contemplação elegeu) com o designio de que em todo o discurso d'ella fosse este despertador o memorial de seus dictames. Entrou na Religião adulta nos annos da idade, porém muito adiantada nos progressos da perfeição. Tinha sido até este tempo devota, austera, contemplativa e penitente. A sua cama era a terra, a sua refeição o jejum, e finalmente o seu divertimento disciplinas e oração. Mas se no seculo erão taes os empregos de seu espirito, quaes serião os seus cuidados depois de recolhida nesta clausura, aonde existião tantos incitamentos para amar a virtude, quantos erão os exercicios, e rigores que usarão as suas habitadoras, pretendendo as retribuições eternas?

No discurso de vinte e hum annos, que nella viveu, não se viu que passasse hora sem estar occupada em algum empenho religioso. Quando punha termo á oração mental, logo a achavão divertida em

¹ História Seráfica, t. iv, p. 645.

actos de humildade. Finalisados estes, entravão os da sua caridade ardente. Os das mortificações e abstinências erão admiraveis; mas sobre todos a estimação que fazia da pobreza evangelica. Quando se recolheu neste mosteiro com sua irmã Soror Maria de Jesu (mulher de semelhante espirito) sendo abundantes de bens, todos repartirão pelos necessitados. Mas a Madre Soror Luiza de S. Boaventura para ser verdadeiramente pobre, não se contentou com deixar tudo, mas em não aceitar d'ali por diante cousa alguma que lhe offerecessem, por mais que d'ella necessitassem. Com o proprio habitu que recebeu na entrada, a levarão á sepultura, mas tão cheio de remendos, como pedia o tempo de 21 annos, que o trouxe vestido. Por este respeito, e o da sua condição candida e singela ouvia alguns vituperios de sujeitos pouco prudentes e menos considerados. Mas erão proferidos em deserto; porque a serva de Deos, como aguia generosa, absorta nas considerações da luz eterna, nenhum caso fazia das sombras e injurias terrenas. Suspeitou-se que Deos lhe comunicára o dom de profecia, predisendo muitas cousas que depois se experimentarão. Em certa occasião vendo a huma Freyra irada e enfurecida, disse a outra a respeito d'aquelle: *Grâdes trabalhos estão para succeder á Madre fulana!* Quaes são? instou a religiosa. Respondeu a serva de Christo: *Vós o sabereis depois da minha morte.* Assim aconteceu, como tambem não ser abbadessa desta casa huma religiosa, a quem as freiras pretendiam eleger, as quaes pedindo a esta veneravel Madre que rogasse a Deos pelo bom effeito daquelle negocio, ella as despersuadio, propondo-lhes que não se cansassem, porque semelhante freira não só naquelle occasião, mas em nenhum outro tempo havia de ser Prelada. Era benemerita, pelo qual respeito pareceu fantastico o vaticinio, mas o tempo foi mostrando claramente a sua infalibilidade. Ultimamente cheia de merecimentos passou d'esta vida, tendo certificado 3 dias antes a hora da sua morte. Ficou o corpo flexivel, como se estivera animado e juntamente espirando mavissimas fragrancias em sinal da felicidade de seu espirito¹.

O mesmo sabor místico e celestial, com o seu horror à mistura, tem a narração duma prodigiosa tempestade que estoirou nas margens do Zézere no ultimo de Agosto de 1590, narrada por Frei Luis de Sousa, a propósito do Convento de N. S. da Luz em Pedrógão²: «Começou a tempestade, escrevè o elegante prosador, junto da villa de Dornes, foy subindo pelo Zezere acima e costeando pelo

¹ História Seráfica, iv, p. 658.

² História de S. Domingos, P. ii, liv. vi, cap. v.

fundo e gargantas dos montes, em que vae entalado, chegou com a mesma força até a Villa da Covilhã, que é grande numero de leguas; mas não se alargou mais das margens do rio, que até legua e meia por banda. Junto á villa de Dornes affirmou um sacerdote, ou fosse força de medo, ou verdadeira visão, que vira no ar um esquadrão de gente armada, disforme, e horrenda, em corpos, visagens, armas; e fez o dito certo, com que sem poder pronunciar mais palavra, de atonito e confuso espirou na manhã do dia seguinte».

E se por fim, leitor curioso, antes de passares ao capítulo seguinte, quiseres saber como vestiam os teus avós do Beco no princípio do séc XVII, com facilidade te indico o vestuário de Paulo Heitor de Sousa, por élé mesmo declarado no seu testamento, feito como já dissemos em Agosto de 1600: pelote, calças, capa, gibão e camisa e a completa-lo para as extremidades chapéu e botas.

Assim jornadeava élle, a cavalo na sua mula, pelas poéticas aziendas do termo de Dornes!

Se a mesma curiosidade te impelir, ainda podemos entrar no interior dumha casa fidalga do Beco, por meados do séc. XVII. Nela veremos um bufete lavrado, o seu contador de estrelas brancas nas nove gavetas, ornado com a firma nos cantos e o belo do escritório grande e da arca encoirada.

Se falares com as pessoas gradas, ávidas de subir, dir-te hão que teem sempre presente o conselho do sôbredo Paulo Heitor, como homem experiente e práctico, no final do seu testamento, aos filhos: *chequem-se sempre aos homens honrados e fidalgos e façam por saber e aprender e isso mesmo devem recomendar a seus filhos!*

(Continua).

ANTÓNIO BAIÃO.

APÊNDICE

Documentos

XXXVI

Instituição da Casa do Infantado

Dom João etc., faço saber aos que esta mnha carta virem; que tendo Respeito a que sou obrigado como paj dar sustentação e caza; aos filhos que Deos por sua misericordia me consedeo e a que o sou tão bem; como Rej aacresentar meus dessendentes para conseruaçāo e defensa da Coroa procurando que viuão no Reino, e tenhão nelle

cazas, e muitos susseiros em que se perpetue, e dilate o mais que puder ser o sangue e familia real em que tanto consiste o esplendor do Reino e a união com os estranhos, lembrandome; que susedj nesta Coroa, por descendente do Senhor Rej Dom Manuel meu tres auô; dezijando conseruar como deuo sua memoria não só a de o Rej que se perpetua; em mj e meus susseiros primogenitos mas a de duque de Beja que fiz antes de susseer na Coroa, no jnfante Dom Pedro, meu muito amado e prezado filho, e seus desendentes multiplicando em meus filhos; as memorias de tão grande Principe tendo por certo do jnfante que o sabera jmitar muito, como deue, e que me sabera seruir a mj e ao Principe meu sobre todos muito amado e prezado filho e meus susseiros na Coroa destes Reinos toda a honra e merce que lhe fizer. Hej por bem de o declarar Duque de Beja e de lhe dar aquella cidade com toda sua jurisdição crime e siuel datos Padroados rendas foros e trebutos asj e da maneira em modo e forma em que a teue e ouue o dito Senhor Rej Dom Manuel pela Carta de doação que della fez elRej Dom João o 2.^º e melhor se dentro dos limites da dita Carta e doação melhor puder ser e isto de juro e erdade para o jnfante e seus desendentes Barões legitimos presedendo o neto filho de filho mais velha, defunto antes de susseer ao filho segundo do possuidor e porque os rendimentos daquelle cidade, limitada por termo que oie tem não bastão para o jnfante sustentar os emcargos de sua caza principalmente depois de tomar estado Hej por bem fazer lhe mais merce de todas as villas, lugares, castellos, padroados, datas, terras, foros, direitos trebutos e tudo o mais que se confiscou para minha coroa por condenação do Marquês de Villa Real e duque de Caminha seu filho que elles e os donatarios daquelle caza pesuirão ou fosse da coroa ou patrimonial e isto sem prejuizo de terceiro tudo no modo e forma e cõ as mesmas jurisdições preeminencias e perogativas com que lhe faço merçê da çidade de Beja e cõ que se fez ao dito Senhor Rei Dom Manuel quando se lhe concedeo em tal maneira que a dita cidade, illas, lugares e Castellos e o mais que fica referido se reputará tudo per húa mesma couza e se governará, terá e pesuirá per húa mesma doação aduertindo que por o dito Senhor Rej Dom Manuel não conceder a seus ouvidores correição e ser nesta parte menor que as das cazas grandes que oie ha no Reino. Hej por bem conceder aos ouvidores do jnfante e seus desendentes a dita correição e toda a mais jurisdição que oie tem e de que uzão os ouvidores da caza de Bragança que aqui hej por expreça e declarada e porque tomardo o jnfante e seus desendentes estado e tendo filhos he rezão que seus pri-

mogenitos ajão logo que naserem, titulo e caza conforme a grandeza de seus pais ascendencia de que prosedem ha caza em que ande su seder quero e mando, que o primogenito do dito jnfante e os mais que o forem de seus desendentes se chamem logo que naserem; Duques de Villa Real, e tenhão e ajão a jurisdição rendas e datas da quella villa, uzem e gozem das preeminências graças e perogativas que por aquelle titulo lhe competem assim e da maneira que seus pais ande uzar e por theor e forma de huas mesmas doações. E por firmeza de tudo o que dito he lhe mandej dar esta carta por mj assinada, passada por minha chancellaria e sellada com o sello pendente de mjnhas Armas. Dada na cidade de Lixboa aos onze dias do mes de Agosto—Pantalião Figueira a fez—Ano do Nassimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos sincoenta e quatro || Pedro Vieira da Silva a fez escrever=El-Rej.

(Chancelaria de D. João IV.—Doações—liv. vi, fl. 99.)

Moedas romanas achadas em Beja no seculo XVIII

Em um manuscrito de fins do sec. XVIII, de papel, de 0^m,28 de comprido, e 0^m,20 de largo, de 261 páginas, o qual há pouco adquiri, encontra-se, com importância arqueológica, uma relação de moedas, achadas em Beja e nos seus arrabaldes durante o sec. XVIII.

O manuscrito, além dum tratado histórico-moral, em 17 capítulos incompletos sobre a Inconstância da Fortuna, contém uma segunda parte que se intitula «Adiçōins e Aparatos p.^a a Historia das Antiguidades de Beja—Em que se escrevem algumas couzas q̄ na Dita não vāo—Escriptas P.^a depois na mesma se incorporarem—Autôr desta Historia—Felis Caetano da S.^a», e consta, na quâsi totalidade, de transcrições de livros nas partes referentes a cousas de Beja, entremeadas de onde em onde com factos de actualidade do autor.

Julgo curioso publicar a relação, não só porque as moedas nela contidas são de três categorias: ibéricas, da república e imperatórias, como porque indica freqüentemente os lugares onde foram encontradas, patenteando assim pontos de ocupação romana, e também porque ministra algumas informações de carácter arqueológico, como por exemplo a do descobrimento «de mais de quatro dúzias de bonecos de barro muito fino e com figuras diferentes, pequenas» debaixo de uma parede velha na Rua Ancha. São por exemplo ibéricas a 3.^a e a 4.^a, da República, as 10, 24, 35, 36, 37, 39.

Segue-se a relação, que eu copio fielmente:

Lembrança de varias Medalhas Romanas q̄ nestes tempos se tem descoberto em Beja e seus Suburbios, p.^a das mesmas se fazer menção em sua Historia, as quais existem em poder do Ex.^{mo} e R.^{mo} Bispo de Beja D. Fr. M.^{el} do Cenaculo, a q.^m as tenho dado.

Medalhas de cobre

1.^a Huma m.^{to} groça e tosca q̄ de huma p.^{te} tinha exculpidas duas figuras ja m.^{to} gastas, as quais representavão duas Aguias, sem letras algumas na circumferencia da Medalha. E na outra face della se vião estas letras A. CÆ. q̄ dizem Augusto Cesar. E tinha outras varias coizas estampadas q̄ não se percebião.— Veja-se Morelio em a Familia Caecina, p. 55, n.^º 1.

2.^a Outra Medalha m.^{to} groça em a qual se divizavão de huma parte esculpidas duas criaturas umanas unidas pelas costas, sem q̄ se pudesse saber de q̄ sexo erão, nem se ver na Medalha mais alguma coisa por consumida.

3.^a Outra q̄ de huma parte tinha a Efigie de hum Imperador e de roda varias letras, das quais se conhecijo ainda as seguintes IAM. CAES. AVG. Na outra parte se via formado hum circulo como feito de hum ramo de louro, e dentro delle estavão escritas as seguintes letras —COLONIA PATRISIA—. Esta medalha foy achada na orta de S. Miguel junto ao Conv.^{to} do Carmo.

4.^a Outra q̄ de huma parte tinha a efigie do Imperador Octaviano Augusto, com humas letras na circumferencia m.^{to} gastas q̄ declaravão o seu nome. Na outra parte se vião esculpidas as Muralhas da antiga cidade de Merida, com Portas, Torres e amêas e em roda as letras seguintes —AVGVSTA EMERITA—. Como esta foy outra mais clara de outra vez. Estas Medalhas algumas são do Imp. Tiberio 1.^º e m.^{tas} outras aqui achadas.

5.^a Outra do mesmo Imperador Tiberio Augusto q̄ de huma parte tinha a sua Efigie e de roda varias letras, das quais só se percebião as seguintes —CÆSAR. AVGVS...—. No reverso se vião esculpidas duas colunas e entre elles se divizava huma coiza como cortina de Muralha e por baixo de tudo as seguintes letras ROMÆ AVG.

6.^a Huma do Imperador Cláudio q̄ de huma p.^{te} tinha a sua efigie e de roda as seg.^{tes} letras —CLAVDIVS CAESAR AVG. P. M. TR. P. IMP.—. No reverso se via huma Figura em pé armada, tendo na mão e braço esquerdo huma Rodela; e na mão direita seg.^{do} parecia, huma lança; e a hum e outro lado da mesma figura as Duas letras

=s. c.= De roda se divizavão varias outras letras das quais só se percebião as seguintes =AVGVST...=. Como esta se tem descuberto mais algumas deste Imperador nesta Cid.^e

7.^a Huma q̄ mostrava ser do Imperador Decio, tinha de huma parte a sua efígie, m.^{to} arrogante com as seguintes letras em roda da mesma =IMP. C. M. Q. TRAI... S. DECIVS. AVG=. No reverso se via a Figura de huma molher, tendo na mão dir.^{ta} huma insignia deste modo \ =. E em roda varias letras gastas de q̄ so se percebião as seguintes =O....N...C=. E a hum e outro lados da Figura as duas letras s. c.

8.^a Huma do Imperador Felipe, q̄ de huma parte tinha a sua Efígie e em roda as letras seguintes =IMP. M. IVL. PHILIPPVS. AVG=. No reverso tinha huma figura de Molher com hum Caduceo na mão dir.^{ta}, e na esq.^{da} huma Cornucopia, com as seg.^{tes} letras em roda =P. M. TR. P. III. COS. II. PP= . Deste Imperadôr se tem descuberto mais algumas nesta cid.^e

9.^a Huma do Imperador Constantino Magno q̄ de huma parte tinha a sua efígie, com as letras seguintes em roda =CONSTANTINVS. AVG=. No reverso se via hum circulo exculpido, dentro do qual estavão as seg.^{tes} letras =VOT= por baixo das quais dentro do mesmo circulo estavão tres cruzes do modo seg^{te} =×××=. E em roda na circumferencia da Medalha se vião as letras seguintes =D. N. CONSTANTINI. MAX. AVG=. E em baixo na parte inferior da medalha no mesmo reverso as seg.^{tes} letras =S. N. H. B= . Do mesmo Imperador e pelo mesmo modo foy achada outra medalha na qual se vião duas figuras sustentando o circulo.

10.^a Huma de Prata q̄ de huma parte tinha esculpido hum Elefante pizando huma Serpente, a qual se via com a cabeça levantada para a tromba do mesmo Elefante. E da outra parte tinha exculpidas humas insignias q̄ dizem ser Pontificaes dos sacrificios e eram as seguintes =Hum Acorrage= huma especie de Maxadinho comprida na astea =e huma figura de Adaga=. Vião-se tambem na d.^a Medalha da p.^{te} do Elefante, e por baixo dos pés delle as seg.^{tes} letras =CÆSAR=. Esta Medalha achou-se nos Olivaes de Beja.—Morelio, na Familia Julia, pag. 209, tab. 4, n.^o 7.

11.^a Huma de cobre achada com outra mais do mesmo metal q̄ se não percebeo em Beja, no alicerse de huma parede velha de humas caças na rua anxa, em o qual alicerse se acharão tão bem mais de quatro duzias de Bonecos de Barro m.^{to} fino, e com figuras diferentes pequenas. Tinha a ditta Medalha de huma p.^{te} a figura de huma mulher m.^{to} bem feyta, com huma Inscripção em roda, na qual por m.^{to} gasta,

ja se não percebião senão estas letras =IVLIA=. No reverso se via outra figura de mulher em pé: tendo na mão esquerda huma Cornucopia levantada e na direita outra insignia q̄ já se não percebia. De roda tinha huma inscrição da qual se conhecião som.^{te} as seg.^{tes} letras =TAS. AVGVST....=. E aos dois lados da d.^a figura as duas letras =s. c=.

He de Julia Messa.

12.^a Huma de metal Corintio, e do Imperador Tito, a qual de huma p.^{te} tinha a sua Efigie com a seg.^{te} inscrição =IMP. T. CÆS. VESP. AVG. P. M. TR. P. COS. VIII.=. No reverso se via exculpida a Imagem da Deosa Vesta sentada em huma cadeyra tendo na mão dir.^{ta} huma insignia q̄ ja se não conhecia; e na esquerda outra da qual som.^{te} a Aste se divizava. A hū e outro lado da figura se vião as duas letras =s. c=. E por baixo della se vião as seg.^{tes} =VESTA=.

13.^a Huma de cobre do Imperador Gordiano: na qual de huma parte se via a sua efigie com a seg.^{te} inscrição =IMP. CAES. MA.. GORDIANVS. AVG.=. No reverso se via huma figura em pé tendo nas mãos humas insignias q̄ mal se conhecia, e em roda as letras seguintes =TR. P. III. COS=. E aos lados da mesma figura as duas letras =s. c=.

Como estas tem parecido outras deste Imperadôr.

14.^a Huma de Prata, e do Imperador Trajano em a qual de huma p.^{te} se via a sua Efigie e de roda della a inscrição seg.^{te} =IMP. TRAIANO. AVG. GER. PM. TR. P. COS. VI. P. P.=. No reverso da Medalha se via huma figura em pé q̄ parecia de mulher com Roupas grandes, tendo na mão esquerda huma Cornucopia e na direita outra insignia q̄ se não podia conhecer. Em roda se vião varias letras das quais som.^{te} se percebião as seg.^{tes} =SPQR OPTIMO.... NCIP=.

15.^a Huma de cobre e do Imperador Probo: na qual de huma p.^{te} se via exculpido o seu retrato com a seg.^{te} Inscriptão em roda =PROBVS. P. F. AVG=. No reverso se via huma pequena figura como de Anjo com Azas, tendo na mão dir.^{ta} huma capela de flores, e na esquerda huma insignia pela feyçao de hum Sceptro, e em roda as seguintes letras =VICTORIA. AVG=.

16.^a Huma de Cobre, do Imperador Tiberio Cesar em a qual se via de huma p.^{te} a efigie do d.^º Imperador, e em roda as seg.^{tes} letras =TI. CAES. AVGSVT. FL....=. No reverso se via huma especie de Edificio entre duas como colunas, e por baixo delle as seg.^{tes} letras =ROM. ET. AVG=.

17.^a Huma de cobre e do Imperador Nero. Nella se via de huma parte exculpida a Efigie do d.^º Imperador m.^{to} bem feyta tendo em roda a seg.^{te} Inscriptão =IMP. NERO CAESAR AVG. P. MAX. TR. P. P. F. No reverso se via huma figura em pé tendo na mão direyta uma in-

signia xamada Patera sobre hum Altar de Sacrificio q̄ tão bem se via exculpido. Em roda da figura se vião estas letras =GENIO AVGVST...=.

18.^a Huma de Cobre q̄ por algumas letras ainda q̄ mal conhecidas na face principal della, parecia do Imperador Felipe, na qual face se via a sua efígie; e no reverso se via huma figura sentada em huma cadeyra tendo na mão direyta huma insignia que pela Astea parecia lança; e a mão esq.^{da} levantada até junto da Cabeça e em roda se percebião ainda estas letras =SECVRIT. ORBI=.

19.^a Huma de Prata da Imperatriz Sabina, q̄ de huma p.^{te} tinha exculpida a efígie da mesma Imperatriz e em roda della as seg.^{tes} letras =SABINA AVGVSTA=. No reverso se via huma Figura em pé com roupas grandes, e na mão esq.^{da} tinha huma coiza como Capela de flores redonda e em roda da mesma figura as letras seguintes =GENERI GENETRICI=. Esta Imperatriz foi mulher de Adriano.

20.^a Huma gr.^{de} de metal Corintio, e do Imperador Antonino Pio q̄ na face principal tinha o seu retrato m.^{to} bem feito; e na circumferencia huma gr.^{de} inscrição de q̄ as letras já se não percebião. No reverso da d.^a medalha se via huma figura em pé descansando sobre huma haste ou lança; e com a mão direyta dando de comer a huma Cobra q̄ se mostrava levantandose de hum altar de Sacrificio; tendo a hum e outro lado da figura as duas letras =s c=.— Dialog. de D. Ant.^o Agost.^o Dialog. 2.^o, pag. 73, in tit. salus.

21.^a Huma de cobre, cuberta de ambas as faces de huma materia q̄ a fazia de côr verde. Tinha na face principal o retrato de hum homem, sem q̄ se saiba q.^m elle fosse. Presumo pela efígie ser o Imperador Constantino Magno.— E no reverso se via o seguinte A  ω. Este hera o signal porq̄ antigamente os catolicos se distinguião dos Herejes Arrianos, contra q.^m o d.^o Imperador convocou o Concilio Niceno.

22.^a Huma de cobre e do Imperador Constantino Magno a qual na face principal tinha a sua efígie, com as seg.^{tes} letras em roda =IMP. C. CONSTANTINVS. P. F. AVG.=. Da outra parte do reverso tinha exculpida huma figura em pé encostada com a mão esquerda a huma espada, e em roda della huma Inscripção q̄ já se não percebia bem.

23.^a Huma de cobre, e do Imperador Diocleciano, a qual na face principal tinha a efígie do d.^o Imperador com as seg.^{tes} letras =IMP. DIOCLETIANVS. AVGVST=. E no reverso tinha exculpida a figura de huma mulher com huma Cornucopia em a mão esquerda; e na Direyta huma outra insignia q̄ ja se não percebia com as seguintes letras em roda =PROVIDENTIA AVG.=.

24.^a Huma de Prata q̄ em huma face tinha a efígie de hum homem, com estas letras por detrás da figura =RVF. e por diante o X=.

E no reverso tinha exculpidos dois cavalr.^{os} a Cavallo com lanças enris-tadas, e por baixo dos Cavalos as seguintes letras = Q. MINV. = ROMA, outra do mesmo modo.— Vejace Morelio em a fam.^a Minutia, pag. 286, col. 1.^a, n.^o 4.^o

25.^a Huma de cobre e do Imperador Valentiniano q̄ de huma parte tinha a sua efígie com as seg.^{tes} letras = D. N. VALENTINIANVS. P. F. AVG.=. No reverso tinha huma figura de mulher com outra pequena figurinha q̄ a estava coroando em a mão esquerda; e com a direyta estava levantando hum velho decrepito e de roda a seguinte inscripção = REPARATIO REIPUBLICÆ=. Como esta tem parecido outras deste Imperador e de Graciano.

26.^a Outra de cobre do Imperador Theodosio q̄ de huma parte tinha a sua efígie com as seg.^{tes} letras = D. N. THEODOSIVS = P. F. AVG.=. No reverso tinha huma figura com hum estandarte na mão, pela forma q̄ vem estampada em a *Numismalogia de Bento Morganti*, tendo em roda as seg.^{tes} letras = GLORIA. ROMANORVM=. E por baixo da figura se vião as seg.^{tes} quatro letras = S. N. H. B=.

27.^a e 28.^a De seus dois filhos os Imperadores Arcadio e Honorio outras duas pelo mesmo modo. E de todos tres muitas outras assim.

29.^a Huma de cobre do Imperador Maxencio a qual de huma parte tinha o seu retrato na forma das mais, e em roda as seg.^{tes} letras = D. N. MACHENTIVS. P. F. AVG.=. No reverso se vião duas Figuras em pé, sustentando huma forma de cordão, disposto por modo de circulo, dentro do qual estavam as seguintes letras VOT-V-MVLT-X. E em roda se vião estas esculpidas = VICT. DONN. AVGG. ET. CAES.=.

30.^a Outra de Prata, da Imperatriz Salonica mulher de Galieno, q̄ de huma parte tinha a sua efígie, com estas letras = SALONINA AVG.=. No reverso tinha esculpida a figura da Deosa Venus, com estas letras = VENVS VICT.

31.^a Huma de Prata do Imperador Marco Aurelio, a qual de huma parte tinha o retrato do d.^o Imperador, e em roda as letras seguintes = AVRELIVS CAESAR... AVG.=. E no reverso tinha esculpida huma figura em pé com insignias nas mãos, as quaes já por gastas se não percebião, assim como tâobem as letras de roda, das quais som.^{te} se conhecião : s seguintes ... COS. II.

32.^a Outra de cobre do Imperador Lucio Vero, a qual de huma parte tinha o seu retrato e em roda as seguintes letras = L. VERVS AVG. ARMENIACVS=. No reverso tinha esculpida huma figura de mulher, vestida de roupas talares, olhando para o lado direyto, a qual tinha o braço direyto levantado com huma insignia na mão direyta, q̄ ja por gasta se não percebia, e o braço esquierdo cahido, junto ao qual

se via hum trofeo d'armas, e em roda as letras seguintes =TR. P. III. IMP... COS. II.=. E a hum e outro lado as letras =S C=.

33.^a Huma de Prata do Impérador Trajano, q de huma parte tinha a sua efígie e em roda as seg.^{tes} letras =IMP. TRAIANO. AVG. GER. DAC. P. M. TR. P.=. No reverso tinha huma figura de mulher com duas insignias, huma na mão dir.^{ta} q se não percebia bem, apontando com ella para baixo do bico de huma Ave, q se via esculpida junto da d.^a figura; e outra insignia na mão esquerda com ella levantada. E a d.^a insignia tinha huma aste e outras coizas q mostravam ser Faxa de Armas. Em roda tinha pela maior parte pouco perceptíveis as seguintes letras =COS. V. P. P. S. P. Q. R. OPTIMO PRINCIP=.

34.^a Outra q era Medalhão de gr.^{de} bronze, e do mesmo Imperador Trajano. Tinha de huma p.^{te} a efígie do d.^º Imperador laureado, e com as seg.^{tes} letras em roda =TRAIANO AVG. GER. DAC. P. M.=. E no reverso tinha a frontaria de hum edifício com oito colunas em afrentes rematando em simalha triangular, q julgo ser o Pantheon de Roma.

35.^a Huma de Prata em a qual se via de huma parte a efígie de Julio Cesar, sem inscrição alguma, e da outra a figura de Eneas com seu pay Anchises sobre os ombros, e na mão direyta huma insignia como trofeo. E ao lado esquierdo desta figura as letras seguintes =CÆSAR=. Morelio na fam.^a Julia, pag 204, col. 1.^a, n.^o 5.^º

36.^a Huma de cobre pequena, q de huma tinha a efígie de hum homem sem se descobrirem nella algumas letras. E no reverso tinha estas duas =S. C=.

37.^a Huma de Prata q de huma parte tinha a efígie de hum romano com seu capacete e a hum lado esta letra =X=. No reverso tinha esculpidos dois Cavalr.^{os} armados e montados em dois cavallos em acção de caminhar na carreira mais velós, tendo os mesmos Cavalleiros as lanças enristadas. E por baixo dos Cavallos tinha estas letras =C. PLVT=ROMA=. — Morelio na Fam.^a Plautia, pag 331, col. 1.^a, n.^o 6.^º

38.^a Outra de cobre com a efígie de Augusto Cesar e as letras seg.^{tes} de huma parte =CAESAR AVG. P. M. P. P.=. E no reverso tinha huma figura em pé com huma insignia de Aste, na mão esquerda; e na dir.^{ta} ja se não percebia o q tinha. As letras q tinha em roda estavão muito gastas e dellas só se percebião estas =AVGVSTI= e estas duas ao lado da figura =S C=.

39.^a Outra de Prata, q de huma parte tinha a efígie de hum Romano com seu capacete, tendo por detraz da cabeça exculpidas as seg.^{tes} letras =C. AESTI. e por diante esta letra X=. No reverso tinha tão bem como a outra esculpidos dois cavalr.^{os} armados e montados

em dois cavallos em acção da carreyra mais velós tendo nas mãos duas lanças enristadas. E junto aos Cavallos tão bem em acção de carreyra se via exculpido hum cão. Por baixo de tudo se vião as letras seguintes =ROMA=.— Veja-se Morelio na fam.^a Antestia. pag. 17, col. 1.^a, n.^o 3.^o

40.^a Huma de Cobre e do Imperador Maximiano, q̄ de huma parte tinha a sua efígie coroada, e com estas letras em roda =D.N. MAXIMIANVS. P. F. AVG=. E no reverso tinha exculpida uma especie de coroa cívica por modo de circulo e dentro della varias letras deste modo VOT-XX-FK, sem mais letras algumas na circumferencia. As quais letras querem dizer =Votis vicinalibus= Felix Cartago.

41.^a Huma de cobre, e grande do Imperador Cesar Augunto Octaviano, a qual de huma parte tinha a sua efígie com varias letras em roda, das quais so se percebião estas =CAESAR AVGVSTVS=. No reverso tinha excludidos varios instrum.^{tos} de Sacrificios, assim como =O Simpulo=o Lituo=o Aspersilo=o Perfericulo=a Patera, e outros com varias letras em roda q̄ ja se não percebião.

42.^a Huma de metal Corintio, e do Imperador Antonino Pio. De huma parte tem a sua efígie e em roda muitas letras gastas, e só se percebião as seg.^{tes} =ANT... P.F.=. No reverso tem huma figura em pé com Capacete na Cabeça: Lança na mão, e na direyta huma figura pequena, q̄ se não percebia bem. Ao lado esq.^{do} junto da aste da lança hum troféu de armas; e a hum e outro lado da figura as letras s. c. Na circumferencia varias letras gastas, e as q̄ se percebião ainda, são as seg.^{tes} =TR. P. XIII. IMP. VIII. COS. XVII.=.

*

Medalhas diversas aqui pertencentes e q̄ se achão em poder de diversas pessoas.

Huma de Marco Agripa q̄ de huma p.^{te} tem a sua efígie com as seg.^{tes} letras =M. AGRIPPA. COS. III.=. E no reverso tem huma figura em pé, q̄ se julga ser Neptuno com o tridente na mão esq.^{da}, e na dir.^{ta} outra insignia q̄ se não percebia o q̄ era: tendo a hum e outro lado as letras. =s. c. Senatus Consulto=. A insignia da mão dir.^{ta} é um delfim; e as duas letras riscadas devem ser =L. F.=.

Outra do Imperador Antonino Pio com a sua efígie de huma parte, e as seg.^{tes} letras =ANTONIN...AVGVS...=. No reverso tinha huma figura quasi gasta, que parecia de mulher com as letras s. c a hum e outro lado della; e em roda se conservavam ainda estas letras =P. M. TR. POT....TI. CLAVDIVS=.

Em fôlha sólta colada ao ms. havia ainda esta:

Lembrança de huma Medalha Romana q̄ se achou na quinta das Fayas junto a Beja e tem em seu poder o Inquisidor Luiz Ant.^o Fragozo de Barros em Evora.

Em a d.^a medalha se vê de huma parte a Figura do Imperador Maximino, com estas letras de roda —IMP. MAXIMINVS AVG.—. Da outra parte no reverso se via a Figura ds Marte Deos da guerra, com as seg.^{tes} letras em roda —DNS. MILITIBVS.—. A d.^a Figura estava de pé, e tinha na mão esq.^{da} huma lança, e na dir.^{ta} hum bastão; e a hum e outro lado as duas letras s c.

VERGÍLIO CORREIA DA FONSECA.

Onomastico medieval português

Aditamento

Explicação doutras abreviaturas

Arch. Port.— <i>O Archeologo Português.</i>	E.—Era.
Benfeit.— <i>O Livro da virtuosa benfeitoria</i> (ed. de 1910).	Elucid.— <i>Elucidario de Viterbo</i> (1. ^a ed.).
Canc. Vat.— <i>Cancioneiro da Vaticana.</i>	Instit.— <i>O Instituto—Revista científica e literaria de Coimbra.</i>
Chr. Inf. D. Fern.— <i>Chronica do Infante santo D. Fernando</i> (ed. de 1911).	Rev. Lus.— <i>Revista Lusitana.</i>
Côrte imp.— <i>Côrte imperial</i> (ed. de 1910).	

N. B. Os nomes precedidos do signal * são repetidos.

A

Aariz (Casal de), geogr., E. 1284. Dissert. chron., III, p. 120.

Aaveiras, geogr., E. 1245. Dissert. chron., III, p. 208.

Abadino, n. h., 1220. Inq. 71, 1.^a cl.

Abadym, geogr., 1458. Dissert. chron., 1.^o, p. 196.

Abarrosa, geogr., E. 1386. Dissert. chron., v, p. 293.

Abelamar, geogr., sec. xv. S. 169.

Abendafeir (Bendafé), geogr., sec. XIII. Rev. Lus., iv, 278.

Abiul, geogr., sec. XIII. Arch. port., XVI, p. 90.

Aborroz, n. h., 1056. Elucid., I, 408, 2.^a cl.

Abranca, geogr., 922. L. Preto. Dipl. 16.

Abrançalha, ribeira, sec. xv. Chr. do Condest., Cap. 51.

* **Abril** . . N. h., E. 1343. Dissert. chron., III, p. 381.

Abroteal (Lombo do), geogr., 1187. Doc. in Instit., t. 56, p. 200.

- Abyziboo, app. h., E. 1378. *Dissert. chron.*, v, p. 396.
Açafa, geogr., 1199. *Elucid.*, II, 362, 2.^a cl.
Aeccam, geogr., 1270. *For. Villa Viçosa. Leg.* 717.
Achallas. Vidè **Achellas**.
***Achellas**... *Rev. Lus.*, IX, 265.—*Geogr.*, E. 1230. *Dissert. chron.*, III, 189.
Acompaniado, n. h., E. 1231. *Dissert. chron.*, III, p. 190.
Açumar, geogr., sec. xv. F. López, *Chr. D. J.* 1.^o, p. 1.^a, C. 129.
Adami, app. h., sec. XIII. *Doc. in Instit.*, t. 58, p. 178.
Adeel, rio (?), 1260. *Leg.* 693.
Adeira, geogr., 1258. *Inq.* 385, 1.^a cl.
Adiax, app. h., sec. xv. *Doc. in Instit.*, t. 57, p. 511.
Adiuto, n. h., 1046. L. Preto. *Dipl.* 213.
Adranus, n. h., sec. XII (?). *Instit.*, LVIII, p. 559.
Aeroso, geogr., 1220. *Inq.* 49, 2.^a cl.
Afilado, app. h., 1258. *Inq.* 345, 2.^a cl.
Afundom, geogr., E. 1309. *Dissert. chron.*, v, p. 343.
Agarepm, geogr., 1258. *Inq.* 322, 1.^a cl.
Ager e Agro Calvo, geogr., 1258. *Inq.* 535, 1.^a cl.
Agestrim, geogr., 1220. *Inq.* 34, 2.^a cl.
Agnia loura e Anhaloura, geogr., 1258. *For. Extremoz. Leg.* 679.
Agnio, app. h., 1258. *Inq.* 358, 1.^a cl.
Agoesteva. Vidè **Fonte de**.
Agra de petratis, geogr., 1258. *Inq.* 535, 1.^a cl.
Agrochano, geogr., sec. XIII (?). *Doc. in Instit.*, t. 57, p. 47.
Agualada, geogr., E. 1170. *Dissert. chron.*, III, p. 106.
Agudo, app. h. *Canc. Vat.*, n.^o 1007.—*Inq.* 411, 1.^a cl.
Agueda. Vidè **Terram de**.
Aguilia, app. h., 1220. *Inq.* 243, 1.^a cl.
Agulha, app. h., sec. xv. F. López, *Chr. D. J.* 1.^o, p. 2.^a, C. 159.
Aiolas, app. h., 1251. *Doc. in Arch. Port.*, XIII, 262.
Aisalon, n. h., E. 1023. *Dissert. chron.*, I, 200.
Aisalonna, app. h., E. 1023.
Ajuvanti, geogr., 1258. *Inq.* 367, 1.^a cl.
Alamo, geogr., sec. XIII. *Arch. Port.*, XVI, p. 90.
Alandroal, geogr., 1270. *For. Villa Viçosa. Leg.* 717.—*Id.*, E. 1346.
 Dissert. chron., v, 386.
***Alanquer**, *Canc. Vat.*, n.^o 1050.
***Alão**... *Id.*, E. 1344. *Dissert. chron.*, v, p. 84.
Alardi, n. h., E. 1198. *Dissert. chron.*, III, p. 145.
Alareas tortas, geogr., 1008. *Doc. most. Moreira. Dipl.* 121.

- Alarucha**, geogr., 1271. For. Evoramonte. Leg. 717.
- ***Alauario**... Elucid., I, 401.
- Albaçar**, geogr., sec. xv. F. López, Chr. D. J. 1.^o, p. 2.^a, C. 158.
- Albano**, n. h., 985. Doc. most. Moreira. Dipl. 90.
- Albardar**, n. h., Canc. Vat., n.^o 968 e 969.
- Albertus**, n. h., 1154. For. Sintra. Leg. 385.
- Albocar**, app. h., 1262. For. Tolosa. Leg. 702.
- Albornoz**, app. h., sec. xv. F. López, Chr. D. J. 1.^o, p. 2.^a, C. 19.
- Albus**, app. h., 1258. Inq. 293, 2.^a cl.
- Alcabrichel**, geogr., 1298. Doc. in Rev. Lus., IX, 275.
- Alcaforado**, app. h., sec. xv. F. López, Chr. D. J. 1.^o, p. 2.^a, C. 152.
- Alcana**, app. h., 1273. Doc. in Rev. Lus., IX, 269.
- Alcandete**, geogr., sec. xv. F. López, Chr. D. J. 1.^o, p. 2.^a, C. 24.
- Alcanide**, geogr., E. 1322. Dissert. chron., v, p. 395.
- Alcanizes**, geogr. (?). Doc. in Instit., t. 56, p. 703, e t. 58, p. 167.
- Alcariz**, geogr., 1260. Leg. 693.
- Alcaroubim**, geogr., 922. Dipl. 46, l. 10.
- Alcobaça**, geogr., 1153. Doc. in Alcobaça illustr., p. 10.
- Alcobacia**, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
- Alcoelha**, geogr., E. 1343. Dissert. chron., v, p. 294.
- Alcoforada**, app. m., sec. xv. S. 170.
- ***Alcoforado**... Dissert. chron., I, 205.
- Alconchel**, geogr., E. 1204. Dissert. chron., III, p. 151.
- Alconema**, app. h., sec. xv. F. López, Chr. D. J. 1.^o, p. 1.^a, C. 159.
- Alcoruisca**, geogr., 1271. For. Evoramonte. Leg. 721.
- Aleubatia**, geogr., sec. XIII. Dissert. chron., III, p. 214.—Id., ib., 2.^a p.^{te}, p. 118.
- Aldeã da Cerdeira**, geogr., E. 1385. Doc. in Rev. Lus., XIII, 15.
- Aldeguas**, geogr., E. 1309. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 77.
- Aldeolam de ponte de domente**, geogr., sec. XIII. Instit., LVIII, p. 563 e 565.
- Aldiga**, geogr., E. 1348. Dissert. chron., v, p. 391.
- Aldoncia**, rainha, E. 1224. Dissert. chron., III, p. 219.
- Aleom**, geogr., E. 1309. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 77.
- Alerra**, rio (?), 1260. Leg. 693.
- Alfafa (fonte de)**, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
- Alfaia**, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Instit., t. 57, p. 436 e 444.
- Alfarde**, app. h., E. 1183. Dissert. chron., III, p. 128.
- Alfarrara e Alfarrare**, geogr., sec. xv. Chr. do Condest., Cap. 67.
- Alfayana**, geogr., 1287. Doc. in Instit., t. 56, p. 267.
- Alfayão**, aldeia, 1435. Doc. in Instit., t. 56, p. 490.

- Alfeigedoe**, geogr., 1168. Elucid., II, 361, 1.^a cl.
- Alfonsim e Alfonsi**, geogr., 1220. Inq. 44, 2.^a cl.
- Alfonteyros**, geogr. (?), sec. XIII. Instit., LVIII, p. 753.
- Alfundom**, geogr., E. 1309. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 77.
- Algaris**, villa (?). Doc. in Instit., t. 56, p. 690.
- Algariz**, geogr., sec. XIII (?). Instit., LVIII, p. 629.
- Algaz**, geogr., sec. XIII. Instit., LVIII, p. 686.
- Algizidi**, geogr., 1115. Elucid., I, 241, 2.^a cl.
- ***Algadres**... Rev. Lus., XIII, 16.
- Algosello**, aldeia, 1319. Doc. in Instit., t. 56, p. 329.
- Alguez**, geogr., E. 1343. Dissert. chron., V, p. 382.
- Alhariz**, geogr. Canc. Vat., n.^o 920.
- Ali**, n. h. Canc. Vat., n.^o 922 e 923.
- Aljumaruta** (Aljubarrota), geogr., 1153. Doc. in Alcobaça illustr., p. 11 (Título 1).
- ***Almafalla**... Id., E. 1257. Dissert. chron., III, p. 217.
- Almeara**, geogr., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 93.
- Almeiro** (pelago de), geogr., 1169. Elucid., II, 361, 1.^a cl.
- Almendral**, geogr., sec. XV. F. López, Chr. D. J. 1.^o, p. 2.^a, C. 54.
- Almia**, n. m., 1096. Doc. ap. sec. XII. Dipl. 500.
- Almoço**, app. h., E. 1340. Doc. in Rev. Lus., XIII, 13.
- Almorade**, app. h., E. 1377. Dissert. chron., V, p. 288.
- Almoriz**, geogr., 1258. Inq. 369, 2.^a cl.
- Almoster**, geogr., 1287. Elucid., II, 55, 2.^a cl.—Id., Arch. Port., XVI, 91.
- Almoural**, geogr., sec. XV. F. López, Chr. D. J. 1.^o, p. 1.^a, C. 170.
- Aloifrio**, geogr., E. 1154. Dissert. chron., I, 187.
- Aloitici**, app. h., 985. Doc. most. Lorvão. Dipl. 91.
- Alpanpilel**, geogr., 1292. Doc. in Rev. Lus., IX, 271 e 272.
- Alpedrinha**, geogr., E. 1240. Dissert. chron., III, p. 202.
- Alpertz**, app. h., E. 1339. Dissert. chron., V, p. 376.
- Alpeteguam**, geogr., sec. XV. F. López, Chr. D. J. 1.^o, p. 1.^a, C. 129.
- Alqueyram**. Vidè Lapam de.
- ***Alquydô Novo**, geogr., 1374. Doc. in. Arch. Port., XIV, 140.
- Alualad e Alualat**, geogr., 943. Doc. most. Lorvão. Dipl. 29.
- Aluano**, n. h., 968. Doc. most. Moreira. Dipl. 62.—Id. 73.
- ***Aluariz**... Dipl. 82.
- ***Aluarizi**... Dipl. 106.
- ***Aluernaz**... Chr. Inf. D. Fern., p. 142.
- Aluisquer**, geogr., 1296. Doc. in Rev. Lus., IX, 274 e 276.
- Aluitiz**, app. m., 915. Dipl. 14.

- Alvagens**, geogr., E. 1340. Dissert. chron., v, p. 63.
- ***Alvar**... Canc. Vat., n.^o 905 e 923.
- Alvarelios**, castro, 990. Doc. most. Moreira. Dipl. 98.
- Alvarenga**, app. h., E. 1293. Dissert. chron., v, p. 345.
- Alvarez**, app. h., E. 1352. Dissert. chron., II, 243.
- Alvayazar**, geogr., sec. XIV. Doc. in Arch. Port., XIV, 166.
- Alveliã**, geogr., sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 46.
- Alvelina**, geogr., sec. XIII (?). Elucid., I, 187.
- Alvelo**, n. h. Canc. Vat., n.^o 1079.
- Alvernoz**, app. h., 1493. Dissert chron., v, p. 318.
- Alvorge**, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 89.—Id., E. 1179.
- Dissert. chron., III, p. 121.
- Alvornilha**, geogr., E. 1376. Doc. in Arch. Port., X, 316.
- Alvym**, app. h. Canc. Vat., n.^o 643.
- Alzeda**, aldeia, 1346. Doc. in Institut., t. 56, p. 332.
- Amadei**, n. h., E. 1182. Dissert. chron., III, p. 126 e 129.
- Amaral**, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Rev. Lus., XI, 94.
- ***Amaral**... Geogr., E. 1194. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 52.
- ***Amarall**... Institut., t. 56, p. 334.
- Amberto**, n. h. E. 1159. Dissert. chron., III, p. 72.
- Ambroa**, app. h. Canc. Vat., n.^o 660 e 840.
- Ameiro**, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
- Anches**, app. h., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 639.
- Andano**, geogr., 1153. Doc. in Alcobaça illustr., p. 11 (Titulo 1).
- Andera**, app. h., sec. XIII. Doc. in Institut., t. 58, p. 168.
- Andorino**, n. h., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 93.
- Andranes**, geogr., E. 1246. Dissert. chron., III, p. 210.
- ***Anegia**... Dipl. 16.
- Aneja**, geogr., E. 1023. Dissert. chron., I, 199.
- Anez**, app. h., sec. XIV. Elucid., II, p. 388, 2.^a cl.—Id., Galvão, Trat. dos desc., p. 29.
- Angueira**, villa, sec. XIII. Doc. in Institut., t. 58, p. 171.—Vidè **Villar de**.
- ***Annez**... Id., ib., V, p. 19 e 50.
- Ansias**. Vidè **Santa Maria de**.
- Antanhol**, geogr., E. 1292. Dissert. chron., V, p. 81.
- ***Antine**... Id., sec. XII. Dissert. chron., V, p. 6.
- ***Antoana**... Id., sec. XII. Dissert. chron., V, p. 6.
- Anzedo**, n. h., E. 1086. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 39.
- Anzega**, geogr., 1298. Elucid., II, 109, 1.^a cl.
- ***Anzo**... **Fonte de Anzo**, geogr., sec. XIII. Arch. port., XVI, p. 89 e 90.
- Apariço**, n. h., 1273. Doc. in Rev. Lus., IX, 269.

- Aquilar de Beira**, villa, 1258. *Elucid.*, I, 451, 2.^a cl.
- ***Aragunti**... N. m. *Dipl.* 24 e 128.
- Aranha**, app. h. *Cane. Vat.*, n.^o 1080.
- ***Arco de Baulhe**... *Id. Chr. do Condest.*, Cap. 61.
- Areanis**, rio, 1144. *Doc. in Instit.*, t. 56, p. 143.
- Aregam**, geogr., sec. XIII. *Arch. Port.*, XVI, p. 91.
- Argemundaus**. Vidè **Monte de**.
- ***Argeriz**... *Id.*, E. 1190. *Dissert. chron.*, III, p. 135.
- ***Argio**, app. h., sec. XIII. *Arch. Port.*, XVI, p. 90.
- Arguiffe**, geogr., E. 1230. *Dissert. chron.*, I, 276.
- Ariaz**, app. h., sec. XII. *Dissert. chron.*, V, p. 15.
- Arijz**, geogr. (?), 1277. *Doc. in Rev. Lus.*, XI, 87.
- Arimendi**, geogr., sec. XIII (?). *Doc. in Instit.*, t. 57, p. 136.
- Arinho de Rosende**, geogr., sec. XV. *Elucid.*, I, 300, 1.^a cl.
- Arizes**, geogr., sec. XIV (?). *Doc. in Rev. Lus.*, XI, 94.
- ***Arnado**... *Canc. Vat.*, n.^o 1014.
- Arnão**, n. h., sec. XV. *Chr. Inf. D. Fern.*, p. 148.
- Arocha**, geogr., 1325. *Doc. in Rev. Lus.*, XI, 91.
- Aroczi** (Arouche), geogr., E. 1189. *Dissert. chron.*, III, p. 134.
- Arracefe**, geogr. (?), E. 1258. *Doc. in Arch. Port.* XIII, 266.
- Arrechis**, geogr., E. 1309. *Dissert. chron.*, V, p. 343.
- Arrefega**, villa, sec. XIII. *Doc. in Instit.*, t. 58, p. 170. Vidè **Refega**.
- Arrimonde**, geogr., 1435. *Doc. in Instit.*, t. 56, p. 490.
- Arrovas**, app. h., E. 1458. *Dissert. chron.*, III, 2.^a p.^{te}, p. 184.
- Arruda**, geogr., E. 1210. *Dissert. chron.*, III, p. 158.
- Arryzado**, geogr., sec. XIV. *Doc. in Arch. Port.*, XIV, 162.
- Arymonde**, geogr., 1299. *Doc. in Instit.*, t. 56, p. 328.
- Asinos**, rio, E. 1171. *Dissert. chron.*, III, p. 108.
- Asion**, geogr., sec. XIII. *Arch. Port.*, XVI, p. 90 e 91.
- Asmarado**. Vidè **Esmarado**.
- Asnelina**, geogr., E. 1294. *Dissert. chron.*, V, p. 345.
- Astre**, n. h., sec. XIII (?). *Doc. in Instit.*, t. 57, p. 316.
- Astreirus**, n. h., 1145. *Doc. in Instit.*, t. 56, p. 199.
- Ateania**, geogr., sec. XIII. *Arch. Port.*, XVI, p. 89.
- Atenor**, villa, ?. *Doc. in Instit.*, t. 56, p. 697.—*Id.*, t. 58, p. 169.
- Auelaelas**, villa, sec. XIII. *Instit.*, LVIII, p. 568.
- Aulic** (Ourique), geogr., E. 1177. *Dissert. chron.*, III, p. 117. Vidè **Ourie**.
- ***Auolo**... Geogr., 908. *Doc. most. Moreira. Dipl.* 11.
- Auoo**, villa, 1187. *For. de Avô. Leg.* 462.
- ***Aurem**... *Id.*, E. 1218. *Dissert. chron.*, III, p. 169.

- A**
- Ausendina, n. m., E. 1233. Dissert. chron., v, p. 91.
 *Avelaal... Geogr., 1187. Doc. in Instit., t. 56, p. 200.
 Avelanis, geogr., 1144. Doc. in Instit., t. 56, p. 143.
 Avelaosa, villa, ?. Doc. in Instit., t. 56, p. 696.
Avicella. Vidè **Ripa A.**
 Avinoa, geogr., 1187. Doc. in Instit., t. 56, p. 200.
 Avolineira, casal, 1187. Doc. in Instit., t. 56, p. 200.
 Avreu, app. h., E. 1346. Dissert. chron., v, p. 386.
 Axisdj (sanctj), geogr., sec. XIV (?). Doc. in Rev. Lus., XI, 95.
 Aymericus, n. h., 1313. Dissert. chron., I, 347.
 Aymerique, bispo conimbr., sec. XIII (?). Instit., LVIII, p. 753.
 Ayrco, app. h., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 61.
 Ayric, app. h., sec. XIII (?). Doc. in Instit., t. 57, p. 52.
 Azares, villa, sec. XIII. Instit., LVIII, p. 567.
 Azedo, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
 Azinhal, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 595.
 Azinoso, geogr., sec. XIII (?). Doc. in Instit., t. 57, p. 48.
 Azoma (S.ª Maria de), geogr., E. 1302. Dissert. chron., III, 2.ª p.^{te}, p. 75,
 Azuda, geogr., sec. XIII (?). Instit., LVIII, p. 684.

B

- Baasco, n. h., 1435. Doc. in Instit., t. 56, p. 492.
 Babi, geogr., ?. Doc. in Instit., t. 56, p. 703.
 Badalioz, cidade, E. 1206. Dissert. chron., III, p. 154.
 Badalouci, geogr., 1262. Dissert. chron., IV, 174.
 Bafueiras, geogr., E. 1237. Dissert. chron., III, 2.ª p.^{te}, p. 115.
 Balaabarra, app. h., sec. XVI. Dissert. chron., III, 2.ª p.^{te}, p. 90.
 Baldovinus, n. h., 1185. Elucid., I, 431, 1.ª cl.
 Balteyro, geogr. Canc. Vat., n.º 64.—Id., app. m., n.º 982.
 Balzafeira, app. m., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
 Banu, n. m., sec. XII. Dissert. chron., III, 2.ª p.^{te}, p. 51.
 Baocho, geogr., 1155. Elucid., II, 355, 1.ª cl.
 Barbaleda, n. h., E. 1343. Dissert. chron., V, p. 381.
 Barceosa, geogr., sec. XIII. Doc. in Instit., t. 58, p. 168 e 171.
 Barcer, geogr., ?. Doc. in Instit., t. 58, p. 246.
 Barcinona (Barcelona), cidade., E. 1212. Dissert. chron., III, p. 159.
 Barnage, geogr. Canc. Vat., n.º 1000.
 Barregãs, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 595.
 *Barreto... Canc. Vat., n.º 1144.

- Barriadas de Caijs**, geogr., E. 1258. Doc. in Arch. Port., XIII, 226.
- Barriga**, app. h., sec. XIV. Ined. de hist. Port., IV, 639.—Id., Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 89.
- Barroo**, geogr., sec. XIV, Ined. de hist. port., IV, 585.
- Barvatora**, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
- Bastuz**, geogr., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 76.
- Batocas**, geogr., sec. XIII. Instit., LVIII, p. 567 e 568.
- Baulhe**. Vidè Arco de.
- Bauzoos** (S.^{ta} Maria de), geogr., sec. XIII. Instit., LVIII, p. 564.
- Baveca**, app. h. Canc. Vat., n.^o 694, 826 e 827.
- Bazio**, app. h., E. 1240. Doc. in Arch. Port., XIII, 268.
- Beco**, geogr., 1370. Doc. in Arch. Port., XIV, 140.
- Beduido**, geogr., E. 1276. Dissert. chron., V, p. 54.
- Beentiz**, app. h., sec. XIV. Dissert. chron., III, p. 112.
- Beeyto**, n. h., Canc. Vat., n.^o 1073.
- Begiam**, cidade, E. 1200. Dissert. chron., III, p. 149.
- Beiro**, app. h., sec. XIII. Doc. in Instit., t. 58, p. 173.
- Beja**, cidade, E. 1200. Dissert. chron., III, p. 149.
- Belenha**, geogr. (?). Canc. Vat., n.^o 1026.
- Beleza**, n. m., 1299. Elucid., I, 187, 1.^a cl.
- * **Belmonte**... Elucid., II, 236, 2.^a cl., e 367, 2.^a cl.
- Belpelho**. Vidè Velpelho.
- Beltradus**, n. h., 1313. Dissert. chron., I, 347.
- Bemposta**, geogr., sec. XIV. Doc. in Arch. Port., XIV, 162.
- Bemquerencia**, geogr., 1187. Doc. in Instit., t. 56, p. 200.
- Bendamor**, n. h., sec. XIII. Dissert. chron., V, p. 21.
- * **Bendoma**... Dissert. chron., I, 199.
- Benquerentia**, villa, 1181. Elucid., I, 190, 2.^a cl.
- Berbade**, n. h., 1061. Elucid., II, 284, 1.^a cl.
- * **Berbereta**... Id., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 61.
- * **Bernal**... Canc. Vat., n.^o 653 e 1063.
- Bertrandus**, bispo tudense, 1279. Elucid., II, 231.
- Beselga**, geogr., 1159. Elucid., II, 10, 2.^a cl.—Arch. Port., XIII, 265.
- Bevero**. Vidè Rostrum de.
- Beyçudo**, app. h., 1277. Doc. in Rev. Lus., IX, 270.
- * **Bezerra**... Canc. Vat., n.^o 1088.
- Bezero**, app. h. Canc. Vat., n.^o 1088.
- Biberes**, villa, sec. XIII. Doc. in Instit., t. 58, p. 167 e 170.
- Bidoa**, geogr. (?), E. 1380. Ined. de hist. port., IV, 580.—E. 1333. Dissert. chron., V, 371.
- Biduedo**, geogr., E. 1240. Dissert. chron., III, p. 202.

- Biloy, geogr., E. 1160. Dissert. chron., III, p. 76.
- Binãos, geogr., E. 1229. Dissert. chron., III, p. 220.
- Biteraens (S. Tirso de), geogr., sec. XIII. Dissert. chron., V, p. 34.
- Blandianes, geogr., ?. Doc. in Institut., t. 56, p. 703.
- Bochardo, app. h., sec. XIV. Dissert. chron., III, p. 90.
- Bodalho, app. h. Cane. Vat., n.º 1040.
- Bodim, app. h., E. 1343. Dissert. chron., V, p. 295.
- Bodinho, app. h. Canc. Vat., n.º 1180.
- Boedo, geogr., sec. XIII. Institut., LVIII, p. 684.
- Boelhy, geogr., 1295. Elucid., I, 165, 1.ª cl.
- Bogal, app. h., sec. XII (?). Institut., LVIII, p. 561.
- Bogas (fonte de), geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
- Bollin, app. h., 1221. Doc. in Institut., t. 56, p. 203.
- Bolseyro, app. h. Canc. Vat., n.º 666 e 771.
- Bonacuzeres, villar, sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 48.
- Bonamis, n. h., E. 1231. Dissert. chron., III, p. 190.
- Bonaval, app. h. Canc. Vat., n.º 653 e 726.—Geogr. Id. n.º 660.
- Bonay, aldeia, sec. XV. Doc. in Institut., t. 57, p. 510.
- Bonazes, villar, sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 50.
- Boncilha, geogr., E. 1320. Dissert. chron., V, 353.
- * Booco... Id., E. 1332. Dissert. chron., V, p. 367.
- * Borges... Dissert. chron., I, 221.
- Bornes de Montemel, aldeia, 1435. Doc. in Institut., t. 56, p. 490.
- Boron, app. h., sec. XIII. Doc. in Institut., t. 58, p. 176.
- Borrilos, geogr., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 92.
- * Boto... Doc. in Rev. Lus., IX, 276.
- Boucon, app. h. Canc. Vat., n.º 1141.
- Boyro, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 585.
- Brafome, n. h., E. 1323. Dissert. chron., V, p. 358.
- Brafomes (casal), 1275. Doc. in Rev. Lus., XI, 86.
- Bragada, geogr., ?. Doc. in Institut., t. 56, p. 701.
- Bragadinas, villa, sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 126.
- Bragadinha, aldeia, 1285. Doc. in Institut., t. 56, p. 208 e 209.—Id. E. 1323. Dissert. chron., V, p. 357.
- * Bragancia... Doc. in Institut., t. 56, p. 200.
- Braganciano, app. h., sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 680.
- Brecial, geogr., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 92.
- Bregança, cidade, 1281. Elucid., II, 112, 2.ª cl., e I, 189, 2.ª cl.
- Bretom, app. h., sec. XV. Chr. Inf. D. Fern., p. 149.
- Brinto, app. h., 1429. Doc. in Hist. de S. Domingos., III, 182.
- Britiande, geogr., sec. XV. Ined. de hist. port., V, 609.

- Brivida**, herdade, sec. XIII. Institut., LVIII, p. 89 e 91.
Brughedo, geogr., 1325. Doc. in Rev. Lus., XI, 92.
Brunette, n. m. E. 1221. Dissert. chron., III, p. 171.
Bruscos, geogr., 1290. Elucid., II, 379, 2.^a cl.
Buarcos, geogr., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 130.
Budardo, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
Bufino, app. h., sec. XIII. Doc. in Institut., t. 58, p. 177.
Buiz, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 89 e 90.
Bujo, app. h., E. 1350. Dissert. chron., I, p. 304.
Bun, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
Burgalês, app. h. Canc. Vat., n.^o 250.
Burdeiro, app. h., E. 1151. Dissert. chron., III, p. 61.
Burucanis, geogr., sec. XIII (?). Dissert. chron., V, p. 27.
* **Buual**... Doc. in Rev. Lus., XI, 86.
Buytoron. Vidè **Vuytoron**.

C

- Caal mayor**, geogr., E. 1386. Dissert. chron., V, p. 294, 296 e 297.
* **Caambra**... Geogr., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 93.
Caão, app. h., E. 1343. Dissert. chron., I, p. 296.
Cabana de Mauris, geogr., sec. XI. Elucid., II, 32, 1.^a cl.
Cabeça Boa, app. h., 1435. Doc. in Institut., t. 56, p. 492.
Cabo móte, geogr., sec. XIV. Doc. in Arch. Port., XIV, 162.
Caca de Ven, geogr. Canc. Vat., n.^o 1199.
Cachemi, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
Caco, app. h., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 64.
Cadafaz, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 595.
Cadimes, geogr., E. 1345. Dissert. chron., V, p. 71.
Çafra, geogr., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 53 e 68.
Çafragella, ribeira, sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 74.
Caiis e Caijs. Vidè **Portum de**.
Calaça (Casal de), geogr., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 93.
* **Calheiros**... Canc. Vat., n.^o 938.
Calvalhy (S. Justo de), geogr., 1346. Doc. in Institut., t. 56, p. 332
* **Calvo**... Canc. Vat., n.^o 841.
Camanes, app. h. Canc. Vat., n.^o 252.
Camarate, geogr., E. 1333. Dissert. chron., V, p. 369.
Camarinho. Vidè **Paul do**.
Camarra, app. h., E. 1385. Doc. in Rev. Lus., XIII, 15.
Cambar, villa, sec. XII. Elucid., I, 367, 1.^a cl.
Cambre, geogr., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 92.

- Cambres** (S. Martino de), geogr., 1197. Elucid., I, 366, 2.^a cl.
- Camela**, app. m. Canc. Vat., n.^o 1040.
- Campanhaam**, geogr., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 93.
- Campia**, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
- Campina**, app. h. Canc. Vat., n.^o 787.
- Campo da Touça**, geogr., 1242. Elucid., II, 405, 2.^a cl.
- Camtyn**, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 595.
- Camudanes**, geogr., sec. XII. Elucid., I, 323, 1.^a cl.
- Canas de Senhorim**, geogr., E. 1224. Dissert. chron., III, p. 220.
- Candaedo**, villa, sec. XIV (?). Doc. in Institut., t. 58, p. 441.
- Caneyros de fisga**, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
- Cangas**, app. h. Canc. Vat., n.^o 873.
- * **Canidelo**... Geogr., E. 1192. Dissert. chron., V, p. 41.
- Cao**, app. h., sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 571.
- Caorinha**, app. h. Canc. Vat., n.^o 1030.
- Caparim**, geogr., E. 1290. Dissert. chron., II, 238.
- Capite Bona**, geogr., ?. Doc. in Institut., t. 56, p. 703.
- Caraboi**, fonte, 1095 (?). Elucid., I, 148, 1.^a cl.
- Caralhote**, app. h., 1393. Doc. in Arch. Port., XIV, 140.
- Caramos**, geogr., E. 1192. Dissert. chron., III, p. 138 e 161.
- Carapezus**, geogr., E. 1230. Dissert. chron., I, 276.
- Carapicos** (S.^{ta} Maria de), geogr., sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 46.
- Carapitis**, geogr., sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 46.
- Carcaçona**, geogr. Canc. Vat., n.^o 937.
- Carcarj** (Santa Maria), geogr., sec. XIV (?). Doc. in Rev. Lus., XI, 95.
- Carçerellos de susaños**, geogr., 1325. Doc. in Rev. Lus., XI, 92.
- Carcion**, villa, (?). Doc. in Institut., t. 56, p. 696, e t. 58, p. 170.
- Cardia**, geogr., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 93.
- Carnide**, geogr., E. 1345. Dissert. chron., V, p. 386.
- Carofa**, app. h., E. 1169. Dissert. chron., III, p. 103.
- Carpancho**, app. h. Canc. Vat., n.^o 257.
- Carrapatas**, geogr., 1435. Doc. in Institut., t. 56, p. 490.
- Carrapatelo**, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 595.
- Carrhon**, geogr. Canc. Vat., n.^o 1158.
- Carril da Fonte de Lavallo**, geogr., 1187. Doc. in Institut., t. 56, p. 200.
- Carrocedo**, geogr., 1435. Doc. in Institut., t. 56, p. 490.
- Carvellas**, villa, ?. Doc. in Institut., t. 56, p. 691 e 692.
- Carzom**, geogr., 1187. Doc. in Institut., t. 56, p. 200 e 702.
- Casal dos faleoeiros**, geogr., 1325. Doc. in Rev. Lus., XI, 91.
- Cassala**, geogr., sec. XIII (?). Dissert. chron., V, p. 27.

- Castaicion**, geogr., E. 1234. Dissert. chron., III, p. 195.
- Castanheira de Rio Livre**, geogr., 1498. Doc. in Instit., t. 56, p. 567.
- Castelbranco**, geogr. sec. XII (?). Elucid., I, 422, 2.^a cl.
- Castellum blancum**, geogr., E. 1303. Elucid., II, 371, 1.^a cl.
- Castiäta**, villar, sec. XIII. Instit., LVIII, p. 566.
- Castineira redunda**, geogr., E. 1284. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 120.
- Castro Agym**, E. 1208. Dissert. chron., V, p. 43.
- Castro de Latronis**, geogr., ?. Doc. in Instit., t. 56, p. 695.
- Castro Roupal**, geogr., 1287. Doc. in Instit., t. 56, p. 265 e 335.
- Catáá**, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Rev. Lus., XI, 94.
- Catalina**, n. m., 1454. Elucid., II, 229, 1.^a cl.
- Catelina**, n. m., sec. XIII. Doc. in Arch. Port., IX, 67.
- * **Cathelina**... Id., E. 1377. Dissert. chron., V, p. 287.
- Cauanhō**, geogr. (?), 1325. Doc. in Rev. Lus., XI, 91.
- Cavalion**. Vidè **S. Martino de**.
- Cebolina**, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
- Cedadoyra**, geogr., E. 1333. Dissert., chron., V, p. 369.
- Cedayos e Cedoayos**, geogr., ?. Doc. in Instit., t. 56, p. 691 e 692, e t. 58, p. 243.
- Cedavi**, geogr., 1211. Elucid., II, 405, 2.^a cl.
- Cedello (Sendelo?)**, aldeia, 1319. Doc. in Instit., t. 56, p. 330.
- Ceiça (S.^{ta} Maria de) d'Ourem**, geogr., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 51.
- Celorico de basto**, geogr., E. 1311. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 79.
- Centegaus**, geogr., E. 1230. Dissert. chron., I, 276.
- Cepagueyra**, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 595.
- Cera**, castro, 1159. Elucid., II, 357, 2.^a cl.—Dissert. chron., III, 145.—Doc. in Arch. Port., XIII, 265.
- Cerapicus**, geogr., sec. XIII (?). Doc. in Instit., t. 57, p. 47.
- Cerceo**, geogr., sec. XIII. Doc. in Instit., t. 58, p. 174.
- Cerquedelo**, geogr., E. 1211. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 56.
- Cervela**, villa, E. 1247. Dissert. chron., III, p. 210.
- * **Chacim**... Geogr. Doc. in Instit., t. 56, p. 690.
- * **Chamoas**... E. 1299. Doc. in Rev. Lus., XIII, 10.
- Chapa**, geogr., ?, 1458. Dissert. chron., I, 191.
- * **Charinho**... Canc. Vat., n.^o 392 e 424.
- Chartes**, geogr. Canc. Vat., n.^o 1132.
- Cherabihom**, app. h., E. 1343. Dissert. chron., I, p. 296.
- Chiriqui**, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
- Chouteira**, app. m., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 93.

- Christina**, n. m., E. 1182. *Dissert. chron.*, III, p. 126.
Cibraãez, app. h. E. 1337. *Dissert. chron.*, V, 288.
 * **Cibram**... Inq. 362.—*Elucid.*, II, 395, 1.^a cl.
Cibraom (San), geogr., E. 1355. *Dissert. chron.*, III, 2.^a p.^{te}, p. 121.
Cibrião, n. h., sec. XV. Doc. in *Instit.*, t. 57, p. ?
Cidi Paaiz, geogr., E. 1237. *Dissert. chron.*, III, 2. p.^{te}, p. 115.
Cidões, geogr., sec. XV. Doc. in *Instit.*, t. 57, p. 512.
Cima de Caoso. Vidè **Caoso**.
Cimalias de Aljumaruta. Vidè **Aljumaruta**.
Cina, app. h., sec. XIII. *Arch. Port.*, XVI, p. 90.
Cira de Lupos, geogr., ?. *Elucid.*, I, 279. 1.^a cl.
Claustro, geogr., E. 1303. *Dissert. chron.*, I, 326 e 331.
Claveira, n. h. (?), E. 1240. Doc. in *Arch. Port.*, XIII, 268.
Clemenço (S.), geogr. *Canc. Vat.*, n.^o 807.
Cochela, geogr., sec. XIII. *Arch. Port.*, XVI, p. 91.
Côchusso, geogr., 1292. Doc. in *Rev. Lus.*, IX, 272.
Cocovado (S.), geogr., E. 1343. *Dissert. chron.*, V, p. 382.
Codaz, app. h. *Canc. Vat.*, n.^o 882.
Codesseyro. Vidè **Villa de**.
Coello, app. h. *Canc. Vat.*, n.^o 935.
Cogominho, app. h. *Canc. Vat.*, n.^o 303.
Cogominum, app. h., E. 1309. *Dissert. chron.*, III, 2.^a p.^{te}, p. 77.
Colheita. Vidè **Mancellos de**.
Collaride, geogr., 1272. Doc. in *Rev. Lus.*, IX, 268.
Colôsso, villar, sec. XIII (?). Doc. in *Instit.*, t. 57, p. 44 e 48.
Coluche, villa, 1181. *Elucid.*, I, 190, 2.^a cl.
Coluchi, castro, E. 1204. *Dissert. chron.*, III, p. 151.
Columbria (Coimbra), cidade, E. 1212. *Dissert. chron.*, III, p. 161.
Comeeira, geogr., E. 1385. Doc. in *Rev. Lus.*, XIII, 16.
Condo, app. h., E. 1345. *Dissert. chron.*, V, p. 386.
Conta, geogr., 1258. Inq. 316, 1.^a cl.
Conum de Serzelo, geogr., sec. XIII (?). *Instit.*, LVIII, p. 629.
Coomba de Roças. Vidè **Sancta Coomba de R.**
Cordouill, app. h., sec. XV. *Chr. do Condest.*, Cap. 67.
Cornelo, n. h., sec. XIII. Doc. in *Instit.*, t. 58, p. 174.
Cornes, app. h. *Canc. Vat.*, n.^o 1181.
Cornoalha, geogr. *Canc. Vat.*, n.^o 1007.
Corpo-delgado, app. h. *Canc. Vat.*, n.^o 938.
Correola, n. h. (?). *Canc. Vat.*, n.^o 1193.
Corroselo, geogr., sec. XIV (?). Doc. in *Instit.*, t. 58, p. 442.
Cortês, app. h., ?. Doc. in *Instit.*, t. 56, p. 695.

- Corticis.** Vidè **Valle de.**
Cortidis, geogr., 1258. Inq. 677, 1.^a cl.
Corza, app. m., sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 569.
Corzo, app. h., ?. Doc. in Institut., t. 56, p. 693.
Cos, rio (?), 1153. Doc. in Alcobaça illustr., p. 11.
Costis derribatis, geogr., 1258. Inq. 640, 2.^a cl.
* **Cotaes**... Doc. in Rev. Lus., XI, p. 88.
Cotelo, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 595.
* **Cotim**... App. h., 1435. Doc. in Institut., t. 56, p. 492.
Cotom, app. h., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 91.
Couardoo, geogr., 1458. Dissert. chron., I, 191.
Couelas, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Rev. Lus., XI, 93.
* **Couelo**... Doc. in Rev. Lus., XI, 91.
Couna, villa, 1181. Elucid., I, 190, 2.^a cl.—Chr. do Condest., cap. 27 e 28.
Courelias, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Rev. Lus., XI, 94.
Covas de Lapa, geogr., 1258. Inq. 372, 1.^a cl.
Covelinas, geogr., E. 1233. Dissert. chron., III, p. 193.
Covelho, app. h., E. 1212. Dissert. chron., III, p. 160.
Covelo, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 595.
Coxum, geogr., sec. XIII. Dissert. chron., V, p. 21.
Craestelo (S. Miguel de), E. 1333. Dissert. chron., V, p. 370.
Craste (S. Martinho de), geogr., E. 1233. Dissert. chron., III, p. 193 e 194.
Crasto (de Avellãs), geogr., 1144. Doc. in Institut., t. 56, p. 143.
Crecente e Crexente, geogr. Canc. Vat., n.^o 547 e 554.
Crespa, app. m. Canc. Vat., n.^o 1167.
Criveiro, geogr., E. 1228. Doc. in Arch. Port., XIII, 267.
Croyo (S.) de **Curvas**, geogr., E. 1325. Dissert. chron., V, p. 360.
Cruz, geogr., 1258. Inq. 440, 1.^a cl.
Cubel, app. h. Canc. Vat., n.^o 1143.
Cueugianes, geogr., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 91.
Cura, app. h. Canc. Vat., n.^o 1087.
* **Currellos**... Id., E. 1175. Dissert. chron., III, p. 112.
Curvas. Vidè **S. Croyo de.**

D

- * **Dade**... Canc. Vat., n.^o 1144.
Dambrea. Vidè **Ambrea**.
Dardeleyro, app. h. Canc. Vat., n.^o 933.
Darguiffe. Vidè **Arguiffe**.

- Dardia**, app. h. Canc. Vat., n.^o 709.
- Darmeia**, app. h. Canc. Vat., n.^o 669.
- Deganel**, n. h., E. 1223. Dissert. chron., III, p. 173.
- * **Deilam**... Doc. in Rev. Lus., XI, 91.
- Desconcieyro**, geogr., 1130. Doc. in Hist. de S. Domingos, p.^{te} III, L. VI, C. 2.^o
- Deylã**. Vidè **Deilam**.
- * **Diego**... Canc. Vat., n.^o 1124.
- Diz** (Díaz), app. h., 1429. Doc. in Hist. de S. Domingos, III, 181.
- Digne**, villa, sec. XIV (?). Doc. in Instit., t. 57, p. 382.
- Doïjz** (Dominguez), app. h., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 61.
- Domente** (ponte de). Vidè **Aldeolam** de.
- Domigiz**, app. h., 1277. Doc. in Rev. Lus., XI, 87 e 90.
- * **Domingas**... 1266. Doc. in Rev. Lus., IX, 267.
- Domingit**, app. h., 1266. Doc. in Rev. Lus., IX, 267.
- * **Domingo**... Canc. Vat., n.^o 1030.
- Dominicij**, app. h., 1278. Doc. in Rev. Lus., XI, 89.
- Donay**, aldeia, 1346. Doc. in Instit., t. 56, p. 332.
- Draue**, geogr., 1325. Doc. in Rev. Lus., XI, 92.
- Duraens**, app. h., 1316. Elucid., II, 243, 1.^a cl.
- Durãez**, app. h., 1406. Doc. in Arch. Port., XIII, 39.
- Duranca**, n. m., 1278. Doc. in Rev. Lus., XI, 90.
- Durduz**, n. h., sec. XV. Dissert. chron., V, p. 311.

E

- Edania**, geogr., E. 1237. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 114.—Id., 1.^a p.^{te}, p. 198.
- Edrosa**, villa, sec. XIII (?). Doc. in Instit., t. 57, p. 314.
- Egitania Nova**, villa, 1206. Elucid., II, 13, 1.^a cl.
- Egrijó**. Vidè **Grijó**.
- Egu**, app. h., E. 1271. Dissert. chron., V, p. 347.
- Eidanha**, geogr., sec. XIV. Doc. in Arch. Port., XIV, 162.
- * **Eidania** (e não **Eidamia**)...
- Eixas**, geogr. (?), 1458. Dissert. chron., I, 195.
- Eixeminis**, app. h., sec. XIII (?). Doc. in Instit., t. 57, p. 313.
- Elbis**, geogr., sec. XII (?). Elucid., I, 477, 2.^a cl., e II, 364, 2.^a cl.
- Elexo** (Sancto), n. h., sec. XIV. J. Cornu, *Anciens textes port.*, p. 32.
- Elmunimo**, n. h., E. 1217. Dissert. chron., III, p. 167.
- * **Elvas**... Id., E. 1300. Dissert. chron., V, p. 340.
- Elvis**, geogr., E. 1293. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 72.

Enegia. Vidè **Terridorium E.**

Engeytado, app. h. Canc. Vat., n.^o 558.

* **Enxobregas...** *Vita Christi*, apud. Mem. de literat. port., VIII, 57.

Ermegildo, geog., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 595.

Eruones, villa, sec. XIII. Institut., LVIII, p. 562 e 565.

* **Ervas tenras...** Elucid., II, 321, 2.^a cl.—Dissert. chron., V, 381.

Ervedosa, aldeia, 1319. Doc. in Institut., t. 56, p. 329 e 331.

Erygo, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 595.

Escalho, app. h. Canc. Vat., n.^o 984 e 1026.

Escamaran. Vidè **Santa Maria de.**

Escarral, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Institut., t. 58, p. 442.

Esga (Santa Maria de), geogr., sec. XIV (?). Doc. in Rev. Lus., XI, 95.

Esmar, rei sarrac., E. 1177. Dissert. chron., III, p. 117.

Esmarado, Esmerado e Asmarado, n. h., sec. XIV. J. Cornu, *Anciens textes port.*, p. 7, 5 e 8.

Esmolea Douro, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.

Espada cinta (frexeno de), geogr., sec. XII. Institut., LVIII, p. 560 e 561.
Vidè **Freixo de.**

Espeda, app. h., sec. XII. Dissert. chron., V, p. 7.

Espinel, app. h., 1277. Doc. in Rev. Lus., XI, 87.

Espiunca, app. h., E. 1425. Dissert. chron., II, 257.

Esqualos, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.

Esquyo, app. h. Canc. Vat., n.^o 899 e 1137.

Estaturão, app. h. Canc. Vat., n.^o 1183.

Esteuãez, app. h., 1254. For. Beja. Leg. 644.

Esteuãia, n. m., 1277. Doc. in Rev. Lus., IX, 270.

Esteuaiz, app. h., 1277. Doc. in Rev. Lus., XI, 87.

Estevêz, app. h., E. 1377. Dissert. chron., V, p. 288.

Estevoo, n. h., E. 1355. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 120.

Estêz, app. h., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 61 e 68.

* **Estrenia...** Ined. de hist. port., IV, 614.

* **Esturas...** Canc. Vat., n.^o 1091.

Eufrosina e Oufrosina, n. m., sec. XIV. J. Cornu, *Anciens textes port.*, p. 4.

Exanes, geogr., E. 1303. Dissert. chron., I, 329.

Exche, n. h., sec. XV. Ined. de hist. port., V, 609.

Eydaya, geogr., sec. XIII. Institut., LVIII, p. 489.

Eymede (?), geogr., E. 1181. Dissert. chron., III, p. 125.

Eyrooez, app. h., E. 1380. Dissert. chron., V, p. 37.

Eygrejoo, geogr., 1275. Doc. in Rev. Lus., XI, 86.

F

- Faaram**, geogr., 1484. *Dissert. chron.*, I, 214.
 * **Faarom**... Id., E. 1378. *Dissert. chron.*, V, p. 396.
Fabarel, villa, E. 1194. *Dissert. chron.*, III, 2.^a p.^{te}, p. 52 e 53.
Fabiolla, n. m., sec. XIV (?). *Benfeit.*, p. 161.
Facalamil, geogr., sec. XIII. *Arch. Port.*, XVI, p. 90 e 91.
Fādilhaaes, geogr., 1458. *Dissert. chron.*, I, 195.
Fafaie, app. h., ?. *Doc. in Instit.*, t. 56, p. 698, e t. 58, p. 179.
Fafes, app. h. *Canc. Vat.*, n.^o 927.
 * **Fagiam**... *Geogr.*, 1237. *Leg.* 624.
Fagundit, app. h., 1273. *Doc. in Rev. Lus.*, IX, p. 270.
Fagundo (S.), geogr. *Canc. Vat.*, n.^o 1090 e 1135.
Failde, geogr., 1287. *Doc. in Instit.*, t. 56, p. 266.
Failli (Failde), geogr., 1221. *Doc. in Instit.*, t. 56, p. 202.
Falleiro, app. h., E. 1458. *Dissert. chron.*, III, 2.^a p.^{te}, p. 183.
Fandinhaens, geogr., E. 1340. *Dissert. chron.*, V, p. 37.
Fanes, villa, sec. XIII. *Doc. in Instit.*, t. 58, p. 177.
Fanripas, app. h., E. 1230. *Dissert. chron.*, I, 276.
 * **Faria**... App. h., E. 1240. *Doc. in Arch. Port.*, XIII, 268.
 * **Farinha**... 1268. *Elucid.*, II, 72, 1.^a cl.
Fariza, geogr. *Canc. Vat.*, n.^o 1157.
Farlaens, geogr., sec. XIII. *Dissert. chron.*, V, p. 28.
Farripas, app. h., sec. XIII. *Dissert. chron.*, V, p. 18.
 * **Fascha**... Id., E. 1332. *Dissert. chron.*, V, p. 367.
Fauzelas, geogr., sec. XIV (?). *Doc. in Rev. Lus.*, XI, 94.
Favile, app. m., sec. XIII. *Dissert. chron.*, V, p. 27.
Fayaão (S. Martinho de), geogr., 1346. *Doc. in Instit.*, t. 56, p. 332.
 * **Fazalamir**... Id., E. 1229. *Dissert. chron.*, III, p. 188.
Fazamões, geogr., sec. XIV. *Ined. de hist. port.*, IV, 584 e 595.
Feanes, geogr., sec. XIII. *Instit.*, LVIII, p. 563, 564 e 627.
Fedegadafe, geogr., 1193. *Elucid.*, II, 28, 1.^a cl.
Feirol. *Vidè Vallem de.*
 * **Felizes** (S.)... *Canc. Vat.*, n.^o 1135.
 * **Felmir**... *Geogr.*, 1144. *Doc. in Instit.*, t. 56, p. 144.
 * **Feeo**... *Doc. in Rev. Lus.*, XI, 87.
Feolosa (regueiro de), 1187. *Doc. in Instit.*, t. 56, p. 200.
Feremucia, villa, E. 1208. *Dissert. chron.*, V, p. 43.
Fernan, n. h. *Canc. Vat.*, n.^o 1026 e 1088.
Fermil, aldeia, 1435. *Doc. in Instit.*, t. 56, p. 490.
Ferragudo, geogr., E. 1238. *Doc. in Arch. Port.*, XIII, 260.

- Ferrando**, rei, E. 1194. Dissert. chron., III, p. 141.
 * **Ferrarius**... App. h., E. 1228. Doc. in Arch. Port., XIII, 267.
Ferreira d'Aves, geogr., E. 1175. Dissert. chron., III, p. 112.
Ferrocan, monte, 1185. Elucid., II, 355, 2.^a cl.
Fiez, app. h., sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 316.
Figueiredo dalua, geogr., sec. XIV. Doc. Rev. Lus., XI, 94.
Figueiroo, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
Fiiz, n. h., 1273. Doc. in Rev. Lus., IX, 270.
Fijz (Terra de San), geogr., 1278. Doc. in Rev. Lus., XI, 90.
Filgusela, geogr., 1182. Elucid., I, 430, 1.^a cl.
Filico, app. h., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 91.
Fisga. Vidè **Caneyros de**.
Foce de Pega, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
Foladela, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Rev. Lus., XI, 94.
Folhete, app. h. Canc. Vat., n.^o 386.
* **Fonseca**... Geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 584.
Fonte arcadinha, geogr., E. 1334. Dissert. chron., V, p. 373.
Fonte da Tarjona, geogr., 1187. Doc. in Institut., t. 56, p. 200.
Fonte de Anzo. Vidè **Anzo**.
Fonte de Felmiro, geogr., 1150. Elucid., II, 32, 1.^a cl.
Fonte delgosello, geogr., 1187. Doc. in Institut., t. 56, p. 201.
Fonte do Cortiço, geogr., E. 1343. Dissert. chron., V, p. 381.
Fonte d'Onega, geogr., 1379. Elucid., Suppl., p. 28, 1.^a cl.
* **Fontemanha**... Id., E. 1248. Dissert. chron., III, p. 212.
Formil, geogr., 1498. Doc. in Institut., t. 56, p. 568.
Foza, app. h. Canc. Vat., n.^o 1161.
Fraceira, geogr., E. 1343. Dissert. chron., I, p. 294 e 296.
Fradellos, geogr., E. 1386. Dissert. chron., V, p. 297.
Fradeyçon, geogr., 1287. Doc. in Institut., t. 56, p. 266.
Fraigenide, n. h., 1061. Elucid., II, 284.
Fraixino, geogr., sec. XII. Dissert. chron., V, p. 6.
* **Frausto**... N. h., E. 1385. Doc. in Rev. Lus., XIII, 15.
Frauezela, villa, sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 58, p. 246.
Fraxineta, geogr., E. 1167. Doc. in Arch. Port., XIII, 265.
Frayão, app. h., sec. XIII. Dissert. chron., V, p. 28.
Freã, app. h., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 61.
Freamuzca, geogr., E. 1302. Disseft. chron., V, p. 70.
Frechas, geogr., ?. Doc. in Institut., t. 56, p. 692.
Fregaaes, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 595.
Freixeel (Sancta Maria de), geogr., sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 58, p. 246.

- Freiximil**, geogr., 1508. Elucid., Suppl., s. v. **Beilhoos**.
Freixiosa, geogr., 1187. Doc. in Instit., t. 56, p. 201.
*** Freixo de Espadacinta**... Dissert. chron., I, 241.
Fremucia, geogr., E. 1330. Dissert. chron., V, p. 43.
Frenelis, geogr., E. 1309. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 77.
Fresnedas, geogr., E. 1299. Doc. in Rev. Lus., XIII, 10.
Freyxenho, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 592.
Frielas, geogr., E. 1333. Dissert. chron., V, p. 369.
Frieyra, geogr., 1287. Doc. in Instit., t. 56, p. 266 e 326.
Frimusinho, app. h., 1458. Dissert. chron., I, 196.
Frol. Vidé **Vila Frol**.
Frocen, n. h., E. 1217. Dissert. chron., III, p. 168.
*** Froes**... E. 1225. Elucid., I, 456, 2.^a cl.
Frolença, cidade, sec. XV. Chr. Inf. D. Fern., p. 21.
Froyle, app. h., sec. XIII. Doc. in Instit., t. 58, p. 174.
Frunyli, app. h., sec. XIII. Dissert. chron., V, p. 27.
Fuas, n. h., 1296. Doc. in Rev. Lus., IX, 274.
Fujo lobal, geogr., E. 1298. Dissert. chron., I, 277.
Fulco, app. h., sec. XIII. Dissert. chron., V, p. 7.
Fuleonis, app. h., 1239. Elucid., II, 368, 1.^a cl.
Furada. Vidé **Porto da**.
Furatorio, ribeiro, 1153. Doc. in Alcobaça illustr., p. 11.

G

- Gadim**, geogr., E. 1343. Dissert. chron., I, p. 296.
Gaiol (Paços de), geogr., E. 1436. Dissert. chron., I, 173.
Gavim, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Rev. Lus., XI, 95.
Gajollo (Paços de), geogr., 1458. Dissert. chron., I, 195.
Galafura, monte, 1163. Elucid., I, 466, 2.^a cl.
Galdramis, geogr., ?. Doc. in Instit., t. 56, p. 703.
Galego, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
Galisteo, n. h. Canc. Vat., n.^o 701 e 861.
Galo, app. h. Canc. Vat., n.^o 1094.
Gamardos, geogr., 1290. Elucid., Suppl., p. 43, 1.^a cl.
Garcez, app. h., 1484. Dissert. chron., I, 210.
Garcia, app. h. Canc. Vat., n.^o 1022.
*** Garfães**... Id., E. 1369. Dissert. chron., V, p. 282.
Garganta de olmos, geogr., 1153. Doc. in Alcobaça illustr., p. 11.
*** Gato**... Id., séc. XII. Dissert. chron., V, p. 35.
*** Gaudinas**... Doc. in Arch. Port., XIII, 266.

- Gaufrido**, n. h., 1169. *Elucid.*, II, 360, 1.^a cl.
- Gauirē**, geogr., sec. XIV (?). Doc. in *Rev. Lus.*, XI, 95.
- Gavinhos**, geogr., E. 1340. *Dissert. chron.*, V, p. 377.
- * **Gaya**... Doc. in *Rev. Lus.*, XI, 86.
- Gayna**, n. m., sec. XIV (?). Doc. in *Instit.*, t. 58, p. 446.
- Gayollos**, geogr., 1374. Doc. in *Arch. Port.*, XIV, 140.
- Gedar**, app. h., sec. XIII. Doc. in *Instit.*, t. 58, p. 168.
- Geemondy**, geogr., sec. XIV. *Ined. de hist. port.*, IV, 595.
- * **Geens**... Id., E. 1233. *Dissert. chron.*, V, p. 91.
- Genaro**, n. h., 1435. Doc. in *Instit.*, t. 56, p. 493.
- Genete**, geogr., E. 1343. *Dissert. chron.*, I, p. 296.
- Genta**, app. m. *Canc. Vat.*, n.^o 1049.
- Germady**, geogr. (?), E. 1386. *Dissert. chron.*, V, p. 292 e 293.
- * **Germanello**... Id., E. 1180. *Dissert. chron.*, III, p. 123.
- Getim**, geogr., E. 1233. *Dissert. chron.*, V, p. 92.
- Ghurgo**, n. h., 1418. *Elucid.*, II, 255, 1.^a cl.
- * **Gibaltar**... Id., sec. XV. *Chr. do Condest.*, Cap. 78.
- Gilbertus**, bispo, E. 1167. *Dissert. chron.*, III, p. 95.
- Gilelme**, n. h., 1296. Doc. in *Rev. Lus.*, IX, 274.
- Gimonde**, geogr., 1459. Doc. in *Instit.*, t. 56, p. 562.
- Giraldo** (sine pavore), n. h., E. 1204. *Dissert. chron.*, p. 151.
- Gitim**, geogr., E. 1179. *Dissert. chron.*, V, p. 47.
- Godijz**, app. h., 1273. Doc. in *Rev. Lus.*, IX, 269.
- * **Godim**... Id., E. 1245. *Dissert. chron.*, III, p. 205.
- Godinhaços**, geogr., 1406. Doc. in *Arch. Port.*, XIII, 39.
- Goes**, geogr., sec. XIII. *Arch. Port.*, XVI, p. 91.
- Goide**, geogr., 1435. Doc. in *Instit.*, t. 56, p. 490.—E. 1237. *Dissert. chron.*, III, 2.^a p.^{te}, p. 114.
- Goiol**, n. h. (?), E. 1206. *Dissert. chron.*, III, p. 54.
- Goirē**, geogr., sec. XIV (?). Doc. in *Rev. Lus.*, XI, 95.
- Golegam**, geogr., E. 1340. *Dissert. chron.*, V, p. 377.
- Golparro**, app. h. *Canc. Vat.*, n.^o 872.
- Gomizo**, n. h., 1112. *Elucid.*, II, 152, 2.^a cl.
- Gonarteme**, app. h., 1493. *Dissert. chron.*, V, p. 316.
- Gordinaes**, geogr., 1277. Doc. in *Rev. Lus.*, XI, 87.
- Gordom** (Guardão), geogr., E. 1215. *Dissert. chron.*, III, p. 164.
- Gostey**, geogr., 1290. Doc. in *Instit.*, t. 56, p. 271.
- Götigē**, geogr., 1272. Doc. in *Rev. Lus.*, XI, 85.
- * **Goto**... Id.; sec. XII. *Dissert. chron.*, V, p. 35.
- Gouary**, geogr., 1325. Doc. in *Rev. Lus.*, XI, 92.
- Gouvea**. *Vidè Terra de.*

- Gouvelia**, geogr., E. 1194. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 53.
Goyello (Paços de), geogr., 1491. Dissert. chron., I, 216.
Goyos, geogr., sec. xv. Chr. do Condest., Cap. 68 e 73.
Graal, app. h., sec. XIII. Dissert. chron., V, p. 21.
Grauiell, n. h., 1458. Dissert. chron., I, 196.
Gregorez, app. h., E. 1376. Doc. in Arch. Port., X, 316.
Grijoo de Parada, geogr., 1435. Doc. in Instit., t. 56, p. 490.
Grim, app. h., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 92.
Grougalete, app. h. Canc. Vat., n.^o 976.
Guardão, geogr., E. 1245. Dissert. chron., III, p. 209.
Gubi (S.^{ta} Maria de), geogr., E. 1208. Dissert. chron., III, p. 157.
Gudeiros, villa, sec. XIII (?). Instit., LVIII, p. 685.
* **Guedelha**... Id., E. 1378. Dissert. chron., V, p. 396.
Guidintesta, geogr., 1194. Elucid., II, 26, 1.^a cl.
Guilhade, geogr. e app. h. Canc. Vat., n.^o 343.
Guinea, geogr., 1487. Doc. in Hist. de S. Dom., III, 250.
Guitim, geogr., sec. XII. Dissert. chron., V, p. 48.
Gulfarus, app. h., sec. XIII. Dissert. chron., V, p. 28.
* **Gulias**... Elucid., Suppl., p. 44, 2.^a cl.
Gundim, geogr., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 91.
Guyanes, geogr., E. 1240. Dissert. chron., III, p. 201.
Guyndays, geogr., E. 1345. Dissert. chron., V, p. 386.
Gymbral, geogr., E. 1345. Dissert. chron., V, p. 386.

H

- Hermigit**, app. h., 1325. Doc. in Rev. Lus., XI, 92.

I

- Ieda**, geogr., 1287. Doc. in Instit., t. 56, p. 265.
Idrosa, geogr., sec. XIII (?). Doc. in Instit., t. 57, p. 313.
Ifanes, villa, ?. Doc. in Instit., t. 56, p. 699, e t. 58, p. 167.
Igulina, n. m. (?), sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 639.
* **Ildefonsus**... Infante, E. 1174. Dissert. chron., III, p. 111 e 114.
Incolás, n. h. Canc. Vat., n.^o 1116.
Infurcadas, geogr., sec. XII (?). Elucid., II, 30, 2.^a cl.
Iniguez, app. h., sec. XV. Doc. in Instit., t. 57, p. 510.
Iohannizi e Iohannaei, app. h., 1037. L. Preto. Dipl., p. 181.
Isaque, n. h., sec XIV. Côrte Imp., p. 250.—E. 1395. Dissert. chron., I, 305.

- Isindo**, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Institut., t. 58, p. 441 e 442.
Iuyaez, app. h., 1298. Doc. in Rev. Lus., IX, 276.
Izeda, geogr., 1287. Doc. in Institut., t. 56, p. 265 e 333.
Izei, geogr., 1287. Doc. in Institut., t. 56, p. 266.

J

- Jacome**, n. h., 1493. Dissert. chron., v, p. 315.
 * **Jales**... Id., E. 1291. Dissert. chron., v, p. 346.
Jograr, n. h. Canc. Vat., n.º 941.
Josep, n. h. Canc. Vat., n.º 920.
 * **Jovim**... Id., sec. XII. Dissert. chron., v, p. 31 e 91.
Juilham, geogr. (?). Canc. Vat., n.º 720 e 723.
Juncales, geogr., E. 1240. Doc. in Arch. Port., XIII, 268.
Jusardy, app. h., 1435. Doc. in Institut., t. 56, p. 492.
Jusarte, app. h., 1435. Doc. in Institut., t. 56, p. 488.

K

- Raijs**, geogr., E. 1167. Doc. in Arch. Port., XIII, 265.
Rambres (S. Martino de), geogr., 1199. Elucid., I, 366, 2.ª cl.

L

- Labadino**, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
Labuzam, geogr., sec. XIII. Institut., LVIII, p. 565 e 570.
Lacona, geogr., sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 683.
Laconam de Merlizo, sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
 * **Laedra**... 1287. Doc. in Institut., t. 56, p. 270.
Lafres, geogr., 1278. Doc. in Rev. Lus., XI, 88.
Lamas de Podence, geogr., 1435. Doc. in Institut., t. 56, p. 490.
Lamegal, geogr., sec. XIII. Dissert. chron., v, p. 51.
Langam, geogr., 1435. Doc. in Institut., t. 56, p. 490.
Lapa de Alqueyram, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
Lapa de Mazanas, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
Lapa de Redouza, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
Larouco, app. h. Canc. Vat., n.º 214.
Latedo, geogr., 1187. Doc. in Institut., t. 56, p. 201.
Lavacolhos e Lavacollos, geogr., 1190. Leg. 507 e 1228.
Lavacolozinos, geogr., 1257. Leg. 675.
Lavalho. Vidè Carril da Fonte de.

- Lavalo**, monte, sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 190 e 191.
Laveiras. Vidè **Soveral de**.
- Laviados**, villar, sec. XIV. Doc. in Institut., t. 56, p. 703, e t. 57, p. 441.
- Lavorados**, geogr., E. 1230. Dissert. chron., I, 276.
- Lavoriza**, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
- * **Lebor**... App. h., E. 1377. Dissert. chron., V, p. 287.
- * **Leedra**... Doc. in Institut., t. 56, p. 331.
- * **Leirenæ**... Id., E. 1173. Dissert. chron., III, p. 111.
- * **Leitom**... Id., E. 1377. Dissert. chron., V, p. 286.
- Lemus**, geogr. Canc. Vat., n.º 945.
- Leonardus**, n. h., sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 627.
- Lerea**, geogr., E. 1331. Dissert. chron., V, p. 366.
- Leuter**, n. h. Canc. Vat., n.º 858.
- Lever (S. André de)**, geogr., E. 1179. Dissert. chron., V, p. 56.
- Leyte coyto**, geogr., 1296. Doc. in Rev. Lus., IX, 274.
- Lias**, app. h. Canc. Vat., n.º 945 e 1145.
- Libiadas**, geogr., sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 318.
- Limaãos**. Vidè **Villar de**.
- Linus**, app. h., E. 1240. Doc. in Arch. Port., XIII, 269.
- Liomil e Loimil**, geogr., sec. XV (?). Ined. de hist. port., V, 609.
- * **Lixbõa**... Chr. Inf. D. Fern., p. 22.
- Liziram de taalijs**. Vidè **Taalijs**
- Lobeilhie (S.ª Maria de)**, geogr., E. 1355. Dissert. chron., III, p. 121.
- * **Lobeira**... Canc. Vat., n.º 998.
- * **Lobom**... Geog., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 91.
- Lobrigos**, geogr., E. 1221. Dissert. chron., III, p. 170.
- Locaya (Sancta)**, geogr., 1278. Doc. in Rev. Lus., XI, 90.
- Lodonis**, villa, sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 679.
- Lofyo**, app. h., E. 1303. Dissert. chron., I, p. 289.
- Loimil**. Vidè **Liomil**.
- Lombo do Abroteal**. Vidè **Abroteal**.
- Longrobia**, geogr., 1218. For. Villarinho. Leg. 582.
- Looriz**, geogr., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 92.
- Lorego**. Vidè **Torre de**.
- Lorrerios**, geogr., sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 47.
- Louço**, app. h. Canc. Vat., n.º 952.
- Loulle**, geogr., 1277. Doc. in Rev. Lus., IX, 270.
- Lourizeira**, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
- Lourosela (Casal de)**, geogr., 1275. Doc. in Rev. Lus., XI, 86.
- Loyones**, geogr., sec. XIII. Dissert. chron., V, p. 26.
- Luba**, n. m., E. 1240. Doc. in Arch. Port., XIII, 268.

- Lueda e Luëda**, geogr., E. 1386. Dissert. chron., v, p. 93, 292, 296 e 297.
Luzedo, villa, sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 485.
Luzia, n. m. Canc. Vat., n.º 962 e 1017.
Luzio, app. h., 1240. Doc. in Arch. Port., XIII, 268.

M

- Maçaãs**, río, 1187. Doc. in Institut., t. 56, p. 200.
Macanae, río, 1145. Doc. in Institut., t. 56, p. 199.
Maçanieira, app. h., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 614.
Maceda de Mato, geogr., ?. Doc. in Institut., t. 56, p. 690.
Maceeda de mato, villa, sec. XIII. Institut., LVIII, p. 680 e 681.
***Maçia...** N. h. Canc. Vat., n.º 919.
Maciata, geogr., E. 1320. Dissert. chron., v, p. 353.
Macinhata, geogr., E. 1340. Dissert. chron., v, p. 54.
Maçorra, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 595.
Macricius e Magricius, n. h., 1144. Doc. in Institut., t. 56, p. 143 e 144.
***Madanella...** Leal Conselh., p. 223 e 224.
Maeizenssa, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Rev. Lus., XI, 93.
Mafomede, n. h. Canc. Vat., n.º 572.
Mafra, geogr., E. 1221. Dissert. chron., III, p. 171.
Magaaes, geogr., 1458. Dissert. chron., I, 191.
Magadouro, geogr., E. 1310. Dissert. chron., III, p. 78.
Magricius. Vidê **Maericius**.
Magritius, n. h., 1278. Doc. in Institut., t. 56, p. 269 e 334.
Mais (Aldeia de), geogr., 1463. Dissert. chron., I, 198.
Malada, villa, ?. Doc. in Institut., t. 56, p. 695, e t. 58, p. 169.
Maladas, geogr., E. 1346. Dissert. chron., v, p. 389.
Malapadus, geogr., 1296. Doc. in Rev. Lus., IX, 274.
Malecabrom, geogr., E. 1343. Dissert. chron., v, p. 382.
Maldade, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
Malena, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 89.
Malsola, app. h., E. 1385. Doc. in Rev. Lus., XIII, 15.
***Mamede...** Geogr. Canc. Vat., n.º 873.
Mancela, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
Mancellos de Colheita, geogr., E. 1246. Dissert. chron., III, p. 210.
Manguelas, geogr., E. 1325. Dissert. chron., v, p. 359.
Manoalde, geogr., sec. XII. Dissert. chron., v, p. 33.
Mansilino, app. h., E. 1303. Dissert. chron., I, 328.
Mantela, app. h., 1298. Doc. in Rev. Lus., IX, 276.
Manzalvos, villa, sec. XIV. Doc. in Institut., t. 57, p. 447.

- Manzer**, rio, 1144. Doc. in Institut., t. 56, p. 143.
- Mar**, app. h., E. 1233. Dissert. chron., v, p. 92.
- Maranio**, app. h., sec. XII. Dissert. chron., v, p. 29.
- Marco**, n. h. Canc. Vat., n.º 997.
- Mariz**, app. h. Canc. Vat., n.º 940.
- Martinchel**, geogr., 1462. Doc. in Arch. Port.; XIV, 144.
- Martinus**, n. h., E. 1183. Dissert. chron., III, p. 126.
- Mascarenas**, villa, ?. Doc. in Institut., t. 56, p. 690 e 694.
- Mascarenhas**, geogr., E. 1328. Dissert. chron., v, p. 361.
- Mascarona**, villa, ?. Doc. in Institut., t. 56, p. 691.
- Mateu**, app. h. Canc. Vat., n.º 1115.
- Mathilda**, rainha, E. 1188. Dissert. chron., III, p. 133 e 134.
- Matille**, rainha, E. 1187. Dissert. chron., III, p. 132.
- Maurilhy**, geogr., E. 1341. Dissert. chron., I, p. 292.
- Mayros**, villa, sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 569.
- Mazanas de S. Carrizo**, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
- Mazzolas**, geogr., 1260. Doc. in Rev. Lus., IX, 264.
- Mediz**, app. h., sec. XII. Dissert. chron., v, p. 15.
- Mêe**, n. h., 1278. Doc. in Rev. Lus., XI, 88.
- Meéga**, geogr., 1238. Doc. in Arch. Port., XIII, 268.
- Meem Corvo**. Vidè Torre de.
- Meendinho**, n. h. Canc. Vat., n.º 438.
- Meinedo** (S.º Tirso de), geogr., sec. XII. Dissert. chron., v, p. 34.
- Meixooées**, geogr., 1452. Doc. in Arch. Port., XII, 357.
- Mejouchi**, app. m. Canc. Vat., n.º 1199.
- * **Melendiz**... Id., E. 1235. Dissert. chron., III, p. 196.
- Melom**, app. h., 1346. Doc. in Institut., t. 56, p. 332.
- Meogo**, app. h. Canc. Vat., n.º 787 e 789.
- * **Merlim**... N. h. Canc. Vat., n.º 930.
- Merlizo**. Vidè Lacona de.
- Merllees**, geogr., 1452. Doc. in Arch. Port., XII, 357.
- Meyxhimil**, geogr., E. 1326. Dissert. chron., v, p. 52.
- Migaelliz**, app. h., 1225. Doc. in Institut., t. 56, p. 202.
- Migééiz**, app. h., 1278. Doc. in Rev. Lus., XI, 91.
- Migéél**, n. h., 1277. Doc. in Rev. Lus., XI, 87.
- Migidi**, geogr., E. 1233. Dissert. chron., v, p. 92.
- Miguell** (S.) de veere, geogr., 1458. Dissert. chron., I, 196.
- Migueyros**, n. h., 1278. Doc. in Rev. Lus., XI, 88.
- Mijz** (Martinz), app. h., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 64.
- Milaão**, geogr., 1187. Doc. in Institut., t. 56, p. 201.
- Milhão**, geogr., 1287. Doc. in Institut., t. 56, p. 266.

- Milhãs**, geogr. Canc. Vat., n.^o 1042.
- Minom**, n. h., E. 1230. Dissert. chron., I, p. 276.
- Mira**, geogr., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 93.
- Mocaiz**, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
- Moimenta de Zurara**. Vidè Zurara.
- Molarino**, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
- Mondelos**, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Rev. Lus., XI, 94.
- Monjardim**, geogr., E. 1334. Dissert. chron., V, p. 82.
- Monpiler**, geogr. Canc. Vat., n.^o 1073.
- Monpilher**, geogr. Canc. Vat., n.^o 1195.
- Monpirlé**, geogr., sec. XV. Benfeite., p. 153.
- Monsalude**, geogr., E. 1238. Doc. in Arch. Port., XIII, 260.
- Monserraz**, geogr. Canc. Vat., n.^o 960.
- Montalvo de Sor**, geogr., E. 1237. Dissert. chron., III, p. 198.
- Montargill**, geogr., E. 1343. Dissert. chron., I, p. 295.
- Monte de Argemundaus**, geogr., E. 1248. Dissert. chron., III, p. 211.
- Monte de carvalhaes**, geogr., 1370. Doc. in Institut., t. 56, p. 335.
- Monte de cativos**, geogr., E. 1386. Dissert. chron., V, p. 293.
- Monte Desteyro**, geogr., E. 1320. Dissert. chron., V, p. 353.
- Monte virgem**, geogr., E. 1325. Dissert. chron., V, p. 359.
- Montemel**. Vidè Bornes de.
- * **Montenegro**... Vidè Villa boa de.
- Montezinhos** (villar de), sec. XIV (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 439.
- Montouto**, villa, sec. XIV. Doc. in Institut., t. 57, p. 382, e t. 58, p. 443 e 444.
- Mordefay**, app. h., 1144. Doc. in Institut., t. 56, p. 137.
- Morêdo**, geogr., ?. Doc. in Institut., t. 58, p. 701.
- Moronços**, geogr., E. 1325. Dissert. chron., V, p. 359.
- Mouçôas**, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 571.
- Moumys**, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 595.
- Mouraix**, app. h., E. 1256. Dissert. chron., III, p. 119.
- Mourella**, geogr., sec. XIV. Doc. in Institut., t. 57, p. 439.
- Mourouças**, app. h., 1496. Dissert. chron., I, 182.
- Moxa**, app. h. Canc. Vat., n.^o 470 e 472.
- Moyxagata**, geogr., sec. XIV. Doc. in Arch. Port., XIV, 162.
- Muçamedes**, villa, E. 1171. Dissert. chron., III, p. 108.
- Mûge e Mûges**, app. h., 1277. Doc. in Rev. Lus., XI, 87.
- * **Muhia**... Id., E. 1179. Dissert. chron., I, p. 121.
- * **Muja**... Id., E. 1342. Dissert. chron., V, p. 379.
- Mûja**, geogr., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 23.
- Murtego**, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.

Musgus, geogr., E. 1303. Dissert. chron., I, p. 287.

Mylham. Vidè **Val de prados de**.

Mylhão, app. h., 1370. Doc. in Institut., t. 56, p. 335.

IN

Nacho, app. h., sec. XIII. Doc. in Institut., t. 58, p. 176.

Nadaaes, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 595.

Nadees de Cima de Villa, geogr., E. 1329. Dissert. chron., V, p. 362.

Nadivis, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI. p. 91.

Nadraue. Vidè **Draue**.

Navalha, app. h., 1269. Doc. in Rev. Lus., IX, 267.—Dissert. chron., I, 295.

Nebula, app. h., sec. XIII (?). Dissert. chron., V, p. 27.

Negraeda, geogr., 1287. Doc. in Institut., t. 56, p. 266, e t. 57, p. 315.

Negreda, aldeia, 1340. Doc. in Institut., t. 56, p. 332.

Neriloo, villa, 1458. Disssert. chron., I, p. 196.

Nodar, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Rev. Lus., XI, 93.

Noder, geogr., E. 1238. Doc. in Arch. Port., XIII, 260.

Noel (Noé), n. h., sec. XIV. Côrte imp., p. 189.

Nogana, ribeiro, 1130. Doc. in Hist. de S. Dom., P. 3.^a, L. VI, C. 2.^o

Noz, villa, sec. XIV. Doc. in Institut., t. 57, p. 441.

O

Oane (San), n. h., E. 1333. Dissert. chron., V, p. 371.

Ochom, app. h., sec. XIV. Doc. in Ined. de hist. port., XIV, p. 639.

Ocrês e Ocrez, geogr. Canc. Vat., n.^o 1132.

Odero, n. h., E. 1086. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 39.

Odivelas, geogr., E. 1331. Dissert. chron., V, p. 366.

Ordaes, herdade, E. 1230. Arch. Port., XVI, p. 88 e 89.

Ordeaes, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.

* **Ordiales**... E. 1228. Doc. in Arch. Port., XIII, 267.

* **Ordonhes**... Canc. Vat., n.^o 1203.

Ormää, geogr. Canc. Vat., n.^o 944.

Orolo, geogr., 1287. Doc. in Institut., t. 56, p. 267.

Osilham, geogr., 1287. Doc. in Institut., t. 56, p. 267.

Osilhom, geogr., 1498. Doc. in Institut., t. 56, p. 268.

Ospassandi, geogr., E. 1333. Dissert. chron., V, p. 370.

Ota, geogr., E. 1227. Dissert. chron., III, p. 184.

Oucidres, villa, sec. XIII. Institut., LVIII, p. 567.

Oufrosina. Vidè **Eufrosina**.

Ouric, geogr., E. 1177. Dissert. chron., III, p. 117. Vidè **Aulic**.

Ousezares, villa, sec. XIII. Instit., LVIII, p. 563 e 629.

Outer de Miranda, geogr., 1435. Doc. in Instit., t. 56, p. 491.

Outer de Moás, geogr., 1287. Doc. in Instit., t. 56, p. 271.

Ouzilhom (S. André), geogr., 1346. Doc. in Instit., t. 56, p. 332.

Ovedo, geogr. Canc. Vat., n.^o 1091.

Ovelioa, geogr., E. 1234. Dissert. chron., III, p. 194.

Ovos, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.

Ozeeira, geogr., 1287. Doc. in Instit., t. 56, p. 265.

Ozoyo, geogr., 1435. Doc. in Instit., t. 56, p. 490.

P

Paaçoo de Sousa, geogr., E. 1458. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 141.

Paaia (=Pelagia), n. m., sec. XIV (?). Códice alcob., n.^o 266, no Archivo da T. do Tombo.

Páait, app. h., 1325. Doc. in Rev. Lus., XI, 92.

* **Pachaco**... Canc. Vat., n.^o 1080.

* **Pacheco**... Canc. Vat., n.^o 1088.

Paciez, app. h. Canc. Vat., n.^o 1144.

Paçoo, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, 592.

Paçoos, aldeia, 1346. Doc. in Instit., t. 56, p. 332.

Padroa, geogr. Canc. Vat., n.^o 1145.

* **Padrom**... App. h. Canc. Vat., n.^o 563.

* **Padrozelos** ... Doc. in Rev. Lus., XI, 92 e 94.

Palhavam, app. h., E. 1343. Dissert. chron., I, p. 295.

Pallaçoillo, geogr., 1370. Doc. in Instit., t. 56, p. 335.

Paradias (S. Michael de), geogr., sec. XIII. Doc. in Instit., t. 58, p. 179.

Paradiôs, geogr., sec. XIII (?). Doc. in Instit., t. 57, p. 46.

Paradina, geogr., 1187. Doc. in Instit., t. 56, p. 201.

Paradinha, aldeia, 1346. Doc. in Instit., t. 56, p. 332.

Paredinhas, geogr., sec. XIV (?). Ined. de hist. port., IV, 595.

Paricío, app. h., sec. XV. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 171.

Parra, geogr., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 53.

Passacom, app. h., E. 1395. Dissert. chron., I, p. 305.

Passarijo, app. h., 1292. Doc. in Rev. Lus., IX, 273.

Patameyra, app. h., 1292. Doc. in Rev. Lus., IX, 272.

Paul do Camarinho, geogr., E. 1349. Dissert. chron., V, p. 393 e 394.

Paul de Magos, geogr., E. 1332. Dissert. chron., V, p. 366.

Pávha, app. h. Canc. Vat., n.^o 936.

- Pavya**, geogr. Canc. Vat., n.^o 933.
- Payva**, app. h., E. 1302. Dissert. chron., v, p. 36.
- Peajo**. Vidè Val do.
- Peçena**, geogr., E. 1303. Dissert. chron., i, p. 288.
- Peculiar**, app. h., E. 1182. Dissert. chron., iii, p. 126.
- ***Pederneira**... Ined. de hist. port., iv, 630.
- Pedra fretada**, geogr., E. 1386. Dissert. chron., v, p. 293.
- Pedras alvas**, geogr., sec. XIII. Arch. Port., p. 90.
- Pedras ficadas**, geogr., E. 1386. Dissert. chron., v, p. 293.
- Pedredu**, geogr., E. 1284. Dissert. chron., iii, p. 120.
- Pedregal** (casal do), geogr., E. 1213. Dissert. chron., iii, p. 162 e 168.
- Pedrogaes**, app. h. Canc. Vat., n.^o 1141.
- Pedrona**, n. m., E. 1385. Doc. in Rev. Lus., XIII, 16.
- Pee de mua**, geogr., E. 1386. Dissert. chron., v, p. 293.
- ***Pega**... Vidè Foce de.
- Pena de Tono**, geogr., E. 1233. Dissert. chron., iii, p. 192.
- Pena Roya**, villa, sec. XIII. Institut., LVIII, p. 489.
- Penagache**, geogr., 1452. Doc. in Arch. Port., XII, 356
- Penamacor**, geogr., E. 1300. Dissert. chron., v, p. 340.
- Penamocor**, geogr., E. 1247. Dissert. chron., iii, 2.^a p.^{te}, p. 156, 157 e 158.
- Penas Juntas** (S. Pedro de), geogr., 1346. Doc. in Institut., t. 56, p. 332.
- Pendeli**, geogr., E. 1256. Dissert. chron., iii, p. 119.
- Peneda**, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. port., iv, 595.
- ***Penela**... Id., E. 1175. Dissert. chron., iii, p. 113.
- Perdigão**, app. h., 1493. Dissert. chron., v, p. 317.
- Pernil**, app. h., E. 1377. Dissert. chron., v, p. 286.
- Perrozinho**, geogr., 1337. Dissert. chron., v, p. 58.
- Peruche**, geogr., E. 1345. Dissert. chron., v, p. 386.
- Pêssego**, app. h., 1266. Doc. in Rev. Lus., IX, 266.
- Pestana**, app. h., E. 1303. Dissert. chron., i, p. 289.—Id., Arch. Port., XVI, p. 89.
- Petra de Sandeus**, geogr., sec. XIII. Doc. in Institut., t. 58, p. 169.
- Petram de Sandeus**, geogr., ?. Doc. in Institut., t. 56, p. 696.
- Petro** (S.) de pia, villar, sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 629.
- Petrony**, app. m., 1370. Doc. in Institut., t. 56, p. 335.
- Peyse** (Peyre?), app. h., 1292. Doc. in Rev. Lus., IX, 273.
- Pezelho**, app. h. Canc. Vat., n.^o 1124.
- Pia**. Vidè Petro (S.) de.
- ***Pias**... E. 1251. Doc. in Arch. Port., XIII, 262.
- Picandon**, n. h. Canc. Vat., n.^o 1021.

- Picones, villa, sec. XIII. Instit., LVIII, p. 564.
Piconha, geogr., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 76.
Picota, geogr., ?, 1458. Dissert. chron., I, 191.
Pidrisa, geogr., sec. XIII (?). Instit., LVIII, p. 685.
Pijz (Pirez), sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 61 e 68.
Pinhello, aldeia, 1319. Doc. in Instit., t. 56, p. 330.
Piniquo, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
* **Piriz**... 1299. Doc. in Instit., t. 56, p. 327.
Pitão, app. h., sec. XIV. Dissert. chron., III, p. 89.
Pixoto, app. h., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 51.
Poboos, castello, E. 1233. Dissert. chron., III, p. 192.
Podenca. Vidè Lamas de.
Pondevel, app. h., 1493. Dissert. chron., V, p. 315.
Ponzo, app. h., E. 1303. Dissert. chron., I, p. 289.
Poombinho, app. h., E. 1343. Dissert. chron., I, p. 295.
Porras, app. h., sec. XV. Ined. de hist. port., III, 510.
Porto da furada, geogr., 1275. Doc. in Rev. Lus., XI, 86.
Porto de Vizinal, geogr., 1187. Doc. in Instit., t. 56, p. 200.
Portu alaci, geogr., E. 1309. Dissert. chron., V, p. 343.
Portum de Caijs, geogr., E. 1258. Doc. in Instit., t. 56, p. 260 e 266.—
 Arch. Port., XVI, 90.
Portum de Thomar. Vidè Thomar.
Pousadas Vedras, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
Prato (Platão), n. h., sec. XIV. Benfeiti., C. 3.^º
Prato Mayor, geogr., 1144. Doc. in Instit., t. 56, p. 199.
Putri (Ribeiro Pôdre), geogr., 1130. Doc. in Hist. de S. Dom., P. 3.^a,
 L. VI, C. 2.^º
Pyrez, app. h., 1221. Doc. in Instit., t. 56, p. 203.

Q

- Queida**, app. h., sec. XIII (?). Dissert. chron., V, p. 26.
Quifaz (Caifás), geogr., E. 1458. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 144.
Quio, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
Quodeseda, geogr., sec. XII. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 51.

R

- Rabaal**, aldeia, 1435. Doc. in Instit., t. 56, p. 490.
* **Rabazal**... Id., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
Rabello, geogr., 1463. Dissert. chron., I, 198.

- Ragado**, geogr., E. 1233. Dissert. chron., v, p. 93.
- Ragauufe**, geogr., sec. IV (?). Doc. in Rev. Lus., XI, 95.
- Ramenha**, app. h., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 29.
- Ranalde**, geogr., E. 1246. Dissert. chron., III, p. 209.
- Ranaldi**, geogr., E. 1311. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 79.
- Ranhados**, geogr., E. 1334. Dissert. chron., v, p. 373.
- Rasello**, monte, sec. XII. Dissert. chron., v, p. 33.
- Ravaloli**, geogr., sec. XIII. Dissert. chron., v, p. 66.
- Bebol**, app. h., E. 1233. Dissert. chron., v, p. 92.
- Rebordainhos**, geogr., 1435. Doc. in Instit., t. 56, p. 490.
- Rechousino**, villar, sec. XIII. Instit., LVIII, p. 565.
- Rechoussó**, geogr., E. 1385. Doc. in Rev. Lus., XIII, 15.
- Reciam**, geogr., E. 1183. Dissert. chron., III, p. 129.
- Recião**, geogr., 1325. Doc. in Rev. Lus., XI, 92.
- Redinha**, geogr., sec. XIV. Doc. in Arch. Port., XIV, 162.
- Refega**, villa, sec. XIII. Doc. in Instit., t. 58, p. 169. Vidè **Arrefega**.
- Regaoufe**, geogr., 1325. Doc. in Rev. Lus., XI, 91.
- Regueiro de Feolosa**. Vidè **Feolosa**.
- Regueiro de Paradella**, geogr., 1187. Doc. in Instit., t. 56, p. 200.
- Repote**, app. h., sec. XV. Chr. Inf. D. Fern., p. 149.
- Reuordeyro**, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Instit., t. 58, p. 447.
- Revoldães**, geogr., E. 1216. Dissert. chron., III, p. 166.
- Revoredo de Vacas**, aldeia, 1319. Doc. in Instit., t. 56, p. 329.
- Rio de villa**, geogr., E. 1386. Dissert. chron., v, p. 294.
- Rio frio**, geogr., sec. XIV. Doc. in Arch. Port., XIV, 162.
- Rio frio de Monte**, villa, 1299. Doc. in Instit., t. 56, p. 327.
- Rio liure**, geogr., sec. XIII. Instit., LVIII, p. 563, 568 e 627.
- Rio Livre**. Vidè **Castanheira de**.
- * **Rio merdeiro**... Id., sec. XIII (?). Instit., LVIII, p. 684.
- Ripa Avicella**, geogr., sec. XIII (?). Dissert. chron., v, p. 27.
- Rodayo**, geogr., E. 1346. Dissert. chron., v, p. 386.
- Rodouza**. Vidè **Lapam de**.
- Rodentis**, geogr., sec. XII. Dissert. chron., v, p. 6.
- Roesedy** (Sancta Maria de), geogr., sec. XIV (?). Doc. in Rev. Lus., XI, 91.
- Roeta**, geogr., 1458. Dissert. chron., I, 191.
- Roxo**, app. h., sec. XIII. Doc. in Instit., t. 58, p. 170.
- Rolino**, n. h., E. 1238. Dissert. chron., III, p. 200.
- Rosmarial**, geogr., sec. XIV. Doc. in Arch. Port., XIV, 162.
- Rostrum de Bevero**, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
- * **Rua**... N. h., sec. XV. Dissert. chron., v, p. 312.

* **Ruberte**... Doc. in Rev. Lus., XI, 91.

* **Rufe**... Geogr., 1319. Doc. in Institut., t. 56, p. 331.

Rugio. Vidè **Val de**.

Rúpicila e Rúpicinla, geogr., sec. XIV. Doc. in Rev. Lus., XI, 94.

S

* **Saa**... Doc. in Rev. Lus., XI, 94.

Saabor, rio, 1187. Doc. in Institut., t. 56, p. 200.

Saauor, rio, sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 684.

Sabariz (Santiago de), geogr., 1346. Doc. in Institut., t. 56, p. 322, e t. 57, p. 381.

Sabastianus, n. h., sec. XIV (?). Doc. in Institut., t. 58, p. 444.

Sabugal, geogr., 1275. Doc. in Rev. Lus., XI, 86.

Sacavem, geogr., E. 1333. Dissert. chron., V, p. 369.—Id., III, 2.^a p.^{te}, p. 77.

Sacrista, app. h., sec. XII. Dissert. chron., V, p. 14.

Saela, geogr., E. 1167. Dissert. chron., III, p. 96.

Sagadelos, geogr., sec. XIV. Doc. in Rev. Lus., XI, 94.

Sagarsoso, villa, sec. XIV (?). Doc. in Institut., t. 58, p. 444 e 445.

Salabor, rio, 1144. Doc. in Institut., t. 56, p. 143 e 199.

Salado, app. h., sec. XIII. Institut., LVIII, p. 489.

Salastrina, n. m., E. 1348. Dissert. chron., V, p. 391.

Salsas, geogr., 1287. Doc. in Institut., t. 56, p. 265.

Samaos, geogr., sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 679.

Sanbado. Vidè **Varzena de**.

Sanceiris, geogr., sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 52.

Sanceriz, aldeia, 1319. Doc. in Institut., t. 56, p. 329 e 702.

Sancilis, geogr., sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 47.

Sancta Coomba de Roças, geogr., 1346. Doc. in Institut., t. 56, p. 332.

Sancto Ullam, geogr., 1287. Doc. in Institut., t. 56, p. 267.

Sandeu, app. h. Canc. Vat., n.^o 380.

Sandeus. Vidè **Petra de**.

Sangalo, app. h., E. 1303. Dissert. chron., I, p. 289.

Sangici, app. h., E. 1193. Dissert. chron., V, p. 43.

Sanhudo, app. h., 1458. Dissert. chron., I, 194.

Sanphilizes. Vidè **Villa de**.

Santa Maria dansias, geogr., E. 1325. Dissert. chron., V, p. 359.

Santa Maria de Escamaran, geogr., E. 1340. Dissert. chron., V, p. 378.

Santaala, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 52, e t. 58, p. 444 e 446.

- Santaalha e Santoalha**, aldeia, 1319. Doc. in Institut., t. 56, p. 229 e 230.
- Santo Martino de Cavalom**, geogr., E. 1194. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 51.
- Santulão e Santulam**, villa, ?. Doc. in Institut., t. 56, p. 696, e t. 58, p. 170 e 178.
- Sã Pedro do Sul**, geogr., 1278. Doc. in Rev. Lus., XI, 89.
- * **Saraça**... Id., E. 1317. Dissert. chron., V, p. 345.
- * **Sardinha**... Id., sec. XIV. Dissert. chron., V, p. 28.
- * **Sarrazinho**... App. h., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 68.
- Sartagine**, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
- Savaschaës**, app. h., E. 1343. Dissert. chron., I, p. 295.
- Savilhães**, geogr., E. 1369. Dissert. chron., V, p. 275.
- Saydo**, app. h. sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 313.
- Sayo**, geogr., sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 685.
- * **Saz**... Id., E. 1256. Dissert. chron., V, p. 342.
- Scudello**, geogr., 1319. Doc. in Institut., t. 56, p. 329.
- Sculcão**, geogr., 1144. Doc. in Institut., t. 56, p. 143.
- Seda**, rio, E. 1333. Dissert. chron., V, p. 371.
- Sedenellus**, geogr., E. 1217. Dissert. chron., III, p. 168.
- Seedelos**, geogr., E. 1213. Dissert. chron., III, p. 162.
- Segarellos**, geogr., E. 1194. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 53.
- Segura**, geogr., sec. XIV. Doc. in Arch. Port., XIV, 162.
- Seixat**, villa, sec. XIV (?). Doc. in Institut., t. 58, p. 444.
- Sela**, rio, E. 1322. Dissert. chron., V, p. 357.
- Selarellos**, geogr., E. 1194. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 51.
- Sellas**, aldeia, 1384. Doc. in Institut., t. 56, p. 332.
- Selores**, geogr., sec. XIV. Ined. de hist. Port., IV, 595.
- Sepadella**, villar, sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 382.
- Serasilhos**, geogr., E. 1384. Dissert. chron., V, p. 390.
- Serpam**, geogr., E. 1204. Dissert. chron., III, p. 152.
- * **Serpente**... Geogr., E. 1233. Dissert. chron., V, p. 91 e 92.
- Sevira**, app. h., sec. XIII. Doc. in Institut., t. 57, p. 314.
- Sezelo**. Vidè **Conum de**.
- Silve** (Silves), cidade, sec. XV. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 171.
- Silvestre** (S.) de Uniis, geogr., E. 1309. Dissert. chron., V, p. 343.
- Sirgueiros**, geogr., E. 1223. Dissert. chron., III, p. 173.
- Soamil** (S. Maria de), geogr., 1346. Doc. in Institut., t. 56, p. 332 e 490.
- Soamir**, geogr., ?. Doc. in Institut., t. 56, p. 703.
- Soplam** e **Sopram**, app. h., sec. XIII (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 47.
- Sor**. Vidè **Montalvo de**.

- Souvereyroaa**, geogr., sec. XIV (?). Doc. in Institut., t. 58, p. 443.
Souzidi, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
Soveral de laveiras, geogr., E. 1340. Dissert. chron., V, p. 377.
Spasso, app. h., E. 1150. Dissert. chron., III, p. 58.
Spansandiz, app. h., E. 1177. Dissert. chron., III, p. 115.
Spioso, villa, sec. XIV (?). Doc. in Institut., t. 58, p. 441.
Staço, n. h., E. 1385. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 183.
Straciz, app. h., sec. XIV (?). Doc. in Institut., t. 57, p. 571.
Suzaes (S.^{ta} Maria de), geogr., E. 1226. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 118.

T

- Taicha**, monte, 1153. Doc. in Alcobaça illustr., p. 10.
Tancos, monte, 1169. Elucid., II, 361, 1.^a cl.
Tanquinia, villa, E. 1091. Dissert. chron., II, p. 98.
Tareco, geogr., E. 1340. Dissert. chron., V, p. 63.
Taroca, geogr., 1279. Elucid., II, 230.
Tarzola, app. h., sec. XIV. Dissert. chron., III, p. 90.
Taspazandi, geogr. (?), sec. XIV. Doc. in Institut., t. 58, p. 446.
* **Tauaya**... Doc. in Institut., t. 58, p. 249.
* **Tauguia**... Id., E. 1205. Dissert. chron., III, p. 153.
Tavoladelo, geogr., sec. XIII. Dissert. chron., III, p. 213.
Tendales, geogr., 1109. Elucid., Suppl., p. 47, 2.^a cl.
Tenoyro, app. h. Canc. Vat., n.^o 7 e 317.
Terra de Agueda, geogr., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 91.
Terra de Gouvea, geogr., E. 1194. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 52.
Terridorium Enegia, geogr., 1061. Elucid., II, p. 284, 1.^a cl.
Theyve, geogr., sec. XIV. Dissert. chron., V, p. 31.
Thiago (S.) de Neiva, geogr., E. 1315. Dissert. chron., V, p. 344.
* **Tibaldi**... Id., E. 1159. Dissert. chron., III, p. 72.
Tijo, app. h., sec. XIII. Institut., LVIII, p. 173.
Tolquidiz, app. h., E. 1156. Dissert. chron., III, p. 70.
Toonce, geogr., E. 1337. Dissert. chron., V, p. 53.
Tooxy, app. h., sec. XIV. Ined. de hist. port., IV, p. 625.
Torneol, app. h. Canc. Vat., n.^o 242 e 979.
* **Torquidiz**... Id., E. 1150. Dissert. chron., III, p. 59.
Torre de Iorego, geogr., E. 1325. Dissert. chron., V, p. 359.
Torre de Meẽ Coruo, geogr., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 55.
Torre de Meem Corvo, geogr., E. 1346. Dissert. chron., V, p. 387.
Touça. Vidé **Campo da**.
Trasbasseyro, geogr., 1287. Institut., LVI, p. 265.

- Trasfontano**, geogr., E. 1071. Dissert. chron., III, 2. p.^{te}, p. 37.
- Trasmires**, geogr., E. 1287. Institut., LVI, p. 265.
- Trasmondego**, geogr., E. 1194. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 52.
- Traspasandi**, app. h., sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 485.
- Travanea**, app. h. Canc. Vat., n.^o 323.
- Treeçon** (S.), geogr. Canc. Vat., n.^o 872.
- Tresorres**, villa, sec. XII. Dissert. chron., V, p. 32 e 33.
- Trinches** (Albergaria de), geogr. (?), E. 1230. Dissert. chron., III, p. 189.
- Trinquiniai**, app. h., sec. XIII. Arch. Port., XVI, p. 90.
- ***Tristam**... Id., E. 1404. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 141.
- Troncão**, app. h., E. 1343. Dissert. chron., I, p. 297.
- Trotomir e Tructumir**, villar, sec. XIII. Institut., LVIII, p. 565 e 566.
- Turbato**, n. h., E. 1209. Dissert. chron., V, p. 42.
- Turre de Junqueira**, geogr., sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 683.
- Turre de Menendo Curuo**, geogr., 1062. Elucid., I, p. 475.
- ***Tuyas**... Id., sec. XII. Dissert. chron., V, p. 35 e 36.
- Tyraens**, geogr., E. 1340. Dissert. chron., V, p. 63.

U

- Ucovou**, geogr., E. 1242. Dissert. chron., III, p. 204.
- Udygebe**, rio, E. 1303. Dissert. chron., I, p. 287.
- Udygede**, rio, E. 1303. Dissert. chron., I, p. 288.
- Udyvelas**, geogr., E. 1303. Dissert. chron., I, p. 288.
- Ulmar**, geogr., E. 1350. Dissert. chron., V, p. 394.
- Unhos**, geogr., E. 1333. Dissert. chron., V, p. 369.
- Unüs**, geogr., E. 1309. Dissert. chron., III, 2.^a p.^{te}, p. 77.

V

- Vaer**, geogr., sec. XII. Dissert. chron., V, p. 48.
- Val bem feito**, geogr., E. 1333. Dissert. chron., V, p. 369.
- Val de enforcados**, geogr., E. 1328. Dissert. chron., V, p. 361.
- Val de Paagoo**, geogr., sec. XIII (?). Institut., LVIII, p. 488.
- Val de Rugio**, geogr., E. 1271. Dissert. chron., V, p. 347.
- ***Val de vez**... Id., E. 1178. Dissert. chron., III, p. 118.
- Valdaviz**, geogr., E. 1248. Dissert. chron., III, p. 212.
- Valdees**, geogr. (?), sec. XV. Dissert. chron., II, p. 264.
- Valega**, geogr., E. 1331. Dissert. chron., V, p. 52.
- Vallarica**, geogr., sec. XV. Chr. do Condest., Cap. 55.

- Vandoma**, geogr., sec. XII. *Dissert. chron.*, v, p. 17 e 20.
Varreyolla, app. h., E. 1343. *Dissert. chron.*, I, p. 296.
Varzena de sanbado, geogr., sec. XIII. *Arch. Port.*, XVI, p. 91 e 92.
Vascoconcellos, app. h., sec. XV. *Chr. do Condest.*, Cap. 61 e 68.
Vauga, geogr., sec. XIII. *Arch. Port.*, XVI, p. 91.
Vay, geogr., sec. XIII. *Arch. Port.*, XVI, p. 91.
***Veer...** App. h., E. 1233. *Dissert. chron.*, v, p. 91.
Veneitz, app. h., E. 1230. *Arch. Port.*, XVI, p. 89.
Vesseyro, geogr., E. 1233. *Dissert. chron.*, v, p. 92.
***Veta...** *Principe*, E. 1176. *Dissert. chron.*, III, p. 114.
Vilalva, geogr., E. 1343. *Dissert. chron.*, v, p. 382.
Vilerme. *Vidè Villa V.*
Villa boa de Montenegro, geogr., E. 1339. *Dissert. chron.*, v, p. 376.
Villa Corça, geogr., E. 1346. *Dissert. chron.*, v, p. 389.
Villa de Codesseyro, geogr., E. 1299. *Dissert. chron.*, v, p. 51.
Villa de Sanphilizes de Galegos, geogr., E. 1346. *Dissert. chron.*, v, p. 388.
Villa Vilerme, geogr., E. 1233. *Dissert. chron.*, v, p. 93.
Villar de Angueira, geogr., sec. XIII. *Dissert. chron.*, III, p. 214.
Villar de Paiva, geogr., E. 1340. *Dissert. chron.*, v, p. 378.
Villar dossos, geogr., sec. XIII (?). *Instit.*, LVIII, p. 488.
Villaracam, geogr., sec. XIII. *Instit.*, LVIII, p. 564 e 565.
Villaza, geogr., sec. XIII. *Instit.*, LVIII, p. 569.
Viluestre, villa (?), sec. XII. *Instit.*, LVIII, p. 561.
Vivaldo, n. h., sec. XIV. *Dissert. chron.*, III, 2.^a p.^{te}, p. 88.
Volpeliares, villa, sec. XII (?). *Dissert. chron.*, III, p. 49.

X

Xindeo, app. h., 1493. *Dissert. chron.*, v, p. 315.

Z

- *Zalamiz...** Id., E. 1149 (?). *Dissert. chron.*, v, p. 57.
***Zareo...** Id., sec. XIV. *Dissert. chron.*, III, 2.^a p.^{te}, p. 88.
Zeina, n. h., E. 1323. *Dissert. chron.*, v, p. 358.
Zina, geogr. (?), E. 1357. *Dissert. chron.*, I, p. 304.
Zony, villa, sec. XII. *Instit.*, LVIII, p. 565, 627 e 628.
Zoparel, app. h., sec. XIII. *Arch. Port.*, XVI, p. 90.
***Zurara...** Id., E. 1199. *Dissert. chron.*, III, p. 147.

Miscelânea

I

1. Novos Museus

O museu de arte que vai estabelecer-se em Mafra inaugura-se por ocasião do próximo congresso de turismo, em Maio.

Também até ao congresso se organizará o museu de moedas na Casa da Moeda.

(*Diário de Notícias*, de 14 de Março de 1911).

2. Academia de Belas Artes de Lisboa

O seu museu vai ser enriquecido com os quadros de Guerra Junqueiro

O ilustre poeta e nosso representante na Suíssa, Sr. Guerra Junqueiro, acaba de ceder à Academia de Belas Artes de Lisboa toda a sua soberba coleção de quadros, com excepção de tres Grecos e um tríptico que se atribui a Parbus.

Essa coleção comprehende 17 obras primas, entre as quais avultam um primitivo italiano da escola Giotti, um tríptico da escola portuguesa do século XVI e vários outros da escola flamenga e holandesa do século XVII.

(*Diário de Notícias*, de 20 de Março de 1911).

3. Vida intelectual

Acaba de extinguir-se uma singular individualidade. Aníbal Fernandes Tomás, um dos mais ilustres bibliófilos portugueses, talvez o maior «devoto dos livros», que havia hoje em Portugal, morreu ontem. De cultura excepcional, e paciência monástica, deviam ficar-lhe bem a estamenha, a corda e o ripanço de frade bento. Era um dêstes espíritos que, como os velhos monumentos, criam a *patine* dourada dos séculos. Tinha o delírio do passado; embebia-se na volúpia do anacronismo. Na grande cadeira de couro da livraria, sentava-se com êle a felicidade. Deixou tudo, abdicou de tudo,—para entregar-se à paz suprema da sua leitura, à delícia beneditina dos seus manuscritos, à poeira conventual da sua biblioteca. Amorável convívio dos livros, mais humano e mais puro que o dos homens! Feliz aquele que, como Fernandes Tomás, leva apenas consigo, na hora extrema, a máqua de não ter folheado mais um códice ou de não ter investigado mais uma genealogia...»

(*A Luta*, de 18 de Março de 1911).

4. Museu de Numismática

A Casa da Moeda não tem completas as colecções das diversas cunhagens que ali se tem feito, quando é certo que a sua colecção monetária devia ser a primeira do país.

Segundo nos consta, alguns dos nossos mais distintos colecionadores vão enviar ali algumas moedas antigas de diversas nacionalidades e também portuguesas, pois é certo que o Sr. Ministro das Finanças tem desejo de que o Museu das moedas seja enriquecido de exemplares que possam ser admirados pela sua antiguidade e valor real e estimativo pelos estrangeiros que venham visitar a Casa da Moeda.

O Sr. José Relvas ofereceu ontem ao Museu uma moeda de prata do tempo de D. Pedro II.

O nosso futuro ministro em Londres, o Sr. Teixeira Gomes, também ofereceu ontem ao Museu uma moeda de cobre da exposição que se efectuou em Inglaterra em 1851 e uma de prata da exposição francesa de 1855.

(*Diário de Notícias*, de 22 de Março de 1911).

5. O Marquês de Pombal investigador

«Anteriormente à sua carreira diplomática, fizera-se eleger sócio da Academia Real de História, para com o pretexto de estudos e busca de inéditos, revolver os cartórios e haver às mãos antigos papéis das casas opulentas; e, subtraídos os que lhe convinha desaparecessem, em lugar de memórias académicas escrevia os *provarás...*, etc.».

(Extracto de um memorial de Francisco Xavier Teixeira de Mendonça n-O *Marquês de Pombal e a sua época*, p. 179, do Sr. Lúcio de Azevêdo).

6. Cruzeiros destruídos

Bucelas, 27. — C. — Desde tempos remotos que existiam nesta povoação e no próximo lugar de Vila do Rei várias cruzes de cantaria, que nada justificavam, a não ser uma de madeira, resguardada por um alpendre-padrão, aqui deixada por uma missão de jesuítas, que há muito tempo veio a esta terra. Os moradores, pelo hábito de verem estes cruzeiros todos os dias, quase não davam pela sua existência. Mas, a quem aqui vinha de visita, causava má impressão, fazendo parecer uma terra de fanáticos.

Esta noite, porém, mão oculta fez em estilhaços as cruzes de cantaria e a de madeira, que foram colocar encostada à porta da residên-

cia do pároco. Além das cinco demolidas, ficaram ainda duas de pé, que resistiram, pela sua solidez, aos esforços dos demolidores.

(*O Século*, de 28 de Agosto de 1911).

7. O Cruzeiro da Póvoa de Santo Adrião

Na semana passada, a desoras, na freguesia da Póvoa de Santo Adrião, uma horda de canibais, apeou e mutilou o histórico cruzeiro, que majestoso se ergue no Largo da Igreja.

O pedestal que servia de base à cruz e os degraus que cingiam o pedestal, se escaparam à fúria, por a sua demolição demandar mais tempo e trabalho, não se livraram da intolerância sectária da comissão paroquial, que os mandou arrasar, talvez com o intuito reservado de frustrar uma possível restauração do antiquíssimo cruzeiro.

O administrador do concelho de Loures, tendo ordem expressa do governador civil de Lisboa de vigiar e defender a conservação dos cruzeiros, e tendo conhecimento do frenesi iconoclastico que invadiu o concelho, onde várias cruzes tem ruído por terra, deveria, como é curial, ter intimado enérgicamente as comissões paroquiais a acatar as ordens do governador civil.

Consta que o regedor da freguesia deu conhecimento da ocorrência ao administrador do concelho, que, se tivesse procedido a tempo, teria evitado que fosse levada a efeito a deliberação tumultuária e abusiva da comissão paroquial.

(*A Nação*, de 8 de Agosto de 1911).

Nota. — O Dr. Sousa Viterbo parece que teve a intuição de que num futuro bem próximo o povo português, antecipando-se à voracidade do tempo, ameaçaria de completa destruição todos as suas tradições e monumentos, caminho em que ele já ia muito avançado. É notável que este ódio ao passado não seja sentido pelas pessoas cultas, mas só por aquelas que com grande fadiga conseguem soletrar algumas palavras e essas mesmas sem lhes perceber o significado. Para o indivíduo culto, tanto vale uma ara romana como um cruzeiro do século XVII ou XVIII, abstraindo, subentende-se, do valor histórico.

O Dr. Sousa Viterbo, em tres séries publicadas no *Boletim dos Archeólogos*, de 1905 a 1910, tratou de grande número de cruzeiros, dando dalguns a respectiva gravura. Entre os mencionados incluiu o da Póvoa de Santo Adrião que era destituído de valor artístico. Dos de Bucelas não deu conta, infelizmente

8. Curiosidades da velha Alfama

Que terá Alfama com a estética? perguntará consigo algum dos leitores, que se interessam pelas nossas anotações.

Realmente sob o ponto de vista artístico do velho bairro, que era

há setecentos anos a própria Lisboa, a *mirad'la e remirad'la*, como cantava a trova medieval, pouco há que dizer; como, porém, as anotações prometeram também ocupar-se do pitoresco citadino, razão esta por que incluiremos uma digressão pela velha Alfama, como um dos bairros curiosos da cidade, dignos de atenção nestes nossos descriptivos, feitos ao acaso através da linda Lisboa.

Acrece que a Alfama está agora artísticamente em foco, tanto pelas interessantes personagens do «Chico dos Pégas», que se agitam naquele bem apanhado largoziinho bairrista do 2.^º acto, ideado por Schawlbach, como na exposição de aguarelas de Gameiro, em que vários trechos pitorescos da Alfama, da antiga Lisboa, chamam a atenção dos visitantes, tanto pelo gracioso do assunto, como pelo *savoir faire*, que aquele notável artista, nosso antigo colega e bom amigo, imprime às suas obras de arte.

Dá-se também o caso que, quem subscreve estas anotações, residiu durante anos pelos sítios da Graça e S. Vicente, conhecendo portanto a palmos o velho burgo lisbonense e tendo por isso já *pilotado*, por vezes, mais de um amigo, curioso dedicado a velharias, através aquelas ruelas e largoziinhos, e daí a *competência* com que se presta a acompanhar o leitor do estimado *Diário de Notícias*, por aquele dédalo, afinal menos complicado do que à primeira vista parece.

Acedendo a um agradável convite do ilustre director dêste jornal, começam as anotações a ser por nós ilustradas com pequenos *croquis* do natural, com detalhes que esclareçam um pouco os assuntos e tornem mais atraente a secção da estética citadina; os que nos conhecem sabem que a tarefa é fácil, pela longa prática que temos do antigo ilustrador; aos que não nos conhecem, basta dizer que há muitos anos exercemos o cargo de professor de desenho industrial, além de sermos gravador e pintor, premiado em várias exposições de arte.

Feita esta apresentação artística, por nós mesmo, à falta de intermediário, o leitor passa a imaginar que se apeou há pouco do carro eléctrico do Terreiro do Trigo, aonde estamos também à sua espera para darmos comêço à excursão através de Alfama.

Deitemos um olhar para essa larga rua marginal, cheia de sol onde se alteia o pombalino mercado de cereais, o qual tem para o lado do Tejo uma tam sugestiva decoração escultural de enormes espigas de trigo, ladeando o corpo central do edifício, correspondente na frente a um dos mais artísticos brasões nacionais de estilo *rocaille* que se admiram em Lisboa, hoje infelizmente mutilado pelo acto de lhe terem partido a coroa rial, que com a sua forma caracterizava a época da construção.

Ninguém dirá ao ver êsse arruamento das Alcaçarias tam espaçoso, arborizado e cheio de luz, que, poucos passos alêm, existam as estreitas e intrincadas ruazinhas alfamistas em que vamos entrar; para isso chegamos ao Largo do Chafariz de Dentro, largo sempre concorrido de aguadeiros e mulherio que enchem de água seus barris e bilhas de barro.

Neste local abrem-se três ruas: à direita a dos Remédios, que se dirige para a Fundição de Cima e que tem logo ao comêço uma ermida com sua antiga e interessante porta «manuelina»; ao centro a estreita e escura Travessa do Mexias; e à esquerda a Rua de S. Pedro. Antes de entrarmos porém nesta última, reparemos no curioso prédio com duas robustas colunas «jónicas» monólitas, de bem esculpidas *volutas* e *óculos* no capitel, que não se sabe como nem donde vieram, para ornamentarem e aguentarem tam ilógicamente as sacadas vulgares de dois andares superiores.

Pouco adiante, entrando na Rua de S. Pedro, depara-se-nos um prédio tipico dos da maioria da Alfama, que vale a pena analisar, por nos dar a nota de muitos outros ali existentes.

As ruas são estreitíssimas, variando entre dois a quatro metros de largura, pois os prédios, e alguns altos, ainda mais estreitas as tornam, com o sistema das paredes dos primeiros andares serem avançados sobre o rés-do-chão um meio metro, os quais são suportados por grossos ferros, colocados como espeques inclinados, para cima e para fora, aguentando por seu turno grossas vigas sobre a qual se apoia o frontal, com as janelas até os telhados.

O prédio a que nos referimos, que é extenso e tem ainda parte da frente para o beco do Azinhal, é todo nesse tipo construtivo, e acresce ao seu pitoresco o ter as sacadas muito salientes com rotulagem miuda, de *trellis*, pintada de verde, toda encerrada em grossos e espaçados varões de ferro, à antiga.

Seguimos essa ruela, uma das principais afinal; num ou outro ponto fortes cunhais de cantaria feitos a picão, esteiam alguns prédios e ajudam a aguentar os intermediários, em que a madeira abunda; dum e outro lado seguem-se com estreitos intervalos pequenas lojas e tabernas com estendal de peixe para fritar em taboleiros inclinados.

Estamos agora no largoziño de S. Rafael com a notoriedade de se ver nele um grande prédio moderno a uma banda e outros antigos muito pequenos à outra, sendo um terminado com a empêna em ângulo, consoante a forma medieval, tendo várias janelinhas e junto à porta o indispensável azulejo de ornato «baroco», trítico, com a *Virgem* ao

centro e S. Marçal de cada lado; azulejos que com pequenas variantes se repetem por estas ruas, tendo alguns por cima ainda o acréscimento do braço de ferro, para sustentar a lanterna, que alumia antigaamente os santinhos, pelos séculos XVII e XVIII; é sabido que no tempo do «água vai» e das «rixas nocturnas», era esta afinal a única iluminação que na cidade havia!

Neste local duas velharias da idade-média ali se notam: uma é o comêço da Rua da Judiaria, estreitíssima e inclinada, que vai terminar no semi-Arco do Rosário ao Terreiro do Trigo; a outra é parte da muralha e uma das quadrelas da cerca de Lisboa, feita no reinado de D. Fernando I.

Para os amigos da História, que recordações estes dois restos não oferecem? um relembra a judaica povoação, extra-muros de Vila Nova de Gibraltar¹, onde os hebreus eram compelidos a residir, trazendo todos na altura do peito, cozida ou bordada, conforme as posses, a famosa estréla de seis pontas da ordenação afonsina, memória de que só a tortuosa ruazinha é tudo que hoje resta; por seu lado a quadrela recorda a famosa defesa dos habitantes de Lisboa em 1384, contra o apertado cerco dos castelhanos de D. João I, que outro D. João I, o Mestre de Avis, heroicamente comandava.

Hoje também a quadrela parece antes um trecho de jardim suspenso de Babilónia! ao ver-se-lhe no alto as verdes parreiras e graciosas plantas com flores descaídas pelas velhas moradas.

A quadrela defronta com a Calçada de S. João da Praça, nome pomposo que substituiu de Rua da Adiça, a antiga denominação, e aonde logo ao comêço conhecemos, quando éramos rapaz, o mais extraordinário e alto prédio da Alfama, com cinco andares de altura, com balcões salientes e revestidos todos de adufas de rótula miuda, de baixo acima, com todo o sabor da construção judaico-mourisca aliás suavizado católicamente pelo grande azulejo de santidade, idêntico aos que já referimos e que ainda hoje lá existe.

Destacando-se de casebres acavalados uns nos outros por ali acima, avulta lá no alto o enorme maciço do Limoeiro — o *Verde Limo*, segundo a pitoresca designação que lhe dá a rufiagem vadia, — em que os andares das prisões, das enxovias e do *segrêdo*, são marcadas por janelões gradeados.

Muita pessoa que nunca transitou pela Alfama imagina-a um sítio

¹ Herculano vulgarizou este nome, de que todavia não há documentos comprovativos.

habitado pela pior gente e por onde só com perigo se pode passar; naturalmente como em toda a parte em que se acumula muito povo, sucedem crimes uma ou outra vez, mas a Alfama não é um Whitechapel londrino, que o visitante só precedido do rígido *policeman*, pode afotamente percorrer; não só a índole do nosso povo é diferente, mas a Alfama é sobretudo a moradia duma aglomeração de trabalhadores dos dois sexos, que nas fábricas de tabacos, de tecelagens, nas descargas do pôrto, nas pequenas oficinas, etc., afanosamente mourejam a sua vida de sol a sol; razão por que qualquer pessoa sem preocupação pode transitar pelo velho bairro lisbonense a qualquer hora, como tanta vez temos feito; apesar do seu mesquinho viver, a população bairrista respeita o seu velho dito de: «quem está, está; quem vai, vai».

Uma nota simpática, que define a boa índole da população daquele bairro, é o reparar-se nas floridas janelas das várias ruelas e largoziinhos; rara é a que não tem a guarnece-la trepadeiras ou outras plantas, que demonstram o amor dos locatários, pela boa apresentação das moradas, em que o sol dificilmente penetra.

Chegamos agora retrogradando ao Largo de S. Miguel, —um dos maiores—, onde se eleva a igreja dêsse nome, tam alindada internamente, com vistosas policromias e douraduras, tendo no alto entre as duas torres de sinos um corpo isolado terminado em frontão, vendo-se ao centro um grande nicho com a figura do arcanjo que sustenta nas mãos a bandeira e as simbólicas balanças.

Deixando-se à esquerda uma bravia encosta com escadarias coroadas de curiosos casebres, e na base da qual se vê todo o dia sob um barracão o mulherio batendo e esfregando roupa num comprido tanque, entra-se na estreita Rua de S. Miguel, constituída na sua maioria por prédios de empens salientes, sustentadas por ferros inferiormente e a que, as côres variadas das frentes, as plantas em torno das janelas e as roupas que enxuga estendidas em paus, como um embandeiramento, dão aspecto interessante e original.

O curioso aqui são os vários tristes e lóbregos becos e alfurjas, que à mesma rua vem dar, tendo alguns pouco mais de metro de largura, como são os Becos da Cardosa, dos Cativos e do Mexias, entre outros. Ao extremo da rua, no alto, por sobre telhados enegrecidos, vê-se parte da antiga igreja de S. Estêvão, branca e cheia de sol, que contrasta com o aspecto sombrio que tem cá em baixo os estreitos arruamentos em que tanto operário vive.

Estamos agora em frente da Rua da Regueira, tortuosa e alcandorada viela que, dando para os altos da Graça e do Castelo, ali inicia a subida por um largoziinho, alegrado pela verdura de parreiras e de

arbustos dum quintalinho; deixemos porêm, por ora, essa ascensão para mais tarde, e tomado pela direita vamos por um torcicolo de escadinhas dar ao adro de Santo Estêvão, que como vimos fica a cavaleiro da Alfama baixa.

É sabido que parte da nobreza portuguesa da *vieille roche* tem seus solares na Alfama alta: assim num ou noutro ponto da colina surpreende-nos a existência de grandes e fortíssimos prédios edificados com robustos arcos, abóbadas e grossas paredes, aguentadas por formidáveis cunhais de cantaria, como são as casas dos Arcos, dos Siqueiras, dos Coutinhos, etc., vendo-se esta última por detrás da vistosa igreja de Santo Estêvão aonde viemos dar.

Uma surpresa a vista panorâmica daquele pequeno largo e terreiro da branca igreja, do qual a um lado se erguem ainda algumas casinhas, que ladeiam as escadinhas que subimos há pouco, e dão a côr local do bairro; no pequeno terreiro avulta isolado um alto cruzeiro de cantaria sobre pedestal, o único que conhecemos em Lisboa e que tanto abundam nas vilas provincianas.

Do parapeito do largo, como dum *belvedere*, vê-se pela colina abaixo um confuso amontoamento de pequenos prédios, como se um gigante os deitasse para ali a esmo, às centenas; de todos os lados surgem, em policromia deslavada, telhadinhos, chaminés, empenas, janelinhas, pedaços de verdura, tudo numa confusão, que não deixa perceber a menor rua ou beco por onde acabámos de transitar; fecha êste bárbaro a distância, a um lado o severo e acidentado perfil do Limoiro, o vetusto palácio do Andeiro, e lá em baixo, no fundo, os rectilíneos grandes prédios alfandegários da beira do rio. O Tejo, enorme, de côr metálica, estende-se longínquo, visto dali, formando o Mar da Palha, limitado pelos campos e povoações do sul, Cacilhas, Alfeite, Seixal, Barreiro, Lavradio e outras, que nítida e delicadamente se destacam de longe, tendo ainda por fundo o recortado perfil das serras da Arrábida e de Palmela num esbatido azulado de grande finura.

Em todo o seu airoso desenho, perfilam-se fundeados, vários navios mercantes e de guerra; diversos vaporzinhos, fragatas e botes cruzam as águas do rio, tudo sob um claro e delicioso céu, umas vezes todo azul, outras semeado de alvas nuvens que se esbatem para o horizonte.

O conjunto panorâmico forma um estranho contraste, entre a planidez e grandiosidade do fundo, e a atormentada confusão do primeiro plano, constituído pela Alfama. — *Ribeiro Cristina*.

(*Diário de Notícias*, de 27 de Novembro de 1911).

9. Incêndio do Seminário de Viseu

«... uma bula do papa Alexandre III de 1163, que existia no dito mosteiro [de S. Cristóvão de Lafões] (*Liberal*, n.º 7), e que, provavelmente, se queimou com outros papéis no incêndio do Seminário de Viseu em 1841».

(Maximiano de Aragão, *Viseu*, II, p. 10).

10. A cidade do Vouga

«Baseados na circunstância da proximidade desta cidade ao rio Vouga (que é denominado *Vacca* por Plínio, *Vaccum* por Ptolomeu e *Vacua* por Estrabão), e encontrar-se o nome de *Vacca* no livro de Resende, *De antiquitatibus Lusitanae*, e numa edição de Plínio que existia na livraria de Alcobaça, alguns antiquários pretendem que este nome fosse o de Viseu».

Seja o que fôr, é certo que no cartório do Cabido da Sé de Viseu existe uma previsão do nosso rei D. Afonso V do ano de 1460, de onde consta fôra concedida para as obras do convento de S. Tomás ou de Monte toda a pedra necessária que se encontrasse na cidade de Vacca, principiada dentro da Cova».

(Maximiano de Aragão, *Viseu*, t. I, pp. 26 e 27).

Nota. — Numa carta de D. Afonso IV, liv. III da sua chancelaria, p. 17, fala-se no burgo de Vouga, junto de Valongo, provavelmente na Beira. Na onomástica moderna ainda hoje se encontra aquele nome. O termo *burgo* encontra-se a fl. 22 do mesmo livro em burgo de Sobrado; e à fl. 45 v. do liv. IV para designar o burgo de Lorvão.

11. O Registo paroquial

«O pensamento do registo neste país é muito antigo. Quanto a casamentos, já el-rei D. Afonso IV o recomendara aos bispos em sua carta da era de 1390 (1352 de Cristo), pelo seguinte modo:

«Teemos que seera bem a serviço de Deos e nosso e prol de nosso pouvo que façades e ordinades que todos aquellos que forem cazados como leigos parescam perante o priol da eigréja dhu son fregueses ou perante aquele que cura dessa eigréja e que se recebam perante ele por palavras de presente e esse recebimento seia feito perante huu tabelion que seia estabeleçudo em essa freguesia pera escrepuer esses recibimentos pera se poder ssaber por esses livros os casamentos que foram feitos em cada freguesia».

Depois desta, a prvidênciâ mais antiga, de que tenho conhecimento, que estabeleceu o registo paroquial, é a constituição diocesana pro-

mulgada pelo infante D. Afonso, arcebispo de Lisboa, e cardeal de S. João e S. Paulo, aos 25 de Agosto de 1536.

Mas só o concílio de Trento (1545 a 1536), sessão XXIV de *reformatione matrimonii*, cap. I e II, por proposta dos prelados portugueses que a él assistiram, é que impôs aos párocos o dever de lavrar os assentos de casamento e baptismo, o que foi mandado executar por Bula do Santo Padre Pio IV, de 1563.

Nada porém se providenciou acerca dos assentos de óbitos, matéria que só foi regulada por Bula do Santo Padre Pio V, de 17 de Junho de 1614.

Em Lisboa na igreja dos Mártires.

Em Viseu foi estabelecido o registo eclesiástico alguns anos antes do concílio de Trento. No arquivo da câmara eclesiástica encontrámos um livro de registos de nascimentos das pessoas nascidas na cidade e nas freguesias anexas da Sé, que começou em 23 de Janeiro de 1541. As fólias d'este livro estão numeradas desde a 1.^a até 12.^a, faltando algumas depois. O último assento que nele se encontra é de 26 de Novembro de 1577...»

(Maximiano de Aragão, *Grão Vasco*, p. 81).

12. Museu de Alfredo Keil.—Visita do Presidente da República.

Numa sala do 2.^º andar dum prédio com o n.^º 77, à Avenida, encontra-se instalado o museu coleccionado pelo imortal autor da *Portuguesa*. A diversidade e o valor dos objectos que ali se vêem são mais uma prova do que valiam o talento artístico, as faculdades de selecção e o fino gosto de Alfredo Keil. Não é fácil dizer o que é aquele pequeno recinto da arte, tal a multiplicidade e preciosidade de tudo o que lá se encontra. O seu coleccionador, como músico que era, empregou principalmente a sua atenção na aquisição de instrumentos musicais, todos valiosos e interessantes pelo aspecto e respeitáveis pelos anos.

Assim lá se vêem desde as harpas, liras, alaúdes e psaltérios já tão cantados nas escrituras sacras, como instrumentos predilectos dos profetas e patriarcas, até ao piano elegante, às violas, pandoras e rabeças, com transição pelo tradicional pandeiro de romarias da Beira. Ao lado d'estes encontram-se também a célebre trompa do nababo Conde de Farrobo, uma viola de Borbone, de alto valor, pois, semelhante, só existe no Museu do Conservatório de Bruxelas, um cravo com a respeitável data de 1650 e que pertencia ao convento de Semide e, até, para concluir, um psaltério, ao som do qual as famosas freiras do não menos famoso recolhimento de Odivelas entoavam as suas orações a Deus e ao coração amoroso de D. João V.

Também merece particular menção o piano, cuidadosamente conservado, em que Alfredo Keil compôs o nosso hino nacional.

Afora esta tam grande diversidade de instrumentos músicos, também lá se vêem relógios antiquíssimos de factura valiosa e delicada, cristais antigos, pergaminhos, livros iluminados, preciosas telas e até uma curiosa coleção de chinelos, segundo os usos de cada povo, salientando-se, porém, os usados no oriente.

Foi a este importante museu que, ontem, o venerando chefe do Estado, acompanhado por seu filho e secretário, Sr. Roque de Arriaga, fez uma demorada visita. S. Ex.^a chegou lá às 2 horas da tarde, sendo recebido à porta pela viúva do glorioso compositor, por seus filhos, D. Luísa Keil Xavier da Silva, Paulo e Luís, e por Madame Lacombe, amiga íntima da família.

O Sr. Dr. Manuel de Arriaga demorou-se cerca de uma hora na sua visita, recebendo as melhores impressões perante as interessantes obras de arte que lhe apresentaram, e tendo excelentes referências para os seus proprietários. Ao retirar-se, o Sr. Presidente da República perguntou a Madame Keil se era verdade, como constava, andar ela em negociações com alguns americanos para a venda do museu, tendo-lhe estes já oferecido 20:000\$000 réis e havendo no Brasil quem lhe desse 10:000\$000 réis.

A isto Madame Keil respondeu ser efectivamente essa a sua tenção, mas desde que o Governo Português queira adquiri-lo, com todo o prazer lhe dará a preferência, ainda mesmo que a importância da compra fosse paga em prestações.

O Sr. Dr. Manuel de Arriaga lamentou não ter uma dotação que lhe permitisse fazer a aquisição, pelo menos dos instrumentos musicais, a fim de os oferecer ao Conservatório, que é lugar onde êles deveriam encontrar-se. No entanto, afirmou que se empenharia por este assunto, pois reputa uma perda nacional a saída de tão valiosos objectos para fora do país.

Depois de trocadas estas impressões, e apresentados os cumprimentos de despedida, o Sr. Dr. Manuel de Arriaga saiu, recebendo inequívocas demonstrações do respeito por parte da família Keil.

Eram cerca de 3 horas da tarde.

(*A Luta*, de 10 de Dezembro de 1911).

18.—A história do Paço Episcopal

O Paço Episcopal, que vai ser transformado em Museu de Belas Artes —ao que leio nos jornais— tem a sua história. O edifício actual, em que não há esplendores de arquitectura, não é a primitiva

residência dos bispos do Pôrto, edificada naquele tempo remoto em que D. Moninho Viegas e seu irmão D. Sisnando reergueram as fortificações da cidade e da catedral completamente desmanteladas pela invasão dos homens de armas de Al-Mançor, a quem a desesperada resistência dos Portuenses dessa época tinha excitado a ferocidade bárbara, e que, por isso mesmo, reduziram o burgo a um montão informe de ruínas, acendendo por toda a parte os incêndios e braseiros destruidores. Desses tempos passados apenas restam vestígios nas obras que os dois combatentes nobres mandaram fazer na igreja.

O local em que o Paço se eleva é, porém, o mesmo em que outrora se erguia o castelo, com o Douro servindo de fôsso profundo e que tinha por base formidável a accidentada e inacessível escarpa de penhascos.

O dobrar lento dos séculos modificou bastante a scenografia envolvente. Assim, no ponto em que hoje existem as Ruas da Bainha-ria, do Souto e das Flores e uma sombria rede de becos que à noite o gaz mal ilumina, estendia-se antigamente um fundo vale que as terras de aluvião, trazidas pelas enxurradas e pelas torrentes do inverno vagarosamente foram entulhando.

Em cima, no cume do monte ingreme, havia as fortificações com seus quartéis de tropas e com suas vivendas para os cristãos que, nos períodos fulgorantes das guerras, ali se acolhiam.

A fortaleza da época de D. Moninho Viegas apenas tinha, como Achiles, uma parte acessível, a Este: mas essa fraqueza era defendida por um castelo demolido precisamente quando o Paço actual foi construído — e de que há ainda um lanço de muralha que vai do Largo do Colégio à Rua das Aldas. Este famoso castelo, sentinela vigilante e braço forte, era o de Pena Ventosa.

O primeiro Paço Episcopal, no dizer documentado de historiadores e de arqueólogos, não era mais do que um mosteiro, e foi construído por ordem de D. Nonego, bispo de Vandoma¹ e mais tarde bispo do Pôrto. Nesse mosteiro, entre os vastos e pulverulentos in-fólios e códices membranáceos e os cuidados da diocese, vivia o prelado com os seus monges — mais tarde denominados cônegos seculares — em comunidade. As rendas do bispado, de certo pingue nesses dias de fé ardente, eram arrecadadas num cofre comum. A clausura, porém, foi extinta em 1191, governando então D. Martinho Pires,

¹ [É sabido geralmente que nunca houve tal bispado].

que evangélicamente dividiu as rendas da igreja em três partes iguais, ficando com duas partes para si e dando a outra ao cabido. Os cónegos foram, por essa era, passados a clérigos seculares, concedendo-se-lhes a faculdade de irem viver para onde muito bem lhes aprovasse. A partir desse momento, o mosteiro ficou sendo a habitação exclusiva do poderoso antistite, que a ocupou até o dia em que foi nomeado arcebispo de Braga.

Em 1385, ainda o estreito e lúgubre Convento de D. Nonego, que contava quatro séculos, servia de Paço aos bispos do Pôrto, e foi ele, precisamente, que assistiu impassível aos tumultos ocorridos com D. Martinho Rodrigues na mitra.

*

As devastações implacáveis do tempo iam abatendo e danificando a senhorial morada dos príncipes da igreja, que então dispunham de tanto poderio como os reis e que mais de uma vez arrostaram altivamente com as cóleras dos soberanos, ameaçando o trono com as suas lanças e os seus gineteis de guerra e desobedecendo com alarido à autoridade real. Ora, em 1455, era bispo do Pôrto D. Luís Pires, senhor de grandes prosápias e descendente de orgulhosas linhagens. Os seus pés fidalgos tinham horror de calcar os lagedos desconjuntados e a sua aristocrática pessoa não podia contemplar sem pavor o sinistro casarão, que fôra refúgio e segurança de homens conjuntamente dados aos êxtasis e aos misticismos em que entreviam, como S. Bruno, os esplendores celestes, e ao manejo áspero dos apetrechos de lutar, atirando às mãos ambas o rijo e afiado montante e a pesada acha de guerra que esmigalhava elmos, escudos e saiais, nos combates ferozes. Ordenou, portanto, D. Luís Pires a reedição do Paço, aproveitando as paredes melhor conservadas e mandando pôr, sobre a porta principal, as suas armas, compostas de barras vermelhas e pretas, atravessadas. Até D. Luís Pires, os prelados portuenses não se distinguiram pelas cousas do saber, da erudição e da inteligência.

As livrarias eram substituídas pelos arsenais; as horas de leitura pelas horas do exercício da espada; e só nos minutos suaves em que nas suas almas se iluminava uma aurora espiritual se entregavam às doçuras da oração e punham o pensamento em Deus. É provável que nos anos de paz, quando o burgo lidava activamente e dos jardins das casas abastadas se exalava o incenso das flores, os antistites se mostrassem aos fiéis despidos da sua armadura e trazendo nos dedos gordos e brancos, a reluzir à luz, a pedra fina do anel prelatício. É

provável mesmo que nas noites cheias de estrélas, quando o luar caia com a meiguice de uma bênção sobre a casaria adormecida, os bispos assistissem, pelas salas nobres, aos lânguidos saraus, vendo dançar as donas adolescentes que eram como rosas virginais e frescas, no encanto da sua pureza, entre os brutos e duros homens de guerra. Mas, se o amor mundano ou o amor religioso fazia bater apressadamente o seu coração, os livros que encerravam uma larga parcela dos conhecimentos humanos, não os atraíam nem os impressionavam. Foi só com D. João de Azevedo, eleito bispo do Pôrto em 1465, que as preocupações literárias e filosóficas entraram no Paço Episcopal, organizando-se então uma biblioteca de que faziam parte muitos manuscritos de teologia e de história e já de alguns livros impressos, os paleótipos, pois foi também no tempo de D. João de Azevedo que Gutenberg inventou a tipografia. Morto este prelado ilustre em 1495, legou a livraria aos seus sucessores que a foram aumentando constantemente. Já por essa época os homens pousavam a seu lado as armas, para repousarem das carnificinas bestiais, folheando os volumes que ao seu espírito falavam uma linguagem nova!

Em 1510, com D. Pedro da Costa, sobrinho do célebre cardeal D. Jorge da Costa, procedeu-se à demolição do vetusto mosteiro, construindo-se um Paço mais digno da solenidade dum bispo. Depois, D. Aires de Sá introduziu no Paço grandes melhoramentos; mas este prelado não pôde concluir a obra iniciada, porque sobreveio a aventura de Alcacer-Kibir, e o prelado portuense, deixando a sua diocese, pegou na espada e foi bater-se ao lado de D. Sebastião, morrendo cortado a alfange, nos adustos areais africanos, a 4 de Agosto de 1578. Em quanto teve alento pelejou com bravura, e certamente foi um dos guerreiros portugueses que ouviram exclamar ao rei aventureiro e coveiro da grandeza e da glória da nacionalidade, enquanto pelejava, já ferido e cheio de sangue:

—Devagar, devagar! A liberdade só há-de perder-se com a morte!

No Paço, já modificado por D. Aires de Sá, estabeleceu D. António, prior do Crato, pretendente à coroa de Portugal, a sua efémera corte, depois dum ligeiro combate em que quase não teve resistência, e da fuga do bispo, D. Simão da Sá Pereira.

*

Em 1771 foi nomeado bispo do Pôrto o monge D. João Rafael de Mendonça, lente de teologia e filho do quarto Conde de Vale dos Reis. D. João, apesar de freire da Ordem de S. Jerónimo, era um

mundano, que luzia pompas e galas na corte de Lisboa,—então a de D. João V,—e fazia suspirar de ternura mais dum peito feminino.

Costumado às opulências das vivendas aristocráticas e dos paços riais, onde a sua galharda figura se exibia, ele, que era descendente dos remotos monarcas da Biscaia, não julgou o Paço Episcopal morada decente para um príncipe da igreja, e mandou-o demolir pedra a pedra, edificando um mais sumptuoso.

Nessa era os rendimentos da mitra eram fabulosos, e a imaginação do prelado e as suas tendências dissipadoras podiam cortar por largo.

Foi pena que não se tivesse encontrado um arquiteto de talento que soubesse aproveitar a prodigalidade do bispo aristocrata para a construção dum vasto monumento, nobre e valioso como arte.

No entanto, o novo Paço Episcopal — o que hoje está de pé— destacou-se com esplendor de entre os edifícios monumentais da época, e nele trabalharam exércitos de operários pagos com o dinheiro da diocese, que tinha os seus cofres atulhados de prata e ouro.

D. João faleceu quando só parte do Paço estava concluída.

Dai em diante as obras arrastaram-se morosamente, paralisando por fim, sem que o edifício estivesse terminado.

Vieram as guerras da península, as convulsões políticas agitavam Portugal do norte a sul, e não havia tempo para pensar em cousas secundárias.

O Paço, portanto, ficou incompleto, e assim chegou aos dias actuais.

Um dos períodos históricos mais intensos e interessantes dêste Paço — que teve, ao que parece, por derradeiro habitante D. António Barroso — começou em 1808, ano em que foi convertido em sede de conferências patrióticas e onde se instalou a Junta do Supremo Governo do Reino, presidida pelo bispo D. António de S. José e Castro. Soltado o grito de rebelião contra Junot em várias povoações do Minho, o povo arrombou as arrecadações militares, armou-se, organizou-se um pequeno exército para a defesa da cidade, formando-se então a Junta. Entre os voluntários, porém, havia gente de má nota que se utilizou do ensejo propício para roubar e assassinar; e foi sob a ferocidade dêsses homens que caíram algumas vítimas inocentes, como o fidalgo da Bandeirinha, João da Cunha Portocarrero, e muitos outros, mortos por suspeita de serem jacobinos!...

De 1832 a 1834, durante o cerco do Pôrto, os liberais assestaram uma bateria no pátio de entrada do Paço, sendo o edifício danificado pela metralha da artilharia realista, e sendo também destruída uma parede, reedificada depois por ordem do bispo D. Jerónimo da Costa Rebêlo (o *Canaveta*).

Ainda hoje, sobre a janela do centro, no segundo andar, se vê o brasão de armas do fundador do Paço — o dos Condes de Vale de Reis — e que foi de D. João Rafael de Mendonça. Um dos salões mais amplos do Paço é o da biblioteca, e o seu detalhe mais notável, como arte, é a escadaria, bem lançada, elegante, cheia de luz e com certa grandeza que impressiona. A capela também é interessante; mas o resto do Paço apenas se salienta pela vastidão e não pela beleza, virilidade e originalidade do estilo arquitectónico. A situação do Paço é que é esplêndida, pelos desafogados horizontes e largos e luminosos panoramas que das suas janelas se descortinam.

Contudo o cenário que o rodeia, constituído pelo velho, lúgubre e pobre bairro da Sé, é duma indigência e duma tristeza em que nada mais existe para o encanto do observador do que o pitoresco dos casarões e das ruelas sombrias, que evocam a existência dum Pôrto secular e bem morto! — *João Grave.*

(*Diário de Notícias*, de 11 de Dezembro de 1911).

14. Bibliotecas de congregações

Na Câmara dos Deputados, o Sr. Dr. Joaquim de Oliveira, ocupando-se largamente de assuntos que interessam a Braga, referiu-se à conveniência de se entregarem na biblioteca pública da cidade as bibliotecas dos jesuitas, de S. Barnabé e dos frades de Montariol, salientando-se esta última, onde existem algumas preciosidades (que tinham e tem dono, observaremos nós).

Afigura-se-nos racional e justo o alvitre, tanto mais que o ilustre deputado democrático-radical acrescentou — o que é deveras lamentável, e não menos grave — que da biblioteca de Montariol «foram distraídas algumas obras relativamente importantes», não obstante as medidas tomadas pelo administrador do concelho e pelo governador civil do distrito.

(*República*, de 8 de Dezembro de 1911).

PEDRO A. DE AZEVEDO.

II

1. Inscrições portuguesas em Roma

Em 1868 publicou em Roma uma curiosa colecção de *Iscrizioni Portoghesi che esistono in diversi luoghi di Roma* o P.^o Gaetano Frascarelli, em um volume de 112 páginas, de que obtive há pouco, por compra, um exemplar para a biblioteca do Museu Etnológico.

As inscrições são em número de 95, contando algumas que não se referem a Portugueses, e sómente a personagens relacionados com Portugal. Estão dispostas por ordem cronológica, desde o sec. IV até 1864. As do sec. IV tratam de S. Dâmaso e de sua irmã Santa Irene, porque o A. estava na fé que S. Dâmaso era português, e natural de Guimarães¹.

2. Tapetes pérsicos

Ao descrever-se uma exposição magnífica de arte muçulmana, realizada em Munich, diz-se na *Revue Archéologique*, 1911, p. 174:

«Autour de ces deux tapis impériaux (de Francisco-José), il y a la collection de tapis le plus extraordinaire. Voici les tapis dits à vases et ceux à animaux, les tapis dits PORTUGAIS...».

3. Tesouro de moedas portuguesas

Nas proximidades de Santarém apareceu um vaso de barro vermelho, que continha 500 moedas portuguesas de bolhão, dos primeiros reinados até D. Afonso IV.

4. Antiguidades de Lisboa

1. «Foi pela «Porta do Mar», situada defronte do cais de Santarém, que a cidade foi invadida pelo exército alemão que auxiliava D. Afonso Henriques na tomada de Lisboa.

2. Era pelo sítio onde existem hoje as igrejas da Encarnação e Loreto que corria um lanço de muro da cidade. Toda a extensão entre os postos de Santa Catarina, Chagas até a Esperança, e do mar até o Moinho de Vento a S. Pedro de Alcantara, eram campos e pequenos vales. Doutra parte desde as Portas da Mouraria (bairro dos mouros) até o Campo de Santa Bárbara, descendo a Santo António dos Capuchos, S. José, vale da Anunciada até as portas de Santo Antão, todo o terreno era ocupado por jardins, hortas e pomares».

(*Diário de Notícias*, de 14 de Março de 1908).

5. O tesouro da Sé de Lisboa

«Deveria ter começado ontem na Sé Patriarcal a ser feito o arrolvimento de todos os objectos preciosos que existem naquele tesouro, que consta de valiosas peças de ouro, prata, pedras preciosas e maravilhosas.

¹ O A. juntou várias notas ao seu opúsculo, o que o torna ainda mais curioso.

sos paramentos. Está avaliado em 3:000 contos de réis. Encontra-se guardado na sala das sessões capitulares e em duas contíguas, uma das quais é a da biblioteca, onde existem livros com a catalogação dos objectos.

Na ampla sala das sessões capitulares encontram-se, em um mostruário envidraçado, oito missaletes com iluminuras, que servem nas grandes solenidades, assim como o ritual colorido que servia nos casamentos régios. No mesmo mostruário vêem-se os brasões bordados a ouro, que eram colocados nas altaias das principais entidades da igreja.

É também nesta sala, em dois armários abertos na parede, com grossas portas chapeadas de ferro e com segundas portas de grossos varões do mesmo metal, que avultam, entre outros objectos riquíssimos, uma custódia, de um desenho notavelmente artístico, feita no reinado de D. João V. A custódia tem de altura 90 centímetros. O artista português que a lavrou recebeu pelo seu trabalho 18:000\$000 réis. O rei D. José I, que a ofereceu à mesma Sé, estimava-a em 320:000\$000 réis. Tem 4:120 pedras preciosas. Hoje o seu valor é de 400:000\$000 réis.

Também ali se encontra a Cruz, com esmalte, avaliada em réis 400:000\$000, oferecida por D. Filipe II, em 1619, ao convento de Cristo, em Tomar. O cofre de prata, artisticamente trabalhado, que encerra as relíquias do mártir S. Vicente, é igualmente de subido valor.

Outros objectos existem ali, preciosíssimos, de grande valor artístico, entre os quais devemos mencionar, como mais notáveis, quatro salvas do sec. XVII, a reliquia de S. Gregório Nazianzeno, o célebre crucifixo de prata, da Restauração, turíbulo e naveta do sec. XVII, uma custódia oferecida por D. Fernando, uma grande pomba de prata que representa o Espírito Santo, um riquíssimo cofre do tempo de D. João V, e uma taça com desenhos, de estilo pastoril.

São também do reinado de D. João V os formais que estão numa sala da biblioteca, sendo um com brilhantes e com as letras I. H. S., sobre três cravos, e dois com pérolas. Estão avaliados em 2:800\$000 réis. Não menos curiosos e dignos de aprêço são os paramentos bordados a ouro que ali existem e que constituem uma parte notável do tesouro da Sé, assim como casulas, dalmáticas e pluviais, usados pelos cónegos nas solenidades em que é celebrante o Sr. Patriarca.

Esses paramentos, bem como os numerosos frontais do altar, bordados a ouro, lhama e matiz, formam uma colecção interessantíssima, não só pela variedade das cores que os distinguem e pelos preciosos tecidos de que são, mas ainda porque representam o fausto de passadas épocas. São do tempo de D. Manuel dois de côr amarela, com tecidos

de ouro, de alto relêvo; estes não consta terem sido postos em uso pelo seu grande peso, e o seu valor é superior aos restantes; a seguir notam-se: um de veludo, bordado a prata, do tempo de D. Sebastião, e os de D. João V, de brocado de damasco de ouro e lhama.

Finalmente, entre as preciosidades artísticas e históricas, o tesouro da Sé possui ainda dois pálios, uma valiosa banqueta de prata, panos de Arrás, alcatifas, colchas de seda pérsicas, bordadas a matiz e ouro, outros não menos valiosos objectos, demonstrando cada um o esplendor com que Portugal conseguiu deslumbrar, mesmo em transes críticos da sua política interna, os grandes potentados do mundo».

(*Diário de Notícias*, de 27 de Janeiro de 1911).

6. O tesouro da Sé Patriarcal

«O padre João Elói, homem de suma probidade, e a cujo cargo esteve o tesouro da Patriarcal por mais de quarenta anos, certificou a um nosso inteligente amigo, empregado superior duma repartição do Estado, por documentos que existiam em seu poder, que a grande e preciosíssima custódia tinha 2:052 brilhantes orientais; mas que o rei D. José I «trocara» alguns por outros de menos quilate, e ao presente só devem ser reputados como orientais os do círculo e galo.

Tem uma arroba de ouro, custou de feitio quarenta mil cruzados (16 contos de réis) e pelo valor e peso dos brilhantes estava avaliada em milhão e meio (600 contos).

Pela invasão francesa se procurou com instância e teima, até que se deram testemunhos e provas de que com efeito D. João VI a levava para o Rio de Janeiro.

Do tesouro da Patriarcal os Franceses só se apossaram, felizmente, de pequenas cousas, sendo a de mais subido preço dois apóstolos de prata e de extraordinária grandeza.

Também a cruz de prata dourada, chamada a Cruz do Santo Lenho, é uma peça admirável pela sua delicadeza e feitio; pertencia aos antigos Duques de Bragança. O Visconde de Santarém viu-se em embaraços, porque o general francês Junot soube (havia de ser algum português degenerado que lho disse) que João Diogo tinha escondidas a custódia e a cruz».

(*Diário de Notícias*, de 1 de Julho de 1911).

7. Paços riais e paços episcopais

«São numerosos os prédios que nestes últimos anos se tem levantado nos novos bairros de Lisboa, havendo entre êles alguns que se

distinguem por certa aparência elegante e luxuosa. Os arquitectos tem louvavelmente diligenciado imprimir-lhes certo cunho, embora a sua caracterização não seja irrepreensivelmente artística, e propendam, pelo contrário, para a originalidade, que degenera muitas vezes em extravagância. Esta preocupação da novidade não é culpa em absoluto dos que delineiam a obra, que tem muitas vezes de obedecer aos caprichos dos proprietários e das correntes dominantes.

A maior parte dessas construções — escusado será dizê-lo — não são, nem podem ser, monumentais, obstante a isso uma série de circunstâncias de mais duma natureza.

A constituição da sociedade moderna não permite que se construa com a solidez e grandeza de outrora, porque as ideias são instáveis, porque a arte e a indústria estão modificando a cada momento os seus processos.

Hoje um chefe de família, por muito rico que seja, precisa de olhar para um futuro não muito longínquo, pois sabe que os seus bens, logo que faleça, devem ser repartidos irmãamente pelos filhos, e já não há lei de morgados que perpetue as casas solarengas. As dinastias dos milionários são pouco duradouras e podem-se contar. São raros os capitalistas que, sem comprometerem a sua fortuna, se atrevam a transformar a pedra nas maravilhas arquitectónicas e esculturais, como vamos admirando na Quinta da Regaleira, em Cintra.

O próprio braço rial já não tem o vigor de outrora, e as corporações monásticas e religiosas, que encheram de monumentos o país, desapareceram na voragem revolucionária dos tempos. O Estado, o elemento civil, é quem vai substituindo essas forças antigas, e só as grandes colectividades é que possuem os elementos indispensáveis para proceder às construções gigantescas. Não nos surpreendeu, por conseguinte, que o Governo se apropriasse ultimamente dalgumas propriedades que estavam na posse da família rial.

Não há dúvida que as residências realengas, tanto em Lisboa como nos subúrbios, eram excessivas, embora contribuissem e contribuam ainda para o seu embelezamento. O país, porém, é que não pode dispor de recursos extraordinários para a conservação desses palácios, alguns dos quais se podiam considerar verdadeiramente supérfluos.

Os palácios de Queluz e de Caxias entraram já na posse do Estado, o que nos parece medida sensata, posto que não saibamos qual seja a aplicação mais adequada que lhes reservem.

O de Caxias só se recomenda pela quinta, que merece todavia ser conservada como exemplar apreciável da antiga jardinagem. Entre

nós tem havido o mau gosto e o mau senso de tudo modernizar, inclusivamente os jardins; e, sob este aspecto, não há nada mais deplorável do que a reforma efectuada, ainda não há muitos anos, nos jardins do paço de Belém.

O paço de Queluz é muito diferente e muito mais valioso que o de Caxias, deve ser classificado como monumento nacional, sendo, talvez, modelo único naquele género. As suas fachadas sobre os jardins lindamente adornados de lagos e estátuas, de escadarias graciosas, são de estilo encantador. A parte interna oferece hoje menos atractivos, por isso que algumas das suas mais explêndidas salas, ou estão completamente desadornadas, ou ameaçam ruína. Queluz é uma Versailles em miniatura, e até, para lhe ser comparável, não lhe faltam ao fundo da quinta quedas e jorros de água, embora muito mais reduzidos que os de Versailles. Nas alamedas desta quinta presenciou William Beckford, o opulentíssimo inglês, algumas scenas da corte de D. Carlota Joaquina, que descreveu humoristicamente nas páginas que recordam a sua digressão à Batalha e Alcobaça. É pena que Queluz não esteja mais próximo de Lisboa, pois podia ser excellentemente aproveitado para museu de arte moderna, como o de Luxemburgo. Em todo o caso entendemos que deve ser conservado o mais cuidadosamente possível, tanto o palácio como a quinta, para servir de recreio aos habitantes de Lisboa, que não tem muitos sítios onde se espraiem tam livremente como ali. Assim como sucede na quinta de Monserrate, em Cintra, poder-se hia estabelecer um pequeno preço de entrada, cujo produto contribuiria para as despesas da manutenção.

Os bispos também tiveram as suas opulentas quintas de recreio, como a de Santa Cruz da Maia, no bispado do Pôrto, a qual está hoje em ruínas; ela teve a honra de ser decantada em dois poemas, um latino, outro espanhol. A mitra de Lisboa foi senhora de dois importantes prédios rústicos, onde os seus prelados iam descansar dos trabalhos pastorais. Marvila e Santo António do Tojal receberam soberbos embelezamentos da parte do primeiro patriarca D. Tomás de Almeida. Marvila é hoje propriedade particular, e Santo António do Tojal, segundo nos informam, está em deplorável decadênciâ, vendo-se, porém, ainda algumas salas forradas de coiros de Córdova, e com lustres de Veneza, há mais dum século tristemente apagados. Seria para estimar que o Conselho dos Monumentos fizesse uma visita a este edifício, examinando e relacionando o que lá há importante, e propondo depois os meios de obstar à sua total destruição ou desaparecimento.

Estes assuntos, que importam directamente ao Govêrno e ao prelado diocesano, importam igualmente ao país, pois todos os monumen-

tos, qualquer que seja o seu carácter, são outras tantas páginas que damos a ler aos estrangeiros, e que nós devemos igualmente ler, pois fazem parte integrante do livro da civilização portuguesa».

(*Diário de Notícias*, de 9 de Dezembro de 1908).

8. Pelourinho

«Vila Velha de Ródão, 15.—A comissão municipal republicana dêste concelho fez retirar do centro da praça pública desta vila o pelourinho que ali se achava.

Este simples padrão nacional é antiquíssimo, tendo encimado no poste as armas do rei venturoso: cruz de Malta, esfera armilar, os sete castelos e as cinco chagas ou quinas».

(*Diário de Notícias*, de 19 de Novembro de 1910).

* —

Este assunto foi já tratado n-*O Arch. Port.*, XVI, 226 sgs.

9. A porca de Murça

«Este célebre monólito, que adquiriu foros de monumento cá da terra e em que tanto se fala em todo o país, acaba de ser colocado sobre um pedestal de granito e devidamente resguardado por uma grade de ferro.

Os naturais daqui tem com certeza com esta notícia uma natural satisfação, por ver que a *porca* não desaparece, como supunham, quando a souberam deitada por terra e abandonada entre blocos de pedra provenientes da demolição do velho convento.

Este melhoramento, que veio concorrer para o embelezamento da praça, deve-se a dois dilectos filhos desta terra, aos Srs. António Alves de Medeiros e Francisco Gonçalves de Oliveira. O Sr. Alves de Medeiros, um distinto africanista, provou nesta obra, como em outras, o seu grande amor à terra que lhe foi berço. O Sr. Francisco de Oliveira bizarramente se prontificou a auxiliar o empreendimento do Sr. Medeiros, dando também assim uma mostra de bom murcense.

A inauguração realizou-se no dia 1 do corrente, com a assistência de muito povo e autoridades.

Junto da secular *porca* de Murça falou, fazendo a sua história e a sua provável idade, o Sr. Dr. Basilio Constantino, que remontou as investigações aos tempos primitivos, porque embora seja, como presume

um notável artista, um monumento céltico, a verdade é que não se sabe positivamente a sua idade.

O Sr. Dr. Constantino terminou saudando os dois beneméritos empreendedores, seguindo-se o Sr. José Proença que se referiu em termos calorosos aos dois ilustres murcenses.

Por último, o digno presidente da Câmara, Sr. Augusto Medeiros, a cuja influência se deve indubitavelmente o não estar perdido para sempre um monumento antigo de tanta nomeada, levantou vivas aos Srs. António Alves de Medeiros e Francisco Gonçalves de Oliveira, vivas que foram entusiasticamente correspondidos pela enorme multidão de povo, tocando nessa ocasião a banda de música. Sabemos que um distinto arquitecto vai propor na reunião da Comissão de Monumentos Nacionais um voto de louvor aos Srs. Medeiros e Oliveira».

(Dum jornal da província).

*

Reproduzindo esta notícia, *O Archeologo Português* não pode deixar de aplaudir com todo o entusiasmo o benemérito acto praticado em Murça com o venerando e secular monumento, tanto mais que deste se publicou aqui mesmo uma gravura (vol. I, pág. 237, artigo do Sr. Joaquim da Costa Lopo). Do mesmo monumento se fala também nas *Religiões da Lusitania*, vol. III, pág. 16-20, onde ele é comparado com outros congêneres e explicado.

10. Museu de Azuaga

«O Museu «Azuaga», hoje propriedade da Câmara Municipal, é uma das principais curiosidades de Vila Nova de Gaia.

Marciano Azuaga, falecido há uns quatro anos, foi durante longo tempo chefe da estação do caminho de ferro nas Devesas. Dotado de inteligência e gosto não vulgares, dominado pela paixão artística, atacado pela mania de colecionador, conseguiu organizar um curiosíssimo museu e nada pequeno, para ser propriedade dum particular. Se Azuaga fosse senhor de grande fortuna, não admirava que, conhecida a sua paixão de colecionador, conseguisse juntar as curiosidades que possuía, mas não; segundo nos tem informado, dispunha só dos seus honorários de chefe de estação que, como se sabe, não são grandes, de modo que a nossa surpresa é enorme ao visitarmos o museu, franqueado ao público e instalado no primeiro andar dum prédio sito na Rua da Fervença, 1, ocupando quatro salas.

A instalação é deficiente e acanhada; segundo nos disseram, a Câmara Municipal pensa em edificar uma casa apropriada para o museu.

Na primeira sala, à direita do patamar, há uma pequena biblioteca e a preciosa colecção numismática portuguesa e estrangeira, de todos os metais e que conta muito bons exemplares, especialmente do Brasil Colonial, elevando-se toda a colecção a cerca de 2:000 moedas.

À esquerda do patamar, na primeira sala, avulta na parede o retrato a óleo de Azuaga, tendo por baixo a cópia encaixilhada e com bela caligrafia do ofício de 24 de Fevereiro de 1904, em que êle oferece à Câmara Municipal de Gaia o seu museu para ser franqueado ao público. Este ofício é encantador pela sua sinceridade, singeleza e bonhomia. Em *vitrines* nesta sala vê-se uma boa colecção de medalhas e senhas, miniaturas, instrumentos pre-históricos, ídolos egípcios em bronze, armas de fogo antigas, inscrições em pedra, faianças, calçado, etc. Na sala imediata há uma valiosa colecção de armas, utensílios e instrumentos gentílicos, trazidos das nossas colónias, cabeças de hipopótamos e múmias de indios. Na última sala, destinada à história natural, vê-se uma *vitrine* grande com aves e alguns mamíferos embalsamados e, em várias prateleiras, preparações em álcool, que consta de reptis, peixes, insectos e fenómenos; uma grande colecção de conchas ainda por classificar, boa quantidade de minerais, quadros de borboletas, peles de serpentes e crocodilos empalhados, completam o recheio desta sala.

O museu tende a aumentar, porque constantemente recebe novas ofertas, e dentro de poucos anos tornar-se há de tal importância que nem mesmo algumas das principais cidades do nosso país possuirão melhor.

Oxalá que o exemplo de Marciano Azuaga seja seguido por algumas pessoas que possuindo boas colecções as deixem por sua morte a colectividades que as conservem, estimem e tornem conhecidas do público, para não assistirmos aos tristes casos, que temos presenciado várias vezes, da venda em almoeda, por preços irrisórios, de colecções que levam existências inteiras a reunir e que se desmancham num abrir e fechar de olhos.

É muito interessante uma visita ao Museu «Azuaga», à saída do qual nos sentimos presos de admiração, saudade e respeito pela memória do benemérito fundador e oferente.

(*Diário de Notícias*, de 28 de Janeiro de 1909).

*

Vid. acerca do mesmo assunto o que também se escreveu no *Arch. Port.*, I, 20 sgs.

11. A Igreja de S. Roque transformada em museu

«Desde Setembro último que cessou o culto na igreja de S. Roque, resolvendo a administração da Misericórdia de Lisboa transformar aquele antiquíssimo templo, que data de 1506, em museu.

Depois do tempo necessário para a disposição conveniente dos valiosos objectos ali encerrados, foi o novo museu aberto ao público, todos os dias, das 11 horas da manhã às 3 da tarde.

Imagens e relicários, que são em grande número, e alguns dêles encontrados ainda há pouco, por ocasião das obras de restauração do templo, por detrás duns quadros a óleo de antigas capelas, encontram-se nos seus respectivos lugares.

Os preciosos mármores de várias côres, os artísticos azulejos quase todos de assuntos históricos, os quadros a óleo, entre os quais especializaremos: «A Virgem», o «Descimento da Cruz», «Jesus Caído», de Bento Coelho; «Santo António rezando à Virgem» e «Santo António pregando», de Vieira Lusitano; «Jesus entre os doutores», de Avelar Ribeiro; «Paulo III mandando os primeiros jesuitas para Portugal»; constituem só por si um museu de inestimável valor, que tem ainda, a erguê-lo ao máximo da opulência, a magníficente capela de S. João Baptista, apenas, em toda a Europa, suplantada nas suas riquezas e singulares preciosidades artísticas, pela capela Sextina, de Roma.

Admiram-se na capela de S. João Baptista, depois de Masucci, «O Bautismo de Jesus», de Miguel Angelo; a «Anunciação», de Guido Reni; «A descida do Espírito Santo», de Rafael; e belos mosaicos, pedras raras, pratas cinzeladas, principalmente dois grandes tocheiros de 2^m,30 de altura, etc., não contando com os ricos paramentos bordados a ouro que existem no museu especial, no edifício da Misericórdia.

As teias da antiga igreja e bancadas do côro da capela-mor são de pau santo.

Todo este conjunto de verdadeiras obras de arte impressiona agradavelmente o visitante.

A sacristia, que também é muito rica, pois é forrada de mármores e azulejos, está cheia de imagens que pertenciam à igreja do recolhimento dos órfãos, em S. Pedro de Alcântara e à capela do Asilo da Senhora do Amparo para inválidos de ambos os sexos.

Como também terminasse o culto naqueles templos, foram as imagens para ali transportadas.

Entre os símbolos religiosos que se acham na sacristia avultam um Senhor dos Passos e uma Senhora da Morte, além de vários relicários, um *harmonium* e 50 quadros a óleo de madeira e um de cobre.

As roupas brancas e paramentos pobres foram vendidos, nada estando ainda resolvido quanto ao restante».

(*Diário de Notícias*, de 4 de Novembro de 1911).

12. Museu Municipal de Faro

«Na sessão realizada na quinta feira, o Sr. Presidente informou os seus colegas que a comissão transacta desorganizou o museu arqueológico e a biblioteca municipal, não sabendo a que idéias obedeceram estes actos que representam um atentado grave à arte, inteligência e trabalho. Lembrou o nome de Monsenhor Bôto que tanta dedicação teve por aquele museu, deixando-o catalogado numa obra considerada por todos os arqueólogos como um documento valiosíssimo. Para desagravo, propõe à camara a reorganização dêsse museu e lembrou que sejam convidados para a efectuação do seu desejo os Srs. Calado Nunes, reitor do liceu, professor Carlos Vilamariz, Fidelino Figueiredo, Basílio de Vasconcelos e o director da Escola Industrial, Ezequiel Pereira. Propôs o Sr. Presidente que fosse lançada no próximo orçamento uma verba para a reorganização (catalogação, compra de livros e mobiliário, ordenados a empregados) da biblioteca municipal, e justificou a sua proposta com a necessidade de fomentar o desenvolvimento do espírito científico e literário e criar assim o ambiente próprio para a vida das escolas secundárias da cidade».

(*O Algarve*, de Faro, de 10 de Dezembro de 1911).

*

O Museu Arqueológico de Faro, tal como o venerando e falecido arqueólogo Monsenhor Pereira Bôto, o havia organizado e classificado, tinha muita importância, porque aí estava representada com método boa parte da arqueologia algarvia. Já que, segundo acima se lê, alguém cometeu a insensatez de o desmantelar, oxalá que outros de melhor tino o restaurem quanto antes, e o aumentem!

13. Ofício e questionário distribuídos pela Associação dos Arqueólogos Portugueses

a) OFÍCIO:

Associação dos Arqueólogos Portugueses—Lisboa—Secção de Paleografia Diplomática e Epigrafia.—Ex.^{mo} Sr.—A «Associação dos Arqueólogos Portugueses», que há mais de 40 anos pugna calorosamente pelo arrolamento, classificação e conservação dos documentos

do passado ainda existentes no país, deliberou, numa das suas últimas sessões, alargar tanto quanto possível a sua esfera de acção, dirigindo, por intermédio das secções em que se divide, questionários especiais, não só aos seus consócios residentes fora da capital, como também a pessoas que, embora estranhas à Associação, se tem tornado conhecidas pelo interesse que dedicam à História e à Arqueologia.

É em cumprimento dessa deliberação que, na minha qualidade de presidente da secção de Paleografia Diplomática e Epigrafia, tenho a honra de enviar a V. Ex.^a o questionário junto, esperando, do seu patriotismo e da sua dedicação a estes estudos, que se dignará enviar-me respostas quanto possível completas e claras aos seus diferentes pontos.

Lisboa, edifício histórico do Carmo, em 20 de Maio de 1912.—
O Presidente da Secção, *António Eduardo Simões Baião*.

b) QUESTIONÁRIO.

Se tem conhecimento da existência de quaisquer manuscritos anteriores a 1800 em poder de particulares, pertencentes ao Estado, a corporações religiosas ou administrativas.

¿ De que natureza são êsses manuscritos?

¿ Processos jurídicos de qualquer ordem? ¿ Documentos avulsos, e, neste caso, em papel ou pergaminho? ¿ Tombos? ¿ Genealogias? ¿ Manuscritos literários?

¿ Estão catalogados? ¿ São inéditos e desconhecidos?

¿ Estão em lugar seguro, convenientemente resguardados, ou ao abandono?

¿ Poderá saber-se a sua proveniência? ¿ Foram adquiridos por compra, herança, ou de que forma?

¿ São muito antigos? ¿ De que séculos pouco mais ou menos?

¿ Tem conhecimento de inscrições lapidares?

¿ São em português ou latim?

¿ Estão bem resguardados? ¿ Em poder de particulares ou do Estado?

¿ Qual a sua época? ¿ Qual a natureza dessas inscrições?

¿ Pode enviar cópia, transcrição, desenho ou decalque?

14. Um achado arqueológico**Ao demolir-se a fachada do velho barracão da Escola Médica**

«Está-se procedendo actualmente, na cérca do Hospital de S. José, à demolição do velho edifício onde por muitos anos funcionou a Escola Médica, a fim de construir no seu lugar uma Maternidade, isto ao mesmo tempo que se construi em frente do casarão outra dependência destinada a depósito de farmácia.

Um partido de operários andava ontem demolindo a parede mestra, quando os alviões e picaretas bateram em pedra lavrada, sendo então retirados da fachada pedaços de capitéis de cantaria, cabeças e corpos de anjos de bastante valor artístico.

Supõe-se que se trata dos restos da igreja do velho hospital, que abateu por ocasião do terremoto de 1755, e que foram aproveitados para a construção da casa.

Vão ser examinados por pessoa competente».

(*O Século*, de 19 de Maio de 1912).

15. As câmaras municipais e os brasões de armas**Um parecer do Conselho de Arte e Arqueologia**

«Pelo Ministério do Interior foi expedida aos governadores civis, a fim de a transmitirem aos presidentes das câmaras municipais, a seguinte circular:

Tendo algumas câmaras municipais, decerto com boas intenções, procurado alterar os seus brasões, foi sobre o assunto consultado o Conselho de Arte e Arqueologia, que respondeu como consta da cópia que segue:

Tenho a honra de devolver a V.^a Ex.^a a representação na qual a comissão administrativa do município de Évora, pede que lhe seja permitido modificar as armas dessa cidade.

O assunto pode ser encarado sob o ponto de vista jurídico e sob o ponto de vista da heráldica e da estética.

Não tem, talvez, competência este Conselho para o tratar sob o primeiro desses aspectos.

Direi, todavia, que não conheço disposição legal que prescreva ou contrarie a solução proposta pelos signatários da representação.

Encarada a questão, sob o ponto de vista heráldico e artístico (e isso entra indubitavelmente nas atribuições deste Conselho) devo dizer a V.^a Ex.^a que tanto as regras consuetudinárias da heráldica, como os princípios fundamentais da estética, vão de encontro à solu-

ção proposta, segundo o parecer do vogal efectivo d'este Conselho, Henrique Lopes de Mendonça, a quem o estudo do assunto foi cometido, parecer com o qual a comissão executiva, em sessão de 26 do corrente, unanimemente se conformou.

A heráldica consagrou as coroas murais, de quatro ou cinco ameias, como complemento essencial da vida das cidades ou vilas, encimando o escudo.

No uso desta coroa, euja tradição nos vem da República Romana, julgo não existir, servindo-me das próprias palavras do documento remetido, nada «que possa recordar qualquer idea dum privilégio de casta ou de hierarquia absolutas».

A adopção d'este emblema não deriva de origem feudal como as coroas nobiliárquicas que sobrepujam os brasões genealógicos, foi respeitada com toda a justiça pela França republicana. E entre nós, a própria cidade de Lisboa, glorificada pela revolução de 5 de Outubro, não enjeitou esse símbolo de poder municipal. Derivados duma convenção universal, com as leis da heráldica me parece razoável conformar-nos para que a linguagem desses símbolos possa ser universalmente compreendida.

Para adopção da esfera armilar, em substituição da coroa, entendo que não existem documentos de ordem histórica, e combatem-na razões de ordem estética.

Aquele círculo sobrepujando o escudo prejudica a harmonia geral da composição, e é dum efeito desastroso sobre o ponto de vista decorativo.

Por todos estes motivos, entende êste Conselho que o escudo das armas da cidade de Évora, assim como de todos os municípios que possuam brasões de armas, deva manter-se encimado pela coroa mural, que é o distintivo característico dos brasões desta espécie.

Saúde e Fraternidade.—Lisboa, 28 de Maio de 1912.—Ex.^{mo} Sr. Director Geral de Administração Política e Civil. Ministério do Interior.—O Presidente, *José Luís Monteiro*.

E como o Ex.^{mo} Ministro do Interior concordou com a matéria da consulta, encarrega-me de chamar a atenção de V. Ex.^a para ela e de lhe recomendar que tome as providências para que as câmaras municipais observem a sua doutrina».

(*Diário de Notícias*, de 28 de Maio de 1912).

16. O Museu de Mafra

«Faz hoje um ano que, perante os membros do congresso internacional de turismo foi inaugurado nalgumas salas do vasto e sum-

ptuoso edifício por D. João V levantado em Mafra, um interessante museu, em que se admiram, inteligentemente dispostos, objectos de arte sacra e profana, seleccionados nas dependências e arrecadações da monumental construção do galante príncipe, com o fim de dar ao visitante uma ideia, tanto quanto possível completa, das preciosidades que constituem o recheio do mosteiro.

O intuito que determinou o agrupamento e a exposição dessas valiosas peças de arte aplicada não foi, portanto, o de constituir mais um pequeno museu, com o risco de tornar impossível, pela dispersão ou descentralização leviana do que ainda resta do nosso tam cerceado património artístico, a organização, na capital, dum museu à altura dela, dum museu suficientemente educativo, dum museu digno de atrair as atenções de nacionais e estrangeiros. Não. O Museu de Mafra é apenas o museu do edifício.

Como tal, é perfeitamente justificável a sua existência; e o que se não justificava era a deslocação, para um grande museu nacional, da maioria, pode mesmo dizer-se, da quase totalidade dos objectos que o constituem, porque foram produzidos para o edifício, ligam-se indissoluvelmente com ele, tem ali um valor e um significado que inteiramente perderiam, encorporados nas colecções dum museu de Lisboa.

Cabe ao Sr. José Relvas, que, nem mesmo no meio do trabalho absorvente e exaustivo e das graves e incessantes preocupações que a gerência da pasta das finanças lhe acarretou, esquecia as suas pre-dilecções de artista (que o é, no mais elevado sentido da palavra), a iniciativa da organização do Museu de Mafra, e ao Sr. José Queiroz, actual conservador do Museu de Arte Antiga, a realização inteligente, rápida e económica do belo pensamento do esclarecido ministro. Entusiasta da arte, à qual dedica, há trinta anos, com desinteresse e até—quantas vezes!—com sacrifício, a sua actividade; educado especialmente, num largo tirocínio, que vem desde as exposições do Grémio Artístico até a decoração de algumas das mais interessantes residências da nossa Lisboa, para a escolha criteriosa e para a conveniente exibição de obras de arte; dotado de actividade incansável e sugestionante, logrou o Sr. José Queiroz levar à prática, em breves dias, com um pessoal muito restrito e uma verba exigua, o pensamento do Sr. Relvas; e a 15 de Maio, era, como dissemos, solenemente inaugurado o Museu de Mafra, na galeria ou série de onze salas, que, numa extensão de cerca de cento e noventa metros, corresponde à fachada principal da opulenta construção.

A primeira sala encerra curiosos espécimes da luminária e da

baixela dos frades—peças de vários metais, de procedência belga e portuguesa, e de faiança ordinária.

Na segunda e na terceira, exibem-se móveis do séc. XVIII e da primeira metade do século passado—cômodas, escrivaninhas, tremós, lavatórios, cadeiras, etc., dos diversos estilos que nesse período surgiram e, em parte, sem dúvida, construídos em Portugal.

Na segunda sala, admiram-se também, afora peças antigas de porcelana oriental, dois soberbos panos de Arras, um dos quais representa, numa bela e movimentada composição, Alexandre recebendo a rainha das Amazonas».

(*Diário de Notícias*, de 15 de Maio de 1912).

17. Estudo da época do Marquês de Pombal com relação a Angola

«N.º 267.—Sendo de alto interesse para a história da nossa administração colonial, e como afirmação das nossas qualidades, apenas menos disciplinadas e coordenadas, de colonizadores, o estudo da época do Marquês de Pombal nesta província, assinalado pelo tam notável e inteligente governo de dez anos (1764-1774) de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, amigo pessoal e colaborador do grande estadista, e ele mesmo neto do ilustre governador de Angola e Benguela, no fim do séc. XVI, Fernão de Sousa Coutinho, que mereceu o elogio de Oliveira Martins, e sendo possível que ainda nos arquivos públicos de Loanda andem porventura dispersos e mal parados alguns documentos da época pombalina: •

Hei por conveniente, em nome e na auséndia de S. Ex.^a o Governador Geral, encarregar o juiz da Relação de Loanda, bacharel Alberto Osório de Castro, de coligir nos arquivos oficiais da cidade êsses documentos do tempo, e de extrair dêles a lição colonial que seguramente encerram.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e a execução desta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Residência do Governo Geral, em Loanda, 5 de Março de 1912.—O Secretário Geral do Governo, interino, *Manuel Mcreira da Fonseca*.

(*Boletim Oficial de Angola*, n.º 10, de 9 de Março de 1912).

18. Arte Nacional—«Os Amigos do Museu»

«Ontem, pelas 15 horas e meia, reúniram no Museu Nacional de Arte Antiga muitos dos sócios fundadores do grupo denominado *Amigos do Museu*, a fim de elegerem os corpos gerentes dessa nova.

instituição que tantos serviços está destinada a prestar à arte em Portugal.

O grupo dos Amigos do Museu é mais um produto da muita iniciativa do director desse estabelecimento, magnífico repositório de jóias artísticas, Sr. Dr. José de Figueiredo, a quem todos os louvores são devidos, tanto ele tem trabalhado para a causa a que se dedica — a da reabilitação artística de Portugal.

Aberta a sessão preparatória, o Sr. Dr. José de Figueiredo, propôs para a presidência o Sr. Conde do Santar, possuidor dumas das mais ricas colecções de arte de Portugal, e erudito conhecedor de cousas da especialidade. O Sr. Conde de Santar escolheu para secretários os Srs. D. José Pessanha e Dr. Luís Xavier da Costa. Constituída a mesa, entrou em discussão um projecto de estatutos elaborado pelo director do museu e pelo Sr. D. José Pessanha, falando alguns sócios e sendo êsses estatutos votados com ligeiras modificações. Depois, procedeu-se à eleição dos corpos gerentes, provisórios, sendo eleitos: para a mesa da assemblea geral os Srs. Drs. António Augusto Carvalho Monteiro, presidente; J. Lúcio de Azevedo e Marquês da Foz, vice-presidentes; Visconde de Santarém e J. Lino Júnior, primeiros secretários; Dr. José Júlio Rodrigues e João Vieira da Silva, segundos secretários; conselho director: Luís José Fernandes, presidente; Dr. Francisco Falcão, Dr. Alfredo da Cunha, Joaquim Soto Maior, José Leite Guimarães, Manuel Emídio da Silva e Conde de Santar, vice-presidentes; Henrique José Monteiro de Mendonça, tesoureiro; D. José Pessanha e Dr. José de Figueiredo, secretários; José Luís Monteiro Columbano, Dr. Vicente Pinheiro de Melo (Arnos), Dr. Xavier da Costa, José Veloso Salgado, Eduardo Burnay, Raúl Lino, Dr. Vicente Gomes Freire Temudo, Carlos Ahrends, Adriano Júlio Coelho, Afonso Lopes Vieira, José Simões de Almeida Júnior, Dr. Henrique de Vasconcelos e Pedro Dinis.

O Sr. Dr. José de Figueiredo agradeceu a todos a sua dedicada cooperação, elogiando por sua vez o Sr. Conde de Santar o carinho e a inteligência com que o director do Museu de Arte Antiga tem cuidado de desenvolver o gosto pela arte e de melhorar o estabelecimento a seu cargo.

O grupo dos Amigos do Museu conta já 99 sócios, cujas cotas excedem já a quantia dum conto de réis, que se destina à aquisição de obras de arte e ao custeamento de despesas tendentes a melhorar a apresentação do Museu e ao estudo e renovação das colecções. O grupo promoverá ainda depósitos e doações de obras de arte no Museu.

O Sr. Conde de Santar ofereceu, por intermédio do Sr. Dr. José de Figueiredo, para o Museu de Arte Antiga, um belo quadro da escola italiana do século XVI, quadro que está já entregue, para ser restaurado, à reconhecida competência do Sr. Luciano Freire. A valiosa oferta do Sr. Conde de Santar impõe-no ao reconhecimento de todos os que amam o Museu e o bom nome do país».

(*Diário de Notícias*, de 28 de Abril de 1912).

19. Um tesouro numa casa velha

«Ceia, 26.—Em S. Martinho, freguesia deste concelho, por ordem do seu proprietário Lourenço Fernandes, foi mandada demolir uma velha casa por uns pedreiros que foram incumbidos da reconstrução.

Esta foi concluída há cerca de mês e meio. Há três dias foram presos em Viseu dois homens na ocasião em que procuravam trocar umas peças de ouro. Interrogados, confessaram terem sido por eles achadas nas obras de demolição dum prédio.

Vindos para esta vila com as moedas apreendidas, tudo confessaram.

Entregaram 23 moedas de 45000 réis, do ano de 1647, mais 12 barras de ouro, sendo 7 redondas e 5 oblongas.

Tudo vale cerca de um conto e seiscentos mil réis».

(*Diário de Notícias*, de 29 de Abril de 1912).

20. Bom achado

«Conta um correspondente, de Manteigas, que, estando há dias a trabalhar numas terras dois homens, um deles encontrou resistência, e quis verificar o que era.

Ficou então admirado de ver em fragmentos uma panela de barro, e dentro grande porção de dinheiro de prata. Ao desenterrar os fragmentos, viu que estava de posse de moedas mui antigas, porque davam algumas do reinado de D. Manuel I e de D. Sebastião e as demais da época dos Filipes, intrusos em Portugal.

O trabalhador não foi inteiramente feliz, pois na ocasião em que discutia com os companheiros a divisão do achado, um polícia da terra assistia à contenda e intimou os trabalhadores a que se apresentassem à autoridade com o achado, sendo igualmente intimado o dono do terreno.

Fêz-se logo a divisão equitativa, segundo a lei, e parte das moedas achadas foi entregue aos trabalhadores, que ficaram contentíssimi-

mos, porque as foram oferecer e vender a amadores numismatas, que decerto não lhes deram o que realmente valeriam, atendendo à raridade».

(*Diário de Notícias*, de 2 de Abril de 1912).

*

Quando li esta notícia, estava eu no concelho de Mangualde, em serviço do Museu Etnológico. De lá escrevi um postal ao Sr. Administrador do concelho de Manteigas, pedindo-lhe informações acerca do achado, e ele dignou-se dizer-me o seguinte:

«Respondendo ao postal de 7 do corrente, cumpre-me informar V. de que as moedas foram distribuídas, como determina a lei, pelos achadores e dono do prédio, não ficando nada em poder da autoridade.

Há ainda algumas moedas de D. Sebastião e de D. Filipe, que os achadores vendem ao preço de 60 réis a grama.

Os fragmentos do vaso desapareceram.

Sem mais, sou—De V. M.^{to} At.^o V.^{or}, Joaquim C. Rabaça.
Manteigas, 13 de Abril de 1912».

21. Descendentes de D. João de Castro

Uma lápide tumular

«Quando procediam a escavações, os operários empregados nas obras do Conservatório de Lisboa encontraram uma lápide tumular, que existia no cruzeiro da antiga capela dos Caetanos, e que é a pedra do túmulo de D. Maria Ana de Noronha e Castro, descendente de D. João de Castro e instituidora da Casa da Divina Providência, convento de Nossa Senhora. Além da respectiva inscrição, a pedra tem, em baixo relevo, o escudo dos Castros, de seis arruelas.

Num carneiro subjacente, que se supõe ser o da família Noronha e Castro, encontraram-se bastantes ossadas humanas.

Vai tratar-se da remoção das ossadas para um dos cemitérios, a menos que estas sejam requisitadas pelos actuais descendentes daquela família, que pretendam recolher-las em jazigo próprio.

Quanto à remoção da lápide tumular, vai ser ouvido o Conselho de Arte e Arqueologia sobre o seu valor arqueológico e histórico».

(*Diário de Notícias*, de 16 de Março de 1912).

Tendo sido encarregado pelo Conselho de Arte e Arqueologia de examinar a lápide, fui ao local, e copiei o seguinte:

D. O. M.

QVI VIVORVM DOMINATVR SIMVL ET MORTVORVM
 MARMORE SVB HOC REQVIESCVNT IN COEMETERIO
 RESVRREXIONEM EXPECTANTES NOVISSIMAM
 ILLVSTRISSIMI CINERES HEROINÆ¹ LONGE PRÆCLARISSIMÆ
 D. MARIANÆ A NORONHA ET CASTRO
 D. ALVARI A PORTVGALLIA OLIM CONIVGIS
 QVÆ POST CHARISSIMORVM PIGNORVM FATA
 [C]LERICOS REGVLARES QVOS HABVIT IN SPIRITU PATRES
 ADOPTAVIT IN FILIOS
 IIS CONDIDIT ASCETERIVM
 IN QVO HANC EXTRVXIT DOMVM
 DEO VIVENTI
 SIBI MORTVÆ
 IVBENS SVPREMIS TABVLIS SEPELIRI
 IN EODEM SEPVLCRETO QVO CLERICI REGVLARES
 SVPERBVVM ARBITRATA MAVSOLEVVM
 QVOD COMMENDARET HVMLITAS
 DENIQVE POST ANNOS LXVII LAVDABILITER TRADVCTOS
 MAGNVUM SVI RELINQVENS DESIDERIVM
 SACRIS RITE COMMVNITA
 ABIIT AD MELIORES IPSA DIE PENTECOSTES XXV MAII
 ANNO A NASCENTE DEO MDCLXXXI
 EIDEM MATRI SVÆ OPTIMÆ
 HVIVS COENOBII MVNIFICENTISSIMÆ FVNDATRICI
 CLERICI REGVLARES
 IN PERENNE GRATITVDINIS MONIMENTVM

S · H · P

Tradução literal:

«Ao Deus óptimo e máximo, que é ao mesmo tempo senhor dos vivos e dos mortos, Debaixo deste mármore descansam em paz, esperando a ressurreição final, as cinzas nobilíssimas da preclaríssima senhora D. Mariana de Noronha e Castro, esposa que foi de D. Álvaro de Portugal, a qual, depois da morte de seus caríssimos filhos,

¹ Dentro do «O» estão inclusos ei.

perfilhou os clérigos regulares, a quem teve por pais espirituais. Para eles fundou um convento em que construí para si depois de morta esta casa dedicada ao Deus vivo, mandando na última disposição testamentária que a sepultassem no mesmo cemitério dos clérigos regulares, pois julgou que seria mausoleu soberbo um que por sua humildade se distinguisse. Finalmente, após 67 anos de vida gloriosa, passou para os bem-aventurados no dia de Pentecostes, 25 de Maio, do ano do nascimento de Deus de 1681, munida convenientemente com os sacramentos, e deixando de si grande saudade. À mesma sua mãe óptima, fundadora generosíssima dêste convento, levantaram os clérigos regulares êste sepulcro, em eterno testemunho de gratidão»¹.

22. Notícias arqueológicas dos arredores de Viseu

De duas cartas que o meu esclarecido colega e amigo o Sr. Dr. Correia de Lemos, de Viseu, me dirigiu a 25 de Junho de 1912, extraio, com autorização do autor, as seguintes notícias arqueológicas que julgo de valor:

A visita, mui recente, a algumas obras arcaicas dos subúrbios de Viseu, e nomeadamente as intraduzíveis impressões do meu passeio ontem à vizinha serra de Mondão, cerca de 7 quilómetros ao nordeste desta mesma cidade, a fim de examinar — já danificado! — um dólmen ali recem-descoberto, dão-me o ensejo apetecido de lhe escrever, e relatar-lhe, muito em compêndio, o que vi.

Lagares abertos em rochas, que medianamente sobresaem à superfície do solo e tem pronunciado declive, se vêm em pontos múltiplos da vasta zona de cintura circunposta a esta vetusta cidade.

Um desses lagares — que pela sua estrutura manifestamente tóscas e nimicamente simples poderão ser considerados como pre-romanos, — tem (além do conhecido tanque alongado e rectangular, que por orifício circular comunica com larga bacia, ou tina) um prato arredondado e pouco profundo, cavado ao lado do tanque, e donde o líquido escorreria para a referida bacia por goteira que lá se vê a ligar essas duas escavações.

E, se estes lagares tivessem o destino a que se refere o pequeno artigo d-*O Archeólogo Português*, xvi, 26 (o que de todo o ponto se afigura presumível), não nos repugna supô-los pre-romanos, quando os habitadores da Lusitânia só faziam uso do zito (*ζύθος*) de cevada, e desconheciam todos os processos de vinificação.

Há, ainda, um grupo de cinco sepulturas, paralelas, cavadas numa só rocha bastante larga, e todas com esta configuração:



Estão orientadas na direcção leste-oeste, e dispostas por forma, que os pés dos sepultados ficavam para o oriente.

¹ Suponho que as siglas, S · H · P significam *S(epulcrum)* *H(oc)* *P(osuerunt)*.

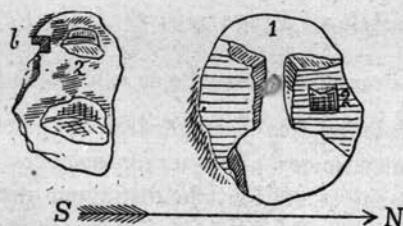
Finalmente, um dólmen (câmara e galeria) coberto com volumosa mâmoa. O seu espólio era constituído (segundo me disseram) por machados, martelos, pedra de afiar, estiletes de osso, panelas e bastante carvão. A tampa formada por algumas pedras (e não uma só), foi levantada, e roubada! Vê-se, ao lado, e ainda sobre a mâmoa quase intacta, uma dessas grandes pedras partida! Na câmara há nove esteios dispostos em forma aproximadamente circular (para isso tem os esteios n.º 1, 2 e 3 a face interna pronunciadamente côncava), e dirigidos, como sempre sucedia, de cima para baixo e de dentro para fora. A galeria, bastante comprida, é coberta e está completa. Não pude reconhecer a altura dos soberbos monólitos acima do chão da câmara e corredor; porque corredor e câmara estão quase entulhados de pedregulho e terra! A entrada fica voltada ao nascente.

Ora sucede que a cem metros de distância desta anta, e na direção de nordeste, há uma outra iminência de terra cheia de mato e pedras soltas, em tudo semelhante à que cobria o dólmen a que me refiro, e que também, por certo, é outra mâmoa recheada de segundo monumento megalítico, com espólio talvez igual.

P. S.

Como adenda referirei ainda, que nos subúrbios de Viseu (a distância aproximada de 3 quilómetros, e em meio da longa faja de cintura onde se encontram os lagares e sepulturas talhados em rocha) aparecem à superfície do solo numerosos fragmentos de tejolo, de telha de rebordo e outros, talvez de cerâmica coetânea denunciadores da existência, ali, de povoado antiquíssimo. No centro dessa zona, em que predominam os arcaicos vestígios a que me refiro, há dois rochedos, que apresentam escavações artificiais, de configuração tam extraordinária, que dificilmente poderá revelar o destino para que foram feitos. Esses dois penedos paralelos de declive natural suave voltado ao leste, excedem pouco o nível do solo circunjacente; sendo, por isso, de fácil acesso a sua superfície trabalhada.

São dessemelhantes, nesses dois monólitos, os cavados que apresentam: estes são, pouco mais os menos, assim:



No n.º 1 parece haver uma pequena pia (*a*).

Mas... para quê, a escavação no fundo da qual essa pia se praticou? E, a escavação do lado oposto? No n.º 2, qual o destino do corte (*b*)? E para que serviriam os seus dois cortes, quase em forma de degrau, que se vêem de frente?

23. Dr. José Maria Rodrigues de Carvalho

«Braga, 31¹.—Acaba de falecer em Paris o Sr. Rodrigues de Carvalho, antigo presidente da Câmara dos Deputados e dos Pares e chefe do partido progressista em Braga. A sua morte, apesar de esperada, causou enorme sensação em Braga e todo o reino. O seu cadáver vem para Braga.

Nasceu em Braga, em 2 de Janeiro de 1830. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra (1852) e foi delegado do procurador régio nas comarcas de Pinhel e Barcelos, sendo promovido a juiz por um decreto em que se consignam os relevantes serviços que havia prestado; exerceu esse cargo em Cuba, Póvoa de Lanhoso, Águeda e Valença, pedindo a sua exoneração quando era juiz de segunda classe. Foi pela primeira vez eleito deputado por Guimarães, para a legislatura que começou a 2 de Janeiro de 1865 e que durou até Maio, visto ser dissolvida a câmara; foi depois eleito por Melgaço (1868), Monção (1869), Vila Nova de Famalicão (1870), Arcos de Valdevez (1880), e Viana do Castelo (1887). Por carta régia de 17 de Janeiro de 1888 foi elevado ao pariato, assumindo a presidência da Câmara dos Dignos Pares nas sessões legislativas de 1897, 1898, 1899 e 1900; foi juiz árbitro, nomeado pelo Governo, nas questões do caminho de ferro da Pampilhosa à Figueira, Companhia Vinícola Portuense e liquidação das fábricas de tabaco. Militou no partido progressista, ao qual prestou relevantes serviços. Espírito muito lúcido, foi um cavalheiro primorosíssimo, por todos querido e respeitado».

(*Diário de Notícias*, de 1 de Agosto de 1908).

*

Apesar do que fica dito, deve-se à perniciosa influência política desse indivíduo, mais que a qualquer outro, a vergonha da demolição da muralha do Castelo de Braga: cfr. *O Arch. Port.*, x, 378.

24. Bons conselhos a respeito da exploração de grutas

«L'exploration des grottes et, en général, des gisements quaternaires nécessite des connaissances pratiques en sciences naturelles et stratigraphie. Il importe avant tout de distinguer nettement l'ordre de succession des niveaux, sans se laisser induire en erreur par des remaniements, toujours possibles. La détermination des débris osseux,

¹ de Julho de 1908.

coquilles et fossiles divers, exige la collaboration des paléontologistes. Nombre d'indications erronées ou incomplètes sont produites par des fouilleurs inexpérimentés, qui croient pouvoir se passer du concours de spécialistes. Il en résulte de fâcheuse méprises qui égarent la science. En Suède, une auctorisation est nécessaire pour pratiquer des fouilles archéologiques. L'exploitation des phosphates des cavernes, particulièrement dans le Midi de la France, a déjà anéanti un grand nombre de gisements importants (voir Cartaillac, *Anthropologie*, 1894, p. 2). Tous les visiteurs des grottes de la Dordogne ont pu constater et déplorer les dévastations opérées jurementlement aux Eyzies par les pourvoyeurs des collectionneurs et des touristes».

J. DÉCHELETTE.—*Manuel de Archéologie*, I (1908), 94, nota.

25. Dólmens do Alentejo

No *Indicador dos objectos mais curiosos e de alguns monumentos históricos do reino de Portugal*, coordenado por António Joaquim Álvares, comerciante do Rio de Janeiro, Rio 1856, lê-se o seguinte, a pág. 75, com o título de *Monumentos druídicos*:

«Monumentos que se supoem druídicos, os quaes se encontrão entre Pegões e Vendas Novas, e proximo donde está um palacio de campo d'El-Rei, na provin-
cia do Alentejo, na estrada real, que da Villa d'Aldéa Gallega segue para Monte-
-Mór novo, e são varias pedras postas em ordem circulares, em numero de 12,
tendo uma no centro¹. Tambem se encontrão estes monumentos na estrada que
segue da Villa d'Arraiolos para as provincias da Beira».

Esta notícia refere-se a dólmens ou antas, que, quando os eruditos começaram a estudá-los, receberam o nome de *altares druídicos*: cf. *Religiões da Lusitania*, I, 6. Isto provinha de os suporem relacionados com a religião dos Celtas, cujos sacerdotes na Gália se chamavam *druidas*.

J. L. DE V.

«Les monuments épigraphiques sont les seuls documents originaux et authentiques de notre histoire nationale pendant une période de plusieurs siècles, et leur perte est irréparable. Leur conservation est donc d'intérêt public.. L'influence des agents atmosphériques sur les blocs lapidaires est très sensible..

Bulletin Épigraphique de la Gaule, II, 5.

¹ [Isto é, ao centro, por cima].

Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico

I

Documentos de S. Pedro de Óbidos

Desde Maio de 1906 que se encontra no Museu Etnológico de Belém uma colecção valiosa de pergaminhos e papéis que faziam parte do cartório da antiga colegiada de S. Pedro da *nobre vila* de Óbidos.

Não precisa de justificação a existência num museu de semelhantes provas de cultura, mas se tal fosse necessário o exemplo de museus congêneres guardarem êsses monumentos arredaria as dúvidas a quem as acolhesse.

O número de pergaminhos eleva-se a 167, ao passo que o número de papéis se limita a 20, contando entre estes um livro manuscrito de música sacra. O mais antigo dos pergaminhos é datado de 1234, o mais recente de 1534. O mais antigo dos documentos de papel é de 1409, o mais moderno de 1662. Estão portanto representadas todas as letras usadas em Portugal, com excepção da visigótica.

A língua portuguesa começa a ser representada desde o ano de 1296.

Como é natural, avultam as doações e os emprazamentos, seguindo-se a larga distância os documentos régios e os forenses.

Tendo-me sido facultado o exame dêsses velhos monumentos pelo digno Director do Museu, redigi o respectivo catálogo que vai adiante impresso.

Na extracção dos verbetes procurei sempre recolher todos os nomes de pessoas e localidades, não sendo tam rigoroso na denominação das peças catalogadas com a terminologia forense, em virtude do meu fraco conhecimento de jurisprudência antiga, por demais mal estudada, segundo julgo, entre nós.

Com respeito à língua apenas recolhi o que diz respeito à confusão do *s* e do *z*, e do *s* e do *c*, por isto ser importante para o conhecimento da fonética meridional.

Um documento de Junho de 1328 ministra-nos: *huzo, prezente, rezidente*, e bem assim *condisõ*. Outro de 4 de Agosto de 1334 escreve *ia paçado*. Num documento de 1337 acha-se *Pedro Gimões*; noutro de 1338 *Domingos Soaris*. Em 1334 lê-se *freegezes* e *Vizitacoes*, e noutro de 1317 *prezença*. O documento mais moderno que apontei, datado de 1361, dá-nos *rezedentes*.

A quem se quiser ocupar da história da vila de Óbidos ou Óvidos, como se lê num documento de 1649 adiante extratado¹, não basta a consulta dos documentos sumariados agora, pois terá de recorrer nesse empenho aos 307 documentos, pertencentes às colegiadas de S. Pedro e S. Tiago (o mais antigo é só de 1330), que estão na Torre do Tombo, para onde vieram do seminário de Santarém em Outubro de 1864. Creio que no mesmo seminário ainda se acham os documentos posteriores a 1600.

PEDRO A. DE AZEVEDO.

Pergaminhos

I

Apud Vlixbonam in ecclesia ante Novembro de 1272 (1234).
introitum.

Composição feita por *Petrus Silvestri*, beneficiado, e *Gunsaluuus Gonsalui*, capelão-mor da igreja de Lisboa, delegado do arcebispo de Compostela na causa que havia entre *Petrus Fernandi*, prior da igreja de S. Pedro de Óbidos, e os clérigos desta. Foi resolvido que Pedro Fernandes recebesse metade de todos os bens das herdades, décimas, oblações, doações dos reis e dos povos; e a parte restante ficasse aos clérigos que não deviam ser mais de sete e bem assim metade das herdades de *Turre* e do *Campo de Lama*, a vinha que foi de D. Guiso, um moio de vinho da vinha que está além da *Ripariam* e da herda-de de S. Mamede, metade da *Almunia*, metade da herda-de que está acima de *Sanctam Erenam* e a sua parte do forno. Para custeio das despesas com a aposentadoria e serviço rial é dado ao prior *alqueydonem de Maria Delgada*. Qualquer das partes que não cumprir o disposto pagará à outra 200 *aureos*. Os clérigos pelo amor que tem ao seu prelado dão-lhe em usufruto *alqueydonem de Monasterio*. Da carta de composição foram tirados dois exemplares selados com o sôlo do convento do S. Vicente de Fora e partidos por *Abc.*

Transaltim. 10 das calendas de Fevereiro
de 1274 (1236).

Confirmação de B. arcebispo de Compostela que transcreve a composição dos seus delegados.

Apenas se conservam os fios do sôlo.—Dimensões: 0,274 × 0^m,118.

No *Libro de la Caza de las Aves*, de Pero López de Ayala, dá-se conta do *castillo de Obiedes*, que a Sr.^a D. Carolina Michaëlis identificou com Óbidos. Vid. *Revista Lusitana*, XIII, p. 184.

II e III

Lisboa.

7 das calendas de Maio de 1238.

Intimação feita por Gonçalo, prior do mosteiro de S. Vicente, e *Dominicus Suerij*, prior de Santa Maria de Arruda, a *Petrus Fernandi*, prior de S. Pedro de Óbidos, para que cumpra a sentença que o *Cantor Vliabonensis* e o referido prior de Arruda pronunciaram na questão que havia entre êle e os seus clérigos e que lhe já fôra intimado em pessoa na *Dominica qua cantatur Misericordia domini*. Por isso lidas muitas vezes as letras do papa, a sentença dos juízes e a carta de composição ordenam, em virtude da obediência a um e a outros, que cumpram o que foi determinado até a festa de Pentecoste que há-de vir.

Dois exemplares, um em bom estado e o outro consideravelmente lacerado. Dêles só pendem os cordões de cabedal que sustentavam os selos.—Dimensões. 0^m,110 × 0^m,165; 0^m,090 × 0^m,185.

IV

Lisboa.

2 das calendas de Junho do ano
da encarnação de 1238.

Intimação, sob pena de suspensão, de Gonçalo, prior de S. Vicente e de *D. Suarij*, prior de Arruda, a *P. arcediago de Lisboa*, a *Gun-saluo Gunsalui* e a *Duranus Martini*, presbíteros da Santa Maria de Óbidos, para que façam cumprir a sentença que *post horribiles auditio-nes et aduocationes* foi pronunciada na questão que se ventilava entre *P. Fernandi, prelatus sancti Petri de Obidos* e os clérigos da mesma igreja, devendo proceder contra os *contradictores et rebelles*.

Apenas se conservam os cordões dos selos.—Dimensões: 0^m,100 × 0^m,195.

V

Compostela.

Quinta feira in crastino sancti
Martini, mense novembris
1292 (1254).

Cédula do *Magister Vitalis*, juiz da igreja de Compostela, delegado do respectivo arcebispo na questão que se movia entre *Sue-rius Suerij*, procurador do Cabido de Lisboa e dos reitores das igrejas *Castri de Óbidos*, duma parte, e *Menendus Michaelis*, cónego de Tui, da outra, sobre a capela de *Cornagáá*, em virtude da qual depois de vistos os actos e ouvidos os peritos foi condenado o referido

cónego a entregar a capela da igreja e a pagar à parte contrária 100 áureos de Lião, ficando encarregados *Johannes Pelagii* e *Johannes Johannis*, capelão mor da igreja de Lisboa, de vigiar o cumprimento da sentença.

Lisboa.

13 das calendas de Janeiro.

Mandado de *Johannes Pelagii* e de *Johannes Johannis* a *Paschasius*, vigário de S. João e aos outros vigários ou propostos (priostes) das igrejas de Óbidos que vigiem, sob pena de suspensão, o cumprimento da sentença acima exarada.

Apenas se conservam os cordões de lã azul, donde pendia o sêlo do mosteiro de S. Vicente de Fora.—Dimensões: 0^m,150 × 0^m,190.

VI

Santarém.

iiiº nonas de Setembro de 1293
(1255).

Letras de A. bispo de Lisboa, pelas quais ordena que se cumpra inteiramente a sentença do arcebispo de Compostela sobre a capela de *Cornagáá*, ficando anulada a colação que fizera da referida capela a *Menendus Michaelis*, em prejuízo dos reitores das igrejas de Óbidos.

Apenas se conservam os cordões de linho branco do sêlo pendente.—Dimensões: 0^m,135 × 0^m,230.

VII

Cadaval.

21 de Abril de 1316 (1278).

Carta de venda que fazem *Martinus Johannis dictus cerdo* e sua mulher *Maria Johannis* a *Afonso Johannis*, clérigo, *nepos Dominici Johannis dictus iardo*, duma vinha que parte do *aquilonem* e do *aficum com Vincencius dictus falageyro*, da *Travesiam* com *Martinus dominici*, do *Soam* com *Stephanus martini* e duma cuba por 150 maravidis da moeda antiga. Foi tabelião o de Óbidos de nome *Aprilis Petri*. Testemunhas: *Johannes Johannis, dictus gago, Johannes Egee, capelão do Cadaval, Facundus Johannis, Vincencius Johannis, Martinus suerij, Thome rubeus, homo Pretoris* e outros muitos.

Cadaval.

27 de Abril de 1316 (1278).

Carta de venda feita por *Facundus Johannis* e sua mulher *Consancia Stephani* ao mesmo *Alfonso Johannis*, dá metade dum con-

chouso que foi de *Johannes Dominici* e de metade do outro que fica ao pé da *aldeyam de cadaual*. O mesmo tabelião e as mesmas testemunhas com mais *Johannes Petri dictus touro*.

Dimensões: 0^m,300 × 0^m,134.

VIII

Óbidos.

18 de Março de 1327 (1289).

Carta de obrigação que fez *Gonsaluus Johannis*, cavaleiro, filho de *Dominus Johannes Petri a Johannes Johannis dictus gago*, reitor da igreja de S. João de *Aurantes* (Abrantes) e beneficiado de S. Pedro de Óbidos, de defender todo o lugar do Areal que era de *Maria Fernandij fratrisse* e que foi de *Fernandus Fernandi* e de *domina Dominica*, sua mulher, como se lê na carta feita pelo tabelião de Óbidos, *Stephanus Johannis*, havendo-lhe sido o lugar vendido por *Johannes Tauoado* por 300 libras de moeda antiga, as quais a referida *Maria Fernandij* lhe era obrigada a dar, salvo o direito da igreja de S. Pedro de Óbidos. Tabelião: *Stephanus Johannis*. Testemunhas: *Stephanus Johannis, pretor, Rodericus Nunj aluazilis, Johannes Johannis, almoxarifus, Garsias Moniz, tabellio, Fernandus petri armiger, Martinus Louçõ, Andreas Petri, Dominicus Botelho, Johannes Vincencij portionarius ecclesie Sancti Marie, Petrus Dominici capellanus ecclesie Sancti Petri*

Dimensões: 0 × 0^m,92 × 0^m,210.

IX

Compostela.

8 das calendadas de Março.

Carta de B., arcebispo da Compostela, ao *Cantor major* da igreja de Lisboa e aos priores de S. Tiago e de S. Pedro, para que inquiram da questão que havia entre *Petrus Fernandi*, prior de S. Pedro de Óbidos e os clérigos da igreja.

Óbidos.

14 de Abril de 1330 (1292).

A carta anterior foi passada em pública-forma por *Stephanus Johannis*, tabelião de Óbidos, a pedido de *dominus Johannes Johannij*, reitor de S. João de Abrantes. Testemunhas: *Garsia Munionis e Aprilis Petri*, tabeliães de Óbidos.

Dimensões: 0^m,150 × 0^m,173.

X

Compostela.

3 das calendas de Julho de
1272 (1234).

Carta de B., arcebispo de Compostela, pela qual encarrega *dom fuas*, prior da Madalena, *Petrus Silvestri*, beneficiado, e *Gunsaluus Gunsalui*, capelão da igreja de Lisboa, que inquiram da questão que havia entre *P. Fernandi*, prior de S. Pedro de Óbidos, e os clérigos dela.

Óbidos.

14 de Abril de 1330 (1292).

A carta foi passada em pública-forma por *Stephanus iohannis*, tabelião, a pedido de *Johannes Iohannis dictus gago*, reitor de S. João de Abrantes e beneficiado de S. Pedro de Óbidos. Testemunhas: *Aprilis petri*, tabelião de Óbidos, e *Garsias Munionis*.

Dimensões: 0^m,140 × 0^m,160.

XI

(1.^o documento)

Óbidos.

14 de Abril de 1330 (1292).

Pública-forma lavrada por *Stephanus iohannis*, tabelião de Óbidos, dum termo (sem data), em que os prelados das igrejas de Óbidos se obrigam a manter a divisão feita entre êles, e a cedência à igreja de S. Pedro, de *Royerizam*, onde morava *Petrus Maurus* (Amaro). O termo foi escrito em presença do bispo de Lisboa e o instrumento passado, a pedido de *Johannes Iohannis dictus gago*, reitor de S. João de *Aurantes* e perante as testemunhas *Aprilis Petri* e *Garsias Munonis*, tabeliões de Óbidos.

Dimensões: 0^m,240 × 0^m,188.

XI

(2.^o documento)

Lisboa.

12 das calendas de Abril da era
de 1275 (1237).

Carta de P., chantre de Sé de Lisboa, e de *D. Suarij*, prior de Santa Maria de *Arruta*, pela qual se manda observar a composição sobre os rendimentos da igreja de S. Pedro de Óbidos, feita entre

P. Fernandi e os respectivos abades. Pública-forma passada por *Stephanus Johannis*, tabelião de Óbidos, em 14 de Abril de 1330 (1292), a requerimento de *Johannes Johannis dictus gago*, reitor de S. João de Abrantes, perante os tabeliões *Aprilis Petri e Garsias munionis*, testemunhas.

XII

Santarém.

3 das nonas de Setembro da era de 1293 (1255).

Letras de Afonso, bispo de Lisboa, pelas quais consta que, sendo condenado *Menendus Michaelis* a pagar ao cabido da Sé de Lisboa e reitores das igrejas de Óbidos 100 aureos de Lião em respeito da colação da capela de *Cornagáá*, em virtude da sentença de Mestre Vital, juiz delegado do arcebispo de Santiago, manda repôr tudo no estado anterior (cf. n.º 5). Pública-forma de *Stephanus Johannis*, tabelião de Obidos, a requerimento de *Johannes Johannis*, reitor de S. João de Abrantes e beneficiado de S. Pedro de Óbidos, em data de 14 Abril de 1330 (1292).

Dimensões: 0^m,252 × 0^m,176.

XIII

Óbidos.

8 de Junho de 1334 (1296).

Obrigação que fez Orraca Domingues, viúva e testamenteira de João Martins, capeleiro, que deixou à igreja de S. Pedro uma casa ao lado da de Pedro Cardiga e o uso-fruto de outra, de pagar à referida igreja um maravedi. Testemunhas: Vicente Esteves, ferreiro e Domingos de Vila. É o primeiro documento em português neste cartório.

Dimensões: 0^m,150 × 0^m,140.

XIV

Óbidos.

4 de Agosto de 1334 (1296).

Instrumento do tabelião Afonso Domingues pelo qual consta ter visto e lido no testamento de Pedro Travanca, clérigo de *Cornagáá*, a doação da adega da vila à igreja de S. Pedro. Passado a pedido de João Eannes, prior de S. João de Abrantes e raçoeiro de S. Pedro de Óbidos, sendo testemunhas o alvazil Martim Martins, Francisco Palmeiro e *Pedro Migéez do Avelhar*.

Dimensões: 0^m,100 × 0^m,130.

XV

Óbidos.

14 de Fevereiro de 1339 (1301).

Emprazamento em uma vida a Stevam Pires, arcipreste de Óbidos, da herdade do Caniçal, que parte com os herdeiros de Calavrinhas, com a aberta do Caniçal e com carreira, feita pelo prior de S. Pedro de Óbidos e pelos raçoeiros Joane Annes Gago, Pedro Fagundes, Pedro Annes, Vasco Fernandes e Martim Gago, com obrigação de a plantar de vinha. Tabelião: Stevam Annes; e testemunhas: Touriho Rodrigues, clérigo, Lourenço Pires e Bartolomeu Pires, capelões de S. Pedro, Afonso Clemente, clérigo casado e João Cardiga, clérigo. Carta partida por *Abc*.

O prior de S. Pedro, Afonso Annes acima referido, deu procuração ao beneficiado João Annes Gago em 7 de Maio de 1326 (1288), na qual se declara cônego da Sé de Évora. Foram testemunhas: Mestre Bartolomeu, reitor de S. Bartolomeu de Lisboa, Vasco Gil Payã, Gonçalô Annes, escudeiro de D. Pedro Martins de Romeira e Vicente Martins, escrivão de El-Rei. Esta procuração é escrita em latim.

Dimensões: 0^m,308 × 0^m,130.

XVI

Óbidos.

13 de Novembro de 1339 (1301).

Pública-forma passada pelo tabelião Afonso Domingues duma verba do testamento de Pedro Domingues, capelão, pela qual deixou a herdade da Sorveira e a vinha do Rebôlo a sua mãe e seus criados, com obrigação de pagarem fôro dum bacelo a João Gago e depois da morte dela e dos *minhos*, se estes morrerem sem *semel*, ficar à S. Pedro.

Testemunhas: Pedro Gil, Martim Annes, peliteiro de Tôrres e Vicente Grueiro.

Dimensões: 0^m,095 × 0^m,150.

XVII

Óbidos.

Era de 1339 (1301).

Testamento de Joanne Anes dito gago pelo qual deixa aos raçoeiros, clérigos e *mooazinhos* (mouzinhos) que forem ao seu funeral cinco soldos a cada um; ao hospital de Santa Bárbara cinco soldos e a mesma quantia a Santa Maria de Rocamador e aos gafos de Óbi-

dos; fazendo outros legados às donas de Santa Clara de Santarém, aos clérigos do seu tempo e ao Cabido da Sé de Lisboa. Deixa também a Constança Joannes saias e garnachas e a seu neto Martim Annes o Areal com o seu conchouso e uma courela no sítio das Pontes por aniversário do seu falecimento, bem como uma outra pelo do bispo D. Domingos. Tem outras disposições que pelo mau estado do pergaminho se não podem ler.

Pública-forma tirada em 1351 (1313) a pedido do dito Joanne Annes pelo tabelião Stevam Annes, sendo testemunhas D. Pedro de Famum (?), vigário de Lisboa, Mestre Afonso, prioste do cabido, Martim Gago, raçoeiro de S. Pedro de Óbidos, Stêvão Durães e Domingos Pires Salsa, capelões.

Dimensões: 0,º420 × 0,º200.

XVIII

1.º Documento

Óbidos.

26 de Março de 1341 (1303).

Testemunho passado pelo tabelião Lourenço Pires a pedido de Joanne Annes Gago de como no testamento escrito em papel de Oracaria Domingues se continha entre outras disposições que ela deixava à igreja de S. Pedro umas casas com condição de morar nelas Domingas Pires, sua irmã, enquanto viva for, pagando os *alquyeres* (alugueres) das casas que foram de Pedro Domingues. Testemunhas: Vasco Fernandes, João Ramos, João Gago, Vicente André e Bartolomeu Pinhão.

Dimensões 0,º196 × 0,º177.

(Continua).

Crónica

Visita presidencial

O Ex.^{mo} Sr. Dr. Manuel de Arriaga, nobre Presidente da República Portuguesa, dignou-se visitar o Museu Etnológico em 23 de Janeiro de 1912.

S. Ex.^a não só examinou com toda a atenção as diversas coleções do Museu, mas a cada passo fez observações históricas e artísticas a respeito de muitos objectos, no que deu prova do seu espírito culto.

Excursão arqueológica — Escavações — Aquisições

Havendo-me o meu amigo, o Sr. Bernardo Rodrigues do Amaral, Morgado do Outeiro de Espinho, concelho de Mangualde, a quem o Museu Etnológico devia já muitos serviços, convidado para ir à Beira fazer escavação em uns dólmenes durante as férias da Páscoa de 1912, fui lá efectivamente, e, aproveitando a ocasião de estar naquela província, procedi a outros estudos. Vou aqui de tudo que o passei dar conta resumida, enquanto de alguns trabalhos não posso escrever mais desenvolvidamente.

Dia 27 de Março de 1912. — Parti do Rocio, à noite, em companhia de Fulgêncio Rodrigues Pereira, preparador do Museu.

28 de Março. — Chegámos de manhã à estação de Nelas, onde o Sr. Morgado nos esperava. Empreguei algumas horas na vila em pesquisas arqueológico-etnográficas. O Sr. Dr. Augusto Rosado ofereceu-me dois machados neolíticos, e o Sr. Evaristo Faure, um machado.

De lá seguimos em trem, com o Sr. Morgado, para Senhorim, terra em que ele actualmente reside com sua filha, a Ex.^{ma} Sr.^a D. Anunciação do Amaral, ambos os quais nos acolheram em sua casa com a habitual franqueza beirã. A isto juntou o Sr. Morgado outro encanto não menor, pois, apenas chegámos, me presenteou com uma colecção de muitos objectos arqueológicos descobertos por ele nos arredores de Senhorim: machados de pedra polida, mós pre-históricas, *pondera* de barro romanos.

De tarde, o Sr. Morgado, o preparador e eu, andámos pela freguesia visitando estações arqueológicas e observando costumes: campos do Rio Videira, juncados de restos romanos; Poço Santo, com lendas e superstições. O Sr. Bernardo Paes de Figueiredo deu-me uma edícula lusitano-romana de granito, achada numa propriedade sua, e uma curiosa *coroa de espinhos*, de madeira do Brasil, lá feita por um Portuense. À noite obtive por compra um machado de pedra, e estampilhas antigas (estas para a secção etnográfica do Museu: «correios»).

29 de Março. — Começámos de manhã a exploração dum dos dólmenes, perto de Senhorim: orca da Fonte do Alcaide. De tarde o preparador ficou dirigindo o trabalho, e eu fui com o Sr. Morgado a Espinho e ao Outeiro, e por afiz algumas pesquisas arqueológicas e etnográficas.

30 de Março.—De manhã, conclusão da exploração da orca, na qual encontrámos pequeno espólio. De tarde, excursão de 4 horas a pé, a Vais-Longos, onde vi um *lagar dos Mouros*, e um penedo com insculturas muito antigas.

31 de Março.—Dia de Ramos. Assisti à respectiva procissão: quase toda a gente válida da freguesia, empunhando ramos de árvores ornamentados com flores e cantando, deu volta à igreja em companhia do pároco. Depois desta festa semi-católica e semi-pagã, prossegui nas investigações arqueológicas. O Sr. Amadeu dos Reis Sena Cardoso deu-me várias moedas de bronze, romanas, do séc. IV, e seu pai, o Sr. Angelino dos Reis Sena Cardoso uma lança magnífica de pedra, da época pre-histórica: ambos estes senhores eram amigos do Sr. Morgado, que foi quem me apresentou a elos. De tarde fomos às Carvalhas: pelo caminho o preparador tirou algumas vistas fotográficas; naquela aldeia tive notícias de machados de bronze, mas nenhum apareceu, e eu tive de contentar-me com um de pedra e não em muito bom estado.

Dia 1 de Abril.—Procedemos de manhã a escavações num local em que me disseram estivera outra orca, e andámos o resto do dia a pé, em pesquisas arqueológicas por campos, pinhais e aldeias. Eu colhi alguns elementos de estudo, e o preparador tirou uma fotografia do castelo de Gandufe, e outras de carácter etnográfico.

Dia 2 de Abril.—Fui com o Sr. Morgado a Mangualde: apesar de jorna dearmos 5 horas a cavalo, e com grande ventania, pouco colhi para o Museu; apenas tive o prazer de ver amigos de outros tempos.

Dia 3 de Abril.—Empreguei o tempo procurando notícias etnográficas e filológicas.

Dia 4 de Abril.—Fomos a Fornos de Maceira-Dão; o Sr. Morgado e o preparador voltaram para Senhorim, e eu fiquei lá.

Dias 5 a 7 de Abril.—Continuei em Fornos, hospedado no antigo solar dumha família de minhas antigas relações de amizade (Quêirozes Malafaias): além de algum descanso que tomei, após 8 dias de constante fadiga, ocupei-me de investigações etnográfico-lingüísticas.

Dia 8 de Abril.—Voltei a Senhorim, e de lá segui para a estação de Nelas, onde entrei no comboio que me levou à de Celorico da Beira. O preparador retirou-se para Lisboa. Da estação de Celorico parti para a Rapa: 3 horas de jornada, a cavalo em burro. Na Rapa outra amiga e nobre família me esperava (Furtados de Medonça), e me tinha disposta uma linda expedição arqueológica.

Dia 9 de Abril.—Parte do dia descansei, e outra parte colhi objetos etnográficos (amuletos, adufas, etc.).

Dia 10 de Abril.—Logo de manhã, em companhia das Ex.^{mas} Senhoras D. Amália Furtado de Mendonça, D. Soledade Furtado de Mendonça e D. Angélica Furtado de Mendonça, bem como do Rev.^{do} Prior da Rapa, fui a Val de Azares visitar uma estação arcaica, aí desenterrada havia pouco tempo, por ocasião de trabalhos agrários: vestígios de edificações, necrópole com sarcófagos de pedra, restos de louça, uma asa de *síntula* de bronze, uma enxada de ferro, fragmentos de colunas, de tégulas e de ímbrices, mós de tipo primitivo (pedras escavadas). Se uma moeda romana de Constantino, ali aparecida, basta-se para marcar datas, a estação teria existido no séc. IV.

Tanto à ida como à volta para a Rapa, enriqueci o meu canhengo folklórico com lendas, canções, adágios, fórmulas mágicas, e o meu canhenho lexicológico com vários vocábulos provincianos ainda não arquivados.

Dia 11 de Abril.—Descansei da arqueologia, e continuei os meus estudos etnográfico-filológicos.

Dia 12 de Abril.—Regressei a Lisboa.

*

Visitantes do Museu

Número de visitantes do Museu Etnológico Português desde Janeiro de 1912:

Janeiro.....	268	Maio.....	387
Fevereiro.....	219	Junho.....	310
Março.....	251	Julho	285
Abril.....	355	Agosto	396

J. L. DE V.

Necrologia

Oliveira Guimarães, Abade de Tagilde

«Faleceu¹ na sua freguesia², perto de Guimarães, vitimado por pneumonia, o abade de Tagilde, Rev.^{do} João Gomes de Oliveira Guimarães, muito considerado naquela cidade pelos seus paroquianos.

¹ [Em 20 de Março de 1912].

² [Tagilde].

De grande erudição, o abade de Tágilde podia enfileirar sem desdouro ao pé dos mais ilustres intelectuais do seu tempo, pela sua grandíssima actividade literária, de que legou valiosos documentos.

Muito se notabilizou no estudo da arqueologia, tendo publicado obras de incontestado mérito, de entre as quais avultam as seguintes:

Guimarães e Santo António.

Guimarães e Santa Maria.

Apontamentos para a história do concelho de Guimarães.

Convento de S.ª Clara de Guimarães.

Tágilde, memória histórico-descritiva.

Influência dos Papas e dos Arcebispos de Braga sobre a instrução em Portugal.

Catálogo dos pergaminhos existentes no arquivo da insigne e Real Collegiada de Guimarães.

Documentos inéditos dos séculos XII-XV.

Catálogo das moedas e medalhas portuguesas e estrangeiras existentes na collecção da Sociedade Martins Sarmento.

Vimaranis Monumenta Historica, anais do município à quem a Sociedade Martins Sarmento encarregou da publicação.

Como político, foi uma das mais prestigiosas figuras do partido progressista, onde sempre militou, apesar das discordâncias e pequenas scisões que por vezes no mesmo se deram naquele concelho.

Propôs-se deputado às Côrtes, por aquele círculo, em 1886, e dirigiu superiormente, por ocasião do conflito entre Braga e Guimarães, o *28 de Novembro*, jornal da vida efémera».

(Do *Diário de Notícias*, de 23 de Abril de 1912).

*

A Sociedade de Martins Sarmento, o Museu da mesma Sociedade, e a *Revista de Guimarães*, devem-lhe muito. Pela minha parte acrescentarei que também o Museu Etnológico lhe mereceu alguns importantes favores, e que foi no *Archeologo Português* que ele deu a lume o citado *Catálogo dos pergaminhos da Collegiada*.

O abade de Tágilde era muito instruído, consciencioso, e amigo da terra natal. A sua morte representa grande perda nas letras pátrias, e sobretudo na história e arqueologia vimaranenses.

J. L. DE V.

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO

MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

VOL. XVII OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1912 N.º 10 A 12

A ponte romana de Vila Formosa (Alter do Chão)

Impressões à vista da ponte—Sua descrição e caracteres—Estado de conservação e dimensões—Scena de etnografia alentejana—Via romana a que a ponte pertencia—Vestígios daquela, próximo de Alter do Chão—Resquícios de *Abelterium*—Entre a ponte romana e Ponte de Sor—Descobrimento de dois miliários anepígrafos—Notícias doutros—Uma anta e notícias de mais—Notas linguísticas.

A excursão que, na primavera de 1910, realizei a Alter do Chão tinha por fim único estudar um monumento da época romana, que existe não longe daquela interessante vila alentejana.

O zeloso colector do Museu Etnológico, Almeida Carvalhais, tinha vindo anunciar que uma ponte, que vira sobre a ribeira de Sêda, lhe parecera romana. Ora tendo eu tido já algumas ocasiões de averiguar que reina bastante confusão no nosso país acerca da cronologia das antigas pontes e desejando concorrer para que alguma luz se fizesse neste assunto, não hesitei em partir para o Alentejo, precedendo autorização do Sr. Director do Museu Etnológico, onde eu era conservador.

Confesso que não é fácil descrever a emoção, que me produziu a vista da ponte romana de Vila Formosa. Eu nunca tinha podido contemplar um monumento daquela natureza e ele revelava-se-me ali com umas características tam diferentes de todos os outros que as publicações capitulavam de romanos, que a minha admiração, imbuída dum sério respeito por esta antiguidade, me susteve immobilizado por uns momentos, rendido à dominadora majestade desta relíquia e à soberana proclamação de grandeza, que, no ermo daquele sítio, me pareceu ouvir às próprias pedras em nome do povo que ali as tinha er-

guido. Eu mesmo me acreditei transportado ao mundo romano, palpando reverente a obra-de-arte, que no meio dêle tinha surgido, que lhe pudera ouvir as vozes na língua-mãe, e contar as passadas glorioas.

Essas pedras mostram ainda os vestígios das mãos irresistíveis que as vieram desbastar, há 17 séculos, no âmago da Lusitânia.

Devia ser, de facto, uma ponte romana o que eu ali via, e razão tinha pois o meu companheiro do Museu¹. Achava-me diante dum monumento típico, tal como eu o podia desejar em Portugal, para o estudo destas antigas construções e para a determinação dos caracteres que hão-de distinguir as que ascendem à época romana, das que pertencem ao período medieval.

*

A ponte de Vila Formosa está situada a 11 quilómetros de Alter do Chão, na estrada que liga esta vila com a de Ponte de Sor, sobre a ribeira de Sêda, que naquele ponto corre primitivamente de norte para sul. Consta de seis arcos de volta redonda, aparentemente iguais entre si e compostos, nas frentes, de 33 aduelas. Traspassando os tímpanos desses arcos, há 5 olhais em forma de pórtico, com pés direitos de silharia e o arco de meio ponto, constituído por 3 aduelas verdadeiras e um silhar horizontal de cada lado, com o topo do vivo já perfilado em curva.

Na base de cada pegão e em redor dêle, quase junto à água, há uma faixa saliente, constituída por duas fortes molduras (filete e talão), faixa que representa o papel de imposta, relativamente à arquivolta de aduelas de cada arco.

Como a ponte é rigorosamente horizontal, logo por cima do fecho de cada arcada, corre, a todo o comprimento, do lado do jusante, uma cornija robusta, dumha composição igual à faixa dos pegões (filete e talão), o que dá a esta construção um certo carácter monumental pela sombra que êstes relevos projectam.

A horizontalidade não sofreu ainda a menor deformação, o que demonstra a elevada competência do arquitecto que dirigiu a construção e lançou os seus fundamentos sem o auxílio dos métodos perfeitos, de que hoje dispõe a engenharia hidráulica.

Há uma nota característica do aparelho de toda a silharia, nota que tem uma grande importância para o aspecto de notável robus-

¹ Informou-me também de que, seguindo pela estrada que parte da estação de Crato, na estrada velha, há uma ponte, restos de miliário e de via, cousas que lhe pareceram romanas.

tez que a ponte de Vila Formosa estadeia. Quero referir-me às almofadas rústicas, que, do mesmo passo, produzem um efeito artístico de grande largueza, aligeirando nas desigualdades do seu claro-escuro a rijeza geométrica das juntas da silharia, sem comprometer a sensação da horizontalidade clássica das fiadas.

Não conheço e creio que não erro escrevendo que não haverá em Portugal, salvo mais fundamentado parecer, nenhuma ponte medieval que reclame esta nota característica decisiva¹.

As pedras dos muros que suportam as avenidas da ponte tem almofadas; as aduelas da arcaria tem quase todas almofadas, mas aqui estas são escrupulosamente tiradas de linha, isto é, tem lados rectos, enquanto as dos panos das paredes são mais irregulares, *rústicas*, tanto nas linhas laterais como na própria grossura.

No intradorso das abóbadas da ponte só algumas pedras tinham baixas almofadas, o que se comprehende por causa da construção.

Entre as pedras, nas respectivas juntas, acham-se fortemente entaladas lascasinhias de chisto, excepto nas aduelas do intradorso das abóbadas. Aí vê-se, em cada uma das pedras, na sua aresta superior o orifício dum canaliculo de secção rectangular para o escoamento das águas de infiltração; como em algumas destas pedras havia almofadas um pouco mais altas na zona superior, o canaliculo tinha a sua boca sobre a saliência, como se fosse uma gárgulazinha.

Estes canaliculos só foram reservados até à quinta ou sexta fiada de silhares a contar da imposta a que me referi e encontram-se também nos panos externos ou faces da ponte ao mesmo nível.

Outra circunstância característica notável da construção romana são as marcas ou buracos do *forfex*: por este nome se designava um instrumento de ferro, destinado a erguer do chão as pedras e a colocá-las no lugar, que lhes competia, na obra em construção². Esses

¹ Foi por virtude d'este aparelho da cantaria que pude demonstrar seriamente que, na ponte da vila de Ponte de Lima, os últimos arcos (cinco apenas) da margem direita são da época romana. O livro *Miliários* (M. Capela, Pôrto, 1895) também menciona várias obras-de-arte das vias bracarenses como da antiguidade romana, em vista do seu aparelho rusticado. (*Límiana*, 1912, 2.º).

² Pelos achados de Idanha-a-Velha, tenho razões para crer que o *forfex* foi ainda usado na idade média; estão no Museu Etnológico lápides epigráficas com o vinco do *forfex* sobre as próprias letras romanas. O seu emprêgo porém, devia ser restrito ou a regiões ou a tempos, porque nas pontes medievais que conheço não encontrei ainda êsses vestígios e muito agradecia a quem mos denunciasse, para dar todo o rigor à observação. Nos arcos romanos da ponte de Ponte de Lima, os vincos de *forfex* tem a secção longitudinal aproximadamente triangular.

vincos são redondos, mais ou menos afunilados e marcavam, ora o meio, ora as extremidades dos silhares. Eram mais numerosos nas fiadas mais elevadas.

Os cortamares são agudos e baixos; uma fiada apenas acima da faixa ou imposta; as pedras que os constituem não tem almofadas, o que não significa que não sejam da mesma época da ponte e a prova está em que a saliência da imposta é interrompida antes de atingir o contraforte e não oculta por ele, como sucederia se fosse mais recente. Além disto, algumas pedras são comuns ao pégão e ao corta-mar.

As guardas da ponte, de enorme robustez e amplidão, podendo-se andar sem vertigens por elas, assentam logo sobre a cornija ou friso da ponte; do lado de montante êsse friso porém, não é contínuo como a jusante, mas interrompido, com inteira regularidade por gárgulas salientes, de modo que a um silhar da cornija se segue uma gárgula; logo o outro silhar e outra gárgula.

Desconfio que isto foi um sagacíssimo concerto de moderna traça.

Não descobri sigla alguma na cantaria de todo o monumento¹. Na base das abóbadas não existem os agulheiros para os barrotes dos simples².

*

Eis as características arquitecturais desta obra, autênticamente romana, quase imune de reparações por não carecer delas, em consequência da solidez e perfeição com que foi construída. Não obstante, não a consideraram seus autores obra de largo fôlego, visto que com nenhuma inscrição a singularizaram; nós porém temos o dever de a reputarmos monumento de primeira ordem, porque por ela já passaram gerações de quase vinte séculos sem interrupção nem hesitação e, se não fosse o escurecimento do granito, a orgulhosa pátina da antiguidade, dir-se hia que ela contava 20 dias ou 20 anos de existência! Qual é o monumento romano em Portugal que se encontra neste perfeito estado de conservação³?

¹ No exame que, passado tempo, o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos fez da mesma ponte, Sua Ex.^a teve a ventura de descobrir dois símbolos esculpidos nos fechos dum arco. Uma das minhas fotografias abrange êsse arco e lá se vê a sombra da figura, uma meia-lua, que a minha objectiva lialmente me trouxe e de que a minha retina não me avisou!

² Será rara a ponte medieval que não os tenha.

³ É tal a robustez destas construções que, em Ponte de Lima, as enchentes tem por vezes subvertido e arrastado os tímpanos reconstruídos entre os arcos romanos, mas as primitivas arquivoltas lá se conservam firmes, como se fossem uma rocha inteiriça.

Fig. 1 — Ponte de Vila Formosa (*Vista geral do lado de montante*)

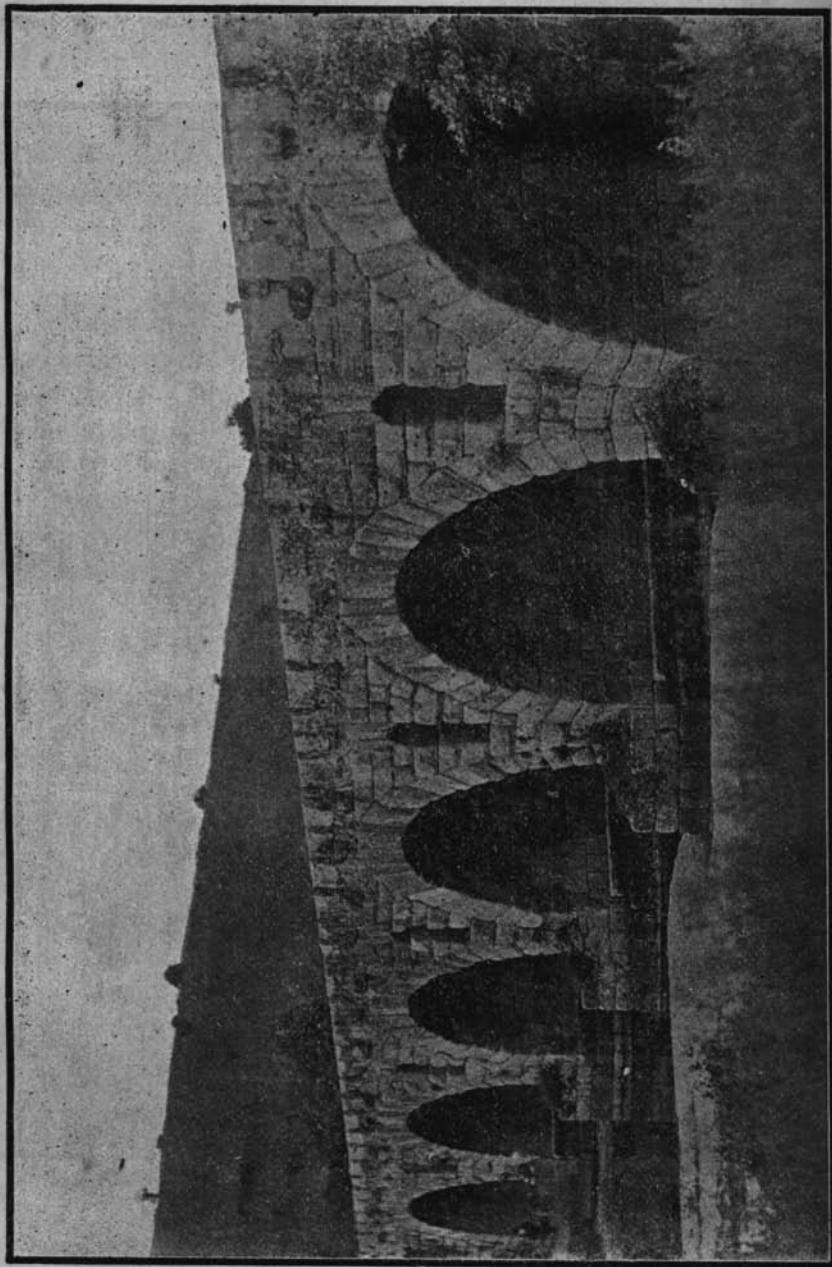
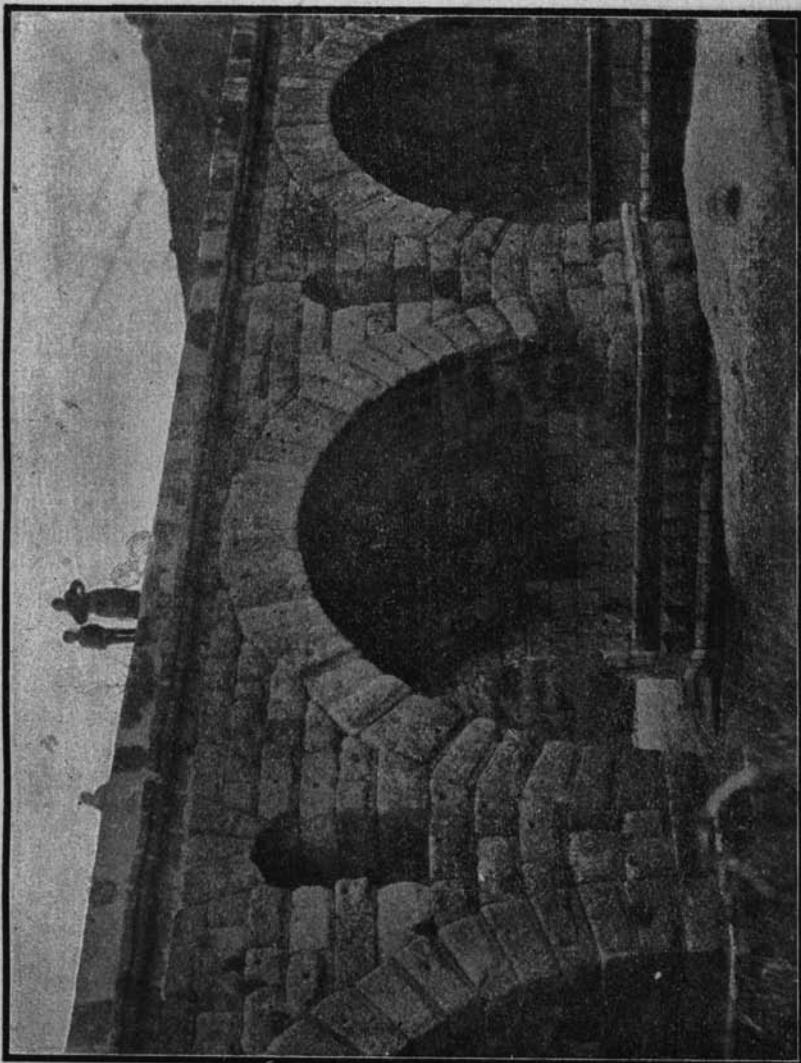


Fig. 2 — Ponte de Vila Formosa (Os três primeiros arcos da margem direita, vistos de juante)



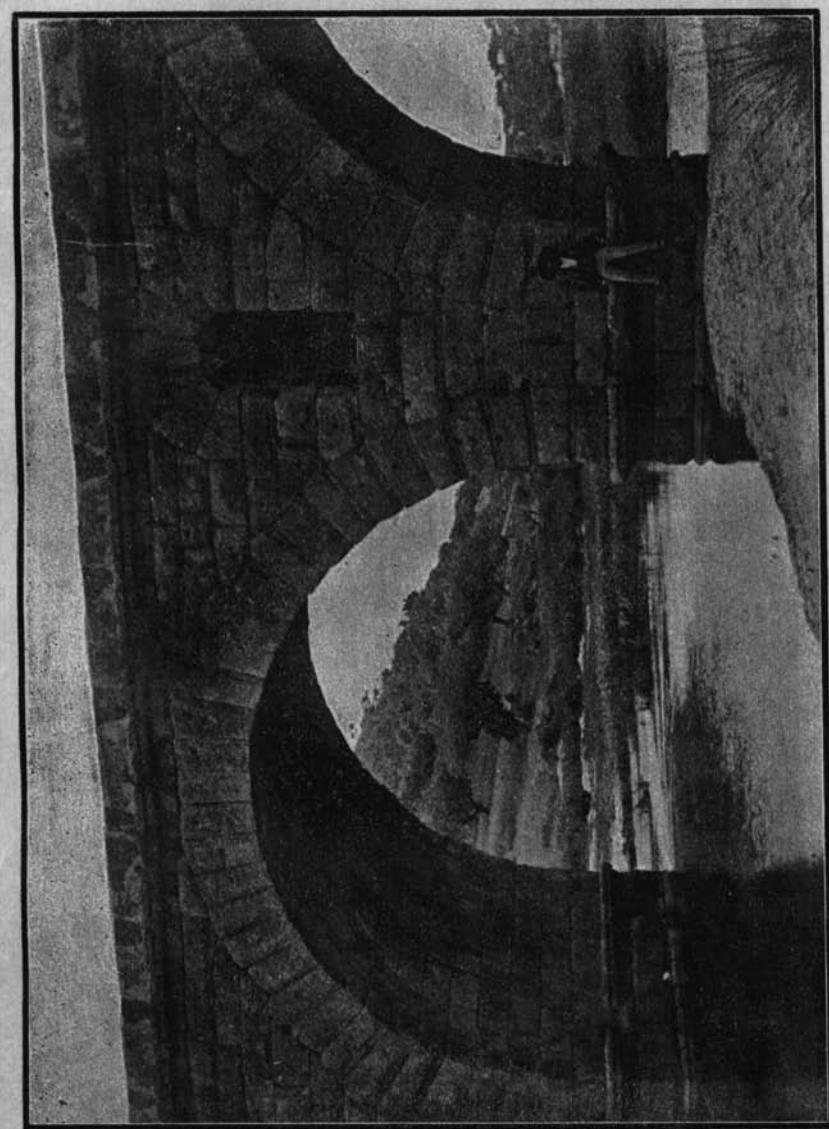
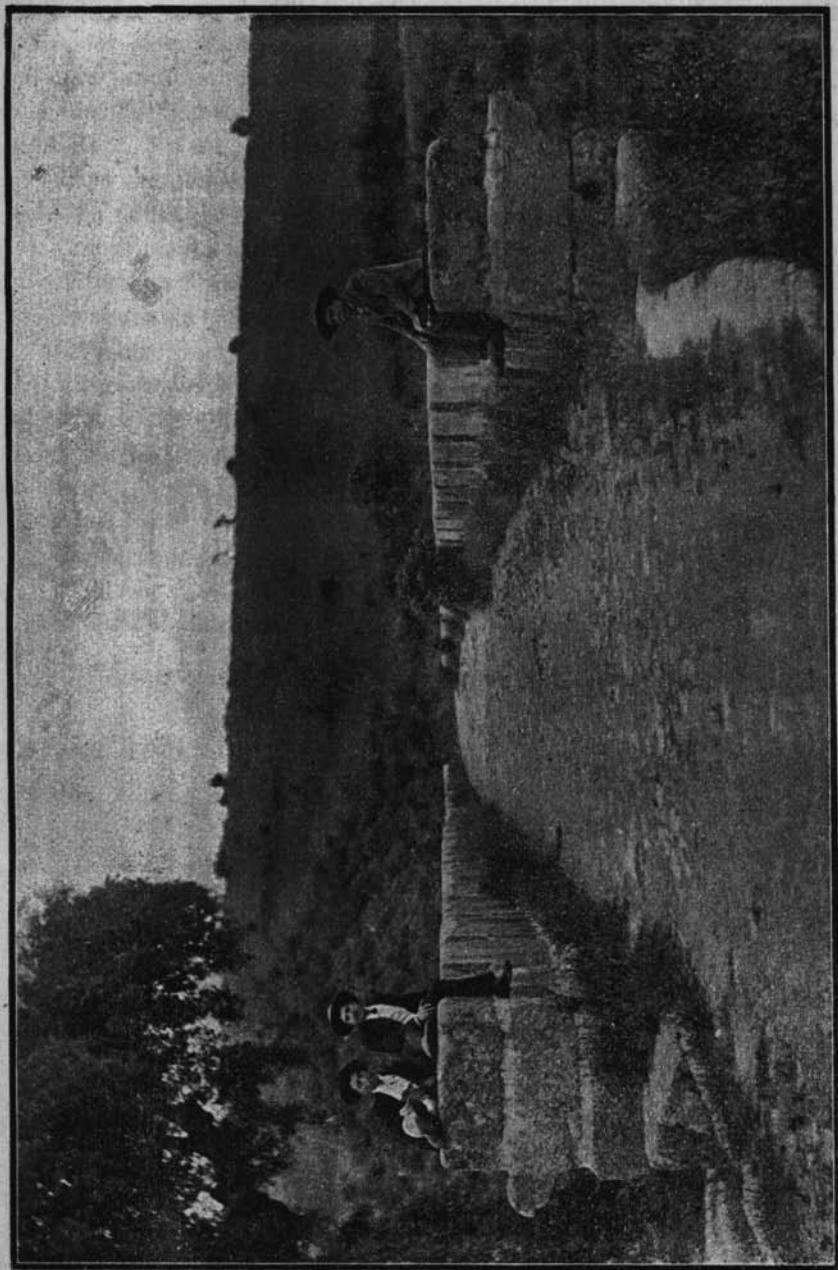


Fig. 3 — Ponte de Vila Formosa (Dois arcos da margem esquerda, vista de jusante)

Fig. 4 — Ponte de Vila Formosa (Entrada da ponte do lado da margem direita)



Em uma das fotografias, a que representa a entrada da ponte do lado da freguesia de Chança, vê-se bem que não são ainda o que deviam ser os cuidados para a conservação d'este monumento; a herva abunda junto às guardas e até uma carrasqueira medra sobre o pavimento do lado de jusante e à direita do primeiro arco. Vejam-se as figs. 1, 2, 3 e 4.

Para complemento d'este estudo faltam as dimensões gerais e parciais da ponte. É o que vou agora desenvolver:

Comprimento total da ponte: 116^m,56;

Altura da aresta das guardas à superfície da água: 8^m,40;

Largura da ponte, tomada nas abóbadas: 6^m,71;

Diâmetro dum arco ou abóbada: 8^m,95;

Largura do pavimento: 4^m,70;

Altura das aduelas dos arcos: 1^m;

Menor espessura destas: 0^m,45;

Largura das guardas: 1^m,05;

Altura das guardas sobre o pavimento: 1^m,35;

Saliência das almofadas nas paredes das avenidas (máximo): 0^m,17;

Saliência das almofadas das aduelas (máximo): 0^m,07;

Profundidade dos buracos do *forfex*: 0^m,03 e 0^m,05.

Corte transverso da entrada da ponte, do lado de Chança (fig. 5).

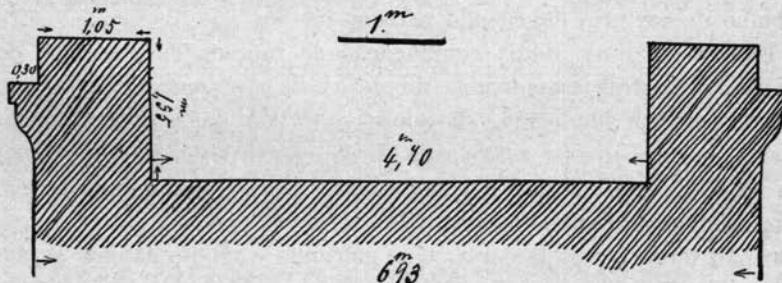


Fig. 5

Dimensões duma aduela a esmo (fig. 6):

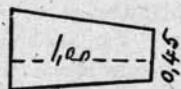


Fig. 6

*

Na primeira tarde, em que examinei este belo exemplar da antiga arquitectura civil e foi precisamente aquela em que fiz as fotogra-

fias, tive de suspender o meu trabalho, porque o céu se obscurecia a olhos visto, com a ameaça de grande trovoada. Por tal motivo eu apressava, quanto me era possível, as minhas notas e o manejo da máquina.

Uma voz femenina, dolente e branda, diluía o seu canto na tristeza da tarde, enfraquecendo-me por vezes a contenção de espírito e perturbando-me a independência da minha lida. Eu nem queria, nem podia dar tonto do local donde irradiava aquela velada melopeia que, consoante a aragem, me parecia agora mais próxima, logo mais afastada; ¿partia de cima da ponte? ¿partia de baixo dos arcos? ¿vinha das margens? ¿vinha do areal, da ribeira? Ninguém se me antolhava! Era um enigma que me andava distractrindo com suave impertinência. O ar tinha, a espaços, agitações desorientadas, sacudidas, que preludiavam alguma tempestade séria.

Chegara porém a ocasião, depois de eu ter percorrido e examinado o pavimento e as guardas da ponte, de descer ao leito da ribeira, para observar as abóbadas e os pégões dos arcos.

Súbitamente, ao transpor um pégão, sinto como descobrir-se, reforçar-se essa voz, que tanto brincara com a distância; sinto-a tornar-se, de golpe, clara e aberta. É que estava próxima. Volto a cara. Debaixo da primeira abóbada, uma cigana, muito moça ainda, de pele intensamente tostada, cantava, enquanto fazia tranquilamente o seu trabalho de costura, debruçada para os joelhos.

Estava só, junto dumha complicação de roupas, de utensílios de cozinha, e doutras amontoadas miudezas do seu nomadismo. O pai e a mãe tinham ido perto, disse-me: voltariam daí a pouco, antes, decerto, que rebentasse a trovoada. E ela estava ali entoando o *Bem-dito* na fé de a afugentar¹. A um reparo meu, replicou que os três eram cristãos de baptismo, mas toda a gente os nomeava por ciganos, visto não terem pousada certa. Que estranho e ignoto cântico se me afigurou o *Bem-dito* naquela tarde convulsiva, longe da liturgia dos altares, na solidão daquele lugar antigo!

¹ Efectivamente a trovoada, daí a horas, veiu e colheu-me em pleno campo, ao norte de Alter Pedroso, quando já despreocupado, eu estudava uns vestígios da via romana a que me referirei. O espectáculo foi pavoroso, como ainda nenhum outro eu presenciei. Naquele amplo céu alentejano, a redondeza do espaço, que despedia iras de lume, incendiava colossalmente a grandíssima vastidão do campo, que parecia estremecer na sua impotente e inerte imensidade. Ao fim, como um escárneo, uma chuva diluviana inundou a terra humilhada, enxurdando-a miseravelmente com o seu próprio barro pegadiço. Foi o sujo destrôço da olímpica batalha!

Este simples quadro, mais digno da pena dum Garrett, ou do pincel dum Sequeira, deixou-me uma impressão, que ainda hoje guardo com recolhimento. Ele é também uma página de boa etnografia alentejana, e com esse intento procurei tracejá-lo aqui.

*

Achava-me de posse dum facto histórico palpável; omissos nos textos e na epigrafia, mas iniludível; em uma via romana, que sulcava a Lusitânia, tinha sido construída uma ponte monumental da mesma época, em tais condições de segurança e de técnica arquitectural, que quase vinte séculos¹ incessantemente andados, não tinham conseguido arrancar-lhe uma só pedra.

*

Restava-me procurar, na trajectória dessa via, outros pontos mais ou menos rigorosamente determináveis. É o que vai seguir-se:

Quem lançar a vista para um mapa da região, verá que a ponte romana fica a oeste de Alter do Chão e que uma linha mais ou menos ondeante pode unir os dois pontos na direcção oeste-leste; prolongando-se, essa linha é a directriz da actual estrada e da antiga via de Lisboa a Mérida, que, segundo o itinerário, passava em *Abelterium*, depois de tocar em *Aritium Praetorium*.

Alter Pedroso é um elevado cabeco, que demora pouco mais ou menos a este-sudeste de Alter do Chão. Uma linha recta, que se tirasse da ponte para esta vila e se prolongasse além dela, viria a passar ao norte de Alter Pedroso.

Efectivamente guiaram-me a estas paragens e, a dois quilómetros aproximadamente ao norte de Alter Pedroso, vê-se um claro trecho da via romana. Ainda serve ao trânsito das *carretas* que vão ou vêm das herdades confinantes.

Percorrendo-a, notam-se pedras mais gradas nas orlas e no pavimento central mais miúdas. Dos lados, nalguns pontos, há restos de muros; num certo ponto, há dum só lado uma parede de acen-tuada antiguidade. Num ou outro sítio vêem-se os carris ou rodeiras dos veículos. A via tinha a largura de 3^m,60². A distância ou

¹ Um dos miliários descobertos pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos é de Probo (276-282).

² Já o *Dicionário Geográfico* do padre L. Cardoso (1, s. v. «Alter»; 1747) informa que esta via romana passava no termo desta vila na extensão de 3 léguas e por ela cabiam 2 carros a par. A expressão pertence ao género das *frases feitas*, mas não deixa de ser exata neste caso.

compasso dos carris era no máximo de 1^m,63; o rasto das rodas oscilava entre 0^m,10, 0^m,11 e 0^m,12. Parece que chamavam ao sítio *Tapadões de Pedroso*. Há, mesmo em Alter do Chão, outros vestígios do caminho romano.

A sudoeste do convento de Santo António a via passa por caminho ainda em uso e dizem que aí foi a povoação romana; lá vi fragmentos do pavimento de formigão e restos numerosos de calcetaria.

Determinam-se dois outros pontos de referência nesta área, são a *Horta da Moura* e a *Horta da Zanga*. A via, que passa junto daquela, chama-se significativamente «estrada de Santarém» e a sua direcção normal leste-oeste. As orlas tem pedras mais gradas, no meio é calcetaria; mede de largura 6^m,60.

Seguindo este trajecto, na direcção de leste, fui encontrar-me com o local que na véspera tinha examinado ao norte de Alter Pedroso. Estas indicações eram obtidas pela posição e direcção do sol: neste ponto a bússola era louca, mercê da grande quantidade de ferro magnético espalhado pelo chão.

É conhecida a relação que havia nos costumes romanos entre as suas vias e as suas necrópoles. Contaram-me que perto da Horta da Moura, no Lameiro de Luís José, aparecera, há tempo, uma ou mais sepulturas construídas com *tegulae*. Mostraram-me mesmo os restos e informaram-me que as sepulturas eram tectiformes¹; cheguei apenas a ver debaixo dum parede que separa o prédio da azinhaga um tejolo (*later*) com sulcos digitais em aspa².

Na *Horta da Zanga* passa também o caminho romano, depois de sair de Alter do Chão. Aí há um pontão de tejolo. Este material existe no paramento do arco, do lado do norte; no meio a abóbada é feita com lascas de pedra postas de cutelo e argamassadas; no intradorso vêem-se os agulheiros para os simples, mas havia também ao centro um arco de cantaria.

¹ As sepulturas desta espécie tanto podem ser de incineração como de inumação.

² Estando hoje identificado *Abelterium* do itinerário com Alter do Chão, era natural que no subsolo desta vila se encontrassem abundantes destroços da povoação romana. Informaram-me que na casa da *Avelada* aparecem alicerces antigos e que na *Horta do Pote* (note-se onomástico) havia *silos*. De Alter Pedroso deram-me notícia duma cisterna romana. A situação de Alter Pedroso era de maior preferência para uma povoação autóctone do que a de Alter do Chão; como talvez se possa inferir da toponomia, uma está situada numa iminência, outra num plaino. Qual dos dois era *Abelterium*? Responderá a arqueologia de enxada na mão.

A metade dêste pontão da banda do sul não parece romana, mas não estava em situação de poder ser examinada. Não é pois lícito afirmar que esta construção seja coeva da via romana.

O diâmetro ou desvão deste único arco era de 2^m,50 e a flecha 1^m,45. À via romana chamam naquele ponto a calçada do *alicerce*. É claro que o povo não fala em romanos; essa voz corre em gente mais ou menos lida.

Do cemitério, a que acima me referi, foram mostrar-me uma pedra, que se não era efectivamente tampa dum sarcófago romano, acusava boa antiguidade. Era uma placa de mármore com a seguinte forma (fig. 7):

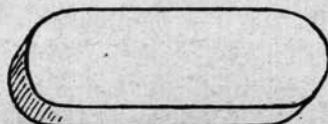


Fig. 7

O seu maior comprimento era de 1^m,435 e largura 0^m,65. A espessura devia ser de 0^m,10 ou 0^m,15. Esta apreciável peça estava em uma casa da quinta de Santo António e mais minuciosamente informaram que ela aparecera em uma sepultura do cemitério, que se descobrira na cerca do convento de Santo António. Também me disseram que havia em Alter outra como aquela¹.

*

Voltarei agora à ponte de Vila Formosa não para de novo a examinar, mas para pesquisar os vestígios que porventura houvesse ainda no meio do campo, para lá dêste ponto. E exprimo-me assim porque o cicerone², que me acompanhava, sabia, por ver, que na área entre a ponte romana e a vila de Ponte de Sor alguns marcos havíamos de encontrar. Olhando agora o mapa, comprehendo como assim devia ser, visto que, prolongada a directriz da via romana, cujos restos eu tinha reconhecido na ponte de Vila Formosa, ao sul de Alter do Chão e ao norte de Alter Pedroso, essa linha imaginária vai precisamente tocar em Ponte de Sor. Vejamos o resultado dessa excursão.

A noroeste aproximadamente da ponte romana há uma elevação, onde se vêem umas ruínas, que se diz serem duma ermida de Santa

¹ A primeira pertence ao Sr. Francisco Caldeira Carrim; a segunda ao Sr. Dr. João Carlos Cardoso Barreto Feio.

² Era o Sr. António J. Cardeira, de Alter do Chão.

Luzia, e mais alguns alicerces; examinei sem resultado os destroços. Tinham-me dito que eram ruínas duma *vila rústica*. Vestígios de capela, herdeira talvez dalgum templo romano, não eram para desprezar, nas proximidades duma ponte (Vid. C. I. L. vol. II, n.º 761).

Contudo o P.º L. Cardoso conta que daí se mudou a freguesia de Chancelaria para o sítio onde hoje ainda se encontra, e que a povoação se chamava *Vila-Facaya*(!) ou *Vila-Formosa* (óbice paleográfico dalgum antigo documento?). A ponte já então (1747) se chamava tal como hoje. (*Dicionário Geográfico*, II, s. v. «chancelaria»).

*

Seguindo a estrada, mas sem me limitar ao seu leito, ao norte pouco mais ou menos do marco geodésico do *Vale do Gato*, em terras da Casa de Bragança, encontrei o 1.º marco talvez incompleto e confesso que não é sem sentirmos despertar a nossa emotividade, que se

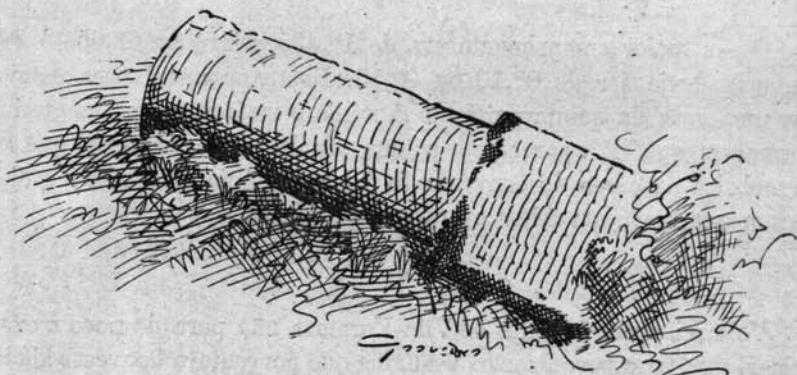


Fig. 8—Primeiro miliário anepígrafo tombado, como se encontra

nos depara uma destas pesadas colunas de granito prostrada no chão, como vencida. Dou um esboço dêsses marcos anepígrafo, que lá ficou jazendo no chão, para vergonha nossa (fig. 8)³. Eis as suas dimensões:

Altura total: 1^m,45.

Altura da base quadrada: 0^m,40.

Circunferência no topo: 1^m,70.

Diâmetro no topo: 0^m,55.

Não havia por ali vestígios de calçada.

³ Na sua visita, o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos encontrou outro marco entre a ponte e este a que me refiro.

Continuando-na mesma direcção de oeste, sem me desviar muito da estrada de Ponte de Sor, e passados pouco mais ou menos 2 quilómetros, deparou-se-nos, no meio duma seara, outro marco, ainda não totalmente prostrado e que fotografei com o meu prestitoso guia. Era também anepígrafo e a sua parte superior era muito irregular



Fig. 9— Segundo miliário da minha relação,
mais o Sr. António J. Cardeira, meu guia e informador

o que denotava ter-se já quebrado (figs. 9 e 10). Tomei as seguintes dimensões:

Altura total: 1^m,42.

Altura da base: 0^m,39.

Lados desta: 0^m,98.

Circunferência: 2^m,06.

Diâmetro: 0^m,70.

Segundo a informação ali mesmo dada, este marco estava no *Val de Perlim*¹, *linda* (extremo, limite) da casa de Bragança em *Val de Barqueiros*. Pertence ao Sr. João Salinas Antunes, médico residente em Lisboa.

*

O mesmo informador deu-me a notícia de que no *Monte da Ferraria*², com lindas de *Val de Barqueiros*, se conhece a calçada romana.

Ora aquele local pertence à freguesia de *Chancelaria*, e *Val de Barqueiros* à de *Sêda*; parece pois ser esta região entre a ponte e Ponte de Sor.

Que na linda do *Rascão*, com terrenos da casa de Bragança, havia 2 marcos, distantes um do outro 3 a 5 quilómetros; é ainda freguesia de *Chança* ou melhor *Chancelaria*: informação para conferir *in loco*.

Na freguesia de *Sêda* deram-me conta dum marco no sítio da *Celada*; ora este sítio fica, segundo as *pranchetas*, que eu consultei na Comissão geodésica, a meia distância entre Alter e a sede da freguesia. E no *Monte da Celada* havia outro, mas este partido. Mais me disseram que o nome antigo deste sítio é *Compromissos*. Devo notar

que, a ser verdadeira a informação, estes marcos devem considerar-se deslocados; porque a estrada romana passava mais ao norte. Ficam assim indicados para pesquisa mais quatro miliários.

¹ Ao Sr. Dr. Leite de Vasconcelos informaram que o *Val de Perlim* fica longe; ali é *Val da Arrabaça*. Segundo um postal, que o meu amigo e mestre me enviou de Ponte de Sor, no dia mesmo da sua exploração (13 de Junho de 1910), estabelece-se já uma bonita série de nove miliários, entre aquela vila e a ponte aqui descrita. S. Ex.^a o dirá de certo aos leitores do *Archeólogo Português*.

² Há outro sítio chamado *Ferraria*, junto de Cabeço de Vide.

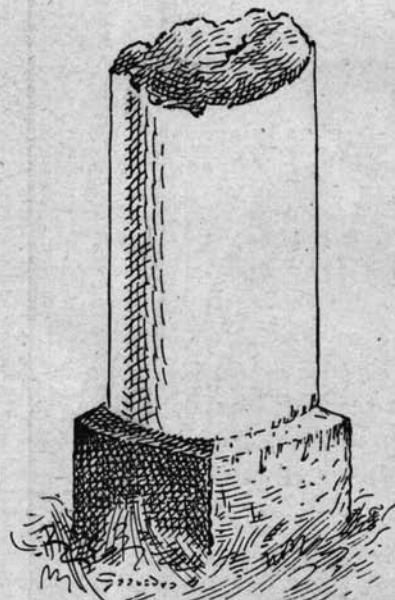


Fig. 10 — Miliário restituído à sua verdadeira posição

Quem prolongar a directriz da estrada romana, determinados os dois pontos de Ponte de Sor e de Entre-Alter-e-Pedroso, vê-la há bater em *Assumar*¹. Isto dá valor à seguinte notícia do meu único informador: Indo para Assumar encontra-se o *alicerce* da estrada romana e talvez haja marcos. Os sítios de referência são *Cascalheira* (que não pude descobrir nas referidas pranchetas) *Cabeça da Azinheira* (que é provavelmente o que nelas se diz *Cabeça Alta I*) na estrada de Assumar e ainda *Chancelaria* (este ponto fica ao norte da estrada; é homónimo da freguesia a que aludo supra, mas algumas léguas para leste)².

*

O Alentejo é ainda muito abundante de monumentos megalíticos e o toponímico *Antas* encontra-se freqüentemente. Arquivarei as seguintes notícias:

Logo ao sair de Alter, à direita da estrada que conduz à ponte de Vila Formosa, há uma courela chamada da Antinha; o respectivo monumento avista-se ainda da estrada.

Saindo também de Alter do Chão, mas na direcção de Alter Pedroso, a pouca distância dos vestígios do caminho romano, que fui examinar, numa tapada a que chamam *Almanhares*, examinei um dólmen. Tem 10 esteios em pé, cravados no solo, faltando apenas um. O mais alto tem 2 metros; a planta é circular *plus minus*; medindo os diâmetros NS: 2^m,70 e LO: 2^m,59. O rendeiro da tapada, o Sr. Manuel António Formigo, disse que apareciam por ali muitas *santelhas*, raios, etc., e que uns 2 quilómetros para oeste havia outra anta.

¹ Continuando o prolongamento, Mérida, o *terminus* da via, é atingida certamente. Admiraremos a segurança geométrica destes traçados sem bússolas; é o que se pode dizer: ir direito ao seu fim. Recuando o alinhamento para o Tejo, poder-seão talvez fixar outros pontos duvidosos desta estrada. Num extrato da tradução francesa por Léo Rouanet dos *Diálogos de Francisco de Holanda* lê-se: «... traces d'un pont important. Ce lieu s'appelle Sacavem. Plus loin, vers Scallabis et Ponte de Sôr, je trouvai la chaussée romaine, qui traverse en cet endroit une région très déserte, avec ses bornes et ses larges bas-côtés, et c'est par cette voie que je penetrai en Castille». (*Arqueólogo Português*, xvi, 208). Sobre a ponte de Sacavém, é curioso o que vem no *Arquivo Pitoresco*, iii (1860), 185.

² Sobre a directriz desta via escreve J. B. de Castro no *Mapa de Portugal* (Lisboa, 1870), iii, 304. Veja-se também *La Arqueología de España* por E. Hübner (Barcelona, 1888), p. 101, e *Notícias Arqueológicas de Portugal* (in *História e Memória da Academia Rial das Ciências de Lisboa*, iv, p. 23, Lisboa 1872) pelo mesmo autor; etc.

Entre Benavila e Sêda, na herdade de *Valbom*, há uma anta. Ao sul da vila há a anta do *Feijoal*.

Em *Cabeço de Vide* há fartura delas.

No Crato, freguesia de Gafete, há um *Val-d'Anta*.

Também me falaram num *Val-d'Ante* entre Pedroso e Alter, mas tendo já desaparecido o megalito.

Em Niza há a *anta de S. Gens*.

*

Não terminarei sem uns apontamentos linguísticos de curioso.

Estadão; é a exposição permanente de peças de cozinha, de estanho ou arame (cobre) que toda a casa, por mais humilde que seja, faz com o mais atraente desvanecimento.

Releixo; é a pedra elevada, a prateleira, que suporta este mostruário interessantíssimo.

Altibanco; é o canapé.

Milho Gatenho; é o milho de espiga rente ao chão.

Pertchinho; o mesmo que *pertinho*, mas com o *ch* explosivo.

Ouvidas; (subst. femen.) são informações verbais, que correm de bôca em bôca, de outiva.

Carreteira; estrada de carretas; pronuncia-se *carr'teira*.

Intinha; é a pronúncia de antinha;

Alicerço, a de alicerce.

Setembro de 1912.

F. ALVES PEREIRA,

ex-conservador do Museu Etnológico.

(*Esboços e fotografuras do autor; aqueles reproduzidos pelo Sr. Saavedra, desenhador do Museu Etnológico Português*).

A vila e concelho de Ferreira do Zézere

(Continuação d'*O Arch. Port.*, xvii, 73)

VIII

Pias e o seu termo no século XVII

A comenda das Pias passou, em 1617, das mãos de Rui Lourenço de Távora para seu filho Álvaro Pires de Távora¹. Dois anos depois era avaliada em 236\$665 réis.

¹ Consultas da Mesa da Consciência e Ordens, livro de 1607 a 1614.

Em 20 de Abril de 1641, sucedeu nela Rui Lourenço de Távora, filho de Álvaro Pires, sendo-lhe então concedida por um ano a sua administração, prazo prorrogado em 25 de Agosto de 1643, em 5 de Março de 1645, 25 de Fevereiro de 1648, 27 de Fevereiro de 1654, 14 de Março de 1657, até que, em 4 de Março de 1661, foi dela feita mercê a sua viúva D. Helena de Távora, em sua vida¹.

¿Fariam em tam grande intervalo alguma vez o seu tombamento? Se assim foi, o que é natural, não nos chegam os respectivos tombos sumidos evidentemente no pó dos séculos.

A população do termo das Pias agrupava-se da forma seguinte, por 1689². Na freguesia das Areias havia: Valadas, Monteiraz, Aldeia dos Gagos, Freixial, Casal da Fonte da Figueira, Casal do Paço, Casal da Almoinha, Menechas, S. Jordão, Pinheiro, Casal dos Cumeais, Rêgo da Murta, Farroeira, Casais, S. Cristóvão, Teneda, Sidral, lugar dos Tremoços, Portela, Barbatos, Matos, Milheiros, Ave Casta, Pereiro, Vila Verde, Porta, Casal da Sobreira, Casal do Mourão, Casal da Serra, Casal do Ventoso, Casal do Bejote, Casal do Tojal e Casal do Pícaro. Na freguesia das Pias havia: Alqueidão, Rapozeira, Telheiro de Baixo, Telheiro de Cima, Toco, São Marcos, Ameal, Enfesinhos, Casal do Moinho, Casal da Carvalheira e Casal do Panascal. Na freguesia dos Chãos havia: Chãos, Almogadel, Cadouço, Quebrada, Casal do Mato, Casal de Cumes, Casal das Casas Velhas, Casal do Salete, Casal do Olival, Casal do Carrascal, Ribeira da Larangeira, João Prestes, Casal de Monfragal, Casal dos Marutos, Cabeça, Casal de Santa Iria e Ovelheiras.

Pelo censo mandado organizar em Dezembro de 1639³ e remetido, em 1640, pelo corregedor de Tomar, a população do termo das Pias era computada em 850 vizinhos (fogos). Havia nela os seguintes ofícios com o respectivo rendimento: 1 juiz dos órfãos, 10\$000 réis; 1 escrivão dos órfãos, 30 cruzados; 3 escrivães de notas e do judicial, cada um, 20\$000 réis; 1 escrivão das sizas, 8\$000 réis; 1 contador, 6\$000 réis; 1 alcaide, 2\$000 e 1 porteiro, 2\$600 réis.

¹ *Ordens*: liv. I, fls. 24 e 207; liv. II, fl. 68 v.; liv. III, fls. 13 e 289; liv. IV, fls. 220 e 2; liv. V, fls. 132 e 48.

Nas *Portárias do Reino*, liv. IV, fl. 141 v. tem a data de 1660 a mercê a D. Helena de Távora.

² *Prontuário das terras de Portugal*.

³ *Lista das comarcas do reino*, manuscrito 1:194.

Os dízimos e primícias pagos por essa gente toda foram arrendados por dois anos a António Antunes, por 300\$000 réis, em 1667¹. A cobrança desse imposto prestava-se a sofismas, um dos quais levantou acesa contenda entre o convento de Cristo, de Tomar, e uma proprietária das Menechas. Isabel Antunes se chamava ela e era viúva do licenciado Fernão de Álvares Temudo. Como era obrigada a pagar a dízima do vinho, quando foi da colheita de 1615, em vez de mandar pisar as uvas achou mais cômodo e útil mandá-las secar. Seriam umas 50 arrobas. Outrotanto fez em 1616, ano em que recolheu muitas mais. Vendia-as assim à porta e a regatões para as irem vender a Tomar e dizia altivamente cumprir-lhe apenas pagar dízimos e oitavos do vinho e não das passas de uva. O caso foi para os tribunais, sendo a questão avaliada em mil cruzados, que Isabel Antunes, apesar das boas relações de seus filhos P.^o Manuel Álvares e Pantaleão Temudo, teve de pagar².

O convento de Cristo não deixava assim os seus direitos ao abandono. ¿Quere-se outra prova?

Em 1648 Martim Correia da Silva mandou fazer um lagar de azeite na ribeira do Monfragal. Pois, a requerimento do D. Prior de Cristo foi a obra embargada, assentando-se que, no termo das Pias, ninguém podia fazer lagares de azeite, sem ter licença e ser freire de Cristo³. Tam longe ia o exagero desta vigilância que punham embargos a qualquer obra, apenas pelo seu tamanho parecesse poder servir para lagar, continuando somente depois do seu proprietário haver jurado não ser para tal fim!

Como bem se vê eram tudo peias atrazadoras do desenvolvimento agrícola.

De poucos contratos particulares dessa época nos chegam notícias; entretanto apontaremos:

Em 3 de Dezembro de 1605, nas casas de morada do Frei Jerônimo de Serém (?), coadjutor na igreja de S. Luís das Pias, foi aforada uma serrada à Reimoa, a José do Souto, das Pias. Testemunhas presentes: Pero Duarte, filho de Belchior Preto, escrivão dos órfãos nas Pias; João Simões morador em S. Marcos e Gregório Fernandes, também morador nas Pias (fl. 22)⁴.

¹ Caixa 169, M. 1, doc. 44 da *Coleção Especial*.

² O respectivo acordão da Casa da Suplicação está no maço x do *Cartório do Convento de Cristo*.

³ Cartório do Convento de Cristo, m. 19, doc. 990.

⁴ *Livro de aforamento de bens em Tomar e Pias e seus termos, pertencentes ao mosteiro de N. S. da Luz*, B 51-27.

Em 12 de Dezembro de 1605, foi emprazada a Valada da Ordem, ao Panascal, a António Dias, das Pias. Testemunhas: Francisco da Estiveira, António Cortês e Sebastião, couteiro, todos moradores nas Pias (fl. 27).

Em 1 de Dezembro de 1605, foi emprezado o olival do Pinheiro a António Símões, das Pias, testemunhas: António Dias e João Castanho, das Pias (fl. 32 v). Em 1 de Dezembro de 1605, foi aforado a João Castanho, casado com Catarina da Mata, uma serrada ao Brejo (fl. 37 v).

Em 1 de Dezembro de 1605, foi aforada a Paulo Jorge uma vinha e olival nas Calçadas.

Em 10 de Abril de 1608, foi aforada uma serrada, onde chamam a Reimoa, a Gaspar Soeiro, das Gontijas.

Em 14 de Julho de 1645, em Lisboa, nas casas de morada de António Castanho, solteiro de mais de 30 anos, na R. da Cordoaria, declarou este ser possuidor duma quinta chamada dos Castanhos, junto da vila das Pias, que contém casas, currais, palheiros, oliveiras, vinhas, terras de pão e árvores de fruta; partia com a ribeira e com a estrada pública. Além disso havia outras propriedades, entre as quais o olival chamado *fonte do Vale*, que partia com o licenciado Manuel Godinho. António Castanho era filho de Maria Rebêlo e sobrinho de Inês Castanho e a sua quinta ficava onde chamam as Calçadas, pretendendo o Castanho vendê-la por 95\$000 réis a António Rodrigues, o Gordo, morador em Lisboa, ao arco de Vasco Fernandes César (fl. 102 v).

Em 1673 tomou posse da Quinta da Guimareira Manoel Gonçalves de Oliveira, procurador de Vasco de Azevedo Coutinho, morador em S. João do Rei. Pertencia-lhe por morte de seu filho, Diogo de Azevedo Coutinho¹.

E por aqui se ficam os nossos conhecimentos acerca da propriedade rústica do termo das Pias durante o séc. XVII.

A administração da justiça não diferia da forma como a vimos estabelecida no séc. XVI. Todavia é de assinalar a relutância oferecida para se exercerem os lugares da administração municipal, especialmente de vereadores.

Tam grande que, em 11 de Maio de 1622, foi expedida uma provisão dirigida ao Provedor de Tomar, por as eleições dos oficiais da câmara das Pias se fazerem com suborno e entendimento. Como a

¹ Consta do documento mais antigo em poder do actual possuidor.

gente mais grada se escusava, na provisão era determinado que, para a governança da terra, era preciso saber-se ler tanto mais *a villa e seu termo ter muitos homens nobres cõ foro em minha casa e alguns fidalgos e outros letrados que podem bem servir*. Em consequência disto fizeram eleição de 2 vereadores em 17 de Julho de 1622, obtendo votos, entre outros: o licenciado Domingos Padrão de Freitas; Belchior Preto, das Pias; António Fialho, das Gontijas; José da Cunha, tabelião das Pias; Diogo da Mata, Pantaleão Temudo e Luís de Torres, do Alqueidão¹.

De poucos juízes ordinários temos notícia. Em 1621, Simão de Sousa e Marcos Garcia; em 1622, Simão Dinis e Jorge Cabral, morador no Casal das Nogueiras; em 1623, António Pereira de Sousa, morador nas Pias e Gaspar Soeiro, morador nas Gontijas.

Seja dito de passagem que, em Fevereiro de 1640, foram as *honras* dos juízes das Pias avaliadas em 6\$000 réis, para cada um pagar 600 réis de meia nata. Mais 2\$000 réis que respectivamente Dornes e Ferreira².

Das vereações municipais apenas conhecemos a de 1622 que, na sua sessão de 22 de Janeiro, resolveu reformar as posturas, elegendo para tal fim doze homens: Domingos Preto, António Simões e Manuel Antunes, das Pias; Manuel Simões, das Telhadas; Marcos Garcia, dos Matos; Domingos Fernandes, do Sidral; Pedro Brás Tasta (?), de Avecasta; Miguel Fernandes, dos Chãos; Álvaro Braz, dos Cumés; Manuel Álvares, de Almogadel; Marcos Lopes, das Pias e Luís Marques, do Alqueidão.

O edifício da câmara, descrito ao tratarmos do séc. XVI, encontrava-se tam danificado, que dentro d'ele chovia e nem havia onde acender lume. Não admira por isso que, em Dezembro de 1622, ao anunciar o corregedor de Tomar, Rodrigo da Câmara, vir fazer a correição e, para se agasalhar com os seus oficiais, precisar de aposentadoria *em que não morasse gente*, a câmara reunida delibere destinar para tal fim as casas do licenciado Manuel Godinho, juiz de fora de Leiria, edificadas nas Pias.

¹ *Livro dos acordos da câmara das Pias*. É um livro de registo, existente no pobrissimo arquivo-municipal ferreirense, que diz respeito a 1621, 1622 e parte de 1623. Aqui agradecemos ao Ex.^{mo} presidente da câmara municipal em 1910, Sr. Augusto Godinho, o ter-nos autorizado a sua consulta.

² *Lista das comarcas do reino*, manuscrito 1194 da Livraria. Deduz-se de um rol das avaliações e honras dos juízes e vereadores das vilas desta comarca onde entra o corregedor, enviado pelo corregedor de Tomar.

Nessas não havia ninguém e assim deixou de ir para onde costumava¹.

A câmara tinha, claramente o seu escrivão. Simão Pereira era-o, por 1647 e por isso, em 12 de Novembro desse ano foi autorizado a renunciá-lo em quem casasse com sua filha Maria Pereira, contanto que servisse dois anos na fronteira, à sua custa².

Em 1655 ainda encontrámos Simão Pereira, como padrinho, nos respectivos assentos paroquiais, mas, em 6 de Dezembro de 1660, já o lugar era dado a Lourenço Monteiro de Abreu, casado com a filha do seu antecessor³. Pouco tempo se chegou a gozar dêle porque, em 1669, dizia adeus ao mundo. Parece que se lhe seguiu Gaspar Piñeiro, autorizado, em 19 de Agosto de 1677, a renunciá-lo, por o não poder exercer *por estar ao serviço de Sua Majestade*⁴. Sabemos ainda que, em 1679, era exercido por Sebastião Colaço Cotrim.

O lugar de juiz dos órfãos passou de Inácio Duarte de Figueiredo para seu filho Miguel de Figueiredo, fidalgo da Casa Rial, no dizer de Manso de Lima (*Genealogia dos Curados de Figueiró*, no manuscrito *Certã enobrecida*), e depois para seu genro Francisco Curado de Andrade Bugalho, por quem era exercido em 28 de Maio de 1642, sendo autorizado a poder nele nomear filho ou filha⁵. Dessa autorização usou e por isso, em 4 de Junho de 1666, foi dêle feita mercê a José de Almeida e Cunha, casado com Sebastiana de Figueiredo, filha do antecessor⁶.

O lugar do escrivão dos órfãos, exercido no princípio do séc. XVII por Belchior Preto, pertencia, em 16 de Novembro de 1642, a Pedro da Cunha Preto, autorizado a renunciá-lo em quem casasse com uma de suas irmãs⁷. Assim passou o lugar para D. Catarina Nunes da Cunha. Como porém a idade a não ajudasse e não fosse portanto possível casar, autorizaram-na a renunciá-lo em seu irmão Filipe Mendes, em 20 de Março de 1650⁸.

Foi porém uma renúncia onerosa porque Filipe Mendes era obrigado a dar-lhe uma pensão anual de 30:000 réis. Filipe Mendes ha-

¹ *Livro dos acordos da câmara das Pias*, manuscrito já citado, fl. 106.

² *Ordens*, liv. III, fl. 158 e VI, fl. 307 v.

³ *Id.*, liv. VI, fl. 307 v.

⁴ *Id.*, liv. VI, fls. 366 v. e 386 v.

⁵ *Id.*, liv. I, fl. 165 v. e VII, fl. 93.

⁶ *Id.*, liv. VII, fl. 93 v.

⁷ *Id.*, liv. I, fl. 98 v.

⁸ *Id.*, liv. III, fls. 373 e 380.

via servido, depois da aclamação, na fronteira do Alemtejo, donde veio atravessado por uma bala; em 1642 embarcou na armada que foi correr a costa; em Trás-os-Montes esteve desde 1643 até 1647. O seu alvará de nomeação foi datado de 20 de Março de 1650¹. Vagando por morte de Filipe Mendes, foi, em 16 de Dezembro de 1658, feita mercê dèle a Brás Pereira Furtado, capelão da Casa Rial, para quem casasse com sua irmã D. Leonor Pereira. Pór isso foi para él nomeado, em 15 de Novembro de 1659, Manuel da Mota².

Dos escrivães judiciais e tabeliões conhecemos os seguintes: em 1654 morreu o escrivão Manuel de Araújo; em 12 de Agosto de 1654 foi feita mercê a Manuel Figueira, moço da câmara, da propriedade do ofício de tabelião, vago por falecimento de José da Cunha³; esse lugar passou, por morte de Manuel Figueira, para Belchior Serrão Preto, moço da câmara dos quarenta do número⁴ e deste, em 1 de Abril de 1666, para Francisco de Brito Godinho, criado de Manuel Caldeira de Castro⁵.

Mais tarde chega-nos notícia de outro pretendente a tabelião nas Pias: João de Alcobia. Por causa dèle, em 9 de Junho de 1678, nas vendas do Cabaço, pelo provedor de Tomar, foram inquiridas as testemunhas seguintes:

Domingos Fernandes, morador no Carril, declarou que João de Alcobia, habilitando, morador no Outeiro, termo de Dornes, era filho de João Luís de Alcobia e de sua mulher Maria Mendes; neto paterno de Manuel de Alcobia e de Luisa Gomes e neto materno de Luís Mendes e de Francisca de Basto, todos do termo de Dornes; declarou mais ser él casado com Maria de Freitas.

Também foi inquirido Manuel Ferreira, morador na Ereira; Manuel Lopes, alfaiate do Carril.

O habilitando João de Alcobia pretendia ser encartado no ofício de tabelião do público, judicial e notas nas Pias⁶ e por isso aqui o incluímos.

Ao lado d'estes funcionários civis havia os eclesiásticos. Quais eles fôssem e em que circunstâncias exerciam os lugares respectivos é o que vamos ver.

¹ Chancelaria da Ordem de Cristo, liv. 31, fl. 375 v.

² Ordens, liv. vi, fls. 140 e 213.

³ Id., liv. iv, fl. 20 v.

⁴ Id., liv. v, fls. 76 e 80.

⁵ Id., liv. vii, fls. 49 e 68 v.

⁶ Leitura de Bachareis, M. 10 J. número 36.

Em 1612 fizeram um *rol das obrigações e salários dos vigários que tem igrejas no termo de Tomar*¹. Apesar das Pias constituir termo à parte é certo que lá se encontra que «o vigário das Pias tem de El-Rei 22:000 réis, três moios de trigo, 2 de cevada, 26 almudes de vinho e 6 alqueires de azeite, com obrigação de dar pregador na quaresma. O dos Chãos 22:000 réis, 2 moios de trigo, 1 de cevada, 1 pipa de vinho e 6 alqueires de azeite com obrigação de dar pregador. O das Areias 20:000 réis, dois moios de trigo, 2 de cevada, 6 alqueires de azeite e uma pipa de vinho, com obrigação de dar pregador». Na igreja das Areias havia um tesoureiro, cujo salário, aumentado em 28 de Novembro de 1601, a requerimento de Manuel da Mota, era o seguinte: 40 alqueires de trigo, 1 pipa de vinho e 20 cruzados, além de 40 alqueires de centeio que já possuía e duas arrobas de cera². Da mesma fortuna não gozou o vigário dos Chãos cujo pedido de acrescentamento foi indeferido em 7 de Outubro de 1626³.

Quanto ao provimento dos lugares sabemos que, em 28 de Janeiro de 1609, a Mesa da Consciência e Ordens entendeu que não podia proceder ao exame dos concorrentes à igreja das Pias, o que competia ao prelado de Tomar⁴.

Da igreja das Areias conhecemos os seguintes párocos: em 13 de Agosto de 1649 foi concedida mercê ao Beneficiado Manuel Rodrigues da Silva Freire, professo da ordem de Cristo, de o apresentar no benefício de Nossa Senhora das Areias, com 12:000 réis por ano, 38 alqueires de trigo, quanto tinha o seu antecessor fr. Manuel de Oliveira⁵.

Em 1654 era vigário das Areias, Fr. Manuel Belo, beneficiados Fr. Manuel Rodrigues da Silva e Fr. Manuel de Almeida e tesoureiro o P.^e Manuel Marques, cujo ordenado era: 30 alqueires de trigo, 6 alqueires para hóstias, 40 de centeio, 1 pipa de vinho e 2 arrôbas de cera. Em 17 de Junho de 1655 foi feita mercê a fr. Manuel Carvalho Leitão dum benefício nas Areias com o ordenado do seu antecessor António Cabral⁶. Em 13 de Agosto de 1661 foi feita igual

¹ M. 13 do cartório do convento de Cristo.

² Consulta da Mesa da Consciência e Ordens, livro de 1589 a 1603, fl. 129.

³ Id., livro de 1625 a 1630, fl. 45 v.

⁴ Id., livro de 1607 a 1614, fl. 40.

⁵ Ordens, liv. iii, fl. 142.

⁶ Id., liv. iv, fl. 166.

mercê a fr. Lançarote de Almeida, a quem sucedeu, em 2 de Julho de 1665, Fr. Manuel Monteiro Freire¹.

Também, em 11 de Setembro de 1661, foi concedida mercê idêntica ao P.^e Manuel Garcia Monteiro². Esqueceu dizer que a Fr. Manuel Rodrigues da Silva sucedeu, em 13 de Abril de 1657, fr. Manuel Carvalho e ao licenciado Manuel Carvalho, em 28 de Setembro de 1656, o P.^e Manuel Alves³. Por último diremos que, a 25 de Junho de 1667, foi ainda dado um benefício na igreja das Areias a Manuel Dias de Carvalho, com o ordenado que tinha o seu antecessor Fr. Carlos⁴.

Dos vigários das Pias conhecemos: Fr. Agostinho Fernandes Salazar, falecido, segundo diz o respectivo assento paroquial em 1646. Sucedeu-lhe, ao que parece, Mateus Couceiro, vigário das Pias durante 7 anos, donde passou para Ferreira. Em 20 de Abril de 1655 foi dada a vigararia das Pias a Fr. Bento de Macedo⁵. A este sucedeu Fr. Pedro Vaz Cotrim, vindo de S. Pedro da Beberriqueira⁶, nomeado em 26 de Fevereiro de 1661. Já antes disso porém, em 1660; começam os assentos das Pias a ser feitos pelo novo vigário. Elevado a ouvidor geral da jurisdição episcopal de Tomar e governador dela por especial comissão do respectivo prelado, o Dr. Luís Álvares de Távora, veio a falecer a 25 de Julho de 1694, jazendo na capela-mor, na sua sepultura, como diz o respectivo assento paroquial.

Dos coadjutores chegaram-nos notícias de: António da Silva Martins, por 1644; fr. António Varela, a quem sucedeu fr. Manuel Mendes em 13 de Fevereiro de 1657⁷.

Dos Chãos sabemos da existência, em 1619, de fr. Manuel de Barros, vigário e do coadjutor fr. Simão Correia, a quem sucedeu, em 1651 fr. Luís Carneiro⁸.

Decerto não foram importantes as modificações recebidas pelas igrejas durante o séc. XVII. A das Areias precisava de ornamentos orçados em 226\$540 réis e por isso em carta de 16 de Outubro

¹ *Ordens*, liv. iv, fl. 249, e v, fl. 403 v.

² *Id.*, liv. iv, fl. 255.

³ *Id.*, liv. v, fls. 140 e 142 v.

⁴ *Id.*, liv. vi, fl. 386.

⁵ *Id.*, liv. iv, fl. 138 v.

⁶ *Id.*, liv. iv, fls. 225 e 225 v.

⁷ *Id.*, liv. v, fl. 113 v.

⁸ *Id.*, liv. iii, fl. 322 v.

de 1611, a Mesa da Consciência e Ordens consultava no sentido dessa quantia ser paga durante dois anos, mandando-se fazer êsses ornamentos¹. Outrotanto aconteceu à igreja das Pias, cujos ornamentos, orçados em 120\$960 réis, foi determinado, em 16 de Novembro de 1611, que fôssem pagos². A dos Chãos foi mais modesta. Em 1 de Setembro de 1638 mandavam-lhe dar 52\$800 réis para um ornamento verde e uma vestimenta branca³.

Sobre as capelas existentes na matriz das Pias falará por nós o *Santuário Mariano*⁴, assim como sobre algumas ermidas, a cujas notícias acrescentaremos outras respigadas aqui e além.

«Tem esta igreja, matriz das Pias que he de tres naves, muitas capellas, em huma e outra nave collateraes. Da parte esquerda, que he a da Epistola, tem tres capellas, todas dedicadas á Virgem Maria, nossa Senhora. Mas antes que entremos a tratar dellas, daremos noticia de outra, que he muito moderna. Esta sagrada imagem, que tem o título e a invocação da Conceição se collocou em a tribuna do altar mor, com esta occasião. He aquella igreja muito antiga, e assim não tinha tribuna, em que se pudesse expôr nella com mais fermosura e decencia o Senhor sacramentado. Para isso resloveram os irmãos da sua irmandade fazer huma nova tribuna, para que nella se expusesse o Senhor nas occasões occurrentes, que ficou muito ariosa e perfeita. Vendo acabada a tribuna huma matrona natural da mesma villa, chamada D. Marianna de Mattos, viuva do Mestre de Campo Bernardino de Sequeira quiz que nelle se collocasse em o seu throno uma imagem da M.^a Sanctissima que tinha no seu oratorio e venerava com grande devoção, com o tit. de sua Conceição Purissima. Para esta collocação dizpoz a mesma D. Mariana de Matos huma grande festa de missa cantada com boa musica e sermão e fez que do seu mesmo oratorio sahisse a imagem da Senhora em procissão para a igreja aonde foi levada em um andor curiosamente concertado e composto por 4 pessoas das mais nobres da mesma villa. Solemnizou-se esta collocação em 18 de Dezembro de 1707. He esta sagrada imagem de escultura de madeyra obrada ao que parece em Lx.^a e estofada com toda a perfeição. Está sobre um trono de serafins, com uma meia lua aos pés e na cabeça tem uma perfeita coroa de prata».

¹ *Mesa da Consciência e Ordens*, liv. de 1607 a 1614, fl. 88.

² *Id.*, fl. 93 v.

³ *Consultas da Mesa da Consciência e Ordens*, liv. de 1636 a 1640, fl. 98.

⁴ Vol. III, p. 487.

Da primitiva da igreja diz ser a imagem da Senhora do Rosario.

Ha tambem a Senhora da Paz, cuja capella mandou fazer o L.^{do} Manuel Godinho, «o qual a vinculou todos os seus bens em morgado», dedicando á Senhora uma missa quotidiana o que é satisfeito por seu neto Manuel Godinho Gonçalves, cavalleiro de Cristo e capitão mórr das Pias, que lhe faz todos os annos sua festa.

A capela de N. S. dos Martyres foi fundada pelo capitão Antonio Ferreira, natural das Pias, em 1650 e nomeou por primeiro administrador d'ella o tenente João Ferreira Soares. O devoto fundador da capela de N. Snr.^a dos Martyres mandou pintar em um quadro grande a mesma batalha (Tomada de Lisboa aos sarracenos) conjecturando o auctor do *Sanctuario Marianno* que o autor da pintura seja Avelar.

Tambem se faz a festa de N. Senhora da Conceição, mas a sua imagem está no oratorio do sargento-mor Salvador Soares Cotrim. «Esta santa imagem lhe deixou em seu testamento seu tio, o Dr. José Soares de Araujo, avinculada á capella, que instituiu no anno de 1693, da qual é o 1.^o administrador o mesmo Salvador Soares, seu sobrinho. Este dr. José Soares de Araujo falleceu em 1694, como diz o respectivo assento.

A pag. 495 occupa-se da capella de N. Senhora do Desterro, do Alqueidão das Pias. Diz que no Alqueidão um cavalleiro chamado Rodrigo de Sá e Mendonça tem (em 1711) huma grande e formosa quinta e nella huma bastante ermida que é a cabeça do seu morgado. A ermida foi fundada por Diogo de Sousa e sua mulher Catarina Gareez de Oliveira. Como não tiveram filhos entrou na posse da quinta o capitão Lucas de Sá e Mendonça.

A pag. 496 occupa-se ainda da imagem de N. Senhora da Encarnação do lugar dos Cumes, termo da vila das Pias.

A fl. 317 do Liv. 4.^o das *Capellas da Cerôa* está o *Tombo e averiguação dos bens, Capella e hospital de Almogadel, termo da villa das Pias de que ao presente he administrador Miguel da Silva*.

Desta capela foi primeiro administrador João Gonçalves o Longo, o instituidor, que fez a instituição com obrigação de cama e gasalhado, esteira e água com casas e hospital. No dia 23 de Dezembro de 1649 foi feita a demarcação dos bens da capela intitulada *Hospital de Almogadel*. Em 30 de Julho de 1649 foi mandada passar carta de administrador da capela a Miguel da Silva e Abreu, vaga por falecimento de Rodrigo de Almeida.

Foi proferida sentença a 10 de Março de 1651 determinando fazer-se o tombo e que Miguel da Silva cumprisse os encargos da capela, mandando reformar o hospital e pôr-lhe sobre a porta um le-

treiro com o nome do instituidor e encargos, tendo ele sómente a posse em sua vida¹.

Além destas, duma inscrição consta que António Pereira de Sousa instituíu uma capela em 1620 e, com efeito, encontrámos nos assentos de óbitos notícia de que, em 1682, morreu o capitão Manuel Pereira de Sousa e jaz no carneiro da sua capela; em 1690 morreu a sua viúva, Margarida de Almeida, enterrada também na capela então administrada por seu sobrinho P.^º Manuel Pereira de Sousa. Este faleceu em 1693 e o seu cadáver foi para o carneiro de João Ferreira Soares, por estar ocupado o da sua capela.

Os assentos de óbitos falam-nos ainda em Mateus de Sousa, vigário geral do Maranhão, que instituiu a capela de S. Mateus, por alma do qual fizeram, em 1655, três ofícios. Em 1656 faleceu o licenciado António de Matos, prior de Águas Belas, sendo enterrado na capela de seu irmão, Manuel de Azevedo. Em 1679 morreu o P.^º Domingos de Tôrres, do Alqueidão, deixando uma capela.

Devemos por último referir uma ermida, que havia em 1633, no lugar da Cabeça, da invocação de N. Senhora da Conceição, onde casou Manuel Gomes, que depois veiu a ser capitão das ordenanças nos Chãos, com Luísa Ribeiro.

A Inquisição, cujos efeitos já vimos no séc. XVI, continuou por aqui a manifestar-se. Mas, antes de vermos as suas manifestações neste século seja-nos permitido aditar o que escrevemos no capítulo IV sobre o escrivão da câmara, António Monteiro, processado ainda quando havia Inquisição em Tomar, cujo processo supuzemos então perdido, mas que, em 1639, foi remetido para a *Inquisição de Lisboa*, em cujo cartório hoje se encontra com o número 13:034.

Foi em 19 de Maio de 1542 que surgiram as primeiras acusações a António Monteiro.

Martim Dias, porteiro da vila das Pias, de 50 anos, contou, que, eu vista do seu ofício acompanhava o réu em muitas diligências e notou, que, ao passar pela igreja paroquial das Areias ou pélas ermidas, não tirava o barrete nem fazia caso; quando ia à missa ficava fora da igreja. Assim procedeu até a publicação da Santa Inquisição nas Pias, no primeiro domingo da quaresma de 1542; ainda depois disso, estando-se duma vez a dizer missa, ele estava fora da igreja, sendo preciso seu genro João Jorge, escrivão dos órfãos, mandar-lhe dizer para ir para junto dos homens *honrados* da localidade. Contou finalmente como a filha do réu, mulher de João Jorge, bradava com

¹ Também se encontra este registo a fl. 390 do liv. V, das *Capelas da Coroa*.

ele para que fôsse bom cristão, (pois até não comia carne de porco e guardava os sábados!)

Este depoimento foi confirmado pelo juiz dos órfãos, Gonçalo Monteiro, cavaleiro da casa de El-Rei.

Em 24 de Maio novo acusador apareceu: o criado do genro, João Jorge. Declarou que a mulher do réu o admoestava e repreendia por não ser bom cristão, queixando-se amargamente de tal facto; contou como o viu efectuar práticas judaicas, rezando por um livro que tinha debaixo do *almadraque* da cama, parecendo-lhe que o tinha queimado apenas veiu a Inquisição; e finalmente que o genro o costumava mimosear com os epítetos de *perro, cão e judeu*!

Passados meses, em 22 de Outubro de 1542, em vista das acusações referidas, António Monteiro encontrava-se a contas com a justiça inquisitorial, representada pelo Dom prior do Convento de Cristo, Fr. António de Lisboa. Interrogado, fazia as seguintes interessantes declarações que tanta luz lançam sobre a sua biografia; ser natural de Trancoso, onde havia nascido, filho de pais judeus, tendo-se convertido à fé cristã, ao mesmo tempo dos outros judeus, quando tinha 7 anos de idade. Nas Pias, para onde viera haveria 5 ou 6 anos, costumava confessar-se a Pero Brás e outras vezes a mestre Pedro, vigário das Pias e, antes de estar nas Pias, residira no Beço, onde casara com Cecilia Dias, cristã velha, já viúva doutro cristão velho.

Não nos diz o processo se o réu ficou surpreendido por se saber acusado de ter dito que na lei de Moisés eria e havia de nela morrer; que rezava por um livro às luzernas do sol; não reverenciava as imagens de Nosso Senhor e Nossa Senhora; não ia à igreja antes da publicação dos editais da Inquisição e quando ia não ouvia a missa toda; se na igreja de S. Luís, junto da sua residência, tangiam a levantar a Deus ele continuava os seus trabalhos, etc. O que o processo nos diz porém é que de pronto pôs o dedo nos seus acusadores: Gonçalo Monteiro¹, Martim Dias e o criado do seu genro, Pedro.

¹ Este Gonçalo Monteiro, cavaleiro-fidalgo, foi, em 3 de Julho de 1537, nomeado juiz dos órfãos das Pias (*Chancelaria de D. João III*, liv. xxiv, fl. 121 v.). Em 19 de Fevereiro de 1538 obteve a nomeação de juiz das sisas das Pias, lugar vago em virtude de renúncia de Belchior Nunes, devendo receber 20 reais por milheiro. (*Chancelaria de D. João III*, liv. xliv, fl. 162 v.).

O seu filho, Álvaro Monteiro, morador da Casa Rial, foi para a Índia em 1561 e teve, em 16 de Setembro de 1566, merecê de 80 pardões para ajuda da despesa com a gente que levou numa fusta cujo capitão era. (*Corpo cronológico*, P. III, M. 32, n.º 132, onde o documento está indevidamente pois leram em vez de 1566, 1666!)

A inimizade do primeiro vinha do réu lhe ter tirado lugares que ele exercia, pois, além de juiz dos órfãos, tinha sido contador, distribuidor e inquiridor. Ainda no número dos seus inimigos incluiu João Gonçalves, Fernão de Álvares, Diogo Rodrigues e António Godinho.

Não admira por isso que novas testemunhas, tidas por insuspeitas, fôssem chamadas a depor.

Assim, em 11 de Dezembro de 1542, foram interrogados: fr. Fernando Lobeira, freire dos antigos do convento de Cristo, quere dizer dos anteriores à reforma de D. João III, morador nas Pias, o qual confirmou o depoimento de Gonçalo Monteiro; Mestre Pedro, vigário das Pias, que igualmente confirmou as acusações de Gonçalo Monteiro, acrescentando que o réu era usurário e vicioso com mulheres; João Gonçalves, também morador nas Pias, morador junto do réu, nas mesmas casas, o qual declarou nunca lhe ter visto dar graças a Deus depois de comer e que comia ovos na quaresma e aos Domingos se metia na cama para não ir à missa. No dia seguinte foi interrogado João Pires, escudeiro do marquês de Vila Rial, e contou como, vindo com o réu de Lisboa, com medo dele o denunciar, ao chegarem a Santarém, alugou o réu duas bestas para ambos e pelo caminho, acompanhando o compassado *chouto* dos machos, confidenciou-lhe que, antes de ir para casa, havia de ir dormir com uma sua amante, moradora na Rebálvia.

Não faltavam pois ao Cristão novo António Monteiro, acusações e bem graves. E por isso, em 4 de Janeiro de 1543, se decidiu a começar com as suas confissões.

Declarou que, depois de convertido à fé católica, casou haverá mais de 20 anos; que, em 1529, foi a Lisboa onde pousou em casa de seu irmão mais novo, Manuel Pinheiro, e, estando na cama se benzeu como fazem os cristãos o que o irmão estranhou, assim como a cunhada e filhas, admirando-se dele estar tam *danado*, como estava; ai assistiu a cerimónias judaicas, regressou ao Beco e novamente a Lisboa, onde o prenderam por erro de ofício, demorando dois anos para ser sólto. Depois disso voltou à casa de seu irmão, onde apertaram com ele para seguir a lei de Moisés, e outra vez praticou cerimónias judaicas, aconselhando-o a que, quando estivesse na igreja e levantassem a Deus, dissesse: *pão e vinho vejo, na lei de Moisés creio.*

Doutras vezes incitaram-no a abandonar a mulher e o seu irmão deu-lhe um livro de sete ou oito folhas de pergaminho, dum lado e doutro com figuras em redondo, parecendo fantasiada a sua descrição, o qual livro fôra por ele queimado. Confessou pois, que, desde

então, se tinha apartado da fé cristã, fugindo-lhe o irmão para Ferrara e daí para outra cidade donde lhe escrevia para ele para lá ir, oferecendo cem cruzados a um seu sobrinho para o levar na sua companhia.

A 8 de Janeiro de 1543, acrescentou que recebeu uma carta de outro seu sobrinho, aconselhando-o a fugir; que, haverá ano e meio, foi a Lisboa receber a carta do ofício de escrivão dos órfãos do seu genro João Jorge e à estalagem viera ter o tal seu sobrinho.

A pouco e pouco foi aditando as suas declarações. Assim, em 15 do mesmo mês, declarou que a essas reuniões religiosas em casa de seu irmão assistiu um cristão novo yindo há dois anos para as Pias com tenda de *marçaria* e pousou em casa de Jorge Castanho. A 16 acrescentou que, haverá quatro anos, estando na Venda do Pereiro, termo das Pias, aí passara um dos tais que estivera judaizando em casa do irmão e ia com mercadorias para a feira de Penela, a quem o réu mandara dar de beber na presença do juiz e almotaçés das Pias. Vira-o em Lisboa, quando na Ribeira tinha já embarcado para regressar às Pias e parece-lhe que vivia do trato de panos da Índia e de linho. Em Alenquer ou seu termo, vive um cristão novo, mestre Francisco, que andou muito tempo na Índia, veiu de lá muito rico e é igualmente tio dum seu sobrinho, cuja carta António Monteiro mandou às Pias buscar por seu genro para a apresentar.

Entretanto, em 12 de Janeiro de 1543, eram interrogadas: André, natural dos milheiros, contou que António Godinho, filho de Diogo Rodrigues, morador nas Pias, convidou o réu para irem ver Deus e ele replicou: *vamos ver pão e vinho*, sendo possível que António Godinho o não tivesse ouvido. Mais esmagador foi porém o depoimento da sua própria criada: declarou que ele nunca rezava, nem ao começar a comer, nem ao acabar; que um dia convidou para jantar um frade que está em Santo António (*sic*) do Beco e traz hábitos de burel pardo; como tardasse começou António Monteiro jantando e, como o frade ao chegar quisesse benzer a mesa e o pão, o réu saiu para a rua, enquanto isso durou e o mesmo fez quando o frade deu graças a Deus no fim do jantar.

Razões de sobejo havia portanto para, em 23 de Janeiro, ser proferido em Santarém um despacho assinado pelo bispo de Angra, lavrado e assinado pelo conhecido inquisidor João de Melo no qual determinavam que o R. fosse posto numa casa com ferros e admoestado para dizer a verdade toda.

Talvez, em vista desfas admoestações, em 26 de Fevereiro, acrescentou que, indo em Lisboa com dois homens de Puços, Fernão Do-

mingues e Martim Afonso, para um dos quais pretendia comprar um pedaço de fustão ou de pano da Índia, com êles veio ter um dos assistentes às tais cerimónias judaicas e assim juntos foram a uma tenda na rua dos Fanqueiros, onde compraram o dito pano e fustão. Por último declarou que se tinha confessado e comungado durante uns anos fingidamente.

Como se vê, bem graves eram as faltas cometidas pelo escrivão da câmara, António Monteiro, em face da jurisprudência inquisitorial. Judaizou; que mais era preciso para sofrer os brazidos duma fogueira?

Se fôsse pelo séc. XVII decreto isso lhe teria acontecido. Mas, em 1543, a Inquisição estava nos seus inícios, para mais em Tomar não havia os maus figados de Coimbra, Évora ou Lisboa e assim pela sua sentença, datada de 4 de Maio de 1543, o réu foi admitido à reconciliação, fazendo primeiro publicamente abjuração de seus erros e culpas e tendo cárcere perpétuo com sambenito!

Dé tal maneira se passava de escrivão da câmara a penitenciado do Santo Ofício!

Nos fins do séc. XVI também foi denunciado à Inquisição, como vimos no capítulo IV, o licenciado Gaspar João. Denunciado em 1591 não se fez fé por essa delação. Outro tanto aconteceu em 19 de Dezembro de 1594.

António Pereira de Sousa, nome já encontrado no decurso do nosso trabalho, pessoa de 26 anos de idade e casado com Maria de Vila Lobos, moradores nas Pias, tirou-se dos seus cuidados e veio a Lisboa dizer que, estando com Gaspar João e com Francisco Moniz, escrivão judicial, ouviu-lhe: *Eu, Francisco Moniz, vos creo como o que diz Sam Pedro e Sam Paulo.* Não contente com isso acrescentou que o tosador Manuel Antunes lhe dissera ter ouvido a Gaspar João que o baptismo não era válido sendo feito em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo, o que também foi ouvido por António Guerra, escrivão, morador na rua do Escoiral; por Ambrósio Rodrigues, escrivão e Marcos Vaz, cereiro. Ainda disse que, estando Gaspar João a jogar com Simão da Estiveira as táboas, blasfemou.

Mas Pereira de Sousa levava o saco cheio e para o despejar completamente entendeu ser preciso denunciar também Pero de Freitas, escrivão das Pias, porque estando a jogar com ele e com António Guerra disse que nem Deus lhe podia dar remédio¹.

¹ Vide os meus estudos sobre a *Inquisição no século XVI*, publicados no *Arquivo Histórico Português*, vol. VIII, pag. 480.

Em 5 de Abril de 1694, o prior de Águas Belas, Manuel da Mota e Silva, comunicou à Inquisição de Coimbra que 2 fregueses dele lhe denunciaram um Luís Nunes, da freguesia de Águas Belas, por dizer que uma sua filha ouvira, haveria 7 ou 8 anos, a uma mulher chamada Mariana Pereira, moradora no Moinho, freguesia das Pias, as palavras seguintes, entrando na igreja e tomado água benta: *Agua bebo, e pão como, pela lei de Moysés morro.* Esta mulher é infamada e tida por cristã nova¹. Não consta porém que contra ela houvesse qualquer procedimento inquisitorial.

De representantes da Inquisição do termo das Pias temos notícia de vários: Estêvão de Araújo Freitas, tio e sobrinho, sejam os primeiros de quem falemos. O tio declarou ser morador nas Pias, filho de Marcos Lopes e de Maria de Aratijo, neto paterno de Francisco Martins e de Catarina Jorge e materno de Pedro de Freitas e de Isabel de Araújo, irmã de Damião de Araújo, pai de António de Morim, familiar do S.^{to} Of.^o cujo processo de habilitação se não encontra.

Em 20 de Julho de 1650 fez-se a inquirição nas Pias, na presença do vigário, Fr. Mateus Couceiro. Foram interrogados: Miguel Marques, lavrador da Aldeia dos Gagos; Domingos Coelho, 73 anos, homem nobre, morador nas Pias, declarou que Pedro de Freitas, avô do habilitando, foi tabelião nas Pias; Ant.^o Duarte Ferreira, das Pias, Simão Monteiro, oleiro das Pias; Manuel Duarte, alfaiate das Pias; Matias Lopes Godinho, capitão reformado, morador nas Pias, declarou que Marcos Lopes foi escrivão nas Pias e Fr.^o Martins foi sombreiro, que P.^o de Freitas foi também escrivão nesta vila e que o habilitando sabe ler e escrever muito bem; Luís de Torres, que vive de sua fazenda, morador no Alqueidão das Pias; Domingos Gaspar também morador no mesmo Alqueidão; João da Mata, trabalhador das Pias; Marcos Rodrigues, lavrador nas Pias; Pedro Gaspar, lavrador, morador na quinta de Jácome Raimundo, no termo das Pias; Inácio Fernandes Traça, morador no Telheiro, termo das Pias.

Pretendeu o habilitando casar com Grácia Ferreira, da freguesia de S. Silvestre dos Chãos, filha de António Ferreira e de Maria Mendes, neta paterna de António Fernandes e de Maria Álvares e materna de Lourenço Fernandes e de Grácia Mendes.

Fez-se inquirição nos Chãos a 10 de Setembro de 1659, onde foram interrogados: Ant.^o Fernandes Gasalho, cego; António Gon-

¹ fl. 530 do *Caderno do Promotor da Inquisição de Coimbra*, n.º 27.

çalves, morador nas Ovelheiras, que declarou que António Ferreira era das pessoas principais e serviu de juiz, que António Fernandes era trabalhadór e ferreiro; Álvaro João, morador em Almogadel; Manuel Jorge também de Almogadel; Domingos Luís o velho, de Almogadel; Bartolomeu Simões o velho, de Almogadel; Álvaro Anes, de Almogadel; Simão Gonçalves, idem. Este Estêvão de Araújo Freitas prestou juramento, em 4 de Dezembro de 1651, como familiar¹.

No seu requerimento declara o segundo, quer dizer, o sobrinho, ser cavaleiro professo do hábito de Cristo, morador nas Pias e filho de Domingos Padrão de Freitas, natural das Pias e de Joana Gomes Correia, de Águas Belas; neto paterno de Marcos Lopes e de Maria de Araújo, moradores nas Pias; neto materno de Baltasar Correia, familiar do S.^{to} Of.^o e de Maria Gomes, naturais e moradores em Águas Belas. Foi casado a primeira vez com Maria da Silva, cuja ascendência nos não interessa e da segunda com D. Maria Fróis de Azevedo, filha de António de Amorim de Azevedo, familiar do S.^{to} Of.^o e de Joana Fróis de Andrade, moradores no lugar de Pernes; os avós paternos dela foram Damião de Araújo e Ana de Araújo e Azevedo, moradores na Torre, freguesia dos Casais, termo de Tomar; avós maternos dela António Serrão Soares e Brites Fróis de Andrade, moradores em Alcanede. Declarou finalmente no seu requerimento, despachado em 16 de Abril de 1698, que Estêvão de Araújo, irmão de seu pai Domingos Padrão, foi familiar do S.^{to} Of.^o

Em 4 de Agosto de 1698 fez-se nas Pias a inquirição, sendo preguntados; Manuel Ferreira, natural do Alqueidão das Pias, homem que vive de sua fazenda; Luís Mendes, morador nas Pias; Fr.^{co} Rodrigues, lavrador das Valadas; P.^e Lourenço Cardoso, presbítero do hábito de S. Pedro, das Pias; Matias Mendes, oficial de tanoeiro, natural e morador nas Pias; Manuél Mendes Coelho, oficial de sapateiro das Pias².

Os assentos paroquiais das Pias dizem que, em 1685, morreu Maria das Neves Silva, primeira mulher do habilitando, que depois casou com D. Maria Fróis de Azevedo.

Vimos referências ao familiar' Baltasar Correia, ao qual já aludimos, ao tratar de Águas Belas. Vejamos-lhe o processo.

Em 30 de Abril de 1658 foi despachado o requerimento em que Baltasar Correia, morador na estrada da Venda da Serra, pedia

¹ *Habilitações do Santo Ofício*, M. 1, n.^o 15.

² *Id.*, M. 3, n.^o 43.

para ser nomeado familiar do Santo Ofício. Declarava-se filho de Simão Pires e de sua mulher Luísa Correia, moradores no Vale, termo de Águas Belas; neto paterno de Lucas Pires e de sua mulher Isabel Rodrigues, moradores em S. Marcos, termo das Pias e neto materno de Baltasar Correia e de sua mulher Luísa Brás, moradores no Vale. Declarou-se mais casado com Maria Gomes, filha do capitão Gaspar Martins e de sua mulher Brites Gomes, neta paterna de António Martins e de Francisca Antunes e neta materna de Amador Gomes e de Filipa Martins, moradores nos Infectinhos, termo das Pias. Por último o habilitando declarava-se parente de D. Miguel Pereira, que faleceu bispo eleito do Brazil e alegava que nem em Águas Belas, nem em Ferreira, havia familiar algum.

À inquirição procedeu o vigário das Pias, fr. Bento de Macedo, em 21 de Abril de 1659, na morada do P.^o Manuel de Alcobia, na sua quinta do Almo, freguesia de Águas Belas. Uma das testemunhas declarou que o avô materno do habilitando fôra carpinteiro, mas ele sabia ler e escrever e vivia abastadamente; outra acrescentou que o habilitando fôra mercador e Pedro Fernandes, escrivão da câmara e almotaçaria de Ferreira, confirmou a mecânica do avô materno do habilitando. Ainda foram interrogados: Aleixo Vás, morador nas Pias, vivendo da sua fazenda e sabendo ler e escrever e Custódio do Souto, também sabendo ler e escrever e vivendo da sua fazenda.

À inquirição sobre Maria Gomes procedeu-se em Abril de 1659. As testemunhas declararam que o seu avô paterno fôra prior de Águas Belas. Entre outros foram: Luís de Tôrres, morador do Alqueidão das Pias, de 78 anos (em 1659), vivendo da sua fazenda e sabendo ler e escrever; Manuel Manso, almoocreve do Casalinho, termo de Águas Belas, de 70 anos, sabendo ler e escrever.

Julgado este processo favoravelmente em Julho de 1659, devia ser por esse tempo passada carta de familiar a Baltasar Correia¹.

Também foi familiar do Santo Ofício António de Carvalho, mercador, morador em Lisboa na Rua Nova, freguesia da Madalena, viúvo sem filhos de Maria Ferraz de Aguiar e casado em segundas núpcias com Luísa Vieira. Era filho de Marcos Rodrigues, natural do Alqueidão, termo das Pias — e por isso aqui o apontamos — e de Maria Fernandes, da Portela, termo da mesma vila. Neto paterno de Brás Rodrigues e de Domingos Fernandes, natural do Alqueidão

¹ *Habilitações do Santo Ofício*, M. 2, n.º 51.

e neto materno de Simão Pires e de Maria Fernandes, da Portela. Foi-lhe passada carta em 7 de Dezembro de 1674¹.

Outro que tinha sangue relacionado com as Pias.

Em 1661 pretendeu Brites Batista casar com o familiar do Santo Ofício Francisco Rodrigues Quinteiro².

Declarou-se moradora em Lisboa e filha legítima de Manuel Fernandes Soares, natural do arcebispado de Braga e de Beatriz Ferreira, natural das Pias e neta materna de Pedro Gomes e de Jerónima Rodrigues, sua mulher, naturais das Pias.

A inquirição efectuou-se nas Pias a 14 de Setembro de 1661, presidindo a ela o comissário fr. Bento de Macedo, então vigário da igreja de Santa Maria dos Olivais.

Uma das testemunhas foi o capitão Matias Lopes Godinho, morador nas Pias, de 100 anos de idade; outra o P.^e Domingos de Tôrres, de 35 anos.

Por meados do séc. XVII a Inquisição moveu um processo crime à cristã nova Brites Henriques³. Nele aparece como denunciante uma pessoa do termo das Pias que, por isso, nos interessa, se bem que a sua memória não fique aureolada de muita simpatia. É uma verdadeira heroína, como se vai ver. Deponha sobre ela primeiramente o fidalgo Martim Correia da Silva, da casa da Tôrre da Murta, de 33 anos de idade em 1644, morador em Lisboa, à Rua Suja. Dir-nos há o seu nome Anastácia da Silveira, moradora junto a S. Nicolau — em Lisboa é claro — natural das Areias, de 50 anos pouco mais ou menos e filha dum médico chamado Francisco Moniz, morador numa quinta perto da quinta da Tôrre da Murta. A sua profissão era engomadeira e Martim Correia não a supunha digna de crédito. Maria da Costa, natural das Pias e moradora ao Chafariz de Alfama, supunha-a digna de crédito, mas conhecia-a por Luísa Barrosa. Na Inquisição dissera ela chamar-se Anastácia de Carvalho! Como se vê, para uma pessoa só havia três nomes o que faz logo desconfiar. Razão havia porém para isso. Martim Correia, se a conheceu, não o disse, mas outras testemunhas houve mais sóltas de língua. Apurou-se pois que Luísa Barrosa se costumava vestir em trajes de homem, andando com facas e pistolas e se gabava de ter morto um homem com uma pistola. Por isso mudou o nome e fugiu para

¹ *Habilitações do Santo Ofício*, M. 16, n.º 531.

² *Id.*, M. 8, n.º 320.

³ *Inquisição de Lisboa*, n.º 2:122.

o Alentejo e depois para Sevilha. Nas horas vagas, além de se portar mal, entregava-se ao baixo mister de alcoviteira.

Chamada a própria criada disse que, na verdade, sua patroa tinha uma pistola e dizia que, na terra, o irmão a ensinara a atirar e, andando o pai e o irmão a brigara com um homem, ela o matara e por isso fugira. É muito resoluta e determinada e tinha a alcunha da *Castelhana*.

Aqui está pois a criatura indigna em que se tornou a filha de pessoa de certa ordem do termo das Pias à qual fizemos referências ao tratar do séc. XVI.

A organização militar do termo das Pias devia ser *mutatis mutandis* como a que descrevemos, no sítio próprio, a propósito de Dornes. Os assentos das Pias, já por várias vezes citados, falam-nos em 1649 no sargento-mor, elevado em 1654 a tenente e em 1658 a mestre de campo Bernardino de Sequeira, casado com D. Mariana de Matos; em 1657 no capitão Luís Gonçalves Godinho; em 1661 no capitão Manuel Pereira; em 1687 no capitão-mor Manuel Godinho Gonçalves e, no mesmo ano, no sargento-mor Salvador Soares Cotrim. Em 1646 vivia o capitão Luís de Figueiredo.

É certo porém que só em 27 de Setembro de 1685 a organização militar do termo das Pias adquiriu legalidade pela provisão dessa data¹. Então foi concedida licença aos oficiais da câmara das Pias para fazerem eleição do capitão-mor, visto ter três companhias da ordenança.

Entretanto nas fronteiras havia obscuros filhos das Pias que se batiam. Os assentos de óbitos feitos por informação, falam em 1659, na morte, na fronteira do Alemtejo, de Francisco Rodrigues e Luís de Torres e ainda, em 1669 na dum estrangeiro, *que parecia alemão*, dos prisioneiros da batalha de Montes Claros.

Bastantes tem sido as pessoas ilustres do termo das Pias às quais nos temos referido. Ainda outras apontaremos, salientando que, para tal efeito, muita falta nos fazem os assentos antigos das Areias perdidos completamente em virtude dum incêndio, assim como os assentos das Pias, anteriores a 1644, que se não encontram.

Em 1621 sabemos da existência das seguintes pessoas gradas²: Pedro da Cunha Preto, Simão de Sousa, Diogo de Sousa e Marcos Lopes.

¹ Conselho de Guerra, liv. 40, fl. 71 v.

² Livro dos acordos da câmara das Pias, já citado.

À devoção e religiosidade de Diogo de Sousa encontrámos a seguinte curiosa referência:

«Imitou-os na devoção com os religiosos (de Figueiró dos V.^{os}, Carmelitas Descalços) Diogo de Sousa da villa das Pias, que para os agasalhar em sua casa fez hum aposento separado com oratorio e sacristia, para dizerem missa, com todo o asseio e perfeição e cella para dormirem. Tomando d'elle exemplo acompanhava os padres a pedir por aquelles montes hum neto seu, com grande gosto e alegria. E huma filha sua, mãe d'este mancebo, chamada Anna Teixeira, quando lhe diziam as creadas que tinham visto religiosos nossos na terra, logo os mandava chamar cheia de goso e alegria por lhe parecer que lhe fazia Deus muita mercê em levar-lhe a casa taes servos seus. Sucedeu hum dia, que indo áquella villa huns padres, e sabendo que tinha ella em casa 2 frades de S. Francisco e hum clérigo, por não serem molestos trataram de irem para outra casa a passar a noite. Mas ella, tanto que teve noticia d'elles, os mandou logo chamar por pessoa, a quem não puderain perder o respeito. E depois de os ter em casa se mostrou muito queixosa de intentarem tirar-lhe a consolação, que recebia com ter por hospedes frades de N. Sn.^{ra} do Carmo: e os avantajou aos que já tinha no aposento. Pagou-lhe a Senhora as caridades, que tinha feito a seus filhos, com lhe aparecer á hora da morte, e aliviar-lhe as ancias d'ella com as esperanças da bemaventurança»¹.

Por esse tempo vivia também nas Pias, pelo menos de vez em quando, o bacharel ou licenciado Manuel Godinho ao qual já aludimos. Pouco sabemos da sua carreira judicial, e até da sua ascendência, pois ainda no seu tempo o Desembargo do Paço não tinha começado com aqueles processos, tam valiosos sob o ponto de vista genealógico, conhecidos pela designação *Leitura de Bacharéis*. Entretanto podemos dizer que, em 6 de Abril de 1617, foi nomeado juiz de fora para Freixo de Espada à Cinta² e, em 1622, o *Livro dos acordos da câmara das Pias*, dizia-o juiz de fora em Leiria. Da sua família sabemos que, em 27 de Setembro de 1630, foi passada carta de legitimação a Luís Godinho, seu filho e de Isabel Vaz mulher solteira. O licenciado alegava que não tinha outro herdeiro, ascendente nem descendente³. Foi, como já vimos, instituidor duma

¹ Crónica dos Carmelitas Descalços, por fr. Belchior de Sant'Ana, tomo I, pag. 396.

² Chancelaria de Filipe II, liv. xli, fl. 117 v.

³ Legitimações de Filipe III, liv. xii, fl. 182.

capela e supomo-lo falecido antes de 1644, pois não encontrámos o respectivo assento de óbito.

Em 24 de Fevereiro de 1641 foi passado a António Monteiro, natural do termo das Pias, filho de Pedro Simões, alvará de moço da câmara com a moradia e cevada ordinária, com a condição do número e da Índia¹.

Do Dr. Fernão de Álvares Temudo, que supomos das Menechas, sabemos que, em 3 de Junho de 1646, lhe foi feita mercê de 20 mil réis de pensão pela *diligência e cuidado* que teve em *dar princípio à fábrica das ferrarias de Tomar e ao trabalho que teve na continuaçāo da mesma obra até a pôr em estado de se poder fundir quantidade de ferro, fazendo para esse efeito descobrir e beneficiar as minas que disses havia junto das próprias ferrarias sem levar salário algum da fazenda Rial*².

Já, em 27 de Janeiro de 1646, lhe tinha sido passada carta de hábito de Cristo e na mesma o respectivo alvará de profissão³.

Em 31 de Março de 1660 foi passada a Luís de Freitas, natural da vila das Pias, alvará dos foros de escudeiro-fidalgo e cavaleiro-fidalgo, com 15000 réis de moradia por mês e 1 alqueire de cevada por dia, com a condição de ir à Índia, onde será armado cavaleiro⁴.

Os assentos de baptismos dizem-nos que, em 1648, servia de padrinho o licenciado Matias de Araújo, cujo processo de habilitação se não encontra, se é que pretendeu ou podia pretender os lugares de letras; em 1649, Manuel Pereira de Sousa, marido de Margarida de Almeida; no mesmo ano Fernão Sodré, de Águas Belas e ainda Luís Gonçalves Godinho; em 1650, de madrinha D. Mariana de Matos; em 1650, Simão Monteiro; em 1651, Bernardino de Sequeira; em 1653, Estácio de Sequeira Infante e, no mesmo ano, Estêvão de Araújo; em 1654 Pedro Gaspar, da quinta do Boim. Deviam ser evidentemente as primeiras pessoas da terra.

Muito de propósito deixámos para o fim três pessoas que supomos serem as principais: o capitão-mor Manuel Godinho Gonçalves, Lucas de Sá e Mendonça e o sargento-mor Salvador Soares Cotrim. Manuel Godinho Gonçalves era filho do capitão Luís Gonçalves Godinho e neto portanto do licenciado Manuel Godinho.

¹ *Matrícula dos moradores da Casa Rial*, liv. I, fl. 2.

² *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. xxv, fl. 10.

³ *Id.*, liv. xxiv, fl. 329 v e 330. Não há na *Leitura de Bacharéis* o seu processo de habilitação, nem na *Ordem de Cristo*.

⁴ *Matrícula dos moradores do Casal Rial*, liv. II, fl. 293 v.

Casou, em 12 de Março de 1664, com D. Teresa, filha de Manuel Esteves Cabral, de Condeixa e no mesmo dia se efectuou também o enlace de D. Joana Veloso sua irmã, com José Franco Cabral, irmão de sua esposa. Foi portanto uma dupla ligação de famílias. Se a sua era ilustre, não menos o era a de D. Teresa da Silva. Seu pai foi familiar do Santo Ofício, por isso, em 1620, fez-se em Condeixa uma inquirição sobre Manuel Esteves, casado com Catarina de Carvalho (foi casado duas vezes), filho de António Esteves e de Isabel Agostinho; neto paterno de Estêvão Álvares e de Mónica Luís e neto materno de Agostinho Esteves e de Inês Mateus.

Da inquirição deduz-se ser Manuel Esteves capitão dumha compñhia, e o pai dèle, chamado António Esteves, curtidor; que também foi curtidor Estêvão Álvares, avô do habilitando; que Agostinho Esteves era das pessoas principais da terra, Estêvão Álvares das pessoas principais, rico e abastado; e Agostinho Esteves *grangeava os seus moinhos*.

Em 1620 lhe foi passada carta de familiar¹.

Como é de prever Manuel Godinho Gonçalves vivia abastadamente, tendo os seus escravos, a um dos quais serviu em 1685, de padrinho a um filho, o Dr. João Franco de Oliveira, cunhado do capitão-mor, assim como Jacinto Pereira de Araújo, das Pias. Em 1687, foi o próprio João Franco de Oliveira, já então deputado do Santo Ofício e bispo eleito de Angola, quem baptisou João, filho do ilustre capitão-mor. Como se vê, bem elevada era a posição do seu novo compadre. Para ser oficial da Inquisição, em 4 de Fevereiro de 1683, requereu ele, declarando que seu pai se chamava Manuel Esteves Cabral e sua mãe D. Maria Franco da Silva, de Condeixa, donde também foram seus avós paternos: António Esteves Cabral e Isabel Agostinho. Os avós maternos foram: João Franco de Oliveira, natural de Vila Nova de Anços e Maria da Silva Serrão, natural da vila de Ega.

Dos ditos das testemunhas conclui-se que João Franco de Oliveira foi desembargador da relação eclesiástica de Coimbra: que o avô materno do habilitando foi escrivão em Ega e, por morte de sua mulher, ordenou-se, morrendo prior em Vila Nova de Anços.

Em Março de 1683, era nomeado João Franco de Oliveira promotor da Inquisição de Coimbra e em 26 de Maio de 1684 deputado da mesma Inquisição². Mas mais alto chegou na sua carreira eclesiástica.

¹ *Habilitações do Santo Oficio*, M. 3, n.º 89.

² *Id.*, M. 18, n.º 453.

No tomo 1.^º da colecção dos *Documentos e Memorias da Academia*, encontra-se o *Catalogo dos Bispos de Miranda*, feito por Fr. Fernando de Abreu e nele as seguintes referências a D. João Franco de Oliveira:

«Tinha sido bispo de Angola e arcebispo da Bahia, metropolitano de todo o estado do Brazil desde o ano de 1692 e tomou posse da Diocese de Miranda em o primeiro de Outubro de 1701. Faleceu em 2 de Agosto de 1715 na villa de Condeixa, d'onde era natural e ali jaz sepultado. Era irmão de José Franco Cabral, pae de João Cabral da Silva, fidalgo da Casa Real, ambos filhos de Manuel Esteves Cabral, que tambem tinha foro na Casa Real e de sua mulher D. Maria Franco da Silva, filha herdeira de João Franco de Oliveira, que depois de viudo foi prior da igreja de Vila Nova de Ansos. Neste prelado acabou o P.^º Antonio Carvalho o catalogo dos bispos de Miranda».

Podemos ainda apontar, em face sempre dos respectivos assentos paroquiais, os seguintes compadres do nosso capitão-mor: em 1668 foi baptizado seu filho José, sendo padrinhos D. Josefa Franco, de Condeixa e seu irmão; em 1673, Bernardino, sendo padrinhos Bernardino de Sequeira e D. Mariana de Matos, avó do baptizado; em 1677, António, sendo padrinhos Baltasar de Almeida e sua irmã, D. Ana e, em 1687, já nos referimos ao baptizado de João.

De Lucas de Sá de Mendonça já tratamos quando o dissemos almoxarife da comenda-mor de Dornes.

À sua família, como a outras ilustres do concelho de Ferreira, dedicaremos um capítulo especial. Agora diremos sómente que, em 25 de Agosto de 1661, faleceu sua espôsa, D. Maria Pimentel, e, em 1669, na sua quinta do Alqueidão, Catarina Garcez de Oliveira de quem Lucas de Sá herdou a quinta sobredita.

Vejamos finalmente o sargento-mor das Pias, Salvador Soares Cotrim.



Fac-simile de Salvador Soares Cotrim

Pelo assento respectivo sabemos que, em 24 de Junho de 1683, casou com Maria de Sousa, irmã de Manuel de Sousa Coelho, com licença do ouvidor fr. Pedro Vaz Cotrim.

Salvador Soares Cotrim nasceu em Tomar sendo baptizado na igreja da Colegiada de S. João Baptista a 25 de Dezembro de 1654. Aprendeu os rudimentos de Latim com seu tio Fr. Pedro Vaz Cotrim. Casou com D. Maria de Sousa de quem não teve filhos. «Foi ornado, de natural corporencia, aspecto grave, trato urbano e genio primoroso. Falleceu no lugar do Becco a 27 de Maio de 1734 e jaz sepultado na Parochia de S.^{ta} Aleixo. Compoz:

«Dous sonetos e hum romance endecasyllabo em louvor do P.^o Antonio de Carvalho; Descendencia de D. Gonçalo de Sousa alcaide-mór de Thomar fol. m. s. conserva-se em poder dos possuidores da quinta do Paço termo de Thomar e solar de seus antecessores; Geração dos Soares Cotrins com outros apelidos vinculados, fol. manuscrito volume grande; Familia dos Cotrins e Carvalhos do Becco, conserva-se em poder de Salvador Soares Cotrim sobrinho do auctor; Topographia da villa das Pias fol. manuscrito conserva-se em poder dos possuidores da Quinta do Paço, termo de Thomar e solar dos seus antecessores; geração dos Soares Cotrins com outros apelidos vinculados, folio manuscrito, volume grande; Familia dos Cotrins e Carvalhos do Becco. Conserva-se em poder de Salvador Soares Cotrim, sobrinho do auctor; Topographia da villa das Pias, folio manuscrito, conserva-se em poder do dito sobrinho do auctor»¹.

¡Manuscritos êstes infelizmente perdidos ou talvez apenas ignorados!

¿Que acrescentaremos ao já escrito sobre o viver das famlias do termo das Pias no século XVII? Por 1620 havia dois açougues, um nas Pias e outro nas Telhadas e abundavam os escravos, alguns dos quais pretos.

Bem poucas são as noticias que nos chegam da comenda das Gontijas sita neste termo.

Encontrámos uma consulta da Mesa da Consciência e Ordens², favorável a Gonçalves Rodrigues Caldeira, de 7 de Fevereiro de 1602, para de Roma se impetrar um breve a fim dêle poder possuir a comenda das Gontijas, substituindo-se-lhe os serviços de África por dez anos que esteve na Índia, e ainda em 1578, 1579 e 1580. Em 1582 foi

¹ *Biblioteca Lusitana*, tómo III, p. 670.

² *Registo de 1598 a 1603*, fl. 135 v.

como capitão duma viagem onde pelejou com os ingleses; foi na jornada de Inglaterra por capitão duma companhia, onde andou cinco meses; embarcou-se para a Índia na nau *S. Francisco*, a qual arribou ao Brasil e aí foi capitão duma armada onde gastou vinte meses.

Com efeito foi-lhe, em 11 de Abril de 1604, feita mercê da comenda das Gontijas¹. Temos de dar um grande salto para a ver, em 15 de Março de 1699, nas mãos de João de Mesquita da Silva².

O prazo da Tôrre da Murta também, como é natural, foi passando por diferentes mãos.

Carvalho da Costa, ocupando-se dêste assunto, diz-nos que o quarto Senhor da Tôrre da Murta, Henrique Correia da Silva, casou com D. Luísa da Silva e não teve filhos e lhe sucedeu seu irmão Luís da Silva Correia, que foi quinto Senhor da Tôrre da Murta e casou com D. Violante Pereira, filha de Estêvão Ferreira da Gama, e de D. Mécia Pereira, e tiveram filhos, Paio Correia da Silva, Martim Correia da Silva, que não casou, e D. Joana da Silva, casada com seu parente Ambrósio Pereira Pestana, senhor do morgado da Lourinhã de que há descendência.

Paio Correia da Silva foi sexto Senhor da Tôrre da Murta, casou com D. Paula da Silva, filha do Dr. Simão Soares de Carvalho, do conselho de El-rei e seu desembargador do Paço, e tiveram filhos: Luís Correia da Silva, que hoje (*princípios do séc. XVIII*) é sétimo Senhor da Tôrre da Murta, padroeiro da igreja das religiosas de Santa Clara da vila do Torrão e chefe dos Correias da Silva, e a D. Joana da Silva casada com Mateus de Vasconcelos³.

Como se vê, Carvalho da Costa não enumera entre os senhores da Tôrre da Murta, Martim Correia da Silva, e todavia sabemos que, em 1638, foi inovado nele o prazo em três vidas, passando o fôro a ser de 14\$000 réis anuais, quando até aí eram 12\$000 réis. Em 1645 foi reformado o emprazamento por El-rei D. João IV e confirmado o que constava do emprazamento anterior⁴.

Também sabemos que, em 25 de Maio de 1679, foi passado alvará a D. Paula da Silva, viúva de Paio Correia da Silva, para poder desistir e renunciar em seu filho Luís Correia da Silva a posse dum lagar de azeite *junto à ponte da vila das Pias*, foreiro à Mesa Mestral da Ordem de Cristo. O lagar era de duas pedras; D. Paula pa-

¹ Chancelaria da Ordem de Cristo, liv. XIII, fl. 275 v.

² Id., liv. LXXXVI, fl. 51.

³ Corografia Portuguesa, vol. III, p. 223.

⁴ Chancelaria de D. João IV, liv. ?, fl. 7 v.

gava 5\$000 réis por ano e o seu filho passou a pagar 6\$666 réis, no dia de S. João Baptista. O emprazamento foi assinado em 2 de Julho de 1680¹.

A acção directa dos senhores de Tôrre da Murta na política do tempo, não é fácil dizer-lo. Infelizmente os assentos paroquiais das Arcias perderam-se e a homonímia é para tais casos, um terrível inimigo. Apontaremos entretanto o apurado, não garantindo porém que, apesar dos mesmos nomes e apelidos, os factos fossem praticados pelos senhores da Tôrre da Murta. Para se ver à evidência como temos razão é atentar por exemplo que, percorrendo os livros de *Ementas*, encontramos foros de fidalguia a Henrique Correia da Silva. Pois são pessoas diferentes: um filho de Luís da Silva e outro filho de António Correia da Silva!

Após a aclamação de D. João IV, Martim Correia da Silva foi, logo em Fevereiro de 1641, nomeado capitão e governador de Mazagão, mas, em Agosto de 1647, era já governador da Tôrre de S. Julião². Porventura não seria o mesmo, pois em 28 de Janeiro de 1641 tinha sido Martim Correia da Silva nomeado capitão-mor e alcaide-mor de Tavira³, parecendo demonstrar-se que dois indivíduos desses nomes coexistiram e se salientaram na guerra da aclamação.

Em 21 de Abril de 1657 foi recomendado ao Martim Correia, governador da Tôrre de S. Julião, para ir com a sua companhia sobre Olivença para a defender⁴. Em 20 de Julho de 1658 foi ordenado a Martim Correia que, por causa de 24 fragatas holandezas, pusesse toda a gente de Faro em ordem de defesa⁵.

Em 17 de Agosto de 1658 era encarregado de saber que socorros previnem os hespanhóis para desalojar o exército português de Badajoz⁶. Em 20 de Janeiro de 1659 foi dito a Martim Correia, governador do Algarve, que depois do socorro de Elvas, se deviam mandar marchar para o Algarve os têrcos por él pedidos⁷. Em 9 de Maio de 1659 foi-lhe determinado visitar pessoalmente as praças do Algarve, fazendo formar têrcos de auxiliares e dar forma a toda a cavalaria da ordenança, procurando-lhe capitães. Também lhe é

¹ *Chancelaria da Ordem de Cristo*, liv. LXI, fl. 389 v e liv. LXV, fl. 291 v.

² *Conselho de Guerra*, liv. VIII, fl. 35 v.

³ *Id.*, liv. II, fl. 26, v.

⁴ *Id.*, liv. XIX, fl. 25.

⁵ *Id.*, liv. XXII, fl. 31.

⁶ *Id.*, liv. XX, fl. 104 v.

⁷ *Id.*, liv. XXI, fl. 39.

pedido para fazer toda a diligência a fim de averiguar com certeza os movimentos do inimigo¹. Em 26 de Setembro de 1659 foi resolvido dizer a Martim Correia que tinha procedido bem, não fazendo certo desconto aos soldados algarvios que vieram às campanhas do Alentejo². Em 18 de Julho de 1660 foi determinado a Martim Correia da Silva, em vista dum ofício de seu filho Francisco Correia da Silva, que nomeasse um ajudante pago para a cavalaria³.

Em 28 de Setembro de 1660 eram-lhe dadas providências por causa da falta de gente do térço pago do reino do Algarve⁴. Em 16 de Novembro de 1660 foi determinado a Martim Correia para proceder à fortificação de Castro Marim⁵. Em 8 de Abril de 1661 foi-lhe ordenado que, em vez de desmantelar o forte de S. Lourenço no pôrto de Faro, o devia mandar reparar⁶. Em 2 de Julho de 1661 agradeceu-se-lhe o seu zélo, fez-se referência à ida de Francisco Correia com 300 cavalos para o Alentejo, e pediu-se que fizesse prontamente marchar as carroagens com toda a diligência⁷. Em 23 de Julho de 1661 agradeceu-se-lhe o cuidado em mandar as carroagens para o exército do Alentejo⁸. Em 15 de Junho de 1662 foi-lhe determinado que convinha pôr a fortificação de Faro em defesa⁹. Em 17 de Junho de 1662 foi-lhe agradecido a diligência e cuidado com que fez seguir o térço do Algarve para o Alentejo¹⁰.

Como se vê não foram pequenos os seus serviços à causa da independência da pátria, talvez em detrimento da prosperidade agrícola da Tôrre da Murta, entregue a caseiros e a rendeiros que só tratariam de a explorar.

(Continua).

ANTÓNIO BAIÃO.

«Nous devons étudier notre passé, pour nous connaître nous-mêmes, car nous sommes le produit de ce passé.

TH. ZIELINSKI, *Le monde antique et nous* (trad. fr.), Paris 1909, p. 77.

¹ *Conselho de Guerra*, liv. xxii, fl. 65.

² *Id.*, liv. xxiv, fl. 7 v.

³ *Id.*, liv. xxii, fl. 138.

⁴ *Id.*, liv. xxiv, fl. 49.

⁵ *Id.*, liv. xxiii, fl. 76.

⁶ *Id.*, liv. xxiii, fl. 116.

⁷ *Id.*, liv. xxiv, fl. 105.

⁸ *Id.*, liv. xxiii, fl. 147.

⁹ *Id.*, liv. xxv, fl. 31 v.

¹⁰ *Id.*, liv. xxvi, fl. 61.

Medalha dedicada pelo Comércio do Sal, ao Ministro da Fazenda, A. M. de Fontes Pereira de Melo

(Da colecção iniciada por José Lamas)

Na orla a legenda, que começa do lado esquerdo, em baixo e é interrompida em cima e no exergo: AO MINISTRO DA FAZENDA — O COMMERCIO DO SAL; no exergo, que está limitado por um friso, junto d'este, do lado esquerdo, a assinatura: JOUVENEL¹. Figura de *Mercúrio* (símbolo do comércio), com o corpo voltado a três quartos para a esquerda e a cabeça de frente, com asas nos pés e na cabeça e firmado num segmento do globo terrestre apenas com os dedos do pé esquerdo; está completamente nu e adornado com uma fita, que passa por debaixo do braço esquerdo e por cima do ombro direito, a qual tem as pontas soltas e movimentadas pelo vento; tem na mão direita a vara simbólica e com a outra mão segura pelo pé a perna direita, que está em flexão.

B. Na orla, que é um pouco mais saliente do que o centro e que d'este está separada por uma circunferência, as seguintes legendas: no arco superior: V DE AGOSTO DE M.D.CCC. LII., e no arco inferior: TESTEMUNHO DE GRATIDÃO. Ao centro, em três linhas horizontais, a seguinte inscrição que tem um florão por cima e outro por baixo: A.(ntonio) M.(aria) — DE FONTES — PEREIRA DE MELLO.

AE. Diâmetro 50,5 mil. Muito bem conservada. Rara.

Lopes Fernandes (Memória das Medalhas) N.^o 113.

Supomos que foi feita na Bélgica.

A respeito desta medalha lê-se em *A Revolução de Setembro*, de 17 de Maio de 1853, n.^o 3336, a seguinte notícia, assinada por António Rodrigues Sampaio: «O commercio do sal agradecido.—O commercio do sal acaba de dar ao sr. Fontes um testemunho de gratidão. Foram entregues hoje a S. ex.^a tres medalhas, uma de bronze, outra de prata, e outra d'ouro, oferecidas pelos comerciantes do

¹ Adolphe Christian Jouvenel, gravador belga. Vid. Forrer, *Biographical Dictionary of Medallists*, s. v. «Jouvenel».

Porto, Villa do Conde, Vianna e Caminha. Acompanhou-as a seguinte representação:

«Illum.^º e exm.^º sr.—Os abaixo assignados, interessados na producção, commercio e exportação do sal das marinhas do Sado veem hoje cumprir um lisonjeiro dever vindo patentear a V. ex.^a os sentimentos da sua sincera e profunda gratidão pelos benefícios que ao commercio do sal immediatamente resultam da abolição da antiga roda, realisando no commercio o regimen da livre concorrência, e restaurando, pelo sabio e providente decreto de 5 d'agosto, o liberal uso da propriedade, o qual por tanto tempo fôra sacrificado aos mal entendidos interesses fiscaes e á avidez da agiotagem e do monopólio.

Os abaixo assignados desejando contribuir para que fique perpetuada a memoria do acto legislativo que extinguiu a roda do sal, e querendo ao mesmo tempo dar a V. ex.^a um testemunho do grande reconhecimento que os anima esperam que V. ex.^a lhes fará a honra de aceitar uma medalha que mandam¹ cunhar em honra do ministro que, luctando contra preconceitos inveterados, soube ligar o seu nome à inauguração das verdadeiras doutrinas economicas e prestar uma homenagem sincera ao princípio civilizador da liberdade do commercio.

Oxalá que a gloriosa carreira que V. ex.^a tão auspiciosamente encetou na regeneração económica do paiz, na qual tem sido secundado pelos votos e desejos de todos os portuguezes sensatos e imparciaes, possa ser levada a cabo, tornando memorável na historia o nome de V. ex.^a, assignalando nos factos nacionaes uma época de prosperidade e civilisação para o paiz.—Deos guarde a V. ex.^a por dilatados annos. Porto, Caminha, Vianna, Villa do Conde, 1.^º de setembro de 1852—Illum.^º exm.^º sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello. (Seguem-se as assignaturas²).»

«As medalhas são todas do mesmo cunho. D'un lado tem o emblema do commercio com esta legenda: *Ao ministro da fazenda o commercio do sal*. Do outro lado tem na parte superior: *cinco d'agosto de 1852*. No centro: *A. M. de Fontes Pereira de Mello*. Na parte inferior: *Testemunho de gratidão*.

«Folgamos de ver esta demonstração dos nossos patricios do Minho. O porto de Setubal é hoje um porto nacional, e não um porto de privilegio. Se ainda alli ha teimosos, o seu interesse ha de leva-los

¹ Aliás «mandaram».

² Não vem publicadas no jornal donde extraímos esta notícia.

á rasão, e ha de mostrar-lhes que a liberdade val bem mais do que o monopólio. A. R. Sampaio».

*

Em 20 de Novembro de 1851 o Ministro da Fazenda, António Maria de Fontes Pereira de Melo, referendou um decreto que aprovou um novo regulamento da *roda*, repartição e exportação do sal das marinhas do Sado, que continha, entre outras, as seguintes disposições: o sal das marinhas do Sado que se exportasse em embarcações estrangeiras seria gradualmente fornecido a essas embarcações segundo a escala ou *roda* formada pelas mesmas marinhas (art. 1.º). Para que a repartição desse sal, segundo a *roda*, se fizesse com a maior fidelidade e escrúpulo e ao mesmo tempo em harmonia com as justas exigências do comércio, criar-se hia na Vila de Setúbal uma junta denominada: *Junta da repartição do Sal das marinhas do Sado* (art. 2.º), composta de sete membros: cinco proprietários, rendeiros ou administradores de marinhas, um dono de barcos de marinhas e um consignatário de embarcações estrangeiras (art. 5.º). Haveria também um conselho com doze membros pertencentes às mesmas classes (art. 24.º), e uma assemblea geral composta de todos os interessados na venda do sal. Finda a colheita do sal em cada ano, os proprietários de marinhas, ou quem os representasse, deveriam manifestar, com a maior exactidão possível, no escritório da *Junta*, a quantidade de sal, em moios, produzida pelas suas marinhas, devendo também declarar se ele era grosso, redondo, fino, claro ou escuro (art. 41.º), para que a *Junta*, atendendo a estas declarações e ainda à circunstância de as marinhas serem de águas vivas, mortas ou intermédias, pudesse fixar proporcionalmente a quantidade de sal que os proprietários, segundo a sua vez, deveriam vender aos consignatários ou capitães de navios estrangeiros, logo que estes a requisitassem (art. 45.º e outros). A esta distribuição se denominava *roda*, porque cada proprietário faria sucessivamente a venda do seu produto logo que os outros proprietários, segundo a escala, tivessem vendido o seu.

No 1.º de Outubro de cada ano a assemblea geral fixava o preço que o sal deveria ter durante o ano seguinte; mas só para o que se vendesse para a *bandeira estrangeira*, pois que para a *bandeira nacional* o comércio era livre (art. 40.º, § 1.º).

Os barcos que conduziam o sal para os navios estrangeiros também tinham a sua *roda* (art. 78.º), igualmente administrada pela *Junta da Repartição do Sal*, havendo também uma associação intitulada

Corporação marítima do Corpo Santo da Vila de Setúbal. Segundo declara ainda o regulamento, a Junta podia despender anualmente a quantia de 30\$000 réis, destinada a uma festa em honra do seu patrono, S. Francisco Xavier.

Com este regulamento quis-se reformar uma antiga instituição, a da *roda do Sal de Setúbal*, que até então era administrada pelo Estado, por intermédio dum guarda-mor, e que em muitíssimos diplomas anteriores havia sido regulada, alterada ou confirmada¹.

Esta nova reforma da *roda*, ao passo que agradou a alguns proprietários de marinhas e de barcos, de Setúbal, provocou o maior desagrado entre os consignatários e comerciantes do sal, especialmente os do norte do Reino, por verem nela um atentado à liberdade do comércio. Travou-se por isso rija polémica, que foi bastante debatida no Parlamento e em vários jornais, especialmente na *Revolução de Setembro*², cujas colunas estiveram ao dispor de todos os interessados³ indistintamente, não obstante os seus principais redatores, António Rodrigues Sampaio e Latino Coelho, em vigorosos artigos por eles assinados, pugnarem pela abolição da *roda*. A *Nação* era de opinião contrária.

Por um lado Simão Aranha publicava um folheto⁴, em que concluía por classificar a *roda de monstruosidade insustentável*; por outro lado, pediam a conservação da *roda*, em representações dirigidas à Rainha, a Câmara Municipal de Setúbal, a Junta da Repartição do Sal, a Associação Comercial de Setúbal, os donos de barcos e corporação marítima do Corpo Santo, os proprietários e rendeiros de marinhas,

¹ Parece que a *roda do sal* de Setúbal foi instituída por Alvará de 11 de Dezembro de 1578, suspensa por Provisão de 20 de Fevereiro de 1601 e restabelecida por Alvará de 12 de Setembro de 1647. Teve vários Regimentos, um dos quais, supomos que o de 5 de Setembro de 1703, vigorou até 1851. Cf. Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Esboço de um Dicionário Jurídico, teórico e prático, etc.*, onde vem apontados, s. p. «sal», muitíssimos diplomas legislativos referentes ao assunto. No *Dicionário Bibliográfico*, de Brito Aranha, vol. xix, p. 402, s. v. «Setúbal», vem citado um trabalho também referente ao assunto. É uma *Memória relativa ao comércio do sal sob a bandeira portuguesa. Lisboa 1821*. Com referência ao monopólio da venda do sal no Brasil vid. Jácôme Ratton, *Recordações*, p. 244 in fine, e José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, *Ensaio Económico sobre o comércio de Portugal e suas colónias*, p. 6 e seguintes.

² Vid. este jornal nos anos de 1851, 1852 (em especial) e 1853, passim.

³ Até um poeta ali publicou, em folhetim, uns versos alusivos ao assunto, no n.º 3084, de 13 de Julho de 1852.

⁴ *Curta exposição sobre a roda do sal de Setúbal* (assinado no fim). Lisboa, tipografia da *Revolução de Setembro*, 1852. Folheto de 14 páginas.



MEDALHA DEDICADA PELO COMÉRCIO DO SAL
AO MINISTRO DA FAZENDA, A. M. DE FONTES PEREIRA DE MELO

residentes em Setúbal, Alcácer e Lisboa, a comissão administrativa do hospital da Misericórdia de Setúbal, que gozava de certos privilépios, o povo de Setúbal, as Câmaras Municipais de Azeitão, Palmela e Alcácer e a Irmandade do hospital da Misericórdia de Alcácer¹.

Durante o seguimento da questão viu-se o Governo obrigado a publicar a portaria de 10 de Maio de 1852, na qual declarou que, em virtude do tratado entre Portugal e os Estados Unidos da América do Norte, os navios desta nação podiam carregar livremente o sal que quisessem e pelo preço que ajustassem pois que, por aquele tratado e em relação a este ramo de comércio, os navios americanos gozavam dos mesmos favores que os portugueses. Deu origem a esta Portaria uma representação feita ao Governo pelo ministro da América, a pedido do súbdito americano N. B. Sinclair, capitão da escuna «Cohansey».

Resolveu por fim a contenda o mesmo Ministro da Fazenda que havia referendado o regulamento de 20 de Novembro de 1851, Fon-
tes Pereira de Melo, publicando o decreto de 5 de Agosto de 1852, que determinou que o comércio do sal de Setúbal ficava sendo livre, tanto para nacionais como para estrangeiros, podendo, tanto uns como outros, comprá-lo, conduzi-lo e carregá-lo, onde e como quisessem e pelo preço que convencionassem. Ficaram contudo gozando de certos privilépios o hospital das mulheres de Nossa Senhora da Anunciada e a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

Foi a publicação deste decreto que originou a cunhagem da medalha.

Junqueira, Dezembro de 1912.

ARTHUR LAMAS.

Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques

D'après les données de la toponymie

Mémoire présenté au Congrès International d'Archéologie tenu à Rome en Octobre 1912

On dit, dans un conte populaire, que certains enfants, hors de chez eux, laissaient tomber ça et là, sur la route, des coquilles de noix et des miettes de pain, pour retrouver le chemin de la maison

¹ Estas representações estão reunidas num folheto de 64 páginas e um índice, intitulado: *O que é a roda do Sal de Setúbal ou a questão da repartição do sal das marinhas do Sado, etc.* Lisboa, na tipografia de G. M. Martins, 1852.

residentes em Setúbal, Alcácer e Lisboa, a comissão administrativa do hospital da Misericórdia de Setúbal, que gozava de certos privilépios, o povo de Setúbal, as Câmaras Municipais de Azeitão, Palmela e Alcácer e a Irmandade do hospital da Misericórdia de Alcácer¹.

Durante o seguimento da questão viu-se o Governo obrigado a publicar a portaria de 10 de Maio de 1852, na qual declarou que, em virtude do tratado entre Portugal e os Estados Unidos da América do Norte, os navios desta nação podiam carregar livremente o sal que quisessem e pelo preço que ajustassem pois que, por aquele tratado e em relação a este ramo de comércio, os navios americanos gozavam dos mesmos favores que os portugueses. Deu origem a esta Portaria uma representação feita ao Governo pelo ministro da América, a pedido do súbdito americano N. B. Sinclair, capitão da escuna «Cohansey».

Resolveu por fim a contenda o mesmo Ministro da Fazenda que havia referendado o regulamento de 20 de Novembro de 1851, Fon-
tes Pereira de Melo, publicando o decreto de 5 de Agosto de 1852, que determinou que o comércio do sal de Setúbal ficava sendo livre, tanto para nacionais como para estrangeiros, podendo, tanto uns como outros, comprá-lo, conduzi-lo e carregá-lo, onde e como quisessem e pelo preço que convencionassem. Ficaram contudo gozando de certos privilégios o hospital das mulheres de Nossa Senhora da Anunciada e a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

Foi a publicação deste decreto que originou a cunhagem da medalha.

Junqueira, Dezembro de 1912.

ARTHUR LAMAS.

Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques

D'après les données de la toponymie

Mémoire présenté au Congrès International d'Archéologie tenu à Rome en Octobre 1912

On dit, dans un conte populaire, que certains enfants, hors de chez eux, laissaient tomber ça et là, sur la route, des coquilles de noix et des miettes de pain, pour retrouver le chemin de la maison

¹ Estas representações estão reunidas num folheto de 64 páginas e um índice, intitulado: *O que é a roda do Sal de Setúbal ou a questão da repartição do sal das marinhas do Sado, etc.* Lisboa, na tipografia de G. M. Martins, 1852.

paternelle. Les peuples, dans leur marche interminable à travers les siècles, ressemblent en quelque sorte à ces enfants, parce qu'ils lèguent à la postérité des vocables et des formes de langage qui fournissent souvent au philologue des moyens d'éclairer l'historien, ou de l'aider dans l'étude du passé, même le plus lointain.

Nous avons donc ainsi des problèmes archéologico-linguistiques. C'est d'un de ces problèmes que je viens m'occuper ici au point de vue de la préhistoire portugaise.

La partie architecturale des monuments funéraires, qu'on dénomme en archéologie «dolmens», a en portugais, dans la langue vulgaire, des noms appellatifs: ANTA et ORCA, quoique le peuple n'attribue pas à ces mots, cela va sans dire, la signification que les érudits attribuent à «dolmen». Comme diminutifs on emploie ANTINHA et ORQUINHA. Dans mon ouvrage *Les religions de la Lusitanie*, vol. I, pag. 25, 252 ss. et 309 ss., j'ai étudié les étymologies de ces mots, qui sont des métaphores latines: anta, du langage des architectes, et orca, du langage des *gromatici*. En même temps, j'ai montré là qu'il devait y avoir jadis d'autres dénominations appellatives analogues à celles-ci, savoir: ARCA (aussi tirée métaphoriquement du langage des *gromatici*), ANTELLA et peut-être PALA. Il y a encore dans cette classe le mot ARCAÍNHA, que j'ai trouvé après la publication de mon volume: mot qui présuppose comme étymologie *arcāa.

Le monticule qui enveloppe le dolmen, ou *tumulus*, a, ou a eu, entre autres les appellations de MAMÔA, MÁMOA, et le diminutif MA-MOINHA et MAMUNHA: voir le volume cité, pag. 249 ss. Nous avons de même ici une métaphore du latin *mamma*, à cause du parallélisme qu'on a établi entre un tertre et un sein de femme.

A la longue, tous ces noms communs, appliqués à des lieux où il y avait des dolmens, sont devenus des noms propres, et il en est résulté qu'on trouve aujourd'hui en Portugal de nombreuses localités qui portent ces dénominations: de telle façon que, si nous en dressions une carte, nous pourrions, rien que par la toponymie, savoir quelque chose de l'état de la population du Portugal aux temps préhistoriques.

Voici une carte de ce genre. J'y ai signalé avec des numéros correspondants aux *concelhos*, ou divisions administratives moyennes, les noms que j'ai pu recueillir: ANTA, ANTAS, ANTELLA, ANTINHA, ARCA, ARCAÍNHA, ARCAS, MAMA, MAMALTAR, MÁMOA, MAMÔA, MA-MOINHA, MAMUNHA, ORCA, PALA, PARADANTA, PARADANTAS. Tantôt nous ne voyons qu'un seul de ces noms dans un *concelho*, tantôt nous en voyons plusieurs.

Bien qu'il y ait beaucoup d'autres localités portant les noms de MAMA et de ARCA que celles que j'ai indiquées sur la carte, je me suis borné à celles-ci, parce qu'elles sont les seules où je sais pertinemment qu'il existe des monuments préhistoriques, les mêmes mots pouvant avoir d'autres significations. PARADANTA, dans le *concelho* de S. Vicente-da-Beira, se décompose en *Pedra d'Anta* (cf. *Pradanta*, *Peranta* et *Parafita*): on observe ici le phénomène glottologique qu'on appelle proclise; PARADANTAS pourrait être le pluriel de *Paradanta*. L'expression MAMUNHA DE MAMALTAR est pléonastique et très remarquable, MAMALTAR se décomposant en *Mama (do) altar*, «mammelle de l'autel», c'est-à-dire, «tumulus» et «dolmen proprement dit»; on sait que les mégalithes, en divers pays, reçoivent le nom d'*autel*, par exemple: *autel du Loup*, *pierres des Autels*, *Teufelsaltäre*, etc.¹, non pas que le peuple, de lui-même ou par influence littéraire, les ait considérés comme des autels de sacrifices, mais tout simplement par des métaphores, auxquelles il a rattaché, par la suite, des légendes. Dans le *concelho* de Viseu il y a aussi un *Outeiro do Altar*, «colline de l'autel», près d'un dolmen²; il est possible que le nom de la colline soit en rapport avec le dolmen. Dans les *concelhos* de Mora et Pombal je cite ANTÕES, que je suppose être le pluriel de *antão*, augmentatif de *anta*; il est curieux de remarquer que dans le premier de ces *concelhos* il y a des localités dont les noms présentent trois formes grammaticales, ANTA, ANTINHA et ANTÕES, le positif, le diminutif et l'augmentatif. Notre toponymie offre fréquemment ANTÃO; je n'ai pas parlé de ce nom, parce que, s'il peut être l'augmentatif pluriel de *anta*, il peut de même procéder de ANTÃO, nom propre d'homme.

Tous les noms signalés dans la carte sont modernes³. En feuilletant des documents anciens, on en trouvera de semblables, soit parce qu'ils sont les ancêtres de ceux qui existent aujourd'hui, soit parce

¹ Voir Salomon Reinach, *Revue Archéologique*, 3^e série, t. xxi, p. 222.

² J. Coelho, *A Prehistoria*, Famalicão, 1912, p. 59.

³ Pour dresser cette carte j'ai consulté le *Mappa do distrito de Coimbra*, par H. Secco, Coimbra 1853, la *Chorographia moderna de Portugal*, par J. M. Baptista, t. vi, Lisboa 1778, le *Diccionario postal de Portugal*, de Silva Lopes, 3 vol., Lisboa 1891-1894, et mes fiches lexicologiques; en outre j'ai écrit à quelques amis (MM. le Dr A. A. Cortesão, l'Abbé Francisco Manoel Alves, le Dr Francisco Cordovil Barahona, le Dr Joaquim Manoel Correia, l'Abbé José Augusto Tavares, l'Abbé José Bernardo de Moraes Calado, José Pedro Dias, Manoel João Paulo Rocha, le Dr Mendes dos Remedios, et M^{me} Maria da Conceição Dias), qui m'ont fourni beaucoup de renseignements, dont je les remercie vivement.

qu'ils correspondent à d'autres lieux où il y avait des mégalithes. Par exemple: ANTAS aux XVIII^e, XVII^e, XVI^e, XIII^e et XI^e siècles; ORCA au XV^e siècle; MAMONA au XIII^e siècle; MAMOA aux XIV^e, XIII^e et XI^e siècles; MAMOAS au XIII^e siècle; MAMONELLA au XI^e siècle; MAMOELA au XI^e siècle; MAMOLA aux XIII^e et X^e siècles¹. Je suis même amené à insérer dans cette liste l'expression AD SEPTEM ARAS qu'on lit dans l'*Itinéraire* d'Antonin comme désignant un lieu sur la voie d'*Olisipo à Emerita*²: d'après ce que j'ai dit dans les *Religions de la Lusitanie*, III, 508, *septem aras* peut signifier ici «sept dolmens», ou mieux, «plusieurs dolmens». On me permettra à ce propos un court *excursus* justifiant mon hypothèse.

En ce qui concerne *aras*, j'ai déjà parlé de l'emploi d'*autel* comme synonyme de «dolmen»; il est donc inutile d'insister. Voyons maintenant l'emploi géographique du nombre «sept». La toponymie actuelle nous présente:

En Portugal

Sete Alcarias	Sete Lenços
Sete Caminhos	Sete Moinhos
Sete Cantos	Sete Montes
Sete Capellas	Sete Nogueiras
Sete Capotes	Sete Pedras
Sete Casas	Sete Reinos
Sete Casinhas	Sete Ribeiros
Sete Cativos	Sete Rios
Sete Fontes	—

En Espagne

Siete Aguas	Siete Iglesias
Siete Casas	Siete Puertas
Siete Fuentes	Siete Torres
Siete Hermanos	Siete Hornos
Siete Higueras	Siete Picos

¹ Voir: A. A. Cortesão, *Onomastico medieval português*, s. vv.; Viterbo, *Elucidario*, s. v. «mamoa»; Estacio da Veiga, *Antiguidades monumentaes do Algarve*, I, 105; Gabriel Pereira, *Pergaminhos da Universidade de Coimbra*, p. 49; Leite de Vasconcellos, *Religiões da Lusitanía*, I, pp. 4-6.

² Ed. d'Amsterdam, 1735, p. 419.

En France

Sept-fonds ou	Sept-moncel (Jura)
Septfons (Yonne)	Sept-monts (Aisne)
Septfonds (Tarn-et-Garonne)	Sept-ponts (Lot)
Septfontaines (Doubs)	Sept-Saulx (Marne)
Sept-forges (Orne)	Sept-vaux (Aisne)
Sept-frères (Calvados)	Sept-Veilles (S.- et M.)
Sept-îles	Sept-vents (Cavaldos)
Sept-meules (S. inférieure)	Sept-Voies (Nièvre)

En Italie

Sette cerri	Sette sorelle
Sette fichi	Sette ponti
Sette fonti	Sette pini
Sette frati	—

En Allemagne

Siebengebirge

—

En Angleterre

Seven churches	Sevenoaks
----------------	-----------

En Autriche-Hongrie

Sieben Berge	Siebenbürgen
--------------	--------------

Dans le Luxembourg

Sept Fontaines

—

En Belgique

Seveneken

—

En Russie

Sept-iles (Kola)

—

Dans d'autres pays ou régions

Sept pagodes (Tonkin)	Sept îles (Spitzberg)
Sept frères (Haïti)	Sept îles (Canada)
Sept montagnes de glace (Spitzberg)	Sept îles (Japon)
	Province des sept fleuves (Kirghiz)

Sept écueils (Jan Mayen)
Sete Lagoas (Brésil)

Sete Quedas (Brésil)
Sept Caps (Algérie)

Dans l'antiquité nous trouvons *Septem Aquae* et *Septem Maria* en Italie, Ἐπτακομῆται dans le Pont, Ἐπτα γεωίται à Sparte, Ἐπτάπερσος en Mysie, Ἐπτά φρέατα en Arabie, Ἐπτά ἀδελφοι ou *Septem Fratres* en Mauritanie, dont parle aussi Camoens:

Qual parida lioa, fera e brava
.....
Os montes Sete Irmãos atroa e abala,

dans *Les Lusiades*, IV, 37¹. — Quoiqu'on puisse expliquer l'une ou l'autre de ces expressions par des coïncidences réelles, leur ensemble n'admet, je crois, d'autre explication que celle que j'en propose, et celle-ci se comprend très bien, le nombre « sept » ayant un caractère magique avec de multiples applications très connues, en dehors du cercle de la géographie, et exprimant en même temps un nombre rond d'objets. En général les noms de lieu se forment spontanément, et ce sont les multitudes anonymes qui les créent. Pour admettre une exactitude arithmétique dans autant d'expressions géographiques que celles où figure le nombre « sept », il faudrait imaginer toujours dans le peuple une intensité de réflexion et un scrupule d'analyse qui sont en désaccord avec la susdite spontanéité.

Puisque nous nous trouvons en ce moment à Rome, c'est-à-dire au *Septimontium*, j'oserai déclarer que, malgré les efforts des anciens et des modernes pour déterminer topographiquement les collines romaines, et malgré la fête qui, dans l'antiquité, les sanctifiait chaque année au mois de Décembre, le nombre « sept » doit avoir ici la même signification générale que dans les expressions précitées, ou du moins dans la plupart. On a dit *septem montes*, ou *septicollis arx*, comme on dit aujourd'hui en portugais *Sete montes*, et avec d'autres adjectifs numéraux: *Cinco Outeiros*, *Vila Nova de Mil Fontes*, où *cinco* et *mil* doivent signifier «plusieurs», «beaucoup»².

¹ Dans la traduction d'Albert, Paris 1859, p. 131 :

Ainsi, quand la lisonne, au milieu des forêts,
.....
Des sept monts de Dahra réveille les échos.

² Voici comment je comprend l'enchaînement des faits.

D'abord Rome se confondait avec le Palatin. Après que la ville se fut élargie, on la considéra comme s'étendant sur «plusieurs collines». D'après ce que j'ai dit plus haut, ce nombre s'est fixé à «sept», et, il a fallu un effort pour dé-

Ceux qui sont familiarisés avec les habitudes du langage et la vie des légendes et des croyances populaires accepteront sans peine mes idées, dont je n'ai fait qu'ébaucher l'exposition, parce qu'il me faut revenir à la carte des dolmens.

L'examen de cette carte nous montre tout d'abord — et c'est sur ce point que j'ai voulu appeler particulièrement votre attention — que le Portugal, aux temps préhistoriques, a été très peuplé. En effet nous y voyons marqués des monuments mégalithiques depuis l'extrême Nord jusqu'à l'extrême Sud; même en admettant que tous ne soient pas contemporains les uns des autres, ils déceleraient néanmoins l'existence de séries successives de peuplades dans chaque région. La douceur du climat, un sol fertile, arrosé par des fleuves tranquilles et poissonneux, la proximité de la mer, tout cela devait y attirer de bonne heure des immigrants, et favoriser le développement des populations préexistantes. Les lacunes qui se découvrent dans la carte sont facilement comblées par les notices littéraires (celles-ci remontent déjà au XVI^e siècle¹) et surtout par les ruines et les menus objets qui restent du passé.

Nous avons donc trois sortes de sources pour l'établissement d'un cadastre des dolmens portugais: sources archéologiques, historiques

terminer de quelles collines il s'agissait. Dans une première conception le *Septimontium* se composait des collines suivantes: *Palatum*, *Cermālus*, *Velia*, *Oppius*, *Cispinus*, *Fagūtal* (= *Facūtal*), *Subūra* ou *Sucura* (au *Celius*). Le garant en est Antistius Labeo dans Festus, *De verborum significatione*, s. v. «*septimontio*», éd. de Thewrenk, 1889, p. 524, quoique dans le texte on lise «huit collines» au lieu de «sept», ce qui a torturé les interprètes modernes. Dans une seconde conception le *Septimontium* se composait des collines suivantes: *Capitolinus* (= *Tarpeius* = *Saturnius*), *Aventinus*, *Caelius*, *Esquiliae*, *Viminalis*, *Quirinalis*, *Palatum*. Le garant en est Varro, *De ling. lat.*, v, 41–54, mais il ajoute: «cum Caelio coniunctum est *Carinae*»; et en outre il mentionne le *Caeliolus*, et il dit du *Palatum*: «huic *Cermālum* et *Velias* coniunxerunt». Dans une troisième et dernière conception, qui appartient au IV^e siècle et à des temps postérieurs, le *Quirinalis* et la *Viminalis* disparaissent, et sont remplacés par le *Vaticanus* et le *Ianiculum*. — Voir sur cette importante question de topographie: Zinnow, *Das älteste Rom oder das Septimontium*, 1866, p. 13 ss.; Mommsen, *Römische Geschichte*, III–I (1887), 113–114; Jordan, *Topographie der Stadt Rom im Alterthum*, II (1871), 204–212; Gilbert, *Geschichte u.-Topographie der Stadt Rom im Altertum*, I (1883), 162; Wissowa, *Gesammelte Abhandlungen*, 1904, p. 240 ss. (= *Satura Viadrina*, 1896, p. 1 ss.); Richter, *Topographie der Stadt Rom*, 1901, p. 36–33 (in *Handbuch de Müller*); Graf, *I rioni di Roma*, 3.^e ed. (1905), p. 19–21; E. Pais, *Ancient legends of Roman history*, 1905, p. 234–233; Pinza, in *Monumenti dei Lincei*, XV (1905), 754 ss.; Platner, in *Classical Philology*, I, (1906), 69 ss.

¹ Voir *Religions de la Lusitanie*, I, 4–11.

et toponymiques. Je n'ai voulu parler que de ces dernières. Ma méthode pourra s'appliquer à d'autres pays possédant des monuments préhistoriques qui portent des noms appellatifs, par exemple l'Espagne, où la Galice, qui est d'ailleurs un prolongement du Portugal, nous fait voir deux séries, MAMOA-MAMOAS et ANTA-ANTELÀ-ANTAS, et où Zamora nous offre ANTA.

Je ne voudrais pas terminer sans faire remarquer que la carte que j'ai l'honneur de vous soumettre, toute incomplète qu'elle est, manifeste en outre un fait de géographie linguistique: à côté du mot *anta*, qui vit ou a vécu dans tout le territoire portugais comme nom générique, nous avons *orca* et *arcainha* dans certains endroits de la Beira et de l'Extremadura; *Mámoa* et *mamôa* dans la Beira et dans le Minho; *Arcas* du moins dans le Tras-os-Montes et dans le Alto-Minho; *Pala* dans le Tras-os-Montes. Cela dépend de l'état où se trouvent les monuments, à découvert ou encore revêtus de tumulus, et de l'aptitude imaginative du peuple à saisir des caractères descriptifs, les uns voyant, par exemple, des *oreae* où les autres voyaient des *arcae*. Dans le sud il semble qu'il n'y ait pas de noms spéciaux, mais *anta* est très vivace dans l'Alemtejo.

Il est temps de conclure.

Je pense avoir suffisamment prouvé par des exemples la proposition énoncée au commencement de mon mémoire. Si la philologie peut prêter secours à l'archéologie préhistorique, en lui définissant un monument qu'elle a découvert, elle peut pareillement, par l'investigation d'anciens mots qui sont restés, comme des fossiles, dans le langage courant, découvrir elle-même des monuments dans un endroit où l'on n'en aurait pas soupçonnés. Les sciences, bien qu'en apparence très différentes les unes des autres, sont étroitement liées entre elles à la manière des *tessellae* d'une mosaïque: et de cette liaison s'ensuit une connaissance chaque fois plus parfaite de l'univers,—ce qui constitue le suprême desideratum de l'homme, toujours en lutte pour le réaliser.

*

Liste des «concelhos» indiqués sur la carte

1) Dans l'ordre numérique

- | | |
|-----------|---------------------|
| 1 Monção | 4 Caminha |
| 2 Valença | 5 Arcos de Valdevez |
| 3 Coura | 6 Barca |

7 Ponte de Lima	48 Guarda
8 Bouro	49 Táboa
9 Viana do Castello	50 Sabugal
10 Povoa de Lanhoso	51 Fundão
11 Espôsende	52 Figueira da Foz
12 Bouças	53 Pombal
13 Braga	54 Ourem
14 Famalicão	55 Tomar
15 Guimarães	56 Caldas da Rainha
16 Santo Tirso	57 Castello de Vide
17 Villa do Conde	58 Ponte de Sôr
18 Maia	59 Avis
19 Gaia	60 Fronteira
20 Paredes	61 Monforte
21 Porto	62 Alenquer
22 Marco de Canaveses	63 Sobral
23 Chaves	64 Móra
24 Bragança	65 Mafra
25 Miranda do Douro	66 Estremoz
26 Sabrosa	67 Montemór-o-Novo
27 Moncorvo	68 Redondo
28 Villa Pouca d'Aguiar	69 Arraiolos
29 Mondim de Basto	70 Evora
30 Celorico de Basto	71 Seia
31 S. João d'Areias	72 Cuba
32 Sinfães (Cinfães)	73 S. Tiago de Cacém
33 Rèsende	74 Lisboa
34 Feira	75 Almodóvar
35 Penedono	76 Aljustrel
36 Aguiar da Beira	77 Villa do Bispo
37 Estarreja	78 Albufeira
38 Oliveira de Frades	79 Tavira
39 Sátão	80 Arouca
40 Albergaria-a-Velha	81 Arruda
41 Penalva do Castello	82 Moura
42 Algôdres	83 Oliveira do Hospital
43 Aveiro	84 S. Pedro do Sul
44 Mangualde	85 Sever do Vouga
45 Nellas	86 S. Vicente da Beira
46 Viseu	87 Barcellos
47 Gouveia	88 Nazareth

2) Dans l'ordre alphabétique

Aguiar da Beira	36	S. João d'Areias.....	31
Albergaria-a-Velha	40	Lanhoso	10
Albufeira	78	Lisboa	74
Alenquer	62	Mafra	65
Algodres	42	Maia	18
Aljustrel	76	Mangualde	44
Almodóvar	75	Marco de Canaveses	22
Arcos de Valdevez	5	Miranda do Douro	25
Arouca	80	Monção	1
Arraiolos	69	Moncorvo	27
Arruda	81	Mondim de Basto	29
Aveiro	43	Monforte	61
Avis	59	Montemór-o-Novo	67
Barca	6	Móra	64
Barcellos	87	Moura	82
Bouças	12	Nazareth	88
Bouro	8	Nellas	45
Braga	13	Oliveira de Frades	38
Bragança	24	Oliveira do Hospital	83
Caldas da Rainha	56	Ourem	54
Caminha	4	Paredes	20
Castello de Vide	57	S. Pedro do Sul	84
Celorico de Basto	30	Penalva do Castelo	41
Chaves	23	Penedono	35
Coura	3	Pombal	53
Cuba	72	Ponte de Lima	7
Esposende	11	Ponte de Sôr	58
Estarreja	37	Porto	21
Estremoz	66	Redondo	68
Evora	70	Rèsende	33
Famalicão	14	Sabrosa	26
Feira	34	Sabugal	50
Figueira	52	Sátão	39
Fronteira	60	Seia	71
Fundão	51	Sever do Vouga	85
Gaia	19	Sinfães (Cinfães)	32
Gouveia	47	Sobral	63
Guarda	48	Táboa	49
Guimarães	15	Tavira	79

부산시

MONTRANT LE PEUPLEMENT DU PORTUGAL AUX TEMPS PRÉHISTORIQUES

AUX TEMPS PRÉHISTORIQUES

DRESSER

卷之三

52

88

Orcas

A hand-drawn map of the Antas region, showing a jagged coastline and several inland lakes or reservoirs. The map is drawn with black ink on a light-colored background.

62

Antas 63
Antas 65
Antas 81
Antas

A topographic map showing contour lines and elevation values. The map includes the following labels and data points:

- Antas**: A label positioned near the top right corner.
- 1200**: An elevation value labeled on the left side.
- 74**: An elevation value labeled on the left side.

The map features several contour lines, with a prominent triangular depression in the lower-left quadrant. The contour lines generally slope upwards from left to right, indicating an overall increase in elevation across the map area.

A black and white line drawing of a map of Africa. The word "AFRICA" is written vertically along the right side of the continent's outline.

This image shows a vertical strip of aged, light-colored paper or fabric with a fibrous texture. The surface has some mottling and discoloration. A significant, dark, jagged tear or hole is located at the bottom left corner.

A faint, dark gray, irregular shape resembling a stylized figure or cloud, located in the bottom right corner of the page.

100

77
Paradise

S. Tiago de Cacem.....	73	S. Vicente da Beira	86
Santo Tirso	16	Villa do Bispo.....	77
Tomar	55	Villa do Conde	17
Valença	2	Villa Pouca d'Aguiar	28
Viana do Castello	9	Viseu	46

A antiguidade em Belver

Breve preâmbulo—Primeiras impressões—O castelo de Belver—A ermida de S. Brás—Soberbo retábulo—A Tôrre de Menagem—O panorama—Vestígios da época lusitano-romana—Restos do Pelourinho—Notícias orais.

Quem, partindo de Lisboa para seguir o caminho de ferro da Beira Baixa, fôr mirando, através dos vidros da carruagem, o magnífico estuário do Tejo, não poderá deixar de discernir a variedade de aspectos, que êle assume, desde o mar até as fantásticas *Portas de Ródão*. É uma grandeza com que êle domina o viajante, afirmando-lha insistentemente, por formas diversas, como se alguém lha contestasse por mísero despeito. E essas águas, buliçosas sem descanso, que nós vamois vendo continuamente ao encontro do nosso caminho, figuram-se-nos possuídas dum alma superior à nossa, pela sua forte majestade, ora tranqüila, ora irritada.

Debaixo destas silenciosas impressões, ia eu, num dia da primavera de 1910, galgando essa linha férrea e convencendo-me de como era bem lógica a divinização dos rios e da natureza na antiguidade. E, consoante me aproximava do cabo da minha viagem, assim desfibrava, em íntima análise, as premissas da sugestão naturalística, com que o grande rio me absorvia, primeiro com a sua ampla agitação oceânica; mais acima, com a sua quâsi carinhosa saturação das várzeas sem limite e por último com a sua enovelada corrente entre os abismos de granito, que êle sulca no seu curso alto. Era contudo sempre o mesmo grande rio, que falava ao meu espírito amigo da natureza, embora inacessível a um panteísmo já decaído.

Neste demorado colóquio sem palavras, me fui afastando cada vez mais do ponto da partida até que, por momentos, sussteve o fôlego a locomotiva possante. Era o termo da minha viagem; era Belver.

A ninguém que, como eu, levasse àquela povoação um fito arqueológico, era decerto refusado êste confiar ao papel impressões subjectivas dum curta excursão, tanto mais que as fui arrumando, para passar o tempo e o caminho, ao lado de reminiscências pagãs da antiguidade; por isso considero-me justificado do preâmbulo.

S. Tiago de Cacem.....	73	S. Vicente da Beira	86
Santo Tirso	16	Villa do Bispo.....	77
Tomar	55	Villa do Conde	17
Valença	2	Villa Pouca d'Aguiar	28
Viana do Castello	9	Viseu	46

A antiguidade em Belver

Breve preâmbulo—Primeiras impressões—O castelo de Belver—A ermida de S. Brás—Soberbo retábulo—A Tôrre de Menagem—O panorama—Vestígios da época lusitano-romana—Restos do Pelourinho—Notícias orais.

Quem, partindo de Lisboa para seguir o caminho de ferro da Beira Baixa, fôr mirando, através dos vidros da carruagem, o magnífico estuário do Tejo, não poderá deixar de discernir a variedade de aspectos, que êle assume, desde o mar até as fantásticas *Portas de Ródão*. É uma grandeza com que êle domina o viajante, afirmando-lha insistentemente, por formas diversas, como se alguém lha contestasse por mísero despeito. E essas águas, buliçosas sem descanso, que nós vamois vendo continuamente ao encontro do nosso caminho, figuram-se-nos possuídas dum alma superior à nossa, pela sua forte majestade, ora tranqüila, ora irritada.

Debaixo destas silenciosas impressões, ia eu, num dia da primavera de 1910, galgando essa linha férrea e convencendo-me de como era bem lógica a divinização dos rios e da natureza na antiguidade. E, consoante me aproximava do cabo da minha viagem, assim desfibrava, em íntima análise, as premissas da sugestão naturalística, com que o grande rio me absorvia, primeiro com a sua ampla agitação oceânica; mais acima, com a sua quâsi carinhosa saturação das várzeas sem limite e por último com a sua enovelada corrente entre os abismos de granito, que êle sulca no seu curso alto. Era contudo sempre o mesmo grande rio, que falava ao meu espírito amigo da natureza, embora inacessível a um panteísmo já decaído.

Neste demorado colóquio sem palavras, me fui afastando cada vez mais do ponto da partida até que, por momentos, sussteve o fôlego a locomotiva possante. Era o termo da minha viagem; era Belver.

A ninguém que, como eu, levasse àquela povoação um fito arqueológico, era decerto refusado êste confiar ao papel impressões subjectivas dum curta excursão, tanto mais que as fui arrumando, para passar o tempo e o caminho, ao lado de reminiscências pagãs da antiguidade; por isso considero-me justificado do preâmbulo.

Volvamos agora a lauda e passemos a contar ao *Archeologo Português* o que lhe mais interessa.

*

Belver é hoje, como bastantes outras terras portuguesas, um resto das raízes, que outrora alguns castelos bracejavam em redor, produzindo núcleos de apaniguados e dependentes, que se foram ligando à terra frugifera.

Quem desce na estação do caminho de ferro e olha em torno, com um princípio natural de curiosidade, não vê mais do que, sobre si, escalavrados despenhadeiros. ¿Onde está Belver? Longe, decerto. Não! Bem perto; detrás dum castelo roqueiro que, pouco adiante, só num retorno de caminho, se avista coroando um alcantilado morro, e que do alto vigia o córrego do Tejo e as suas margens agudas.

Não se apaga facilmente a memória dessa visão antiga, porque o castelo de Belver conserva ainda muito da sua arquitectura primeira, os panos torreados dos muros e dos cubelos, a torre de menagem de alicerces ciclópicos, as cisternas e outras dependências.

Monumento nacional devia ser e sé-lo há sem dúvida. Não falo já das lembranças militares que evoca esta, como outras audazes construções, ali erguida por uma Ordem de Cavaleiros¹, para se firmar em mais um cunhal de rocha a nossa pátria nascente; essas lembranças levam-me sempre a mim, para com os braços, indomáveis à fadiga e à guerra, desses homens que a fundaram, um sentimento de gratidão de que muitos hoje, na embriaguez da vida, se obstinam em ser de todo esquecidos. Mas afora isso, este pedaço da arquitectura militar da nossa meia idade vale em si mesmo, pelo seu estado razoável de conservação, o cuidadoso estudo dos técnicos e o respeito de gente civilizada.

*

A porta principal, voltada ao Tejo, abre para uma larga rampa, escadeada, que logo vem de furtar a volta ao assaltante, não lhe consentindo a aproximação da entrada, senão em magro número e embetesgado contra o recanto formado por dois cubelos quadrados. Parece que, na testada da porta, houve um revelim, acaso mais recente, de

¹ Tem-se dito que este castelo foi edificado pelos freires da Ordem do Hospital.

cujas paredes resta a base. O estratégico aproveitamento do escarpado cabeço, donde o castelo surge, faria com que qualquer arremetida contra aquela guárita de pedras tivesse de ser desfavoravelmente realizada de flanco. Mas, além desta, havia outra dificuldade preliminar: no pano da muralha, que dava para a calçada de acesso ao castelo, havia seteiras de que se reconhece o arregace interior, porque a folha externa da alvenaria já derrocou nessa parte.

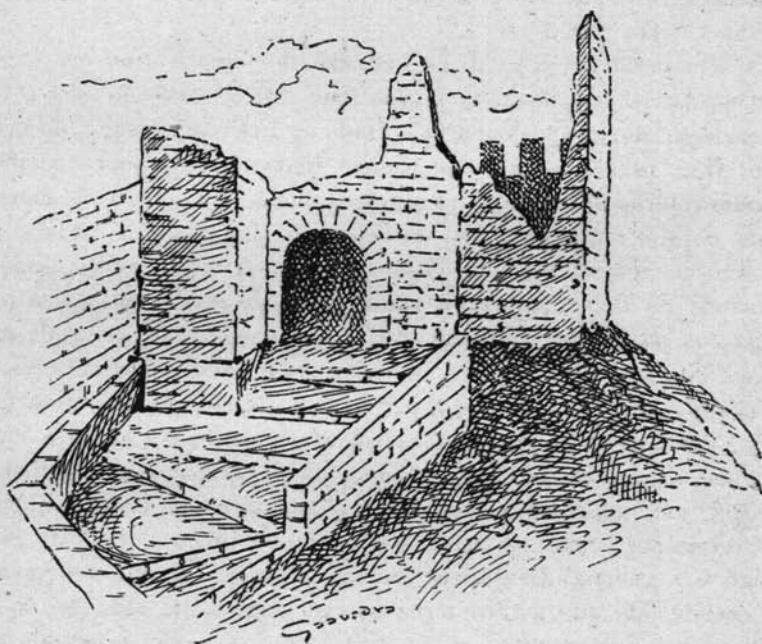


Fig. 1

A entrada é constituída por um arco de volta redonda e mede a largura de 2^m,60. Pareceu-me uma restauração mais moderna que o castelo¹. Vid. fig. 1.

Os pés direitos não tem impostas. As arestas das umbreiras são vivas até o princípio da curvatura; depois transmudam-se em uma canelura côncava, por meio dum elemento em relevo com forma cônica e o vértice na aresta. Esta disposição é talvez própria do séc. XVI. Mas devo dizer que já tenho visto umbreiras de portais românicos com a canelura côncava.

¹ Na muralha que fica sobranceira ao Tejo, há também uma faixa que parece ser reparação mais recente.

No interior desta entrada, à mão esquerda, há, a pouca distância do chão, duas depressões na pedra; uma maior e mais extensa que a outra; naquela se firmava uma meia-tranca da porta, em diagonal. Diz a lenda que um mouro ali se encostou para urinar e o jacto do infiel vincou no granito aquele sulco indelével.

No intradorso do arco, vêem-se, impressos na argamassa, vestígios das tábuas dum simples; mas uma razão para rejuvenescer esta entrada. Em algumas aduelas interiores existem porém estas siglas:



Devem ser anteriores à reconstrução.

Na face exterior, sobre o arco, há uma pedra a que chamam «gaveta»; crê-se em Belver ter servido de sinal a

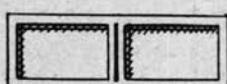


Fig. 2

homens desconhecidos que vieram de longe, por indicação dum roteiro misterioso, e fizeram na base do muro uma escavação, donde desenterraram farta riqueza! Lembrei-me dalguma lápide romana aproveitada e espungida. Os espaços rectangulares são reentrantes. Vid. fig. 2.

Dentro do castelo, vi no meio doutros destroços um peso de lagar; não posso afirmar que seja tam antigo como o castelo, ou mais ainda; há-os da época romana e desta mesma forma. É uma pedra tronco-cónica com o seguinte aspecto por cima. Vid. fig. 3.



Fig. 3

Tem de alto 0^m,58 e de diâmetro superior 0^m,75. As calhas são de alto a baixo; no meio é uma escavação circular. Visitei uma pequena quadra abobadada, que lá classificam de cavalariça; nos silhares havia os seguintes *sinais de canteiro*: Vid. fig. 4.



Fig. 4

Dentro há uma capela, onde fazem ainda uma romaria a S. Marcos, advogado dos bois (*sic*) em 25 de Abril. Exteriormente a capela não tem índice algum de antiguidade. Mas dentro há um belíssimo retábulo de castanho, no género do Renascimento, madeira nua, menos o edifício central.

Compõe-se dum corpo de talha, que ocupa internamente toda a parede posterior da capela-mor e que é dividido ao alto em 5 par-

tes por 4 colunas compostas, com ricas caneluras, rectas e torsas. As linhas extremas do retábulo, que vem a ser os recantos internos da capela, não tem colunas. A parte central é constituída por um arco ou edículo, onde se vê uma óptima estátua de S. Brás, com um pé em cima da cabeça dum porco; crê-se por isso que é advogado dos porcos. Os dois lados d'este corpo central, que é como um elegante pórtico, são avançados relativamente a él, embora conservem a mesma altura, porque tem o mesmo entablamento; cada um d'elles está repartido ao alto em duas secções iguais por uma elegante coluna ao centro e outra em cada cunhal, que o referido avançamento produz sobre o pórtico. São portanto nesta parte do retábulo quatro secções; cada uma delas é ocupada por três pequenos nichos geminados, de voltas redondas, dispostos em 3 andares. Em cada um d'estes graciosos ediculinhos existe um busto ou um braço porta-relicárias sem falta de nenhum; se o leitor atentamente seguir a minha má descrição e a entender, contará de cada lado doze nichos e ao todo vinte e quatro nesta parte da fachada do retábulo.

Superiormente ao entablamento, o retábulo ocupa o mesmo plano vertical que o edículo central e forma um frontão com o contorno semi-circular; na sua zona central, abrem-se ainda simétricamente mais seis nichos pequenos, como os inferiores, três por banda, dispostos em ângulo recto os três elementos de cada grupo ou par.

Não pude infelizmente fotografar êste notável trabalho de talha portuguesa, que, excepto na parte central, nunca recebeu a ignomínia da encarnação, o que lhe deu a mais linda pátina da velha madeira; isso me dispensaria da imperfeita descrição e melhor transmitiria ao leitor o merecimento artístico duma obra que devia estar, não em Belver, mas num museu de arte religiosa¹.

Detrás do lugar onde seria o sacrário, sob o edículo maior, há na talha uma cavidade quadrada, defendida por uma grade de ferro forjado, com seu cadeado; ali se guardavam algumas relíquias mais especiosas.

A imagem de S. Marcos, que está no altar, é colorida; descansa um pé sobre um boi deitado. Como promessa dum crente, vi, ao lado do santo e portanto em cima do altar, um boi de louça vidrada das Caldas, e, como no dia da festa, a imagem vai na procissão, le-

¹ Lê-se no *Mapa de Portugal*, vol. II, p. 14, que foi o infante D. Luís, filho de D. Manuel, quem doou estas relíquias.

É quase um dever do Estado a aquisição d'este retábulo.

vam também com ela o boi do ex-voto¹. Não esqueço os confrontos pagãos que isto acordou em mim.

No cruzeiro da ermida há fortes colunas dóricas de pedra, assás belas, com uma grade de ferro a dividir do corpo do templo a capela-mor.

Tem estas pretensas relíquias uma lenda, que, mais ou menos alterada, se repercutiu em outros pontos do país. Um príncipe, apetecendo as relíquias, levou-as para Lisboa; mas elas, apenas chegadas, retrocederam para Belver, subindo o Tejo em um barco e abrindo ao pôrto de S. Brás, onde se detiveram².

Os cicerones diziam que no castelo havia uma capela subterrânea, com colunas ao meio, como as da ermida de S. Brás; não desci ao subterrâneo, de que na verdade se vêem as fáuces; mas presumo que seja uma cisterna.

O castelo interiormente está desmantelado; as paredes externas existem todas; apenas em dois ou três sítios se esborrou o paramento exterior; em 1909, um cunhal da banda do Tejo desmoronou-se com o abalo de terra de Abril, mas não em toda a espessura da parede³! Existem algumas reparações e modificações, vestígios de ter sido habitado há pouco, e isso referem efectivamente do último castelero, Marquês das Minas.

Agora serve de cemitério; as inumações fazem-se nos destroços e entulhos dos espaços interiores! Aí se erguem inacreditavelmente alguns mausoleus da actualidade.

*

Conserva-se erecta ao meio a torre de menagem. A porta desta é elevada, como de costume, mas, nas últimas ocupações do castelo,

¹ Vê-se como neste caso a iconografia popular aberrou da eclesiástica. Consoante esta, o símbolo do evangelista S. Marcos é o leão; a S. Lucas é que pertence o bezerro.

² Esta versão difere da de J. Baptista de Castro, *Mapa de Portugal*, II, 114 (3.^a edição, Lisboa MDCCCLXX). Vide as obras alegadas por este autor. Abstenho-me de comentar a audácia duns, a obscurecida credulidade doutros, com que são relacionadas nestas obras e nas suas fontes de informação, essas inacreditáveis relíquias. Sustento a minha pena indignada, por ser já sobejamente o desabafo. A própria Igreja condenou estas fraudes. «Gotas do virginal leite de Maria Santíssima»; «cabelos de Santa Maria Madalena»; «o vaso de marfim» em que esta guardava o bálsamo odorífero... Imaginem a autenticidade disto!

³ O vol. I do *Dicionário Geográfico* do P.^o Luís Cardoso (1747), s. v. «Belver», menciona já a derrocada junto da porta e as cisternas.

fizeram umas escadas de pedra para subir até lá. Esta porta é de volta redonda, com impostas, em uma destas duas bolas ornamentais. Parece pois que a época, em que se pode intercalar, é a do estilo românico. A espessura da parede, medida aí, é de 3^m,30! A porta era de fechar por dentro. No pavimento da torre, pavimento de nível muito superior ao de fora, pois que ainda excedia um pouco o da soleira desta porta, via-se, por entre o mato, a boca duma cavidade subterrânea, não sei se bem se mal conservada; o que supus é que se tratava doutra cisterna. Mais uma vez sobre este sítio pairava a lenda da laranja, que, se fosse arremessada para a cavidade, ia dar ao Tejo. Tem duas janelas quadradas; não primitivas como se comprehende, mas de tempos muito mais modernos; noutros pontos do castelo vêem-se mais janelas assim.

Do alto é admirável e empolgante o panorama; pelo fundo do morro fogem desassossegadas as águas opacas do rio; o seu leito profundo vai entaliscado por ladeiras íngremes e penhascosas. É extraordinariamente bela a aridez desta paisagem. Mas tem o seu tanto de estígia essa beleza carrancuda.

Os cunhais da torre sómente é que são de cantaria; o entremeio é de alvenaria; mas o envasamento desta construção é verdadeiramente ciclópico! As escadas interiores torneiam as quatro paredes.

Como disse, o castelo de Belver fouea um cabeço alcantilado de despenhada penedia, menos do lado da povoação, aonde se desce por suave encosta ásperamente calçada. Do lado do Tejo, pareceu-me ver ainda uma poterna ou postigo, entre dois penedos, tam estreito que mal passaria um homem; era um arco redondo com 1^m,10 de diâmetro, mas 0^m,40 apenas no vivo; a sua altura era de 1^m,20. Estava entaipado com argamassa e materiais miúdos de época muito antiga e dava para uns penhascos temerosos.

*

Desçamos da medieval fortaleza, aonde vão, como por menagem, dormir seu derradeiro sono, os hodiernos habitantes de Belver e passemos a examinar os destroços duma geração mais antiga.

Em um arrabalde da povoação, que a estrada para Mação ladeia¹, tem sido desenterradas por vezes, antiguidades lusitano-romanas. É

¹ Contemplado desta estrada, o castelo de Belver, lembra, pelo róqueiro da posição, o castelo de Almourol, como que transportado do Tejo e posto ali em séco.

bastante extensa a área arqueológica que fornece estes restos talvez dumha extinta *vila rústica*; fica abrangida pela Fonte da Moura e pelo ribeiro da Nata. Presentemente é uma quinta do Rev.^{mo} João Duarte de Oliveira Bonjardim, que livremente me consentiu o exame não só das lápides que existem ainda no seu domínio, mas das preciosidades do seu mobiliário e baixela. Aqui lhe deixo o meu agradecimento, que se refere também à dádiva, que fez ao Museu Etnológico, de dois bronzes romanos¹, encontrados na sua quinta, onde além de moedas romanas (vi também um denário de Augusto) se encontram mós manuárias, tejolos, etc.

As primeiras inscrições que vi, ao chegar a Belver, estavam em casa do estimadíssimo clínico, Sr. Dr. João José Rodrigues. E não

devo passar adiante sem consignar neste escrito o sincero reconhecimento, de que me deixaram possuído as múltiplas provas de estima e consideração, tam cordeais como espontâneas, com que me cercou durante a minha demora em Belver êste cavalheiro amável e generoso, acompanhando-me nas visitas arqueológicas que fiz à Quinta do Ribeiro da Nata e a Gavião e hospedando-me afectuosamente.

Possuía S. Ex.^a uma tôsca lápide de chisto encontrada na referida quinta. Fendida em sentido diagonal, o seu contorno exterior era o dum rectângulo, a que tivessem quebrado o ângulo superior direito. De comprimento media 0^m,65; de altura, 0^m,30 e de espessura, 0^m,08. Lê-se:

ADORIS·

TAI DI · F

A lápide é tôsca e incompleta, como incompleta é a epígrafe. Verdadeiramente curioso era porém o seguinte objecto, da mesma proveniência². É um paralelipípedo de pedra (gneiss ou chisto) com 0^m,15 de comprimento e 0^m,035 de lado. Junto dum dos seus extremos, há em toda a volta, uma zona onde corre uma inscrição, zona proximamente da altura dos caracteres, e separada do restante paralelipípedo por um

¹ Arch. Port., xvi, 106.

² Actualmente encontra-se no Museu Etnológico, como dádiva do seu generoso possuidor. Em nome daquela instituição, exaro aqui o devido agradecimento. Foi lida a palavra pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos.

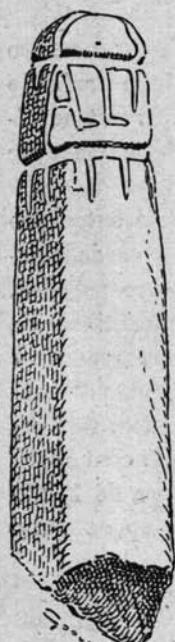


Fig. 5

vinco fundo, que igualmente circunda a pedra. Reproduz-se, em meia parte do tamanho, na fig. 5. o objecto, que está fragmentado nas duas extremidades. A inscrição é uma simples palavra.

ALLIANI

Este genitivo denota posse e portanto *a ratione* parece que este objecto penderia daquilo que era objecto da posse de *Allianus*.

Talvez tivesse sido um *pondus* de tear. Mostra além disto incisões paralelas ao eixo do sólido, que terminam no vinco circundante. Parecem ornamentais. Na arqueologia lusitano-romana este objecto creio que é exemplar único¹.

Da estação de Liceia há, no Museu Etnológico, um paralelepípedo de pedra polida com incisões, que tem alguma analogia com os do exemplar de Belver, salvo as letras (fig. 6). Mede 0^m,11 no comprimento, 0^m,025 e 0^m,02 nos lados.

Na área da hipotética *vila rústica* há um tanque chamado de S. Joaquim. Revestida pela argamassa duma das paredes, de maneira que qualquer medição induziria em erro, encontra-se a seguinte lápide:

BOVDELVS

CONCELTI · F

[an] N · L + V

Note-se a penúltima letra da 3.^a linha; é um X cruciforme. Não é vulgar, mas o *Corpus* consigna outro exemplo (C. I. L. de E. Hübner, Supl. n.^o 5:729). Temos pois que: *Boudelo, filho de Concelto (morreu com) 65 anos de idade.*



Fig. 6

¹ Uma hipótese, que imaginei para este paralelipípedo, foi a de distintivo de escravatura. Mas não tendo encontrado nos tratadistas cousa que a abonasse, pula de parte. Tempos depois li que os nomes dos *senhores* se inscreviam não só nas coleiras, mas em lâminas de metal suspensas daquelas. ¿ Não poderia suceder que em sertaneja *vila* a peça metálica fôsse substituída por um pingente de pedra, como aquele de que me ocupo?

Eis o trecho que deu algum calor à minha hipótese: «Antiquis Romanis (ait Spon, *Misc. erud. antiqu.*, p. 300) mos erat servos a fuga recuperatos stigmate notare, hoc est literis aut notis quibusdam frontem inurere. Cum vero Constantinus id vetuisse, quod dedecet faciem, quae ad similitudinem coelestis pulchritudinis est figurata, maculari, contumeliam frontis ad collaria, quae fugitivis aptabantur, transtulerunt; in quibus inscriptum domini nomen aut saltem in lamine iis appensis legebatur. (*Notiones archaeologiae christianaæ*, a. P. Syxto, vol. 1, pars prior, pp. 157).»

Na habitação da mesma quinta, há uma escada de pátio com uma pedra, onde se lê:

I VRANVS

ALVQVI

Mede $0^m,52 \times 0^m,25$. A 1.^a letra da 1.^a linha é atingida por uma fractura na sua parte superior. Deve ser um T.

Estes nomes são estranhos à onomatologia propriamente romana; facto este que, embora não seja uma revelação, tem importância para a etnologia portuguesa, no mais largo sentido.

Defronte das arribanas, no caminho e embebida na parede, vi uma pedra que suspeitei ser uma ara com as letras voltadas para dentro. Só a demolição da parede, que pertencia ao Sr. David Graça, poderá resolver a desconfiança.

Na eira da quinta havia dois fustes de colunas com as molduras destruídas.

Em uma parede sobre uma ribeira, estava uma grande pedra $0^m,78 \times 0^m,55$ com este final:

[h]ICSITVS

Quem pois percorre esta área, convence-se de que ali existiu na época romana uma exploração agrícola, uma *vila rústica*, de que os séculos subverteram as próprias ruínas. A julgar de factos similares, para a construção do castelo, devem ter concorrido materiais dessa época. Nenhuma lápide porém lobriguei nos cunhais do poderoso monumento. Mas no estado actual do terreno percorrido, não encontrei nenhuma indicação bastante para empreender uma exploração metódica, num determinado ponto de preferência a outro. Os edifícios (cfr. os fustes) e a necrópole (cfr. as lápides) tinham sido arrastados na destruição e o terreno estava todo agriculturado. Por vezes achados casuais indicam o caminho ao arqueólogo. Aguardemo-los.

*

Que direi de Belver actual? Num recanto da povoação encontrei a base do seu antigo pelourinho e alguns pedaços dos respectivos degraus com astragalo. A base era oitavada. Veja-se a fig. 7.

Duma antiga indústria, que foi origem de reiteradas reclamações populares por causa dos monopólios de que os reis dispunham, encontra-se ainda em Belver um abatido exercício; são as saboarias.

A carestia porém do azeite tem prejudicado, segundo me disseram, as qualidades do produto.

Algumas notícias, que recolhi, podem ser aproveitáveis em futuros trabalhos. Na ribeira de Belver, ribeira que desemboca no Tejo ao fundo do castelo, há um pego, chamado o *Poço das Pombas*, junto à sua foz, vendo-se aí a entrada duma galeria de tejolo, que vai dar ao castelo; a entrada porém está entulhada; isto disse-me o mesmo distinto médico a quem acima me refiro, como tendo-a visto, quando, na sua mocidade, ali ia banhar-se.

Na margem direita da Ribeira de Canas, ainda freguesia de Belver, há a *Lapa da Moura*, onde se vêem vestígios de exploração duma gruta.

As raparigas que pertencem àquelas margens procuram ouro nativo na ribeira, para depois comprarem os seus enfeites com a permuta dos achados.

Na herdade da Represa há restos de albufeira romana e vestígios de mina; em Gavião chamam a ribeira da Margalha.

Em Belver até às margens do Raia, não há antas; na margem esquerda do Raia há a herdade dos Antões, que poderá ser plural de nome de pessoa. Isto pertence ao concelho de Nisa; há lá muitas antas.

F. ALVES PEREIRÁ,

ex-conservador.

Facas e raspadores da estação paleolítica de Monsanto I

Em artigo publicado na primeira parte do volume XVII do *Archeólogo Português*, subordinado ao título de «O Paleolítico em Portugal—Estado actual do seu estudo», apresentei algumas considerações sobre o que me parecia ter sido até a data, Maio de 1912, o trabalho produzido neste ramo da ciência arqueológica. Nessas notas referi-me ao descobrimento da estação de Monsanto I, apontando-o como origem do renascimento do estudo do paleolítico português, e classificando-a como principal monumento dentro da área desse estudo. Algumas palavras ainda, sobre a estação:

Dá-se o nome de Serra do Monsanto ao conjunto maciço de elevações, cujas cotas oscilam entre 116 e 225 metros, que a oeste

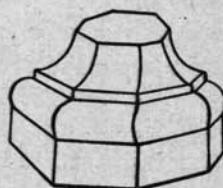


Fig. 7

e ao norte de Lisboa ocupam uma área de algumas centenas de hectares.

Neste sistema orográfico se encontram as maiores altitudes conhecidas nos arredores da capital, e de muito longe se avista a massa confusa e pesada que todas essas elevações formam, amalgamadas numa espécie de calote monstruosa, sem relevos nítidos, nem pitoresco de aspecto. Mas o que ao longe parece uma só peça, transforma-se para quem percorre a serra numa série de cabeços mais ou menos elevados, separados por valeiros profundos, onde uns fios de água invernais recordam apenas as torrentes caudalosas que nos tempos quartenários os escavaram. O maior desses vales é sem dúvida aquele que costeja as faldas ao sul da serra e em cujo talvegue corre a Ribeira de Alcântara.

Olhada do curso da ribeira, a serra aparece distribuída em 3 maciços fundamentalmente divididos: para a esquerda, o de maior extensão de cumeada, sobre que se elevam moinhos com grandes ásas claras, prontas a tomar vôo na direção do rio; no centro, um montão de calcáreos esventrados pela exploração das pedreiras; para a direita, uma chapa sangüínea que o aqueduto corta ao meio com a balisagem gigantea dos seus pêngões de cantaria enegrecida.

É neste ponto da serra que se encontra a estação de Monsanto I. No maciço central existem, sobrepostas, uma estação paleolítica, a que chamo Monsanto II, e uma estação neolítica, que denomino «Vila Pouca»; não é porém a objectos de nenhuma delas que me vou referir agora.

Em 1909, o professor Bonvier-Lapierre, de passagem em Portugal, encontrou esta estação de Monsanto I e pode considerar-se o seu verdadeiro descobridor, embora o colector da Comissão Geológica, António Mendes, tivesse anos atrás, sem ligar importância de maior ao achado, recolhido nela uma faca de silex de tam bela aparência e tipo clássico, que ainda nenhuma outra igual a referida estação forneceu.

Foram parcos os achados daquele professor, talvez por falta de tempo, e igualmente parcias as primeiras colheitas do Museu Etnológico, no local. Nos últimos dois anos, porém, talvez por melhor conhecimento da matéria por parte dos exploradores, a estação tem fornecido exemplares interessantíssimos do que em França se chama acheuleano e musteriano. Avultam, entre os objectos recolhidos, dois belos *coups-de-poing* de 0^m,200 e 0^m,234 de comprimento, respectivamente recolhidos pelo Sr. Dr. Leite de Vasconcelos e pelo autor destas linhas.

Os instrumentos que em Monsanto apresentam formas correctas e definidas, são os *coups-de-poing* (picões (?), em português), — abundantes —, as facas — abundantíssimas —, os raspadores — em reduzida quantidade —, os núcleos, as pontas e os percutores; furadores, buris, etc., não são nem freqüentes nem de formas características, embora por excepção se encontrem exemplares perfeitos.

A matéria empregada no fabrico é um belo silex marítimo, que aparece em bolas e *rins* de todos os tamanhos entre o cretáceo que na serra forma o revestimento do maciço central e de parte dos laterais.

Dos objectos encontrados por mim nesta estação irei pouco a pouco fazendo uma análise minuciosa, por categorias. Nada é definitivo neste trabalho; novos achados podem, dum momento para outro, acrescentar as séries já organizadas.

*

Vou hoje ocupar-me das facas e raspadores da minha colecção paleolítica de Monsanto I¹.

Tomando um bloco de silex, o selvagem quaternário tirava da massa informe, por sucessivos desbastes de lascas, um instrumento. Para essas lascas, que a percussão faz saltar fora do bloco-madre, escolhi o nome de *rachas*.

É tempo já de adoptarmos para cousas nossas uma terminologia nossa, de harmonia com os objectos ou ferramentas ainda hoje usados, que outra cousa não são mais que transformações civilizadas dos primeiros instrumentos de pedra. *Rachas*, chamam os canteiros da região calcária de entre Cintra e Lisboa às lascas que o desbaste da cantaria ocasiona; com este fundamento recolho o termo. Quem escrever sobre estes assuntos que apresente mais nomes.

As rachas provenientes da fabricação dum instrumento paleolítico são de dois feitos: longas ou largas. De ambas se aproveitou o homem pre-histórico; das longas fez as facas e os *grattoirs*; das largas os raspadores e as pontas. Com o tempo aprendeu a tirá-las já com feitio próprio, dos blocos-madres; donde os núcleos prismáticos.

É grande a minha colecção de facas provenientes de Monsanto I. O Museu Etnológico possui também muitas.

¹ Essa colecção foi oferecida ao Museu Etnológico, onde se encontra.

Numa série de 40, escolhidas, pude verificar certas diferenças que vou apresentar sob a designação de dois tipos, *A* e *B*:

Tipo *A*.

Antes de mais nada: uma faca moderna consta de duas partes, lâmina e cabo; assim também uma faca paleolítica. Uma faca tem além disso a base, a ponta, as faces inferior e superior, cousas estas de indispensável embora fácil conhecimento para quem estuda este assunto na pedra.

As facas do tipo *A* são estreitas, de secção triangular, tem a aresta do dorso, que é sempre alta, recta ou torcida em zigue-zague, terminam e começam em bico, e são rectas ou curvadas para a direita ou esquerda, indiferentemente.

Na face inferior são, em geral, lisas e côncavas, sendo raras as levemente convexas e raríssimas as de pronunciada convexidade. Das outras duas faces, uma é quase sempre lisa e sem recortes, mas a outra apresenta uma série de pequenos desbastes de cavamento ligeiro.

O comprimento destas facas varia entre 0^m,08 e 0^m,12. A média da largura vai de 0^m,02 a 0^m,03. Quase todas são um pouco mais estreitas na base, alargando depois e volvendo a estreitar, até terminarem em bico.

Em muitas encontra-se a base partida; quando existe, termina sempre em ângulo, às vezes de lados arredondados ou ogivados; na base de muitas também falta ou não se conhece o concóide de percussão; em casos raros mostra-se esse concóide na ponta da lâmina.

O cabo, é na faca de silex uma parte mais estreita, ou uma pequena superfície plana obtida na base pelo desalveolar duma racha que se fez saltar duma parte da aresta, adelgazando-a nesse ponto. Varia de tamanho, não alcançando grandes dimensões. Numa faca de 0^m,06 de comprimento o cabo era de $\frac{1}{3}$;



Fig. 1

noutra de 0^m,08, de $\frac{1}{5}$; noutras, de $\frac{1}{4}$ do tamanho total. Variável, como se vê.

Das duas facas que acompanham esta parte do artigo, a fig. 1 é a maior que possuo agora: mede 0^m,13 de comprimento, apesar de ter a ponta um pouco quebrada. A largura máxima é de 0^m,035, que se mantém irregularmente. A espessura é de 0^m,02. Secção triangular.

O cabo é formado por um estreitamento do silex. Tem 0^m,25 do tamanho total e 0^m,02 de largura.

A fig. 2 representa uma pequena lâmina, perfeita. Tem 0^m,06 de comprimento, estando portanto abaixo da média geral inferior, que é 0^m,08. O cabo é um terço do instrumento.

Deste tipo A existe uma variedade constituída também por facas de secção triangular, mas de pouca espessura e grande largura. Alguns exemplares que posso, deste género, são de dimensões que variam entre 0^m,10 e 0^m,11 em comprimento, de 0^m,04 e 0^m,05 em largura, tendo como espessura máxima, 0^m,01.



Fig. 2

Tipo B.

No tipo B abranjo eu todas as restantes facas de secção irregular ou trapezoidal. Como diferenças principais encontro que são menos espessas que as do tipo anterior, pois apenas alcançam 0^m,01, mais largas (entre 0^m,03 e 0^m,04), e começam e terminam irregularmente, em bico, em recta ou em redondo. Em comprimento andam à roda de 0^m,08, umas, outras de 0^m,10. No resto seguem as regras gerais.

A pátina que todas apresentam, tanto as deste tipo como as do tipo anterior, é de bela cor branca, ligeiramente tocada em pontos dum rosado-arroxeados muito fino. Só algumas facas que arranquei a três e mais metros de fundo na camada própria é que conservam o tom do silex quebrado de fresco, este mesmo manchado de toda a sorte de concreções.

As facas de silex eram utilizadas para cortar com as arestas agudas. Como as seguravam para executar esse acto? De três modos: ou apoiavam a mão no cabo de pedra, sem resguardo algum, ou envolviam esse cabo em filamentos vegetais formando uma espessura em que a mão assentava bem, ou finalmente introduziam a pega da lâmina dentro dum pedaço de chifre ou de madeira vasados, formando assim um verdadeiro cabo, no sentido moderno da palavra.

São estes os três processos que empregam para segurar as facas de silex os povos selvagens da América e África onde tais instrumentos ainda são conservados.

Na fig. 3 apresento uma faca usada comumente pelas populações esquimós de Disko-Fjord (Groenlândia)¹, é que se compõe dumha fôlha de silex encabada em chifre de rena; o objecto, que tem a aparência das nossas raspadeiras modernas, que não só raspam como também cortam, mostra claramente o estreitamento da fôlha ao introduzir-se no cabo.

Todas as facas de que me tenho ocupado pertencem aos tipos do musteriano francês, e emprego para as designar esse nome, em vez do de lâminas (*lames*), como queria Mortillet, porque penso que estas *rachas*, oblongas, regulares, de bordos paralelos e gumes afiados, não tinham outra utilização senão a que o próprio nome de faca lhes define.

Nas estações paleolíticas de Portugal, já hoje tan numerosas, as facas apenas são dignas de nota em Monsanto I; as das outras estações são geralmente pequenas, irregulares e pouco abundantes.

Raspadores de Monsanto I

O raspador é talvez o instrumento que aparece em maior quantidade nas estações paleolíticas; as suas formas perfeitas, caracterizam em França o acheuleano e o musteriano. Entre nós, que por enquanto apenas podemos fazer duas divisões no Paleolítico, Inferior e Superior, encontram-se nas estações do primeiro tipo, que é o único vulgar no país. Falando aqui de raspadores, quero apenas referir-me aos *racloirs*; os *grattoirs* franceses parece-me que devem entrar, apenas nas variedades dos primeiros.

Em Monsanto I encontro três tipos definidos de raspador, a que chamarei *A*, *B* e *C*.

Tipo *A*.

Os do tipo *A* são do feitio dum *D* tóscio, às avessas, apresentando um lado de forma recta em cujos extremos se apoia um arco de círculo.



Fig. 3

¹ Zeitschrift für Ethnologie, 1912, Heft III u. IV, pág. 622, fig. C.

culo. Toda a linha curva do *D* é retocada, mostrando a utilização do instrumento. Por excepção, o bordo recto pode também ser talhado, como se vê na fig. 4. São pouco espessos, engrossando porém ao longo da linha recta, para maior comodidade de preensão. Posso apenas três exemplares d'este tipo.

Os raspadores perfeitos e típicos raiam em Monsanto I, quando tam abundantemente se encontram nas estações dos tipos Casal do Monte-Damaia; além disso é também de notar que sendo os instrumentos em cujo fabrico deixaram ficar fazendo parte integrante do objecto pedaços da casca do sflex, tam raros nesta estação, quase todos os raspadores daqui apresentam essa casca no dorso, o que indica um processo especial para êles; vê-se que os aproveitaram das primeiras rachas que saltaram do bloco-madre. Nos exemplares que possuem a face inferior é lisa e o retoque vertical, belamente patinado, apresentando os raspadores dimensões que variam entre 0^m,05 e 0^m,07 em comprimento, e 0^m,055 e 0^m,035 em largura, encontrando-se como espessura máxima, 0^m,023.

Esta forma de raspadores encontra-se abundantemente na Europa e até na Ásia, pois numa publicação sobre a Fenícia prehistórica¹ os encontrei perfeitamente iguais no espólio da célebre gruta de Antelias.

Tipo B.

Os raspadores d'este tipo divergem dos do tipo anterior apenas em que neles foi aproveitado todo o perímetro do instrumento, para raspar.

Para os fazer aproveitaram a racha tal como saiu do bloco, retocando-a depois em toda a volta; no tipo anterior o retoque era exclusivo do arco de círculo, tirando casos excepcionais como o da fig. 4. É este o tipo que tem melhor representação nas coleções de Monsanto I; são 10 os que possuem assim. A forma de todos é uma oval



Fig. 4

¹ *La Phénicie avant les phéniciens*, «L'âge de la pierre», par G. Zumoffen, pl. vii, fig. 15.

larga, regular ou irregular, visto que qualquer saliência mais fora da linha não conta no conjunto.

Em muitos, o retoque ocupa apenas a fimbria do dorso; noutras porém entra largamente pela casca rugosa do silex, tornando-se de vertical em pronunciadamente oblíquo. Estou certo que haveria quem chamasse, a muitos deles, *grattoirs*, mas não vejo razão para diferenciar por classes, simples divergências de tipos do mesmo objecto, o raspador. Em quase todos a face inferior é lisa, distinguindo-se bem o concóide e as esquirolas da percussão. Nesta mesma face podem seguir-se as variações da pátina, que nos objectos desta estação ou

é totalmente alva, ou apresenta um entrecruzamento de cores em que se notam o roxo claro, o rosa e o tom mate do silex, sendo esta última coloração aquela que apresentam os objectos meio *ca-chalongados*.

Nestes raspadores aparecem-me, com igual representação, duas médias de comprimento, 0^m,05 e 0^m,08. De admirar será até que se encontre em Monsanto um raspador de maior dimensão que a última apontada, visto que inúmeros objectos desta estação, de todas as categorias, apresentam com grande constância a medida de 0^m,08, mais milímetro, menos milímetro, o que indica quanto a mim uma intenção ma-

nifesta da parte dos selvagens artífices.

O que vai representado na fig. 5 tem 0^m,081 de comprimento, 0^m,051 de largura e 0^m,016 de espessura na parte mais alta do dorso, abaulado em concha. É um exemplar perfeito, com retoque fino, curto e oblíquo em todo o perímetro do objecto, apresentando a casca quase completa, excepto no local do plano de percussão onde saltaram várias pequenas rachas.

Tipo C.

Ambos os tipos de raspador aqui descritos já, apresentam a superfície de utilização cortada em linha convexa, entrando consequen-

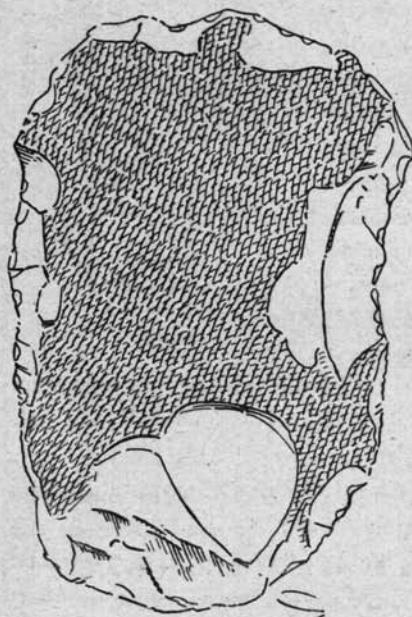


Fig. 5

temente na categoria de *raspadores convexos*, que são a grande maioria. Outro tipo de raspadores há, porém, em que um dos gumes apresenta uma concavidade aproveitada, donde lhes provêm o nome de *côncavos*. É muito curioso este tipo de instrumentos.

O raspador, que servia não só para raspar e preparar peles mas também para cortar, descascar e aperfeiçoar troncos, madeira e osso, apresenta tantas formas quantas o homem pre-histórico achou conveniente dar-lhe, segundo a diversa utilização do instrumento.

¿Seria propositado o talhe dêste tipo de raspadores? Não o creio.



Fig. 6



Fig. 7

Julgo antes que os aproveitavam de pedaços de silex que naturalmente apresentassem a concavidade desejada, afeiçoando-os um pouco. O retoque não fica exclusivo do arco de círculo, antes todo o instrumento partilha dêle. A concavidade é que varia muito de abertura.

Não se podem confundir com este tipo de raspadores aqueles outros a que Mortillet denomina *coches*; êsses são raspadores de bordos normais, em que se abre um meio círculo mais ou menos fundo, mas pequeno. Tem porém grande analogia com os do tipo de que estou tratando, por isso falo dêles nesta parte do meu artigo.

Claramente se comprehende como as ferramentas modernas derivam das primitivas de pedra, pois para a produção de determinados efeitos os meios empregados tem de ser aproximadamente os mesmos. Assim hoje existem raspadores de gume recto e de gume curvo; igualmente existe na moderna ferramenta de carpinteiro uma plaina cujo gume apresenta a concavidade dos raspadores *coches* e que serve para fazer meias cavas de guarnições em relêvo. Com estes

coches pois se podia arredondar depressa uma vara, descarnar um osso e transformá-lo numa agulha ou num furador. Apresento um instrumento dêste género na fig. 7. Tem 0^m,57 de comprido, e o *coche* 0^m,012 de abertura.

A fig. 6 que também acompanha este artigo mostra a forma geral dos raspadores côncavos, podendo a abertura porém ser mais fechada.

Facas e raspadores dos tipos descritos, caracterizam, como disse, as épocas acheuleana e mustereana. Podemos portanto afirmar que a estação paleolítica de Monsanto I foi habitada em tempos coevos daqueles em que florescia na Europa, e talvez pelo velho mundo todo, essa vigorosa civilização do Paleolítico Inferior que, apesar de rudimentar, já representava um avanço considerável sobre uma época anterior da humanidade.

VERGÍLIO CORREIA.

Pelo Alentejo

Arqueologia e etnografia

Por convite do Sr. António Paes, de Avis, que, ilustrado como é, consagra grande amor à história da sua terra, fiz ultimamente uma excursão arqueológica pelo Alentejo, e d'ela vou aqui dar notícia rápida, enquanto não posso tratar de modo especial os assuntos que estudei.

Dia 5 de Agosto de 1912.—Às oito horas e meia da manhã embarquei no Terreiro do Paço para o Barreiro. Pelas três horas e meia da tarde cheguei a Extremoz, onde o Sr. António Paes me aguardava. Aí pernoitámos.

Dia 6 de Agosto de 1912.—Às cinco horas da manhã partimos em trem para Avis. Às seis horas e meia passámos nos campos de Santa Vitória do Ameixial, local da batalha que D. Afonso VI deu contra os Castelhanos, ganha a D. João de Áustria pelo conde de Vila-Flor, como consta de um padrão ereto à esquerda da estrada.—Na povoação de Santa Vitória o Rev.^{do} Manuel Diogo Grego, prior da frèguesia, teve a bondade de me mostrar umas ruínas romanas, e de me dar um instrumento de ferro, que julgo também romano.—No Cano, extensa aldeia, obtive alguns objectos etnográficos curiosos, e um lindo machado neolítico de fibrolite.—Pelos campos

viam-se homens *trilhando* os trigos nas eiras com *trilhos*, e nos caminhos passavam carros carregados de palha em redes. O sol escaldava. Por ali raream as árvores, e só alguma nuvem enviava refrigério ao viandante encalmado:

Alentejo não tem sombra,
Senão a que vem do céu,

diz uma cantiga. — Às onze horas, depois de atravessarmos as pobres ágoas do Alcórrego, e muitos montados, por onde pastavam manadas de porcos, avistámos a vila de Avis, alvejante num outeiro em que sobressaíam algumas torres das desmanteladas muralhas e num ângulo as ruínas do convento dos freires. Habitado desde a infância a ouvir celebrar as façanhas d'esse glorioso príncipe que por antonomásia chamam o *Mestre de Avis*, arquitectara eu no meu espírito outra magnificência de terra. Nada! Ruas estreitas e íngremes, calcetadas de má pedra; a igreja, vasta, sim, mas desprovida de objectos de arte ou arqueologia, se exceptuarmos as tampas sepulcrais brasonadas que lhe formam boa parte do pavimento; campinas sêcas; horizonte melancólico. Ao primeiro aspecto eu poderia pois supor que havia fundamento no provérbio: *Avis, || terra que Deus não quis!* e contudo enganava-me, porque o provérbio, nascido da necessidade da rima, provocada por emulação de povos vizinhos, não tem originalidade (cf.: *Baldige, || terra que Deus num quije*); além d'isso a vila, embora sem monumentos, possue casas ricas, é comercial, e está animada de ideias de progresso. — Como, por muito que se caminhe, o passado custa a acabar, ou mesmo não acaba de todo, lá ficou por Avis vinculada a certas denominações locativas a saudade dos freires, mais ou menos inconsciente: *casa do Prior-mor, rua de Fr. Felipe, horta de Fr. Henrique*, e um pouco distante, porém ainda dentro do concelho, *herdade da Ordem*. Para algum *amador de antigos sonhos*¹ a saudade torna-se até talvez visão, e como que passam um momento diante d'ele, galopando em cavalos estrepitosos, nas ruas ladeirentas da vila, outr'ora fortificada, os guerreiros de S. Bento, que, por um d'estes contrastes em que abunda a história, esparziam com a espada a morte, ao mesmo tempo que com a cruz incitavam os povos à vida mística. — Mas deixemos a poesia, e vamos à realidade. Duas cousas me cativaram logo que cheguei: a afectuosa hospedagem que recebi em casa do Sr. António Paes, e a generosidade de vários

¹ A. Herculano, *Poesias*, 7.^a edição, p. 8.

amigos seus, os Srs. Manoel Maximiano de Oliveira, secretário da câmara municipal, Alfredo Barreto da Guerra Paes, secretário da administração, e Benjamim Vitorino Rui-vo, comerciante, que me favoreceram com objectos arqueológicos que eu trouxe para o Museu.—O Sr. António Paes reune ao seu trato obsequioso cultura literária esmerada, e dispõe de boa biblioteca, onde não faltam obras gerais de Etnografia (sciênciia que ele sobretudo preza), enciclopédias, ilustrações: de modo que, a par com a perspectiva de excelente messe de objectos para o Museu, e de notas para os meus estudos, eu ia ficar envolto em uma atmosfera intelectual que me duplicaria o prazer da minha estada nas terras transtaganas. E assim aconteceu.

Dia 7 de Agosto de 1912.—Fui com o Sr. António Paes ao Ervedal, para visitar, como visitei, a Ladeira, propriedade em que por vezes aparecem restos antigos,—telhas, colunas, capitéis, moedas, cacos. No Ervedal travei relações com os Srs. Dr. José Paes Teles, e Francisco António Paes, ricos lavradores, irmãos do meu hospedeiro. Com o concurso de todos estes senhores obtive uma ara lusitano-romana consagrada ao deus FONTANUS, pertencente ao Sr. Teodoro Simões de Faria, que de boa mente a cedeu. A Ex.^{ma} Sr.^a D. Mariana Queiroga Paes, espôsa do Sr. Dr. Paes Teles, ofereceu-me um curiosíssimo objecto de pedra (fibrolite), que representa dois machados neolíticos em via de fabrico,—e os Srs. António Paes da Cunha e Sá, Condorcet Paes da Cunha e Sá, e Mário Paes da Cunha e Sá, sobrinhos dos Srs. Paes, e estudantes do Liceu de Évora, alcançaram-me no povo muitos objectos etnográficos e arqueológicos. Na freguesia da Figueira dos Barros mostrou-me o Sr. António Paes duas antas: uma desmantelada, outra ainda com o seu chapéu e mamôa,—mas ambas exploradas havia muito tempo. Ainda assim, mandei reexcavar aquela que me pareceu conteria alguma cousa, e efectivamente aí encontrei um machado de pedra polida e uma mó; na outra não fiz mais do que pesquisas, porque toda ela estava mexida.

Dia 8 de Agosto de 1912.—Nova visita ao Ervedal, onde o Sr. Dr. Paes Teles me deu uma moeda arábica de prata, um marrão de ferro, e uma urna de mármore, tudo da Ladeira, e me adquiriu do Sr. Joaquim Paula Varela de Brito um capitel de mármore. O Sr. Francisco António Paes deu-me um tejolo com uma inscrição romana, também de Ladeira.—Mandei proceder a excavações nesta propriedade, e pôs-se a descoberto parte de uma casa.

Dias 9 e 10 de Agosto de 1912.—Continuação das excavações na Ladeira. À hora de sesta fui à Figueira dos Barros com o Sr. António Paes e seu sobrinho Condorect: obtivemos por lá vários objectos para o Museu. Tambem nos arredores d'aquela povoação, sitio do Zambujal, visitámos uma pedra granítica onde ha uma fenda chamada míticamente pelo povo *Cova da Moura*.

Dia 11 de Agosto de 1912.—Passei o dia em Avis com o Sr. António Paes. Sua espôsa, a Ex.^{ma} Senhora D. Ana de Castro Paes, ofereceu-me alguns objectos artístico-ethnográficos; o Sr. José Francisco da Costa uma colecção de utensílios caseiros feitos de cabaços e cabaças; e o Sr. João Márques Serrão um machado neolítico.

Dia 12 de Agosto de 1912.—Continuação da exploração da Ladeira.

Dia 13 de Agosto de 1912.—Estive em Avis, onde encaixotei os objectos adquiridos nessa vila, e parte dos adquiridos no Ervedal.

Dia 14 de Agosto de 1912.—Parti com o Sr. António Paes e seus sobrinhos para a grande herdade de Pero-Viegas, da qual se pôde dizer aquilo de Sá de Miranda acerca dos arrabaldes de Roma:

Por estes campos sem fim
Em que a vista assi se estende...

nas *Poesias*, edição de D. Carolina Michaëlis, p. 16. Ela pertence ao Sr. Dr. Júlio Mário da Cunha e Sá, cunhado do Sr. Paes. Houve lá em tempo uma anta cuja séde era ainda mais ou menos conhecida: procedi no local a excavações, mas sem resultado; em compensação os sobrinhos do Sr. Paes ofereceram-me alguns machados neolíticos encontrados na herdade, ou perto, e eu colhi em várias casas objectos etnográficos.

Dia 15 de Agosto de 1912.—De manhã cedo deixei a herdade, onde fui muito bem agasalhado, e dirigi-me às Galveias. O Sr. Paes e seus sobrinhos tiveram a bondade de me acompanhar. Aí nos esperava de braços abertos o Sr. Pedro Paulo de Carvalho, parente do Sr. Paes, e meu conhecido de outros tempos, em que, igualmente em explorações arqueológicas, eu por lá andara com o Dr. Matos Silva, de Ponte de Sor. Nas Galveias fiz farta colheita de machados de pedra polida, mercê do auxílio do Sr. Carvalho, dos sobrinhos do Sr. António Paes, e do Sr. Raúl de Carvalho, aluno da Es-

cola de Medicina Veterinária de Lisboa. Também obtive objectos de etnografia moderna, tais como: um *teigo* de cortiça, uma *corna* ornamentada, etc. O Sr. Cosme Godinho da Costa Braga, por intermédio do Sr. António Paes, presenteou-me com o belo espólio cerâmico de uma sepultura romana aparecida em uma propriedade sua.—Nesse dia fiquei nas Galveias, em casa do Sr. Pedro Paulo de Carvalho.

Dia 16 de Agosto de 1912.—Voltei a Lisboa, por Ponte de Sor, onde visitei o meu velho amigo Dr. Matos Silva, de quem várias vezes tenho falado no *Archeologo* como de um dos maiores e mais inteligentes fautores do engrandecimento do Museu Etnológico, que d'esta vez lhe ficou devendo outro benefício, pois o Dr. Matos Silva me deu dois espécimes de *terra sigillata*, ou loiça aretina, descobertos recentemente por él no concelho de Ponte de Sor.

*

Recebam sinceros agradecimentos todas as pessoas que na minha excursão me obsequiaram. Não só muitas das secções do Museu se enriqueceram (Etnografia¹, Arqueologia preistórica e romana, Numismática), mas alguma cousa se lançou também de novo no tesouro

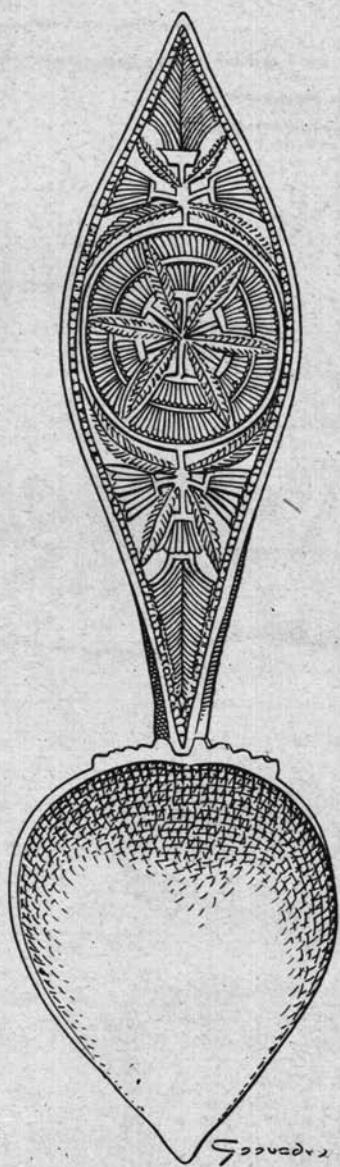
¹ Para a secção de Etnografia vieram principalmente objectos de cortiça (*tarros, teigos, saleiros*), de chifre (*cornas, colheres*), e de madeira (*sovinos, tecedores, sarilhos, colheres, pintadeiras*), fabricados na paz e solidão dos montados alentejanos por pastores, que, apesar de analfabetos, manifestam aí caracteres artísticos muito dignos de observação. No Museu já existiam numerosos objectos desta espécie, mas a coleção fica mais enriquecida agora. Os pastores servem-se do canivete ou navalha como único instrumento de incisão, e produzem assim no seu género verdadeiras obras primas: os assuntos do desenho são tirados ou da natureza (flores, animais, estrélas), ou da imaginação (florões, figuras geométricas), ou das crenças (sino-saimão, cruz), ou da vida quotidiana (toureadas, moedas). Cfr. as estampas juntas (desenhos de João Saavedra).—A coleção d'estes e semelhantes objectos, a par com o valor etnográfico-artístico dos mesmos, tem também valor lexicológico, ao qual sempre atendo ao procurá-los.—O que digo aqui é muito sumário, não só porque a ocasião não se presta, como porque tencione tratar do assunto com maior desenvolvimento em um dos volumes da minha *Etnografia Portuguesa*, em que há muitos anos trabalho.—Para terminar, notarei que no Museu Etnográfico de Roma vi objectos análogos aos nossos: copos, polvorinhos, caixas de rapé,—feitos de chifre de boi por pastores de toda a Itália, e ornamentados com figuras de flores e de animais, com emblemas religiosos, etc. («intagliati a punta di coltello»). Vê-se que se justifica sempre o adágio: *Quem não tem que fazer, faz colheres*, —embora no caso presente se nos deparem belos espécimes de ARTE PASTORIL.



Sovino — Avis ($\frac{1}{2}$)



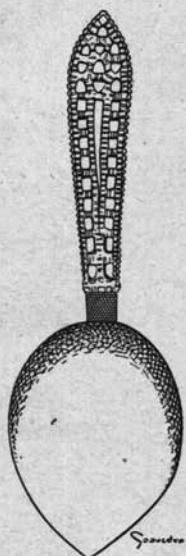
Colher — Avis ($\frac{1}{6}$)



Colher — Elvas ($\frac{1}{1}$)



Colher — Montemor-o-Novo
($\frac{1}{3}$)

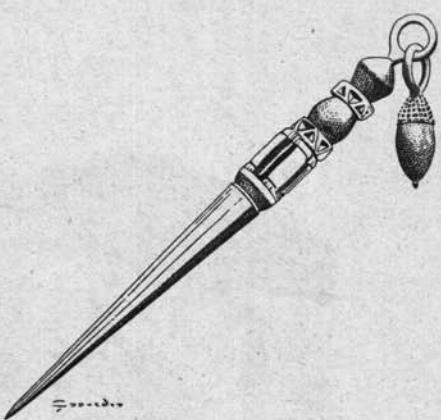


Colher — Grândola ($\frac{1}{2}$)

ESTAMPA DO DR. LEITE DE VASCONCELOS
BIBLIOTECA
MUSEU ETRUSCO
LISBOA.



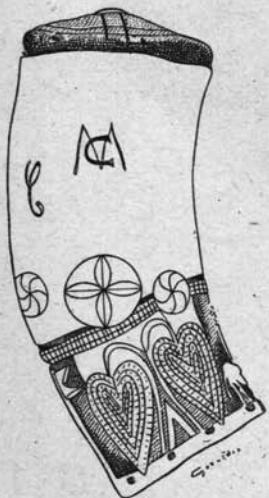
Corna — Cano, Estremoz (1/2)



Sovino — Avis (1/2)



Pintadeira — Avis (1/4) Do lado oposto tem uma péga



Corna — Cano, Estremoz (1/2)



Saleiro — Évora (1/4)



geral da ciência, qual foi a inscrição latina de *Fontanus*, e sobretudo o pedaço de fibrolite do Ervedal, que nos indica um dos processos de que o homem neolítico se servia para fabricar os seus instrumentos,—processo que pela primeira vez se revela aos arqueólogos, tanto de Portugal, como, segundo penso, lá de fora.

J. L. DE V.

Miscelânea arqueológica

1. Curiosidades da velha Alfama

Retomando o percurso começado no artigo anterior, através da velha Lisboa, seguimos do largo de Santo Estêvão, onde deixámos o leitor admirando o soberbo panorama, para o largo do Salvador, através dos torcicolos de várias ruazinhas; caminho andando vemos a extrema da Rua do Vigário, que tem hoje prédios só dum lado por os do oposto terem caído quase todos de velhos e, assim, o município vai obtendo uma rua relativamente larga, que entestando com a dos Remédios e do Paraíso e juntando-se na outra extremidade com a de S. Vicente formará a principal artéria, ligando a parte marginal, com os alegres e arejados altos da Graça.

Num desses recantos fica o beco dos Biguinhos, nome que evoca a existência, ali, dum extinto recolhimento daqueles medievais beatos pedintes; perto depara-se-nos a Rua de Santa Helena onde conhecemos o profundo e baixo Arco Pequeno, hoje desaparecido, contrastando com o próximo Arco Grande de S. Vicente, qualquer deles servindo de passagem para dependências do Patriarcado; para essa estreita rua abre-se num largezinho, um amplo portão dando entrada para um oasis, ou seja o solar dos Siqueiras, um excelente palacete antecedido de magnífico arvoredo e com uma vista sobre a Alfama, Tejo e suas margens sul, em nada inferior à de Santo Estêvão.

Reproduzindo nós, duma miniatura, o retrato dum antepassado dessa família ilustre, há anos numa das salas do antigo palacete, a quem escreve estas anotações, foi-lhe apresentado pelo último Conde de S. Martinho, um alto bastão avivado de escarlate com desenhos dourados, muito interessante.

—Sabe o que isto é? preguntou-me o venerando fidalgo.

—Ignoro, talvez seja pertença dalguma irmandade, alvitrei.

—É a vara do último Juiz do Povo da cidade de Lisboa,—disse-me o falecido conde, apresentando à minha curiosidade a insignia do principal dos mesteiros da célebre Casa dos Vinte e Quatro, uma autêntica relíquia histórica; narrou-me depois que a obtivera quando

fóra da extinção da famosa casa dos ofícios, instituída por D. João I, pelo advento do regime constitucional.

Descidas as escadinhas de Santa Helena passa-se na Rua das Escolas Gerais, local onde fôra a primitiva Universidade de Lisboa, criada por D. Dinis o rei «lavrador» e «trovadoresco»; quando rapaz conhecemos ali umas paredes em ruínas e duas ou três colunas ainda de pé, que decerto não seriam já quaisquer restos das famosas casas de estudos.

Mais umas escadinhas são descidas e estamos no Largo do Salvador, onde vem terminar no alto a Rua da Regueira, de que já falámos no anterior artigo; é ela uma tortuosa e íngreme calçada, que se torna notória por ter os mais vetustos e incongruentes prédios de toda a Alfama, e que além de estreita é formada de recantos e saliências, que recordam a antiga necessidade militar da defesa à arma branca das povoações na Idade Média.

À Regueira vêm dar outros compridos e estreitíssimos becos, cheios de toreicolos, como o que tem o sugestivo nome da Bicha, o das Cruzes, o de Alfurja ladeados também de prédiozinhos diversamente coloridos, que lhe dão singular e pitoresco aspecto, como se aprecia nalgumas das magníficas aguarelas de Roque Gameiro.

Precisa ter muito sangue frio o artista que se proponha a pintar «d'après nature» em Alfama, nós e também Rodrigues Vieira, o malogrado e tam notável pintor de flores, tentámos, há muitos anos, reproduzir alguns trechos, dos muitos e interessantes, que por lá abundam; mas depressa desistimos; a quantidade de populares que se juntavam e em especial os «gavroches» que se atropelavam em balbúrdia, tornavam impossível a tranquilidade que precisa ter qualquer artista para pintar o seu estudo; por isso, embora os «motivos» sejam às dúzias, todos fogem de lá assentarem banco e cavalete; por tal caso muito é de admirar, além da mestria, a tenacidade que o actual notável aguarelista demonstrou, com a apresentação dos recentes recantos de quadros da Lisboa antiga.

Ao lado da Regueira vem terminar conjuntamente uma outra curiosa ruela sinuosa, que começa nas traseiras da igreja de S. Miguel e desemboca no Salvador e que se chama Rua do Castelo Pieão, uma ruela toda ladeada de minúsculos prédios velhíssimos num ou outro ponto alegrados pelas fôlhas das parreiras que ultrapassam denegridos muros de quintalinhos; é por ali que às baixas portas se encostam pintadas «Pegas» cantarolando tristonhos fados.

No largo do Salvador, alegre, cheio de sol, avulta a singela igreja das antigas freiras e nota-se-lhe nos batentes da velha porta de boa

madeira, graciosos e finos entalhes «Luís XV»; a um outro lado eleva-se o vasto palacete dos fidalgos dos Arcos, com pórtico, tendo esculpido superiormente heráldico brasão, incluído numa «cartuche», ou cartel, de estilo «barôco».

Um grande e alto arco sobre o qual havia passagem do antigo convento, se ultrapassa subindo sempre, e chega-se assim ao Largo do Menino Deus, nos fins já da Alfama alta.

Neste ponto fazemos uma recomendação a quem transite pela primeira vez o dédalo alfamista, que pelo que citamos do velho bairro, é bastante extenso, pois ocupa toda a encosta sul do monte do Castelo, de baixo a cima; e vem a ser que por motivo dessa disposição orográfica, quem tomar por aquelas ruas sempre subindo, vai ter a sítios conhecidos da Graça ou de S. Vicente; e quem ao contrário sempre descer, vem dar a alguma das ruas marginais do Tejo, entre Alfândega e Santa Apolónia; quem percorrer, porém, em sentido transversal, arrisca-se a embrulhar-se naquela meada de estreitas ruas e becos, uns com saída, outros sem nenhuma.

Na altura da rua a que chegámos, também chamada de S. Tomé, está a artística igreja do Menino Deus, de notável arquitectura, que oferece bastante estudo, como documento do estilo «João V», uma variante portuguesa do barôco italiano.

Sobre um envasamento moldurado tendo escada anterior de lances laterais, ergue-se a fachada com duas ordens clássicas, tendo em baixo a «Dórica» e em cima a «Jónica»; inferiormente ao centro abre-se um artístico pórtico ladeado de colunas «Coríntias», todo encimado por grandes «volutas» e «cocheado», tendo ao centro um escudo «barôco» dedicado à S. Francisco, a data 1711 e a inscrição que D. João V lançara a primeira pedra da obra.

Pela parte superior, entre fustões pendentes, rasga-se, entre outras, uma grande janela e ainda à altura da primeira cornija, uma outra circular, com grinaldas e cabeças de anjos; no alto da fachada estão dispostos três grandes nichos em «rocaille» com pequenos frontões triangulares e semi-circulares; a toda a altura corre a cornija «Jónica» com ressaltos laterais.

Vista pelo exterior a curiosa igreja e descendo-se um pouco, encontra-se próximo à Rua do Infante D. Henrique, na Rua dos Cegos, um interessante prédiozinho de empêna angular, seiscentista, e que tem na frente um interessante e artístico azulejo renascença, o melhor de toda a Alfama, representando a «Adoração do Santíssimo por dois anjos», sendo o colorido verde azul e amarelo, sobre fundo branco e, tudo cercado de moldura imitada no azulejo; a fachada do edifício,

que nós aqui reproduzimos, é salientada sobre ferros, como outras já descritas; mas alguns passos além e transpõe-se os casebres do Pátio de D. Fradique, onde existe uma velha passagem coberta, em comprida abóbada, tendo a meio e no alto uma curiosa capelinha dedicada às almas, característica dos antigos costumes religiosos do bairro, pois data de 1624, segundo uma inscrição gravada à entrada do Arco.

Com um antigo palacete brasonado cheio de ornamentações de estilo «Dórico» termina esta parte da Alfama, entestando já com os muros e bastiões do Castelo de S. Jorge — notável local citadino a que dedicaremos mais tarde artigo especial — e assim retrogradando pelo Arco das Damas, pequena rua onde existe o prédio em que o autor veio a este mundo sublunar, chegamos a Santa Luzia, pequenina, e curiosa igreja edificada no alto duma quadrela da antiga muralha de Lisboa, junta às Portas do Sol; portas, que como a sua homónima de Santarém, possuiriam uma grandiosa vista do Tejo, se uns novos prédios não a ocultassem.

A velha muralha afonsina de que se vê ainda um grande pedaço segue por ali abaixo, ladeada pela calçada da desaparecida Rua da Adiça, da qual já vimos o comêço no artigo antecedente, e passadas algumas dezenas de prédios cheios de ângulos, recantos, fachadas com saliências e sacadas de rotulazinhas, características idênticas às já descritas alcança-se novamente no fundo, as ruas de S. Pedro e de S. João da Praça; daí pelo Arco de Jesus, que é mais um dos antigos e fortes postigos dos muros da Lisboa antiga, se retorna às amplas e claras ruas marginais, que do Terreiro do Paço seguem para Santa Apolónia, dando assim fim à visita das curiosidades do decrépito bairro lisbonense, que tentamos sucintamente descrever; bairro ilustre pois tem a honra de, à semelhança da City de Londres e da Cité de Paris, ter dado comêço à grandiosa e bela cidade de Lisboa.

Agora nós e ainda o complacente leitor do *Diário de Notícias* que nos tem acompanhado antes de nos despedirmos, atravessamos os novos aterros e chegando à muralha exterior da doca do Terreiro do Trigo, sempre tam interessante pela faina da carga e descarga marítima das fragatas, voltemo-nos, por momentos, para a cidade velha, iluminada de frente pelo Sol e assim vemos ante nós, entre a Sé a um lado e Santa Engrácia ao outro, por ali acima toda a complicada casaria da Alfama, emergindo aqui, acolá, edifícios que nos dão referências dos sítios andados: assim as torres de S. Miguel, a clara e elegante igreja de Santo Estêvão, o pesado Limoeiro, o palácio dos Siqueiras a capela de Santa Luzia, e ainda mais alto a

vasta mole de S. Vicente de Fora e do palácio patriarcal, salientam-se d'aquele caos de prédios de todos os tamanhos e feitos.

É ante aquela truculenta e estranha vista citadina, que involuntariamente sorrimos, ao lembrar-nos dos fantasiados planos da demolição da Alfama, para aformoseamento do vetusto bairro, plano que já, há mais dum século, o grande marquês de Pombal acaentava!

Considerando, como vimos, o enorme espaço ocupado pela Alfama, as centenas de prédios que a ocupam, e os milhares de habitantes, na maioria operários que módicamente a habitam, vê-se a impossibilidade de a transformar nestes mais próximos anos, como muitos alvitram; havendo até quem lembre com sentimento, a necessidade de se pouparem algumas das suas curiosas ruazinhas, para recordação histórico-pitoresca do velho burgo.

Para se avaliar a utopia da lembrança, basta pensar que no nosso tempo, isto é, em mais de quarenta anos, só as ruas do Infante D. Henrique e das Escolas Gerais se alargaram, e a do Vigário, como dissemos, sofreu desbaste dum lado, por se terem derruido, por si, alguns dos seus prédios, sendo até a queda súbita dum dêles, há muitos anos, motivo de grande pânico e falácia geral; imagine-se, por isto, como, atendendo ao custo de milhares de expropriações, embora módicas isoladamente, e à necessidade prévia de acomodar algures tanto povo, como o que ali vive, em que remotas épocas ainda terá a Alfama desaparecido, dando lugar então a mais um bairro limpo, claro e alegre da cidade, mas perdendo o carácter original, singular e curioso de vetustez, que os séculos passados imprimiam à fisionomia da velha Lisboa.

RIBEIRO CRISTINO.

Nota. — No artigo anterior, 1.º das curiosidades da Alfama, tratando-se dos azulejos bairristas, saiu erradamente «essa tríptico» devendo lêr-se, «um tríptico», ou seja um retábulo com três quadros. — R. C:

(*Diário de Notícias*, de 29 de Dezembro de 1911).

2. Museu arqueológico do Seixal

A antiga e histórica vila do Seixal vai também ao que nos consta possuir um museu arqueológico. A lápide com uma inscrição que existe à entrada do antigo cemitério, mencionada pelo Sr. Sebastião Joaquim Baçam na sua interessante monografia do Seixal será o primeiro objecto arqueológico que entrará para o museu. A inscrição da lápide, relativamente em bom estado de conservação, é referente à comenda da mesma vila, que, tendo pertencido a D. António, comen-



dador de Almada, passou no tempo de D. João I para D. Nuno Álvares Pereira, o fundador do convento do Carmo de Lisboa.

A descoberta da lápide deve-se à actual municipalidade, que para tal fim empregou os mais louváveis esforços.

Bem fazem os seixalenses em procurar reunir os objectos arqueológicos referentes à história da vila. Assim cooperam em pró da boa instrução, do amor à terra natal e à Pátria.

Espera-se que o museu possa em breve ser inaugurado.

Será para aquela vila mais um dia de festa, em que tomará parte a União Seixalense.

(*Diário de Notícias*, de 10 de Janeiro de 1912).

3. Construção do paço de Almeirim

Vala d'Almeirim com seu assentamento de paaços foros e coutadas.

El Rey ha por seu propeo herdamento a vala d'Almeirim que he no Campo de Santarem antre a rribeira d'Alpiarça. E a charnequa asy como parte contra Santarem toda de longuo com essa rribeira d'Alpiarça per dentro dauga e contra a serra d'Almeirim parte toda de longuo com a charnequa. E contra a Chamusca parte com o rreguengo da turruja que he del Rey. E contra Muja parte com herdade do Chichorro des Alpiarça atee Alpiarçollo, etc.

O muy famoso E da louuada memoria Elrey dom Joham avendo achado seus grandes desenfadamentos de caças e montarias na charneca de Santarem desejou fazer casas da parte da alem do rryo e d'Alpiarça pera sua pousentaria por que muitas vezes embargauam seu desenfadamento as auguas das cheas do Tejo avido seu preposito começo logo de executar a grandeza de sua manyficencia que era fundada em fazer sempre grandes obras. Mandou cōprar por seus dinheiros todallas terras da valla que jazem dentro das devisões e confrontações que dito avemos e parte dessas terras ouue per escaymbos por outras que eram da coroa do rreyo, todo esto feito a prazer dos Senhorios aa booa fee e sent engano. Ora tanto que as terras foram suas as mandou cerquar de grossos e altos vallos honde por rrazam dos vallos leuou toda a terra de dentro deles nome a valla. E porque a serra se chama d'Almeirim lhe poseram o sobre nome a valla d'Almeirim asy he chamada atee o presente dija e per este nome yntitollada. Acabado esto fundou o bōo rrey suas casas de pousentadaria dentro na terra da vala que he hū grāde e nobre assentamento de paaços segundo dam delo testemunho seus edificios cō grandes salas camaras rretretes varandas e outras muitas casas nos sobrados e terreas e dos paaços cō crastas dētro bē poboradas de larägei-

ras e outras aruores e arredor dos paaços hū grande cercoyto de casas. E fora do asentamento dos paaços outras casas arredor todas propeas delrrey sem algūu hereeo auer casa nem outra heräça dentro da valla que delrrey nam seja. Outrosy dentro no asentamento dos paaços hūa capella situada em honrra da Senhora Santa Maria. Aaqual capeella ese bōo rrey fez enexar e apropiar os dizimos que deu em cada hū anno dauer de dentro das deuisões da valla confirmado e outorgado per o santo padre que nos diremos mais do tam nobre asentamento d'Almeirim senã que foy asy como por camara da coroa do rreyno fundada. Ora nos diremos dos outros foros que ellrey ha em almeirym da rrenda das terras da vala como se logo segue:»

(Livro de D. Afonso V, que trata dos foros e mais propriedades pertencentes à corôa e que existem em Santarém e seu termo¹).

4. Alfama

Ninguém ignora a importância que lá fora, nos países mais civilizados e progressivos da Europa, se está votando à construção de bairros populares, com todos os requisitos de conforto e higiene, e em condições de aluguer muito vantajosas para as classes trabalhadoras.

Por outro lado, todos sabem que em Lisboa bairros há que o camartelo e a picareta deviam ter já destruído, para darem lugar a edificações simples, mas arejadas e limpas.

Alfama, por exemplo, a despeito de todo o pitoresco *histórico* que se lhe atribui, é um desses bairros infectos, sem ar e sem luz, de ruelas estreitas e imundas, orladas de casebres miseráveis, onde se apinha gente sem o menor escrúpulo ou leve sombra de preocupação sanitária.

(*O Século*, de 28 de Maio de 1912).

Nota.—O movimento em favor da demolição de Alfama avoluma-se cada vez mais, invocando-se em seu favor a higiene, como se as chamadas *vilas* (no Pôrto *ilhas*) de Lisboa apresentassem maior asseio do que os antigos bairros da cidade, ou do que as mansardas ou trapeiras de edifícios modernos. Invoquem-se como argumentos de demolição o novo gôsto, a necessidade de empregar operários e arquitectos, e as urgências das comunicações rápidas, mas não se diga que é a higiene que tal pede. Aplicuem-se neste bairro as disposições em uso noutros locais e já o aspecto atribuído não incomodará os inovadores.

¹ Na fôlha do rosto em papel está escrita a seguinte nota:

Este livro foi recolhido ao R. Archivo por Portaria do Conselho da R. Fazenda de 20 de Julho de 1820.—Franklim.

5. Os Túmulos de Alcobaça

Chama-se para o assunto a atenção do Sr. ministro do fomento

Os túmulos de Pedro I e Inês de Castro, essas formosíssimas jóias da arte nacional, em breve estarão completamente perdidas, se não se lhes acudir imediatamente.

No panteon de Alcobaça, a linda *Sala dos túmulos*, está inundada desde Outubro, numa altura de seis centímetros. Devido à humidade resultante, está o túmulo de D. Pedro coberto de líquens verdes, já de certa espessura, que ameaçam cobri-lo completamente. O de D. Inês, até aqui quase limpo, começa agora a cobrir-se dessa destruidora vegetação.

Claramente se deduz o gravíssimo inconveniente que resulta de tudo isto:—essa vegetação, localizando-se e filtrando-se em certa espessura, vai inutilizando, destruindo as partes mais delicadas da escultura, vai embotando desenhos, vai arredondando arestas, vai destruindo delicadezas e ingenuidades artísticas que dão aos túmulos todo o seu valor.

Torna-se urgente cuidar da sua conservação, mas não com simples projectos que nada mais fazem do que pôr entraves à realização de qualquer ideia.

Cremos que uma simples, mas bem dirigida drenagem, operada no interior e exterior da *Sala dos túmulos* dará seguro resultado, e é um trabalho certamente económico. Hoje torna-se isto mais fácil, visto que alguém obteve, para este fim, da Sr.^a D. Maria Marques Eliseu e Oliveira um pequeno trecho de terreno anexo donde se julga provir o maior mal.

As despesas indispensáveis estão orçadas em 200\$000 réis.

Os túmulos de Alcobaça merecem bem este pequeno sacrifício. O seu valor artístico, ainda há pouco demonstrado em especial publicação, é de extrema singularidade em pleno séc. XIV. Mas não só o valor artístico:—é também o facto histórico que representam e a que anda ligada a mais linda história de amor, que num crescente interesse tem levado aos confins do mundo a mais estranha celebredeade.

O estado em que se encontram os túmulos de Alcobaça é um crime de lesa-arte, além de ser uma vergonha nacional. Dia a dia ouvimos de nacionais e estrangeiros as mais amargas e violentas apreciações.

Chamamos a atenção do Sr. Ministro do Fomento para este facto, que decerto desconhece, e instantemente pedimos para que dispense

aos túmulos de Alcobaça todo o interesse e boa vontade que lhes merecem.

A mais pequena demora representa estragos irremediáveis

(*O Século*, de 28 de Maio de 1912).

6. A Sé da Guarda em 1385

«Sabede que o bispo dom frey Vaaseo que ora he da dicta cidade da Guarda nos dise que ao tempo que a see da dicta cidade foi derribada per mandado delrey dom fernando nosso irmão a que Deus perdoe E que o dicto senhor Rey por fazer merce ao bispo e cabijo da dicta cidade e ao concelho e homeens bôos dessa meesma pera se melhor e mais cedo fazer a dita see que lhe dera ao dicto bispo as aldeas daçores e do boraçal e aldea do forno telheyro por suas... Dante em a nossa cidade de coimbra xv dias d'abril... era de mil iiii^cxxijⁱ anos».

(Torre do Tombo — *Chancelleria de D. João I, Doações*, liv. I, fl. 124 v).

7. O apelido Palhavã

«Carta perque o dito senhor fez doação para todo sempre a Jo-ham Lourenço da Cunha caualleyro de todollos bêes mouees e de raiz que afonso martinz scripuam que foi delrey dom fernando jenro de palhauã ha em estes regnos o qual os perdeo por seer com elrey de castella em deseruiço dos ditos regnos e senhor, etc. em Lixboa xx dias de Junho de mil iiii^cxxijⁱ anos».

(Torre do Tombo — *Chancelleria de D. João I, Doações*, liv. I fl. 17 v).

8. A Estrada de Coimbra em 1384

Carta perque o dito senhor quitou a Pero Dominguez morador na cidade do Porto doze libras de foro que elle hade dar em cada hûm ano ao dito senhor de hûm lugar que traz aforado que he em gaya e sta na strada coimbrãa etc. em lixboa xbij dias de setembro de mil iiii^cxxijⁱ anos».

(Torre do Tombo — *Chancelleria de D. João I, Doações*, liv. I, fl. 59 v).

9. Descobrimento arqueológico

Uns cavadores encontram, a pequena profundidade,
seis sepulturas com ossadas

Chança, 2.—C.—Na herdade da Ferraria, próximo desta vila e junto a uma fonte denominada de Santa Luzia, uns trabalhadores que andavam cavando mato viram uns bicos de pedra à superfície do terreno, e por curiosidade cavaram, descobrindo seis sepulturas, di-

vididas com lages empinadas e dentro delas as ossadas dos cadáveres. A seguir apareceram vestígios de haver mais sepulturas, vendo-se sobre elas uma árvore, já velha, que se supõe ter nascido posteriormente aos enterramentos.

Leva-nos a crer que seria ali cemitério noutras tempos. Segundo se diz, no alto, a uns 300 metros, existiu uma povoação chamada Vila Formosa, de que ainda hoje se vêem vestígios de alicerces de casas. A outros 300 metros, para o lado do nascente, há uma ribeira chamada de *Séda* e sobre ela existe uma ponte com o nome de Ponte de Vila Formosa: foi esta ponte construída no tempo dos romanos, passando por ela a estrada de Lisboa a Mérida. Depois dealguns tempos foi aquela vila mudada para aqui e tem hoje o nome de Chança. Dizem os antigos que próximo do local onde se encontraram as sepulturas existiu uma capela denominada de Santa Luzia e por isso a fonte tem o mesmo nome.

(*O Século*, de 4 de Fevereiro de 1912).

10. Ex-voto de Arelo

«Letreiro dum painel que representa um navio sobre o mar e uma Virgem no alto, em aparição. Existe na igreja do Arelo, perto de Óbidos:»

Milagre q. fes N. Sr.^a do Rozario do lugar do Arelo a Joaquim Jozé Pedro Vindo no seu Navio N.^a Sr.^a do Rozario Paquete Felis com 540 Escravos Vindo de Angolla para o Para deo 3 vezes. em um Baxo na Costa do Siara no dia 19 de abril de 1802.

«Este indivíduo ainda tem parentes no Arelo; deu um lustre de vidro (que ainda existe) para a igreja à qual acrescentou uma capela-mor. Morreu rico em Lisboa, mas parece que os herdeiros legítimos nada receberam».

Nota.—Esta informação devo-a ao Sr. Dr. Alves Pereira. No *Desembargo do Paço, Corte, Estremadura* (Tôrre do Tombo) guardam-se vários processos morvidos por Joaquim José Pedro. O último é datado de 1826.

11. Um tesouro enterrado

Encontra-o um trabalhador, que é obrigado a reparti-lo por outro e pelo proprietário do terreno

Manteigas, 28.—Quásia à Fonte do Picão, desta vila, numa propriedade do Sr. Luís Ribeiro de Portugal, e que está arrendada a João Passarello, andava hoje de manhã o trabalhador José da Fon-

seca empenhado em partir uma grande pedra, para o que lhe tinha feito uns furos.

Para que a pedra se partisse melhor, escavou em roda a terra com uma enxada, e, quando o fazia, sentiu que esta dera em corpo estranho, que se quebrara.

Abaixando-se, verificou então que havia quebrado uma panela de barro vidrado, dentro da qual estavam moedas de prata. Sem dar conhecimento do achado a um companheiro que andava próximo, começou a metê-las no bôlso, com cuidado, mas não com tanto que o outro não desse pelo facto e se aproximasse, a exigir o seu quinhão, havendo rixa.

Passava ali casualmente o cívico n.º 26, que inquiriu do caso e se fez dele sabedor, participando-o na administração do concelho.

Os dois trabalhadores arrecadaram o tesouro e deram-se pressa em recolher a penates, onde os foram intimar a comparecer na administração com o seu achado.

Viu-se então que o tesouro se compunha de 480 moedas de 60, 120 e 480 réis dos reinados de D. Manuel I, D. Sebastião e Filipe I, II e III e algumas de D. João IV. Estas moedas foram divididas, ficando o proprietário do terreno com 2:282 gramas de prata e com 469 gramas os trabalhadores, que as tem vendido aos colecionadores.

(*O Séc. de 30 de Maio de 1912.*)

PEDRO A. DE AZEVEDO.

Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico

(Continuação d-*O Arch. Port.*, XVII, 196)

Pergaminhos

XVIII

2.º Documento

Óbidos.

26 de Março de 1341 (1303).

Testemunho passado pelo tabelião Lourenço Pires a rogo de João Gago, clérigo de S. Pedro de Óbidos, de como Domingas Pires entregou as chaves das casas que foram de Pero Domingos, clérigo, ao referido João Gago e este por sua vez entregou as chaves das casas que foram de Urraca Domingues à dita Domingas, com obrigação de por sua morte ficarem as duas moradas a S. Pedro de Óbi-

seca empenhado em partir uma grande pedra, para o que lhe tinha feito uns furos.

Para que a pedra se partisse melhor, escavou em roda a terra com uma enxada, e, quando o fazia, sentiu que esta dera em corpo estranho, que se quebrara.

Abaixando-se, verificou então que havia quebrado uma panela de barro vidrado, dentro da qual estavam moedas de prata. Sem dar conhecimento do achado a um companheiro que andava próximo, começou a metê-las no bôlso, com cuidado, mas não com tanto que o outro não desse pelo facto e se aproximasse, a exigir o seu quinhão, havendo rixa.

Passava ali casualmente o cívico n.º 26, que inquiriu do caso e se fez dele sabedor, participando-o na administração do concelho.

Os dois trabalhadores arrecadaram o tesouro e deram-se pressa em recolher a penates, onde os foram intimar a comparecer na administração com o seu achado.

Viu-se então que o tesouro se compunha de 480 moedas de 60, 120 e 480 réis dos reinados de D. Manuel I, D. Sebastião e Filipe I, II e III e algumas de D. João IV. Estas moedas foram divididas, ficando o proprietário do terreno com 2:282 gramas de prata e com 469 gramas os trabalhadores, que as tem vendido aos colecionadores.

(*O Séc. de 30 de Maio de 1912.*)

PEDRO A. DE AZEVEDO.

Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico

(Continuação d-*O Arch. Port.*, XVII, 196)

Pergaminhos

XVIII

2.º Documento

Óbidos.

26 de Março de 1341 (1303).

Testemunho passado pelo tabelião Lourenço Pires a rogo de João Gago, clérigo de S. Pedro de Óbidos, de como Domingas Pires entregou as chaves das casas que foram de Pero Domingos, clérigo, ao referido João Gago e este por sua vez entregou as chaves das casas que foram de Urraca Domingues à dita Domingas, com obrigação de por sua morte ficarem as duas moradas a S. Pedro de Óbi-

dos. Testemunhas: Vasco Gago, Vasco Fernandes, João de Lamego, Martim Fernandes e Pedro Pires.

No mesmo pergaminho do anterior.

XIX

Óbidos.

29 de Maio de 1344 (1306).

Testemunho lavrado por Estevam Annes, tabelião, a rogo de Joanne Annes, prior de S. João de *Aurantes* (Abrantes), raçãoiro de S. Pedro de Óbidos e procurador de André Pires da Moreira (Amoreira), testamenteiro de D. Elvira, viúva de João Gonçalves, dito Cavaleiro, do lugar da Moreira, de como no testamento dela era conteúdo que por morte de sua sobrinha Maria as casas e a herdade da Silveira e a vinha do Figueiredo ficassem à igreja de S. Pedro. O escrito de testamento fôra feito por João Ramos, clérigo em 2 de Maio de 1338 (1300). Testemunhas: Nicolau Pires, *clérigo casado*, João Domingues dos Negros, Domingos Joannes Calvo, seu filho, Domingos Joannes do Olho Marinho e Domingos Pires Barragam de Useira.

Dimensões 0,º129 × 0,º230.

XX

Óbidos.

25 de Março de 1345 (1307).

Desistência de demanda feita por Sancha Fernandes, filha de Fernão Martins, prior de S. Vicente de Abrantes e viúva de João Martins, filho de Maria Fernandes a Freira, em favor de D. Afonso Eannes, prior de S. Pedro de Óbidos e dos raçãoiros da dita igreja, das casas que foram de Fernão Fernandes e que confrontam com as casas de Sancho Geraldes. Testemunhas: Bartolomeu Pinhão, Pedro Esteves, capelão de S. Pedro, Rui Vicente e Pedro Soares, alvazis, João Martins, João Simões, João de Óbidos, Pedro da Mouta e Estêvão Pires.

Dimensões: 0,º140 × 0,º130.

XXI

Óbidos.

16 de Dezembro de 1352 (1314).

Emprazamento a Domingos Loução, a sua mulher Sancha Martins e ao mais velho de seus filhos e netos, do Outeiro da Tôrre, feito por Mestre Martinho, prior de S. Pedro de Óbidos e por Martim Gago, o maior, Martim Gago, o menor, seu irmão, Vasco Fernandes e Afonso Annes, raçãoiros da dita igreja, com obrigação de o romper e no fim de dois anos dar o quinto de todo o fruto. Testemunhas: Domingos Pires Salsa, Estevam Durães, Pedro Domingues Castigado, e

Estevam Annes, capelães de S. Pedro, Afonso Clemente, Afonso Annes e Fernão Touriz. Carta partida por *Abe*.

Dimensões: 0^m180 × 0^m160.

XXII

Óbidos.

25 de Novembro de 1355 (1317).

Testamento de Bartolomeu Pinhão no qual deixa aos meninos que lhe resarem a *Salve Regina*, 20 soldos; para as missas do pescado de sábado, 25 libras; para as missas de carne, para carne, 50 libras; para vestir pobres, 100 libras; aos filhos de Tourinho 40 soldos; aos filhos de Domingos Pinhão, seu irmão, 4 cônados de Arrás; 10 a Constança; e legados a Fernão Pinhão e Martim Pinhão.

Deixa 10 libras para missas de Domingos Jardo e de Lourenço Eanes, e para legados às filhas de Pedro Pinhão e de Maria de Coruche, bem como ao seu criado Domingos Casal, a João Escasso e aos netos de Domingos Joanes da Gaieira.

Deixa ao hospital dos meninos e à obra de S. Vicente, 1 libra, e a sua mulher Domingas Martins, o térço da prata e das bestas.

Ele e sua mulher instituem, com os bens que tem na Várzea, na vinya da Palmeira, com as casas em que mora Jacop Peleio¹ e com os moinhos da Assenta, uma capela em S. Pedro de Óbidos, nomeando para administrador, depois de suas mortes, a Lourenço e a Vasco, seus netos, filhos de Domingos Bartolomeu e ao mais velho da sua linhagem.

O testamento foi dado em pública-forma por Afonso Esteves, tabelião, sendo testemunhas: Pedro Rodrigues, raçoeiro de S. João de Abrantes, Fernão Touriz, João Esteves, filho de Estêvão Galego, Leonardo Pires, alfaiate(?), João Joanes Capalonga, aliazar, Vicente Corredor e Gonçalo Martins, procuradores.

Pergaminho danificado.—Dimensões: 0^m,457 × 0^m,310.

XXIII

Óbidos.

1 de Agosto de 1359 (1321).

Composição lavrada pelo tabelião Afonso Esteves entre Mestre Estêvão, prior de S. Pedro, dum lado, e Pedro Fagundo, Afonso Eanes, Lourenço Martins, Martim Gago e Martim Estevez, raçoeiros, do outro, pela qual se obrigaram a pagar os dinheiros dos aniver-

¹ Por uma nota do dorso, do sec. xvi, se sabe habitar nelas Henrique do Avelar.

sários, da celebração dêstes a três dias. Testemunhas: Domingos Pires Salsa, Estêvão Durães, e Vicente Pires, capelães, Fernão Tourinho, João Martins, irmão do prior e Afonso Pires, saquiteiro do bispo de Viseu.

Dimensões: 0^m,120 × 0^m,151.

XXIV

Óbidos.

20 de Novembro de 1361 (1323).

Venda duma casa na *Royerça* com seu *cunchouso*, que parte com propriedades de Joanne Esteves Caiado, dos herdeiros de Gonçalo Soares e do Conde e com o *cunchouso* da obra feita por João do Monte da Royerça e por sua mulher Domingas Martins, a João Martins de *Leyrêa*, irmão de Mestre Estêvão, prior de S. Pedro. A carta foi lavrada por Afonso Estevez, tabelião, sendo testemunhas: Martim Gil de Usseira e Bartolomeu Rodrigues da Royerça, João Fernandes da *Dos Ruuhos* (Ruivos).

Dimensões: 0^m,162 × 0^m,160.

XXV

Óbidos.

14 de Março de 1365 (1327).

Instrumento pelo qual se obrigam André Annes, arcediago de Penela, procurador de D. Fr. Vidal, cardial e prior de Santa Maria de Óbidos, duma parte e Mestre Estêvão, prior de S. Pedro, Pedro Fagundo, Martim Gago e Afonso Eannes da outra, a guardarem a decisão de Estêvão Pires e Tiago (?) Gomes, raçoeiros de S. Tiago, árbitros, sobre os dízimos da quinta¹ que foi edificada por Gonçalo Eannes Bochardo, de que se pretende apoderar, desde o tempo de Martim Pires, a igreja de S. Pedro. Tabelião, Lourenço Domingues; testemunhas: Afonso Esteves, alvazil, João Pires, tabelião, Leonardo Alfaiame, Lourenço Martins, Martim Martins, Martim Cansado e João Simão, clérigos.

Dimensões: 0^m,170 × 0^m,180.

XXVI

Óbidos.

4 de Maio de 1365 (1327).

Emprazamento feito por Mestre Estêvão, prior de S. Pedro, e Martim Anes, dito Gago, Pedro Fagundo e Afonso Eanes, raçoeiros a Estêvão Esteves e a sua mulher Marinha Martins e a um filho, da

¹ Por uma observação do séc. XVI se vê ser a quinta a de Tronches que está entre a Vermelha e o Cadaval.

vinha que deixou Domingos Joanes à dita igreja. Aquela vinha era na Serra, abaixo do moinho que foi de João Pinhão e partia com Lourenço Pires, tabelião, com João *Ruuho* (Ruivo) e com Domingos Mouro. Tabelião: Lourenço Pires; testemunhas: Estêvão Lourenço, João Simões, clérigo, Estêvão Martins, filho de Aparício Martins, Martim Vicente, genro da Ómega e Domingos Mouro. Partido por *Abc.*

Dimensões: 0^m,120 × 0^m,136.

(Continua).

PEDRO A. DE AZEVEDO.

Necrologia

Carmo Nazareth

José Maria do Carmo Nazareth já não existe. Apagou-se ontem¹, pelas 7 horas da manhã, êsse lúcido espírito, que, após alguns dias da mais viva ansiedade em que os seus numerosos amigos e admiradores chegaram ainda a nutrir esperanças de continuarem a tê-lo no seu seio, se extinguiu afinal, lançando um véu de profunda tristeza não só em volta do seu leito, mas sobre um meio muito mais amplo em que o seu nome sobresaía sempre nimbado de simpatia e de admiração.



Temperamento alegre e folgazão, coração lial e generoso, foi sempre encantador o seu convívio, como era galharda a sua mesa e como era apreciada a sua amizade, que não se furtava a sacrifícios quando se tratava de ser útil a um amigo, e era-o de toda a maneira, de qualquer natureza que fosse o serviço exigido.

¹ [4 de Agosto de 1910].

Burocrata modelar, duma assiduidade inexcedível e de lialdade comprovada, foi longa a sua carreira oficial, de 21 de Abril de 1864, em que a encetou como praticante da extinta Contadoria Geral da Fazenda, até 22 de Agosto de 1907, em que a deixou, retirando-se à vida privada. Mas nesse longo período quantas vezes foi o ilustre finado, cuja perda estamos lamentando, escolhido para os mais árduos trabalhos, para as mais delicadas comissões, em cujo desempenho ele empregava não só os seus vastos conhecimentos da respectiva legislação como o seu *savoir faire*, procedendo sempre escrupulosamente, mas sem esquecer um só momento o que devia a outros, no seu tratolhano, inexcedivelmente correcto!

A tudo isso, porém, sobrelevava o seu pendor natural para os estudos arqueológicos e numismáticos, em que foi dos mais distintos, dos mais sabedores e também dos mais considerados, mantendo correspondência activa com os sábios de fora do país, que cultivam essas especialidades, que eram a sua ocupação mais favorita e que o levaram a reunir uma colecção numismática de valor, seguramente a melhor de Goa, —sendo por isso naturalmente indicado para o cargo de conservador da secção numismática da Biblioteca Nacional,—, e a pôr-se à testa da organização dos museus que se vêem na Velha Cidade, na qualidade de vogal da Comissão de Arqueologia, e que lhe devem quanto são, inclusivè o *Gabinete Xavieriano*, que ele fundou, dotando-o com livros e outros objectos de sua posse, como de sua posse eram numerosas moedas com que enriqueceu o Gabinete Numismático da nossa Biblioteca Pública.

Escritor consciencioso, deixa, além dum trabalho estatístico sobre a cidade de Pangim e uma obra importante sobre a numismática¹, numerosíssimos trabalhos dispersos em várias publicações, sendo um dos assíduos e dos mais competentes redactores da valiosa revista *O Oriente Português*, e um dos nossos colaboradores mais respeitados, que por vezes abrillantou as colunas do *Heraldo* com produtos interessantes das suas lucubrações.

Nascido a 16 de Julho de 1843, morre com pouco mais de 67 anos de idade.

(Do *Heraldo*, de Nova Goa, de 5 de Agosto de 1910).

¹ [Numismática da Índia Portuguesa, 2.^a ed., Nova-Goa, 1896].

² [Ao Sr. Augusto de Morais agradeço o ter-me emprestado o jornal, e ao Sr. Dr. Cunha Gonçalves o ter-me oferecido o retrato que acompanha esta notícia.—J. L. de V.]

VOLUME XVII

ÍNDICE ANALÍTICO

ACADEMIA:

De Belas Artes de Lisboa: 157.

AGRICULTURA:

Em Dornes, etc.: 93, 224.

Enxada de estação arcaica: 207.

Vestígios de albufeira romana (?): 275.

ANTA:

Nos subúrbios de Viseu: 192 e 193.

Dolmens no Alentejo: 195.

Nos arredores de Alter do Chão: 221.

Várias no Alentejo: 222.

Antas no concelho de Nisa: 275.

Duas antas no concelho de Avis: 286.

Desaparecida: 287.

Vid. *Congresso*.

ANTIGUIDADES E NOTÍCIAS LOCAIS:

Pelo Alentejo (arqueologia e etnografia): 284.

Vid. *Congresso*.

Alentejo:

Beja (moedas ibéricas e romanas): 113.

Vendas Novas e Pêgas (antas): 195.

Arraiolos (antas): 195.

Alter do Chão (ponte e via romana): 209.

Ponte de Sôr e Assumar (via romana): 221.

Nisa (notícia de antas): 275.

Santa Vitória, concelho de Avis? (ruínas romanas): 284.

Avis (*varia*): 285.

Ervedal, concelho de Avis (ruínas, ara, antas): 286.

Figueira dos Barros, concelho de Avis (antas): 286.

Pero-Viegas, herdade no concelho de Avis (?) (neolítico): 287.

Chança, concelho de Alter do Chão (sepulturas de lajes): 298.

Algarve:

Faro (museu): 182.

Beira:

Albergaria-a-Velha (mâmoas): 71.

Ferreira do Zézere, Dornes, Pias (monografia): 73 e 222.

Viseu (incêndio no seminário): 165; (registo paroquial): 165; (cavidades em rocha, antas): 193.

Vila Velha de Ródão (pelourinho): 178.

Seia (tesouro de moedas): 189.

Manteigas (achado de moedas): 189.

Senhorim, concelho de Mangularde (vária, dolmen, insculturas): 205.

Guarda (sé): 297.

Manteigas (tesouro de moedas): 298.

Estremadura:

Lisboa, Loures e Oeiras (estações e utensílios paleolíticos): 22, 59, 60, 61 e 275.

Leiria e Peniche (paleolítico, gruta): 58.

Serra de Montejunto (gruta): 59.

Tôrres Vedras (paleolítico): 59.

Turquel, concelho de Alcobaça (paleolítico, gruta): 59.

Serra de Bouro (paleolítico): 59.

Setúbal (paleolítico): 60.

Mafra (museu do palácio): 157 e 185.

Bucelas, concelho de Loures (cruzeiros destruídos): 158.

Póvoa de Santo Adrião, concelho de Loures (cruzeiro destruído): 159.

Santarém (tesouro de moedas): 173.

Lisboa (curiosidades de Alfama): 159 e 289; (antiguidades): 173; (tesouro da sé): 173 e 175; (paços de Queluz e Caxias): 177; (igreja de S. Roque): 181; (achado arqueológico): 184; (lápide do sec. xvii): 191; (Alfama): 295.

Óbidos (documentos do seu arquivo): 196.

Sacavém (notícia da ponte romana): 221.

Belver, concelho de Mação (antiguidades várias): 265.

Liceia (pedra com incisões): 273.

Seixal (museu): 293.

Alcobaça (os túmulos): 296.

Arelho, concelho de Óbidos (ex-voto): 298.

Entre-Douro-e-Minho:

Pórtio (paleolítico): 58; (paço episcopal): 167.

Braga (bibliotecas): 172.

Vila Nova de Gaia (paleolítico): 59.

Trás-os-Montes:

Murça (a porca): 178.

Chaves (paleolítico na serra do Brunheiro): 60.

Ultramar:

Goa (gabinete numismático): 304.

ANTROPOLOGIA:

Vid. *Arqueologia préhistórica*.

ARQUEOLOGIA:**Prehistórica:**

Subsídios para o estudo do paleolítico português: 22.

O paleolítico em Portugal—Estado actual do seu estudo: 55.

Mâmoas de Albergaria-a-Velha: 71.

Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques: 255.

Facas e raspadores da estação paleolítica de Monsanto I: 275.

Vid. *Insculturas* e espécies ocorrentes.

Protolítica:

Vid. *Figura, castros, etc.*

Romana:

Edícula em Senhorim: 205.

Vestígios de trabalhos: 275.

Ara lusitano-romana de Fontanus: 286.

«Terra sigilata»: 288.

Vid. *Figura, Ponte, Marco, Ruínas, Epigrafia, Sepultura*.

Medieval:**a) Bárbara (?):**

Vid. *Excursão*.

b) Arábica:

Vid. *Moeda*.

ARQUITECTURA:

Curiosidades da Velha Alfama: 159 a 289.

História do Paço Episcopal (do Pôrto): 167.

Vid. *Cruzeiro, Paço, Ruínas, Ponte, Capitel, Igreja*.

ARQUIVO:

Incêndio do Seminário de Viseu: 165.

Vid. *Registo, História, Catálogo*.

ARTE:

Artes e indústrias metálicas em Portugal: 1.

Arte Nacional—Os amigos do museu: 187.

Espécimes de arte pastoril: 288.

Vid. *Insculturas, Miscelânea I—1 e 2, Academia, Figura, Museu*.

Retábulo do Renascimento : 268.

Entalhados Luís XV : 291.

Vid. *Ourivesaria, Tesouro, Igreja, Câmara.*

AZULEJO:

Azulejo do Renascimento : 291.

Vid. *Arquitectura, Igreja.*

BIBLIOGRAFIA:

Vid. *Cruzeiro.*

BIBLIOTECA:

Bibliotecas de Congregações : 172.

Vid. *Arquitectura, Museu.*

BIOGRAFIA:

Aníbal Fernandes Tomás : 157.

Marquês de Pombal, investigador : 158.

Alfredo Keil : 166.

Dr. José Maria Rodrigues de Carvalho : 194.

Vid. *Necrologia.*

BRASÃO:

As câmaras municipais e os brasões de armas : 184.

Tampas sepulcrais brasonadas : 285.

Brasão em pórtico : 291.

Palacete brasonado : 292.

BRONZE:

Asa de sítula : 207.

CÂMARA:

As câmaras municipais e os brasões de armas : 184.

CAPITEL:

No concelho de Avis : 286⁴.

CASA:

Do Infantado : Vid. *Vila* (Ferreira do Zézere).

Nomes antigos das divisões das casas : 294.

Vid. *Arquitectura.*

CASTELO:

De Gandufe : 206.

De Belver : 266.

Muralhas de Lisboa : 292.

Vid. *Catálogo.*

CATÁLOGO:

Dos manuscritos do Museu Etnológico: 196 e 299.

CAVIDADES:

Abertas na rocha: 192, 193 e 206.

Vid. *Sepulturas*.

CIDADE:

A cidade do Vouga: 165.

Vid. *Nomes*.

CLÉRIGO:

Irreverente: 93.

Casado: 300.

CONGRESSO:

Congrès International d'Archéologie tenu à Rome en Octobre 1912.

(Memória do Sr. Dr. J. Leite de Vasconcelos): 255.

CONCELHO:

Vid. *Câmara*.

CRUZEIROS:

Destruídos: 158.

Cruzeiro da Póvoa de Santo Adrião: 159.

EPIGRAFIA:

Conceito que se lhe refere: 195.

Lusitano-romana:

Em Belver: 272 e sgs.

Edícula lusitano-romana: 205.

Ara de deus Fontanus: 286.

Tejolo com inscrição romana: 286.

Portuguesa:

Epítafio do séc. XVI: 86 e 107.

Epítafio do séc. XVII: 87 e 107.

Inscrições do séc. XVII: 90, 91 e 292.

Inscrições portuguesas em Roma: 172.

Uma lápide tumular—Descendentes de D. João de Castro: 190.

Inscrição do tempo de D. João V: 291.

Inscrição antiga portuguesa: 294.

ESCRAVATURA:

Ex-voto do Arelho: 298.

Vid. *Vila*.

ESTRADA:

«Strada Coimbrãa»: 297.

Vid. *Via*.

ETNOGRAFIA:

Contra a peste: 90.

Contra as trovoadas: 214.

S. Marcos, advogado dos animais: 269.

Objectos variados do Alentejo: 287 e 288.

Capelinha das almas: 292.

Ex-voto do Arelho: 298.

Vid. *Excursão, Antiguidades, Insignia*.

EXCURSÃO ARQUEOLÓGICA:

Pela Beira: 205.

EXTRACTOS:

Vid. *Miscelâneas, Epigrafia, Necrologia*.

FACA:

Facas e raspadores da estação paleolítica de Monsanto I: 275.

Vid. *Machado*.

FERRO:

Minas e ferrarias: 244.

Instrumentos de ferro: 284.

Marrão de ferro: 286.

FIGURAS:

Figurinhas antigas de baixo: 113 e 115.

A porca de Murça: 178.

GEOLOGIA:

Vid. *Arqueologia préhistórica*.

GRUTAS:

Bons conselhos a respeito da exploração das grutas: 194.

Lapa da Moura: 275.

Vid. *Arqueologia préhistórica*.

HISTÓRIA:

Da administração pública: 252. Vid. *Vila* (Ferreira do Zézere), *Cidade* (do Vouga), *medalhistica* (medalha de Fontes).

Estudo da época do Marquês de Pombal com relação a Angola: 187.

Da língua portuguesa: 196.

Vid. *Arquitectura*.

HOSPITAL:

Instituição antiga de um em Dornes: 91.

IGREJA:

A igreja de S. Roque transformada em Museu: 181.

De Avis: 285.

Igreja do menino Deus em Lisboa: 291.

INDUMENTÁRIA:

Da igreja de Dornes e do Beco (sec. xvii): 84 a 86.

Vestuário masculino no sec. xviii: 111.

Arrás a cônado: 301.

Vid. *Tapetes, Tesouro, Igreja*.

INDÚSTRIA:

Da saboaria: 274.

Vid. *Arte*.

INQUISIÇÃO:

Em Dornes e Pias: 91 e 233.

INSCULTURAS:

Muito antigas: 206.

INSÍGNIA:

Vara do último Juiz do Povo de Lisboa: 289.

JUDAÍSMO:

Vid. *Inquisição*.

LAGAR:

Lagar dos Mouros: 206.

Vid. *Caridade*.

LANÇA:

De pedra: 206.

LENDA:

Lenda de Belver: 270.
 Galeria subterrânea: 275.
 Vid. *Excursão*.

LINGUÍSTICA:

Termos alentejanos: 222.
 Vid. *Congresso, História*.

LOUÇA:

Em espólio sepulcrológico: 288.
 Louça aretina: 288.
 Vid. *Museu*.

MACHADO:

Neolíticos: 205, 286 e 287.
 Aparecimentos de *raios*, etc.: 221.
 De fibrolite: 284.
 Machado de fibrolite geminado ou em via de fabrico: 286.
 Vid. *Anta, Excursão*.

MANUSCRITO:

Acêrca de Beja: 113.
 Vid. *Catálogo*.

MARCO:

Miliários: 217 e sgs.

MARQUÊS DE POMBAL:

O Marquês de Pombal investigador: 158.

MEDALHÍSTICA:

Lista das medalhas portuguesas ou relacionadas com Portugal, existentes no Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional de Lisboa, etc.
Medalha dedicada pelo Comércio do Sal ao Ministro da Fazenda, A. M. de Fontes Pereira de Melo: 251.

MINAS:

Vid. *Ferro*.

MISCELÂNEA:

I

1. *Novos Museus*: 157.
2. *Academia de Belas Artes de Lisboa*: 157.
3. *Vida intelectual*: 157.

4. Museu de Numismática: 158.
5. O Marquês de Pombal investigador: 158.
6. Cruzeiros destruídos: 158.
7. O Cruzeiro da Póvoa de Santo Adrião: 159.
8. Curiosidades da velha Alfama: 159.
9. Incêndio do Seminário de Viseu: 165.
10. A cidade do Vouga: 165.
11. O registo paroquial: 165.
12. Museu de Alfredo Keil: 166.
13. A história do Paço Episcopal (do Pôrto): 167.
14. Bibliotecas de Congregações: 172.

II

1. Inscrições portuguesas em Roma: 172.
2. Tapetes pérsicos: 173.
3. Tesouro de moedas portuguesas: 173.
4. Antiguidades de Lisboa: 173.
5. O tesouro da sé de Lisboa: 173.
6. O tesouro da sé Patriarcal: 175.
7. Paços riais e paços episcopais: 175.
8. Pelourinho (Vila Velha de Ródão): 178.
9. A porca de Murça: 178.
10. Museu de Azuaga: 179.
11. A igreja de S. Roque transformada em museu: 181.
12. Museu Municipal de Faro: 182.
13. Ofício e questionário distribuídos pela Associação dos Arqueólogos Portugueses: 182.
14. Um achado arqueológico (em Lisboa): 184.
15. As câmaras municipais e os brasões de armas: 184.
16. O Museu de Mafra: 185.
17. Estudo da época do Marquês de Pombal com relação a Angola: 187.
18. Arte Nacional — «Os Amigos do Museu»: 187.
19. Um tesouro numa casa velha: 189.
20. Bom achado: 189.
21. Descendentes de D. João de Castro — Uma lápide tumular: 190.
22. Notícias arqueológicas dos arredores de Viseu: 192.
23. Dr. José Maria Rodrigues de Carvalho: 194.
24. Bons conselhos a respeito de exploração de grutas: 194.
25. Dolmens do Alentejo: 195.

MISCELÂNEA ARQUEOLÓGICA:

1. Curiosidades da velha Alfama: 289.
2. Museu arqueológico do Seixal: 293.
3. Construção do paço de Almeirim: 294.
4. Alfama: 295.
5. Os túmulos de Alcobaça: 296.
6. A sé da Guarda em 1385: 297.
7. O apelido Palhavã: 297.

8. A estrada de Coimbra em 1384: 297.
9. Descobrimento arqueológico: 297.
10. Ex-voto do Arelho: 298.
11. Um tesouro enterrado: 298.

MOBILIÁRIO:

Do sec. xvii: 88.
Vid. *Ourivesaria, Museu.*

MOEDAS:**Romanas:**

Moedas romanas (e ibéricas) achadas em Beja no sec. xviii: 113.
De Constantino: 207.
Achadas em Belver: 272.
Achados no Ervedal (Avis): 286.

Vid. *Numismática, Miscelânea I—1, Museu.*

Arábica:

De prata: 286.

Portuguesas:

Moedeiros (portugueses): 1.
Legendas religiosas das moedas portuguesas: 41.
Moedeiro falso: 99.
Tesouro de moedas portuguesas: 173
Um tesouro numa casa velha: 189.
Bom achado: 189.
Portuguesas dos sec. xvi e xvii: 299.

MÓS:

Em Senhorim: 205 e 207.
No concelho de Avis: 286.
Vid. *Ruínas.*

MOUROS:

Fonte dos Mouros: 38.
Cova da Moura: 287.

MURALHA:

Restos das de Lisboa: 292.

MUSEU:

Etnológico Português: aquisições, etc.: 28, 60, 196, 204, 207 e 299.
Vid. *Excursão.*
Da Comissão Geológica: 58 e sgs.
Da Figueira da Foz: 59.

- Museu de Numismática*: 158.
Museu de Alfredo Keil: 166.
Museu de Azuaga: 179.
Museu Municipal de Faro: 182.
Museu de Mafra: 157 e 185.
Etnográfico de Roma: 288.
Arqueológico de Setúbal: 293.

Vid. *Medalhistica, Miscelânea I—1, Igreja, Arte, Catálogo.*

MÚSICA:

Vid. *Museu, Catálogo.*

NECROLOGIA:

- Oliveira Guimarães, abade de Tágilde: 207.
 Carmo Nazareth: 303.

NOMES:

De antigas cidades:

- Vacua ou Vacca: 165.
 Abelterium: 215.
 Aritium Praetorium: 215.

De pessoas:

Em inscrições lusitano-romanas:

- Adoris: 272.
 Tai di (?): 272.
 Alliani: 273.
 Boudelus: 273.
 Concelti: 273.
 ... uranus: 274.
 Aluqui: 274.
 Fontanus: 286.

De moedeiros:

Vid. *Moeda.*

De terras e lugares:

- Vid. *Vila, Catálogo.*
Onomástico medieval português: 121.
O apelido Palhavã: 297.
 Vid. *Onomástico, Catálogo, Indumentária, Casa, Ofícios.*

NUMISMÁTICA:

- Aula de Numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa*: 62.
Gabinete Numismático em Goa: 304.
 Vid. *Moeda, Museu.*

OFÍCIOS :

Mencionam-se vários na monografia sobre Ferreira do Zézere.
 Vid. *Vila, Catálogo dos manuscritos.*

ONOMÁSTICO :

Medieval Português: 121.
 Vid. *Arqueologia préhistórica.*

OURIVESARIA :

Vid. *Moeda, Vila (Ferreira do Zézere).*

PAÇO :

A história do paço episcopal (Pôrto): 167.
Paços riais e paços episcopais: 175.
 Paço de Almeirim: 294.
 Vid. *Arquitectura, Casa.*

PEDRA :

Paralelipípedo de pedra com inscrição: 272.
 Vid. *Machado, Faca, Urna.*

PELOURINHO :

De Vila Velha de Ródão: 178.
 De Belver: 274.

PERGAMINHO :

Vid. *Catálogo.*

PÊSO :

«Pondera» de barro: 205.
 Vid. *Pedra.*

PINTURA :

Vid. *Miscelânea I—2, Quadro.*

PONTE :

A ponte romana de Vila Formosa (Alter do Chão): 209.
 Pontão de tejolo: 256.

PROTECÇÃO À ARQUEOLOGIA :

A porca de Murça: 178.
 Vid. *Questionário, Miscelânea I—12.*

QUADRO :

De assunto militar: 232.
 Vid. *Miscelânea I—2, Igreja.*

QUESTIONÁRIO:

Ofício e questionário distribuídos pela Associação dos Arqueólogos Portugueses: 182.

RASPADOR:

Vid. *Faca*.

REGISTO:

O registo paroquial: 165.

RUÍNAS:

Destroços arquitectónicos em Lisboa: 184.

De estação arcaica: 207.

De vila rústica: 272.

Romanas: 284 e 286.

SENTENÇAS:

De Th. Zielinski: 250.

Vid. *Epigrafia*.

SEPULTURA:

Uma lápide tumular—Descendentes de D. João de Castro: 190.

Sarcófagos de pedra: 207.

Sepulturas tectiformes: 216.

Nos subúrbios de Viseu: 192.

Rupestres:

Sepultura romana: 288.

Sepulturas de lajes: 298.

Vid. *Epigrafia, Brasão, Urna, Alcobaça*.

TAPETES:

Tapetes pérsicos: 173.

TEJOLO:

Fragmentos e outros: 193 e 272.

Com sulcos em aspa: 216.

Galeria de tejolo: 275.

Com inscrição: 286.

Vid. *Ponte*.

TESOURO:

O tesouro da sé de Lisboa: 173 e 175.

Um tesouro numa casa velha: 189.

Um tesouro enterrado: 298.

Vid. *Moedas*.

URNA:

De mármore: 286.

VANDALISMOS:

Demolição de Alfama: 295.

Vid. *Cruzeiros, Pelourinho, Museu (Faro), Miscelânea II—23 (Alco-
baça).*

VIA:

Restos de via romana: 215, 217 e sgs., 298.

Vid. *Estrada.*

VILA:

A vila e concelho de Ferreira do Zézere: 73 e 222.

VISITA:

Do Sr. Presidente da República ao Museu Etnológico: 204.

Visitantes do Museu (Etnológico Português): 207.

ÍNDICE DOS AUTORES

Dr. A. A. Cortesão:

Onomástico medieval português: 121.

Dr. António Baião:

A vila e concelho de Ferreira do Zézere: 73 e 222.

Artur Lamas:

Medalha dedicada pelo Comércio do Sal ao Ministro da Fazenda, A. M. de Fontes Pereira de Melo: 251.

Félix Alves Pereira:

A ponte romana de Vila Formosa (Alter do Chão): 209.

A antiguidade em Belver: 265.

Índices: 305.

Joaquim Fontes:

Subsídios para o estudo do paleolítico português: 22.

José Leite de Vasconcelos:

Aula de Numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa: 62.

Mâmoas de Albergaria-a-Velha: 71.

Miscelânea: 172.

Crónica: 204.

Necrologia: 207.

Le peuplement du Portugal aux temps préhistoriques: 255.

Pelo Alentejo.—Arqueologia e Etnografia: 284.

José Luís de Saldanha Oliveira e Sousa:

Legendas religiosas das moedas portuguesas: 41.

Pedro A. de Azevedo:

Miscelânea: 157.

Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico: 196.

Miscelânea arqueológica: 289.

Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico: 299.

Sousa Viterbo:

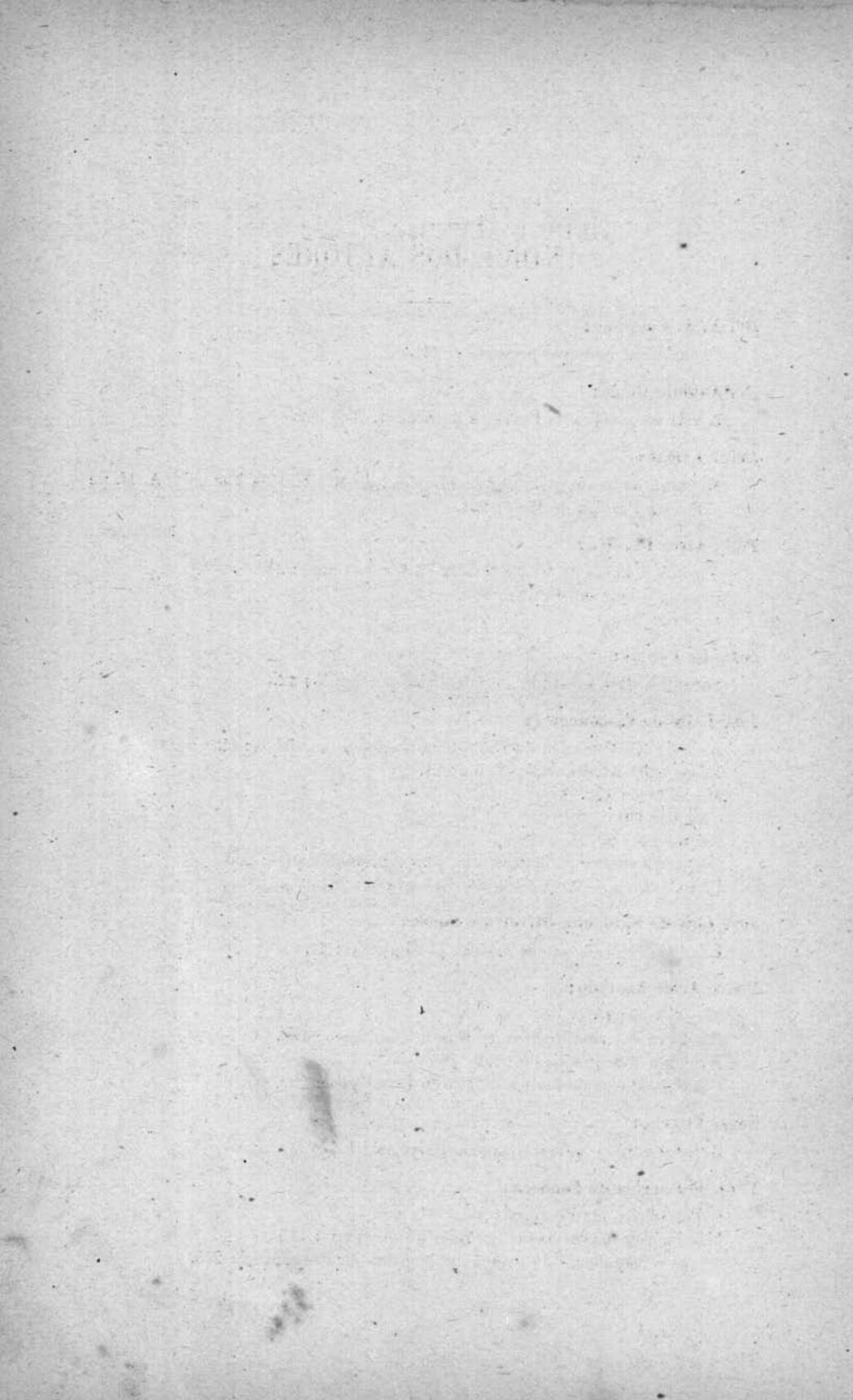
Artes e indústrias metálicas em Portugal: 1.

Vergílio Correia da Fonseca:

O Paleolítico em Portugal: 55

Moedas romanas achadas em Beja no séc. XVIII: 113.

Facas e raspadores da estação paleolítica de Monsanto I: 275.



ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

Paleoetnologia

- Pontas paleolíticas (duas fotogravuras): 23.
Idem (três fotogravuras): 24.
Idem (duas zincogravuras): 24.
Coups-de-poing (quatro fotogravuras): 25.
Coup-de-poing (uma fotogravura): 26.
Coups-de-poing (três fotogravuras): 27.
Idem (seis fotogravuras): 28, 29 e 39.
Coup-de-poing (uma fotogravura): 40.
Utensílios paleolíticos—Estampa I (duas fotogravuras; sete zincogravuras): 41.
Idem—Estampa II (oito zincogravuras): 41.
Idem—Estampa III (seis zincogravuras): 41.
Idem—Estampa IV (sete zincogravuras): 41.
Idem—Estampa V (uma fotogravura, sete zincogravuras): 41.
Mâmoa das Arrotas (fotogravura): 72.
Planta de uma anta (zincogravura): 193.
Paralelepípedo com incisões (zincogravura): 273.
Faca paleolítica (zincogravura): 278.
Outra (idem): 279.
Faca de esquimão (idem): 280.
Raspador paleolítico (idem): 281.
Outro (idem): 282.
Dois raspadores (duas zincogravuras): 283.

Arqueologia lusitano-romano

- Insculturas (zincogravura): 193.
Corte da ponte de Vila Formosa (zincogravura): 213.
Laje de mármore (zincogravura): 217.
Marco-miliário (zincogravura): 218.
Marco miliário (fotogravura): 219.
Marco miliário (zincogravura): 220.
Ponte de Vila Formosa (4 fotogravuras): 222 e 223.
Paralelipípedo de pedra (zincogravura): 272.

Arqueologia medieval

- Sepultura rupestre (uma zincogravura): 192.
Castelo de Belver (uma zincogravura): 267.
Siglas de canteiro (zincogravura): 268.
Silhar e peso de pedra (duas zincogravuras): 268.
Base de pelourinho (zincogravura): 275.

Antologia

Retrato de Carmo Nazareth:

Diplomática

Fac-símile dum tabelião (zincogravura): 83.

Idem de três licenciados (zincogravura): 99, 108 e 246.

Medalhistica

José Estêvão (zincogravura): 70 e 71.

Medalhas régias (duas fotografuras): 70 e 71.

Loubet em Lisboa (duas fotografuras): 70 e 71.

República Portuguesa (duas fotografuras): 70 e 71.

Medalha do Sal (duas fotografuras): 25.

Etnografia

Registo religioso (xilogravura): 85.

Cinco objectos de arte pastoril (cinco zincogravuras): Est. I

Outros cinco ditos (seis zincogravuras): Est. II

LISTA
DAS
PESSOAS BENEMÉRITAS
DO
MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS
1912

1.—Pessoas que ofereceram gratuitamente objectos

Bernardo Rodrigues de Amaral: 205.
Augusto Rosado (Dr.): 205.
Evaristo Faure: 205.
Bernardo Paes de Figueiredo: 205.
Amadeu dos Reis Sena Cardoso: 206.
Angelino dos Reis Sena Cardoso: 206.
Vergílio Correia da Fonseca: 277.
João Duarte de Oliveira Bomjardim: 272.
João José Rodrigues (Dr.): 272.
Manuel Diogo Grego (Rev.^{do}): 284.
Manuel Maximiano de Oliveira: 286.
Alfredo Barreto da Guerra Paes: 286.
Benjamim Vitorino Ruivo: 286.
Teodoro Simões de Faria: 286.
Mariana Queiroga Paes (D.): 286.
Joaquim Paula Varela de Brito: 286.
Francisco António Paes: 286.
Ana de Castro Paes (D.): 287.
José Francisco da Costa: 287.
João Marques Serrão: 287.
Júlio Mário da Cunha e Sá (Dr.): 287.
Cosme Godinho da Costa Braga: 288.
Matos Silva (Dr.): 288.

2.—Pessoas que intervieram obsequiosamente

António Paes: 284.
José Paes Teles (Dr.): 286.
Francisco António Paes: 286.
António Paes da Cunha e Sá: 286.
Condorcet Paes da Cunha e Sá: 286.
Mário Paes da Cunha e Sá: 286.
Pedro Paulo de Carvalho: 287.
Raúl de Carvalho: 287.